



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**TAMARA CHAGAS CARNEIRO**

**DO GLOBISH AO GOOGLISH:  
ENTRE LÍNGUAS E NUVENS**

**CAMPINAS  
2018**

**TAMARA CHAGAS CARNEIRO**

**DO GLOBISH AO GOOGLISH:  
ENTRE LÍNGUAS E NUVENS**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada, na área de Linguagem e Sociedade.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Viviane do Amaral Veras**

Este exemplar corresponde à versão final da Tese defendida pela aluna Tamara Chagas Carneiro e orientada pela Profa. Dra. Maria Viviane do Amaral Veras

**CAMPINAS  
2018**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CNPq, 141015/2014-4; CAPES, 88881.132675/2016-01

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Dionary Crispim de Araújo - CRB 8/7171

C215g Carneiro, Tamara Chagas, 1978-  
Do Globish ao Googlish: : entre línguas e nuvens / Tamara Chagas  
Carneiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Maria Viviane do Amaral Veras.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Estudos da Linguagem.

1. Tradução. 2. Tradução mecânica. 3. Tradutores (Programas de  
computador). I. Veras, Maria Viviane do Amaral. II. Universidade Estadual de  
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** From Globish to Googlish : betwixt and between languages and clouds

**Palavras-chave em inglês:**

Translation

Mechanical translating

Translators (Computer programs)

**Área de concentração:** Linguagem e Sociedade

**Titulação:** Doutora em Linguística Aplicada

**Banca examinadora:**

Maria Viviane do Amaral Veras [Orientador]

Ana Maria de Moura Schäffer

Daniel do Nascimento e Silva

Érica Luciene Alves de Lima

Maria Victoria Guinle Vivacqua

**Data de defesa:** 22-08-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística Aplicada



**BANCA EXAMINADORA:**

**Maria Viviane do Amaral Veras**

**Ana Maria de Moura Schäffer**

**Daniel do Nascimento e Silva**

**Érica Luciene Alves de Lima**

**Maria Victória Guinle Vivacqua**

IEL/UNICAMP  
2018

**Ata da defesa, com as respectivas assinaturas dos membros da banca, encontra-se no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica.**

*Àquele que me ensinou a amar como o amor ama, apesar do mundo.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Thomás, que me faz inteira. Obrigada por estar sempre disposto a ser comigo, e se fazer presente em cada linha desta tese. E em cada grito meu.

Ao meu pai, Dionísio, à minha mãe, Bete, à minha mãe-na-lei-do-amor, Christina, e à Cecília, minha filha-irmã. Agradeço por despertarem em mim a coragem, a paixão, e a disciplina essenciais para esta escrita.

Ao meu irmão, Ruddi, e à minha irmã, Maíra, que por serem em mim, estão presentes em cada letra desta tese.

Ao Jonas, por me ensinar a generosamente tentar compreender toda a humanidade.

À Vivi, que sem a qual esta tese não teria nem sido planejada. Minha gratidão pelo incansável estender de mãos.

À Cynthia, por estar presente em cada passo deste percurso.

Ao Cláudio Platero, pelo cuidado com todos os meus processos da Unicamp.

À professora Ana Schäffer, pelas leituras, sugestões, e palavras de encorajamento.

À professora Érica Lima, pelas generosas críticas e sugestões, na banca de qualificação.

Às professoras e ao professor da banca, Ana Schäffer, Érica Lima, Victória Vivacqua e Daniel do Nascimento e Silva, que aceitaram prontamente o convite à leitura cuidadosa.

Ao professor Daniel do Nascimento e Silva, por se fazer perto mesmo a distância.

À professora Marinette Matthey e à equipe grenobloise das bibliotecas da UGA e do LIDILEM, por terem feito o meu sanduíche tão nutritivo!

A todos os funcionários da Secretaria de Pós-graduação do IEL, pelas ajudas infinitas.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

À CAPES, pela bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

*Quando a Isaura gritou por elas, o seu entusiasmo inusitado mudou o mundo*  
MÃE, 2016, p. 180.

*Quando vos denominais indiano, ou maometano, ou cristão,  
ou europeu, ou o que quer que seja, estais sendo violento.  
Sabeis por quê? Porque vos estais separando do resto da  
humanidade. Quando vos separais, pela crença, pela nacionalidade,  
pela tradição, gera-se a violência. Assim, o homem que deseja  
compreender a violência não deve pertencer a nenhuma nação,  
nenhuma religião, nenhum partido político ou sistema partidário;  
o que deve interessá-lo é a compreensão total da humanidade.*

KRISHNAMURTI, 1969, p. 47

## RESUMO

A presente tese de doutorado trabalha com a confluência de teorias de marketing, linguística computacional e sociolinguística, que desembocam no mar dos Estudos de Tradução, em cujas águas navegam também empresas e órgãos supranacionais. Práticas linguísticas transculturais que firmam e diluem localidades condizentes com um cenário de mobilidade catalisada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação impõem-se à globalização. Frente aos desafios linguísticos, buscam-se não só ferramentas que sirvam como remos e barcos, para que essas águas possam ser exploradas, mas, também, nadadeiras e cilindros de oxigênio, para que nelas seja possível imersão completa. Nessa direção, concernente aos estudos linguísticos, duas soluções são comumente propostas: uma língua única (Globish) ou uma tradução ubíqua (Googlish). A questão é se esta é, realmente, uma tradução, e aquela uma língua. No entanto, ambas são usadas para que empresas, por meio de suas marcas-fantasia, aliadas a órgãos supranacionais e governos nacionais, consigam a manutenção e a perpetuação daqueles que já ocupam o poder, como o Google o faz com sua ferramenta de tradução (Google Tradutor). Assim, esta pesquisa objetiva desvelar os pontos de entroncamento dessas duas ditas soluções, que encontram nos Estudos de Tradução desde entusiastas otimistas, a apocalípticos hostis, sem, contudo, fazer coro a nenhuma dessas correntes. Seguindo essas diretrizes, em primeiro lugar, serão discutidos os conceitos amplamente reverberados nos Estudos de Tradução que, para os fins desta tese, merecem revisão e, muitas vezes, reformulação, tais como: língua, tradução, cultura, Globish, globalização, mobilidade, *locale*, localidade, tradução automática, tradução assistida por computador, localização, Googlish; e, em segundo lugar, serão apresentados dados coletados em manifestações cotidianas dessas proposições: bens de consumo (no meio impresso e no meio digital), práticas dentro da academia (ementas de universidades, grades curriculares e relatos de professores e colegas) e experiências no âmbito profissional (relatos de tradutores profissionais ou funcionários efetivos de empresas de tradução). Acredito que este é um trabalho que contribui para um transitar crítico e realista dentro da academia e no âmbito profissional, uma vez que pretende colaborar para o fortalecimento de teorias que se revelem críticas e desconfiadas frente a proposições que desvalorizem projetos tradutórios cujos paradigmas cooperam com posicionamentos linguísticos nos quais cultura e diversidade têm papel primordial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução; Tradução mecânica; Tradutores (Programas de computador).

## ABSTRACT

This present doctoral thesis works with the confluence of marketing, computational linguistics and sociolinguistics theories, which flow into the sea of Translation Studies, in whose waters also companies and supranational bodies navigate. Transcultural linguistic practices that consolidate and dilute localities that are in line with a mobility scenario catalysed by Information and Communication Technologies are imposed on globalization. In the face of linguistic challenges, we seek not only tools that serve as oars and boats, so that these waters can be explored, but also fins and cylinders of oxygen, so that one can be immersed in them. In this direction, concerning linguistic studies, two solutions are commonly proposed: a single language (Globish) or a ubiquitous translation (Googlish). The point is if the latter is, in fact, a translation and the former a language. However, both are used for companies, through their Trade Names, allied with supranational bodies and national governments, to maintain and perpetuate those who already hold power, as Google does with its translation tool (Google Translate). These two soi-disant solutions are constantly discussed through in the Translation Studies by from optimistic enthusiasm to apocalyptic hostility, none being nevertheless, the standpoints from which this research targets to behold. Thus, this research, certainly, aims at unravelling the points in which the alleged solutions are interwoven. Bearing all the above in mind, I will first discuss the widely reverberated concepts in Translation Studies that, for the purposes of this thesis, deserve to be revisited and often reformulated, such as: language, translation, culture, Globish, globalization, mobility, locale, locality, machine translation, computer-assisted translation, localization, Googlish; and secondly, I will present data collected in everyday manifestations of these propositions: consumer goods (in print and digital media), practices within the academy (syllabus, curriculum grids and reports of professors and colleagues) and experiences in the professional field (reports of professional translators or effective employees of translation companies). I believe that this is a work that contributes to a critical and realistic journey within the academy and in the professional scope, since it intends to collaborate in the strengthening of theories that are intended to be critical and suspicious of propositions that devalue translation projects whose paradigms cooperate with linguistic positions in which culture and diversity play a key role.

**KEYWORDS:** Translation; Mechanical translating; Translators (computer programs)

## Lista de Figuras

Figura 1: “It’s all Greek to me”- Mark Liberman .....	31
Figura 2: Um lugar <i>não</i> chamado Grã-Bretanha.....	53
Figura 3: Captura de tela – palestra de Johnson (2016, minuto 4:23) .....	55
Figura 4: Triângulo de Vauquois.....	121
Figura 5: (a) Triângulo de Vauquois (b) Tradução Direta (c) Transferência .....	122
Figura 6: Site <i>Marks and Spencer</i> 2005 .....	180
Figura 7: Site <i>Marks and Spencer</i> 2018 .....	177
Figura 8: Site <i>Marks and Spencer</i> Emirados Árabes Unidos, Suíça e Canadá.....	177
Figura 9: Google Chrome computador norte-americano e brasileiro .....	180
Figura 10: Embalagem xampu tonalizante Wella.....	186
Figura 11: Cafeteira elétrica Dolce Gusto – França e Brasil .....	188
Figura 12: Barbeador Phillips – França e Brasil.....	188
Figura 13: Caixa de cápsula <i>Caffé Buongiorno</i> .....	190
Figura 14: <i>Buongiorno</i> – Matinal; lançamento <i>Ristretto Ardenza</i> e SAC .....	190
Figura 15: Lungo (Brasil); Grande (França); e Buondi (França) .....	192
Figura 16: Manual barbeador Phillips francês.....	193
Figura 17: Especificações do barbeador Phillips francês .....	194
Figura 18: Máquina Royal: Brasil mercado-alvo, mod. 10, 1914, Nova Iorque .....	195
Figura 19: Manual de instrução – máquina de escrever Royal.....	196
Figura 20: Teclados franceses DELL (preto) e APPLE (prata).....	197
Figura 21: Teclados brasileiros HP (preto) e APPLE (prata) .....	198
Figura 22: Sistema Apple – Brasil, França e EUA.....	201

## Sumário

<b>Introdução:</b> .....	<b>12</b>
<b>Capítulo I: Entre línguas</b> .....	<b>20</b>
1.1 <i>língua</i> .....	20
1.2 <i>Língua</i> .....	37
<b>Capítulo II: Globish</b> .....	<b>53</b>
2.1 A quem pertence o inglês?.....	56
2.2 Mudança paradigmática .....	59
2.3 Superdiversidade .....	62
2.4 Conceituando no novo paradigma .....	66
2.5 Por que <i>super</i> ? .....	76
2.6 A invenção do lugar de fala: estratégias de opressão e resistência.....	79
<b>Capítulo III: O sujeito neoliberal translíngue</b> .....	<b>83</b>
3.1 Globalização no capitalismo financeiro.....	83
3.2 Globalização sob uma condição: TIC.....	87
3.3 Quando se migra.....	92
3.4 O diversificado sujeito ideal do neoliberalismo.....	97
3.5 O currículo neoliberal.....	100
3.6 Virada plurilíngue neoliberal .....	102
3.7 Por uma clínica ideológica da virada multilíngue .....	105
3.8 Sem ressalvas.....	112
<b>Capítulo IV: Mecânica, Automática, Estatística, Neural: pedindo renomeação</b> ....	<b>113</b>
4.1 A formação das nuvens: meteorologia histórica .....	117
4.2 Irmãos separados ao nascer .....	119
4.3 Primeira Geração.....	120
4.4 O (des)propósito do emaranhado das TA(C): segunda geração.....	125
4.5 Caindo <i>nas</i> Nuvens: terceira geração.....	137
4.6 A solução Google.....	145
<b>Capítulo V: “Me localiza: <i>isso é traduzir?!</i>”</b> .....	<b>155</b>
5.1 Dizendo a que veio.....	155
5.2 <i>Locale</i> .....	158
5.3 Desdizendo de onde veio .....	163
5.4 A cadeia da localização: onde os presos são os próprios carcereiros.....	165
5.5 O elo perdido.....	170
5.6 Como se fez a corrente .....	171
5.7 O cordão de três dobras.....	174
5.8 O mundo <i>deslocalizado</i> em que vivemos .....	186
5.9 Assumindo a perda do elo .....	202
<b>Conclusão: A batalha final</b> .....	<b>207</b>
<b>Referências:</b> .....	<b>227</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>254</b>

## INTRODUÇÃO

*Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias.*

Manuel Castells, 2005, p. 17

Os Estudos de Tradução, como várias outras áreas das ciências humanas, discutem recorrentemente os reflexos do emprego das tecnologias digitais em nossas práticas cotidianas; muitas vezes, entretanto, essas discussões culminam em condenações ou absolvições de programas, ferramentas, *softwares*, etc., ignorando as intenções dos fabricantes ou idealizadores, bem como as subversões que, ainda assim, podem tomar corpo em práticas críticas de seus usuários. O sociólogo Manuel Castells, por meio da afirmação que serve de epígrafe para esta introdução, lembra-nos que as tecnologias não são em si tão poderosas, mas que há um discurso tácito, e não fortuito, que as empodera e as reveste de uma implacável soberania que nos reduz à posição de admiradores, agradecidos ou resignados.

O autor não quer, com isso, renegar os avanços tecnológicos nem ignorar suas potencialidades. Assim, continua: “a tecnologia é condição necessária, mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes” (CASTELLS, 2005, p. 17). Ou seja, uma organização em que atividades cotidianas de busca de informações ou estabelecimento de comunicações possam ocorrer em um ambiente fluido de barreiras geográficas praticamente dissolvidas – isso quando se consegue acessar esse ambiente. Nesse contexto de fronteiras transcendidas, preocupações com língua e cultura passam a ser primordiais para explorar as potencialidades do meio, assim como imprescindível a compreensão dos agentes por trás dele.

Ao falarmos de busca de informação na Internet, há uma confusão no campo do silogismo ou da semântica (ou será ainda um problema de metonímia mal-empregada?). Por entendermos que na rede encontramos “tudo de que precisamos”, estamos nos acostumando a utilizá-la como porta-treco, de forma que ao sermos indagados sobre algo (de política a fofocas) respondemos: “Joga no Google!”. Barbara Cassin (2007)<sup>1</sup> alerta, entretanto, para o fato de que a corporação Google não pode ser sinônimo da Internet nem maior que ela. Pelo contrário, trata-se de um motor de pesquisa como outros. E todo motor de pesquisa digital está *dentro* da Internet. Google é um motor de pesquisa digital. Logo, Google está dentro da

---

<sup>1</sup> Todas as traduções versadas do inglês, francês ou espanhol são de minha autoria.

<sup>2</sup> Para citar apenas alguns: Google Tradutor, o Google Livros, o Google Acadêmico, Google Maps etc.

Internet. E não o contrário. O perigo desse silogismo talvez esteja nos motivos (obscuros) que o levaram a ocupar tal posição de prestígio.

Os inúmeros desdobramentos<sup>2</sup> que o grupo empresarial oferece, na tentativa de cercar todas as áreas do conhecimento, reforçam preocupações teórico-práticas relativas a língua e cultura, isso porque independentemente de qual seja esse “produto-Google”, a empresa possui um objetivo do qual muito se orgulha e que expõe de maneira clara: “organizar as informações *do* mundo e torná-las universalmente acessíveis e úteis”<sup>3</sup>. Para tanto (e muito) as interfaces do produto deveriam ser apresentadas em várias línguas (como realmente acontece<sup>4</sup>), porém sem ignorar as diversas culturas das quais tais línguas fazem parte. Outra opção, para cumprirem tamanho objetivo, seria apenas torcer – e isso, ainda, se não tivessem poder de fazer ainda mais – para que todos falassem apenas uma língua, alimentando a Web prioritariamente com ela, possibilitando ao mundo o retorno ao estado anterior a Babel.

Quando se propõe a trabalhar com informação (“organizar a informação”) e comunicação (“torná-la acessível”), o Google se dispõe a lidar diretamente com questões de tradução, de apreensão de mundo, já que é por meio da língua que nos inserimos no mundo e o mundo em nós, sendo essa “muito mais que um simples código ou um instrumento de comunicação”, ela é, segundo Kanavillil Rajagopalan, “antes de qualquer outra coisa, uma das principais marcas da identidade de uma nação, um povo. Ela é uma bandeira política” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 93). Ora, ainda que a empresa não tivesse criado a marca Google Tradutor por acreditar que está “organizando” informação, ela entende que existe em um livro, uma imagem, um filme, um *trailer*, um programa de rádio, etc. algo passível da classificação “informação transmissível”; assim, ela já estaria enredada, por si só, como diz Jacques Derrida, no “transporte de um sentido, de um valor de verdade, de uma língua em uma outra”, acreditando (ou querendo fazer acreditar) que tal transporte se faz “sem dano essencial” (DERRIDA, 1982, p. 15-16). De forma a não mostrar tanto interesse em olhar para as marcas identitárias e, muito menos, para as bandeiras políticas que carregam as línguas.

Diferentemente de programas que analisam sintaxe, campo semântico, “colocações” [*collocation*]<sup>5</sup>, homonímias etc., o Google Tradutor (GT) ora recorre ao número

<sup>2</sup> Para citar apenas alguns: Google Tradutor, o Google Livros, o Google Acadêmico, Google Maps etc.

<sup>3</sup> Grifo meu. Cf. <https://www.google.com/intl/en/about/our-story/> Acesso em: 09 de dez. 2017

<sup>4</sup> No site do *Google Tradutor*, a empresa apresenta uma tabela em que expõe as habilidades, funcionalidades e tipos de sistemas que oferecem em relação a 104 línguas.

Cf. <https://translate.google.com/intl/en/about/languages/> - Acesso em 09/ de dez. 2017.

<sup>5</sup> Termo largamente usado no campo de ensino de língua estrangeira e pela linguística de corpus para designar possíveis e prováveis combinações de palavras em frases, cristalizadas pelo uso.

de ocorrências, ora a um algoritmo<sup>6</sup> interlíngue de rede neural, para sugerir (ou determinar, dependendo do usuário) uma tradução que entende como confiável, o que fez com que meu interesse por estudar esse site aumentasse. Comecei por problematizar, então, de que forma em suas ferramentas transpareciam suas preocupações com as culturas das línguas que se propunha a traduzir, já que vejo ser no entroncamento dessas línguas-culturas que a tradução se faz necessária, sendo aí que toma corpo como único “aquilo que no outro permanece incontrolável e incontestável em sua alteridade” (SISCAR, 2000, p. 65). Eis a razão pela qual defendo que uma indexação que ignore, por exemplo, as homonímias, ou “uma palavra que significa duas coisas ao mesmo tempo e que não podemos traduzir em outra língua sem perda essencial” (DERRIDA, 1982, p. 16), não pode se dizer preocupada em ajudar as pessoas “a compreender e se comunicar em mais de 100 idiomas”<sup>7</sup>, a não ser que enxergue tais atividades cognitivas fora das línguas, ou ainda, dentro de apenas uma língua: o inglês, e, por que não, *um* inglês.

Assim, a outra opção para viabilizar o objetivo megalomaniaco do Google, a saber, a língua única, espalha-se rapidamente, desafiando o conceituar de línguas interligado a cultura, pensamento, mundo, etc.; posto que ela se assume como uma espécie de inglês-universalizado, cuja versatilidade advém do fato de ser despido de ambiguidades, de lhe terem sido apagadas as homonímias. Requer-se, portanto, entender ambas as soluções conjuntamente e no curso das práticas linguísticas pelas quais se constroem.

Nessa direção, esta tese propõe examinar o que se nomeia Tradução Automática do Google (Googlish) e inglês-universalizado (Globish), termos esses que ainda se veem carentes de reflexão – e não de consenso –, a fim de investigar em que medida se aproximam, de forma a não ignorar suas manifestações em um mundo informatizado, digitalizado e baseado na informação consumível; ou seja, um mundo no qual tudo que se preza só é validado e apreciado se palatável, se em formato de informação digerível – ou ruminada.

O objetivo da presente pesquisa é, então, primeiramente, trazer contribuições teórico-práticas para o campo dos Estudos de Tradução, de modo a apontar problemas que emergem quando teorias de campos distintos, cujas premissas divergem em essência das ciências sociais, são trazidas e absorvidas acriticamente em diversas instâncias pelas quais circulam (academia, profissional e pessoal) – embora, com isso, eu não esteja apontando como acriticas todas as produções que dessas teorias se servem. Por outro lado, ainda sobre essas contribuições advindas dos estudos de áreas diversas, aponto soluções quando são

---

<sup>6</sup> Para definição desse termo, Cf. nota 115, do Capítulo 4.

<sup>7</sup> [https://translate.google.com/intl/pt-BR\\_ALL/about/languages/index.html](https://translate.google.com/intl/pt-BR_ALL/about/languages/index.html) - Acesso em: 09 de dez. 2017

incorporadas aos Estudos de Tradução teorias inquietantes e provocadoras, pelas quais não se pode passar incólume, diante do objetivo de enriquecer o arcabouço teórico crítico, sem ignorar resultados profissionais e comerciais, de uma área que é intrinsecamente social, como a do presente texto.

A partir dessas reflexões, delinheiro as contradições teóricas propagadas e ratificadas por meio de dados coletados, e, assim, sigo ao segundo objetivo desta tese, a saber, responder às seguintes perguntas:

- 1 – Qual o projeto tradutório que revela as visões sobre língua subjacentes ao Google Tradutor?
- 2 – Em que medida o projeto tradutório do Google Tradutor corrobora o estabelecimento do inglês como língua franca?

Esses questionamentos vêm ganhando importância diante da crescente confiabilidade atribuída aos motores de pesquisa (e, conseqüentemente, aos produtos associados a eles), os quais conseguem, paulatinamente, inventar diferentes maneiras de fazer com que sua utilização seja vinculada à obtenção de dados e contribuições dos usuários, que os fornecem ora movidos por uma sensação de parceria, ora por resignação; e da não menos crescente demanda por comunicação transnacional com alto índice de entendimento mútuo em espaço-tempo síncrono, que tem no inglês-universalizado um forte aliado, muitas vezes, inclusive, apoiado por teóricos críticos e dedicados da Linguística Aplicada.

Tais objetivos são de urgente perseguição frente a conseqüências nocivas não apenas aos Estudos de Tradução, mas também às relações humanas, como discuto nesta tese, fazendo inexorável o aparecimento de gerações que busquem, cada vez mais, o apagamento da alteridade presente nas diversidades linguísticas e a manutenção de um *statu quo* que, ao mesmo tempo em que empobrece a maioria, também a silencia.

## **Metodologia**

Uma das grandezas que admiro no fazer ciência é a coragem de falar quando ainda se está lá. É quase que um deitar-se no divã. Colocar-se dentro do furacão e escolher encarar sua pupila – ou um reviver do mito platônico da visão de sombras distorcidas. Quantas não são as vezes em que no meio acadêmico ouvimos críticas àqueles que “erraram” em suas previsões ou que não foram tão precisos em seus levantamentos. E aqui não faço

distinção entre rótulos de construção genitiva “de humanas” e “de exatas”, razão pela qual é preciso coragem para falar e ainda achar graça nos rótulos vindouros. Chamamos Benjamin de derrotista – afinal, “acabou se matando” –, Baudrillard de terrorista pessimista, Debord de sombrio, Saussure de simplista, Freud de obcecado, Sartre de inconstante, Derrida de prolixo, Žižek de hollywoodiano, Adorno de apocalíptico, tudo isso porque ousaram falar em nome próprio e tomando posição. Assim, falar do percurso do método, cujas trilhas fui traçando enquanto caminhava, não deixa de ser falar de como abraço minhas hipóteses situadas temporal e localmente – mesmo que com braços alheios que sirvam como extensões de meus próprios braços, até que não mais, até que já se transformem em meus, para que desses já geneticamente modificados braços sejam feitas próteses para muitos outros. De forma que me dedico, aqui, a expor o *como* e o *por meio do que* falo.

### **Paradigma, Abordagem, Natureza e Procedimentos**

Concernente ao paradigma, por não objetivar representatividades numéricas – nem numerosas –, classifico minha pesquisa como uma busca de dados de natureza qualitativa, colocando-me como pesquisadora que tem conhecimento “parcial e limitado” (GEHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32), ou seja, sigo, dessa maneira, um paradigma de pesquisa interpretativista. Entretanto, com Maria Teresa Freitas, entendo que os paradigmas trabalham em coexistência (2003), assim, além de interpretativista, esta pesquisa é também de cunho crítico. Enquanto interpretativista, busca compreender o problema a partir de uma realidade vista como construída, influenciada por fatores subjetivos concernentes aos envolvidos na pesquisa (pesquisador, objeto, etc.), “fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades” (MOITA LOPES, 1994, p. 331); como crítica, “a relação do pesquisador com o objeto de pesquisa é marcada pelo desejo de mudança, pelo compromisso com a emancipação humana” (FREITAS, 2003, p. 3). Desse modo, mesmo que a pesquisa seja feita com uma amostra numericamente ínfima, ela servirá de subsídio para aprofundamento e produção de transformações, inclusive, no campo dos Estudos de Tradução, assumindo, portanto, abordagens metodológicas qualitativas. Por concernir a situações sociais tanto de práticas tradutórias feitas com o auxílio – impositivo – do Google Tradutor, quanto do estabelecimento do inglês-universalizado como língua franca, analisadas dentro de seus contextos históricos, políticos e científicos, destaco a impossibilidade de investigação fora desse conjunto de contextos. Tornou-se, assim, essencial que eu trabalhasse com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde [trabalhar

com] um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (GEHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32), ou seja, “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados” (p. 32). Ao escolher, assim, o caminho por essa abordagem, opto por ecoar as palavras de Adorno: “Quando fui confrontado com a exigência de ‘medir a cultura’, refleti que a cultura deve ser precisamente aquela condição que exclui uma mentalidade capaz de medi-la” (ADORNO, 1969, p. 347).

Sobre a natureza desta pesquisa – ainda no movimento alertado por Bruno Latour (2013, p. 9) “de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder” –, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, pela qual virão novos conhecimentos “úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista” (GEHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 34), mas com a capacidade de abalar as aplicações práticas de forma imprevista. Sendo uma pesquisa exploratória, meu objetivo é o de provocar maior aproximação ao problema, expondo suas questões político ideológicas, e mantendo-a aberta a construções hipotéticas.

Em relação aos procedimentos, esta é uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Primeiramente porque, como defende Antonio Carlos Gil (2009), trata-se de um levantamento bibliográfico cujo objetivo é o de desvelar a ideologia e o projeto tradutório que sustentam os usos de um programa único, o Google Tradutor, analisando as coincidências deste com uma língua única, o Globish. A esse levantamento, adicionam-se uma reflexão e uma investigação “em profundidade [d]o como e [d]o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única” (FONSECA, 2002, p. 33 citado por GEHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 39) acaba por revelar traços tão essenciais e característicos que se tornam repetidos.

## **Geração de dados**

Para a elaboração da coleta de dados, ao longo dos anos de doutorado, produzi e reproduzi “traduções” recorrendo à ferramenta Google Tradutor (Anexo II), analisei *softwares*, *hardwares* e embalagens de produtos que passaram pelo procedimento comercial de localização (Capítulo 5 e Anexo III), além de levantamentos de colocações que o Google fez de seus produtos, em especial do GT, por meio de seu Blog<sup>8</sup>.

Recorri a grande volume de livros e artigos que, também, analisam o(s) trabalho(s) dessa empresa, em especial o livro de Barbara Cassin (2007), que não só serviu de

---

<sup>8</sup> <https://blog.google/>

impulso inicial para esta pesquisa, como também alimenta cada reflexão, mesmo que indiretamente – uma vez que a autora tem, nos últimos 11 anos, retomado as ideias reunidas nessa publicação. Para todas as questões que embasam as problematizações referentes ao Googlish e ao Globish, fiz levantamentos em bibliotecas das universidades em que estudei, como também em universidades especializadas *on-line*, muitas vezes de acesso restrito.

Em intercâmbio de doutorado sanduíche na Universidade de Grenoble Alpes, tive, ainda, a oportunidade de assistir a aulas de mestrado profissional da disciplina *Localisation et TAO* [localização e TAC], para formação especializada em Tradução Automática (TA) e em Tradução Assistida por Computador (TAC), durante as quais pude não apenas coletar dados que ampliassem os citados acima, como pude ter mais acesso a discussões e bibliografias que certamente enriqueceram esta tese. Inscrevi-me, também, no curso *on-line* da Universidade de Stanford “*Natural Language Processing with Deep Learning CS224N/Ling284*” [Processamento de Linguagem Natural com Aprendizagem Profunda], tendo acesso a mais de 38 horas de aula, durante as quais o GT, em sua mais nova versão neural, é explicado em detalhes, além de poder ter aprofundado outras teorias que foram essenciais para esta tese, e que serão discutidas, em especial, no Capítulo 4.

## **Organização dos Capítulos**

No Capítulo 1, parto de reflexões sobre língua, pensamento, tradução, seguindo um percurso que coloca o filosófico frente ao pragmatismo em favor da ideologia nacional e pós-nacional, nas quais conceitos de monolinguismo, bilinguismo e multilinguismo encontram diferentes acolhimentos. No Capítulo 2, atendo-me às questões relativas à adoção do inglês como língua franca, as quais contestam políticas e identidades linguísticas, culminando na urgência de um novo paradigma para a Linguística Aplicada (LA) e estratégias novas para subversão da ordem dominante. Reviso alguns dos termos empregados para se falar do Globish, bem como conceitos centrais a teses de autores importantes para o novo paradigma que se propõe para a LA.

Para melhor compreender as parcerias que forças políticas supranacionais engendram com corporações privadas e, juntas, cumprem diretrizes que facilitam a perpetuação de ambas no poder, proponho, no Capítulo 3, uma discussão sobre globalização nas ciências sociais. Nesse capítulo, ainda, desenvolvo uma argumentação que coloca as línguas e as TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) como centrais para o desempenho dos planos da parceria mencionada. Já estabelecidas as relações sociopolíticas

que trabalham em direção à manutenção do *statu quo*, no Capítulo 4, discorro sobre o cenário histórico (e sempre político) em que as ideias e sistemas de Tradução Automática (TA) ganharam credibilidade para ocuparem, ao lado do inglês, o lugar de solução-padrão para os desafios linguísticos de nossa sociedade atual. Nesse capítulo, então, discuto os diferentes sistemas de TA e amplio a reflexão para que, no Capítulo 5, sejam problematizadas as atividades de localização que são as maiores aplicabilidades e reiteraões de projetos tradutórios, como o do Google.

No quinto e último capítulo, então, agrego à argumentação, dados coletados nos meios impresso e digital, concernentes a produtos e serviços, cujas manifestações nas práticas comerciais corroboram a longevidade dos objetivos a que servem as ditas traduções automáticas. Para tanto, discuto práticas e etapas do processo de localização de produtos que visam ao mercado internacional. Nas considerações finais recomponho a linha narrativa dessa íntima ligação entre Globish e Googlish, convocando os leitores a ações que possam proporcionar um mundo criativamente imprevisível, baseado na valorização das diferenças.

## Capítulo I

### Entre línguas

*D'un certain point de vue nous acquérons des langues comme nous acquérons des objets, en nous fondant sur une certaine idée de leur utilité, sur le bénéfice que nous attendons de leur possession : ici aussi nos représentations déterminent nos pratiques.*  
Louis-Jean Calvet, 1999, p. 12<sup>9</sup>

A observação de Calvet sobre a “aquisição” de língua como sendo a de um objeto deixa de ser uma analogia quando se acredita que uma língua pode ser colocada em um arquivo – digital, físico ou cerebral – sob a ilusão de estar ali contida e compilada, para pronto acesso. Mesmo se apreendida como um “bem”, é preciso que se reflita sobre detalhes valiosos que confiam peculiaridade a esse nosso “bem”. O autor começa por refletir que um objeto qualquer é sempre “uma propriedade pessoal [...]”. A língua é o contrário, uma propriedade coletiva sobre a qual o indivíduo não tem direitos ou poderes reais e que, sobretudo, se valoriza ainda mais à medida que for mais usada” (CALVET, 1999, p. 12). À primeira vista, as colocações de Calvet sobre a nossa relação de propriedade com a língua, bem como nossa impossibilidade de soberania sobre ela parecem uma charada capciosa e de difícil solução. Preparemo-nos para entrar nessa discussão, portanto.

#### 1.1 Língua

Quando acessamos as explicações de Barbara Cassin sobre o tema, por meio de uma conferência, dirigida a crianças a partir de dez anos de idade, transformada em livro, percebemos que o enigma é desfeito no momento em que a premissa é delatada – e pega em flagrante. A autora, com maestria e de maneira singela, inicia sua exposição a partir do que ela chama de “língua materna”, dizendo ser a língua “na qual nós sonhamos [...], da qual estamos impregnados”, ressaltando que embora sejamos “os mestres dessa língua, contudo é ela quem nos tem. [...] Somos o mestre porque podemos dizer o que queremos [por meio dela], mas é ela que nos tem porque ela determina nossa maneira de pensar, nosso modo de vida, nossa maneira de ser” (CASSIN, 2012, p. 14-15). Diante disso, recorrer à ideia de

---

<sup>9</sup> “De certo ponto de vista, adquirimos línguas como adquirimos objetos, baseando-nos em uma determinada ideia da utilidade que terão, no benefício que esperamos de sua posse: aqui também nossas representações determinam nossas práticas”.

propriedade, mesmo que coletiva, não parece algo muito certo de se dizer sobre a relação que empreitamos com a *nossa* língua, embora, ainda assim, sejamos impelidos a apontá-la como *nossa*, por ser essa a grande inventora do mundo qual o enxergamos. É possível perceber, facilmente, ainda, que essas colocações de Cassin são devedoras a reflexões feitas anteriormente por Wilhelm von Humboldt. O autor prussiano esclarece ser possível dizer que “a língua me pertence, porque eu a manifesto como só eu faço; estando isso diretamente fundamentado no falar e no falado de todas as gerações humanas, porquanto uma comunicação se manteve ininterrupta entre eles,” vê-se que, na verdade, “é a própria língua que me contém quando falo” (HUMBOLDT, 1988, p. 63).

A adesão de Cassin a essas ideias é, inclusive, declarada pela autora, tanto na introdução do que ficou conhecido por seu subtítulo “Dicionário dos intraduzíveis” [*Dictionnaire des intraduisibles*] (CASSIN, 2004, p. xx), como em um trabalho mais recente em que o dicionário é adjetivado como humboldtiano (CASSIN, 2016, p. 177). A autora, assim, ecoa o ideário de Humboldt de que cada língua produz uma visão de mundo singular, ao passo que as línguas são, em última instância, constituintes de diferentes perspectivas que engendram o próprio mundo. Essa capacidade que a língua tem se dá porque “a soma de todas as palavras, a língua, é um mundo situado no espaço intermediário entre o mundo externo, aparente, e o mundo interno que age em nós” (HUMBOLDT, 2006, p. 9), ou seja, a língua não diz respeito ao que todos vemos em acontecimento pelo mundo, simplesmente porque não existe esse falso consenso chamado *mundo*, nem mesmo em objetos concretos palpáveis (p. 17-19). O pensador, assim, exorta que

devemos considerar a língua menos como um *produto* morto, mas muito mais como uma *produção*; deve-se abstrair mais do que ela faz como um designador de objetos e instrumento de compreensão, e voltarmos [...] a sua origem, estreitamente entrelaçada [...] com a atividade mental interna e com sua influência recíproca sobre essa última. (HUMBOLDT, 1988, p. 48 – grifos do autor)

Assim, o fato de o conjunto de palavras ser uma língua diz menos sobre esta última do que a relação que ela desenvolve com as atividades mentais internas, que, aí, sim, criam mundos.

Entretanto, ela tampouco é sinônimo do pensamento. O pensamento não é a língua e a língua não é o pensamento. Um serve ao outro em processo completivo (HUMBOLDT, 2006a, p. 65-69), “a linguagem nada mais é do que o complemento do ato de pensar, a intenção de elevar as impressões externas e as sensações internas ainda obscuras à condição de conceitos nítidos, e, para a criação de novos conceitos, ligar esses conceitos uns

aos outros” (p. 11). Ao mesmo tempo em que a língua organiza o pensamento, o pensamento se expande pela língua, e, ainda, por ela, se limita (p. 69). Trata-se, dessa maneira, de uma “dependência recíproca do pensamento e da palavra” (p. 77), em que nenhum dos envolvidos é postos em jogo de maneira finita e imutável.

De maneira resumida, o autor explica que

assim como nenhum conceito é possível sem a linguagem, também não pode haver objeto para a mente, pois é somente por meio do conceito, obviamente, que qualquer coisa externa adquire existência completa para a consciência. Mas todo o modo de *perceber* as coisas *subjetivamente* passa necessariamente pela cultura e o uso da língua. (HUMBOLDT, 1988, p. 59 – grifos do autor)

Humboldt, então, considera equivocada a percepção de que uma língua, simplesmente, nomeia algo existente. O que está externo só se internaliza pelo amoldamento da linguagem que torna aquilo nomeável, apreendido, em última instância, existente. Essa apreensão acultura o sujeito que pode, por meio dela, dar vida aos componentes de um mundo em sua mente.

Daí o autor defender a ideia de que “em toda língua reside uma *visão-de-mundo* característica” (p. 60 – grifo do autor), e ao se manifestar *no mundo*, ela o modifica à sua semelhança. Podemos dizer, a partir dessa reflexão, que uma língua é uma ação *sui generis* sobre o mundo, bem como o mundo é uma ação *sui generis* sobre a língua. Isso porque o que está interno também só se faz perceptível externamente pelo amoldamento da linguagem, que o torna existente. O sujeito, então, por meio da linguagem, pode dar vida aos componentes de sua mente em um mundo compartilhável.

Compreender a força constitutiva de *mundos* presente nas línguas que, por sua vez, é constantemente permeada pela ideia de “posse” e “soberania”, nos remete ao diálogo inaugural de outra conferência, também transformada em livro, desta vez, proferida por Jacques Derrida, sob o título “O monolinguismo do outro” [*Le monolinguisme de l'autre*] (1996). O filósofo pede aos ali presentes para imaginarem um cidadão francês, que cultiva a cultura francesa, dizendo, em um “bom francês” [*bon français*]: “Eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha” (DERRIDA, 1996, p. 13). No mesmo livro, páginas à frente, ele reforça o direito de a frase ser dita não somente pelos franceses, mas por todos: “qualquer pessoa tem que poder dizer ‘eu não tenho senão uma só língua e (mas, de agora em diante, permanentemente) ela não é minha’ ” (p. 42). Para Derrida, essa única língua se impõe ao indivíduo em ameaça e promessa (p. 43), apresentando-se como “língua de chegada ou, melhor, de porvir” [*une langue d'arrivée ou plutôt d'avenir*] (p. 118), pelo inexorável

amoldamento que ela dará ao seu mundo. O autor diz tratar-se de uma “monolíngua disponível” [*monolanguie disponible*], comparando-a a uma espécie de hospitalidade em potencial, que existe em um anfitrião, mesmo que ele ainda não tenha feito nenhum convite (p. 125). O hóspede-monolíngue, então, e de antemão, reconhece lá uma morada.

Nessa reflexão derridiana, também, retumbam ecos de Humboldt, o qual já preconizava a monolíngua pessoal, dizendo: “posto que na língua é tão ostensiva a *individualização* dentro da *similaridade geral* que podemos dizer com igual precisão que toda humanidade possui apenas uma única língua e cada pessoa uma língua que lhe é própria” (HUMBOLDT, 1988, p. 53 – grifos do autor). Esse extrato, sem o acompanhamento de seus cotextos e dos muitos ensaios que o autor escreveu sobre o tema, pode levar à ilusão de um Humboldt que crê em uma estrutura profunda e universal da língua, igualando-as, e apagando suas diferenças. No entanto, basta olharmos a citação que apresentei anteriormente (Cf. HUMBOLDT, 1988, p. 59-60), para que seja reiterado que, na verdade, Humboldt acredita que

como o espírito que se revela no mundo não pode ser reconhecido de modo exaustivo por nenhuma dada quantidade de pontos de vista, sendo antes que cada novo ponto de vista descobre algo de novo –, seria portanto melhor multiplicar as diferentes línguas, na medida permitida pelo número de seres humanos habitantes do planeta. (HUMBOLDT, 2006, p. 9)

De forma a ficar evidente que, para o autor, não só as diferentes línguas revelam os subtons das diversas apreensões do “espírito que se revela no mundo”, mas, ao mesmo tempo, cria e desvela tantos outros nunca antes apreciados. Daí dizer, que, na verdade, Humboldt afasta-se da ideia de uma língua universal e se aproxima da força inventiva do ser humano sobre as estruturas da língua. Em outras palavras, para ele, “somente pelo indivíduo a língua recebe sua determinação final” (HUMBOLDT, 1988, p. 63). Isso porque enquanto “a língua é [...] a aparência externa do espírito de um povo” (p. 46) – como veremos mais em profundidade à frente –, ela, “em qualquer forma que possamos recebê-la, é sempre a expiração espiritual de uma vida nacionalmente individual”, ou seja, “ambos os fatores [individual e coletivo] devem se fazer presentes” (p. 51).

O destaque que Humboldt confere à atuação do pessoal sobre o coletivo, e vice-versa, vem, assim, de trocas entre o que é visto como “de fora” (a comunidade, as coisas, etc.) e o que é visto como “de dentro” (a criatividade, os pensamentos, etc.), que resulta em produções artísticas, conceitos científicos ou simples devaneios delimitados pelas línguas que habitamos (ou, mais especificamente, em que *demeuramos*<sup>10</sup>). Não sendo elas um *produto*

---

<sup>10</sup> Recorro, aqui, a Derrida que, constantemente, emprega o verbo *demeurer* [habitar] e o substantivo *demeure*

*morto*, estanque e absterido de reflexos e potencialidades frente aos acontecimentos, já que cada indivíduo, reciprocamente, “molda também a língua. Pois, como, senão por meio dessas influências, a língua teria se formado e crescido desde seu estado primitivo e rude até a formação completa na ciência e na arte?” (SCHLEIERMACHER, 2007, p. 238). Friedrich Schleiermacher, aqui, mostra-se também adepto à propriedade constitutiva das línguas, em consonância com Humboldt, que as fazem vivas e, portanto, passíveis de mudanças, empréstimos, apropriações e perdas. Dessa maneira é que o pensamento, a criatividade, a inventividade também vão modificando a própria língua no trabalho recíproco do qual Humboldt fala acima, em que “o esforço *persistente da mente* em usar a língua tem uma influência definitiva e contínua até mesmo na verdadeira estrutura da língua e no padrão real de suas formas” (HUMBOLDT, 1988, p. 148 – grifos do autor) – mesmo que nessa publicação, mais à frente (p. 149), o autor prussiano acrescente tratar-se, esse, de um processo que tenda a diminuir à medida que a língua se estabilize.

Para Humboldt, o mundo criado pela língua não é, então, o mesmo mundo para todos os falantes daquela língua, “*imaginação e sentimento* engendram formas únicas, em que emerge o caráter individual da nação, mas como tudo relacionado ao indivíduo, as muitas maneiras de representação de um dado assunto, em formas sempre diferentes, se estendem até o infinito” (p. 82 – grifos do autor). De forma que, graças ao caráter produtivo da língua, não se trata simplesmente de diferentes “representações”, e, sim, de diferentes “mundos”. Isso porque

a *língua*, considerada em sua natureza real, é duradoura e, a todo momento, *transitória*. Mesmo a sua manutenção, por escrito, é sempre apenas uma preservação incompleta, mumificada, sendo necessária apenas para tentar retratar a expressão viva. Em si ela não é produto (*Ergon*), mas uma atividade (*Energeia*). [...] Isso é precisamente o aspecto mais elevado e mais refinado que [...] só pode ser percebido ou adivinhado no *discurso conectado*; o que é mais uma prova de que a língua propriamente dita reside no ato de sua produção real. (HUMBOLDT, 1988, p. 49 – grifos do autor)

Ela só vem a ser em espaço-em-tempo<sup>11</sup> – ou em tempo-em-espaço – ativo e social.

Louis-Jean Calvet, seguindo William Labov, chamou atenção a esse propósito, ao dizer que a língua é um “fato social” [*fait social*] (p. 103) e, por isso, deveríamos escrever

---

[permanência; morada], explorando-os na tentativa de performar a grandeza do efeito-língua sobre o nós. Frases como “Eu sou monolíngue. Meu monolinguismo prolonga-se [*demeure*], e eu o chamo de minha casa [*demeure*], e eu o sinto como tal, nele permaneço e vivo. Ele mora em mim” (DERRIDA, 1996, p. 13) revelam a poeticidade e força que o filósofo oferece ao termo, das quais me sirvo retomando-o.

<sup>11</sup> Gostaria de evocar aqui as reflexões de Derrida (2006) sobre um “se tornar tempo” do espaço e um “se tornar espaço” do tempo [*devenir-temps de l'espace et devenir-espace du temps*] (p. 8), que se liga a um presente que se constitui (p. 13 e 14).

“(socio)linguística”, ao nos referir à linguística, usando “os parênteses com a função de sugerir que aquela parte da palavra um dia caísse, como um fruto maduro, quando a linguística se tornasse, finalmente, social” (CALVET, 2004, p. 10). Seguindo esse entendimento, “a abordagem histórica e social dos fatos linguísticos não é nem periférica nem alternativa, ela tem um poder explicativo significativo” (p. 124). É somente nos argumentos sociais e históricos que as diversidades linguísticas se esclarecem, fazendo impossível a argumentação de que todas línguas são apenas a manifestação na superfície de uma única língua profunda (p. 126). Além de que, como dito acima, é apenas no movimento geo-histórico de tempo e espaço que a língua acontece.

As diferentes manifestações linguísticas compreendidas a partir de fato social, assemelham-se às que são relacionadas a *práticas* sociais, já que ambas percebem que as línguas não existem como tais se extirpadas de seus acontecimentos, pois são neles constituídas, tem-se “forma, função e significado [...] gerados por meio das atividades sociais. Nessa perspectiva, prática não é passiva e nem secundária, é gerativa” (CANAGARAJAH, 2013, p. 27) – daí, ainda, minha preferência a *fato*.

Percebo, nessa escuta, que a língua, como atividade produtora de mundo e por ele também produzida, se forma e se perpetua em práticas sociais e também, nelas, esvanece-se. Ou seja, é em “repetidos atos sociais e materiais que ganharam estabilidade suficiente ao longo do tempo para se reproduzirem” (PENNYCOOK, 2016, p. 10) que a língua se faz *Energeia*. E essas “práticas prefiguram atividades, e são as formas pelas quais as práticas linguísticas são moldadas (precedentes sociais, culturais, discursivos e históricos, além de contextos concomitantes) que se tornam centrais à compreensão de qualquer linguagem” (PENNYCOOK, 2010, p. 9); entendo que uma noção puramente sistêmica da língua deveria ser contradita. De forma a ser possível dizer que a ideia de “língua como um sistema autônomo que preexiste a seu uso e a competência como uma capacidade interna que explica a produção da linguagem” (PENNYCOOK, 2010, p. 9) é desestabilizada pela *Energeia* de Humboldt. Tal *Energeia* não exclui o caráter inerentemente social das línguas, ou seja, as línguas se produzem em acontecimentos que envolvem intenção, propósito, frustração, psiques, corpos, tempo e lugares.

Diante do exposto, entendo que a ideia de *Energeia* subsiste à de práticas linguísticas. Colocados paralelamente, esses dois conceitos apresentam muitos pontos de convergência. Seguindo a definição de Alastair Pennycook sobre o segundo conceito, o autor diz que “práticas linguísticas são práticas sociais e meso-políticas recorrentes que se interpõem entre a estrutura social e a ação individual”, sob a perspectiva de que tais práticas

“não são redutíveis às coisas que dizemos, escrevemos ou lemos; mas sim são o princípio organizador por trás dessas coisas” (PENNYCOOK, 2010, p. 32). Essa iteração é, no entanto, criativa, uma vez que “repetição sempre implica diferença, já que dois momentos, eventos, palavras não podem ser iguais” (p. 43). Principalmente porque tais atividades emergem a partir da afluência de forças individuais (vontades, ímpetos, trajetórias pessoais, etc.) e sociais (pressões, convenções sociais, culturais ou ideológicas, etc.), tomando corpo por meio “de sua realocização no espaço e no tempo”, ou seja, sendo, constantemente, “a repetição da diferença” (PENNYCOOK, 2010, p. 52), ganhando e perdendo significado ao re-acontecer. Daí não haver lugar para mesmice em práticas linguísticas e nem na atividade humboldtiana.

Interessa-me destacar que *Energeia* e práticas linguísticas juntam-se, assim, ao monolinguismo de Derrida. Uma vez que as três abordagens colocam em evidência a força do indivíduo que, repetindo as atividades linguísticas em práticas sociais, mantém com a linguagem uma relação singular e pessoal, em que a multiplicidade de línguas e recursos semióticos são constituintes do indivíduo, prescrevendo-o (DERRIDA, 1996, p. 14).

Revela-se, porém, um cuidado em Derrida de esclarecer como a já mencionada *ostensiva individualização* (HUMBOLDT, 1988, p. 53), presente na língua, cuja constituição é proveniente das diversas línguas que o sujeito habita (PENNYCOOK, 2010), ganha corpo por *relocalização* (p. 52), e desincorporação, fazendo-nos inelutavelmente monolíngues. Não sendo *monolinguismo* singular e, sim, incalculável, uma energia amalgâmica que reúne, em ambivalência, a ilusão do uno com a sobriedade do múltiplo, não se trata de “uma identidade aritmética, nem mesmo de uma identidade, simplesmente” (DERRIDA, 1996, p. 55). Não há nele pureza, por não ser destituído de história, de contatos, de traumas, de realizações, de perdas, de empréstimos, de violações, de revoluções e de guerras, ou seja, de todas as relações políticas, sociais e históricas que o transpassam ao mesmo tempo em que lhe dão contornos.

Por isso, e ainda assim, não somos dele estrangeiros (p. 18), mas tão somente mestres. Digo “tão somente”, porque, ainda segundo Derrida, “ao contrário do que muitas vezes somos tentados a acreditar, o mestre não é nada. E ele não tem nada de próprio. Porque o mestre não tem nada propriamente, *naturalmente*, no entanto, ele a chama de sua língua” (p. 45 – grifo do autor). No entanto, a crença nessa inútil maestria confere-lhe impostura de dono. Assim, o mestre que, *de jure*, carrega o certificado de nascido na língua, o qual sustenta o “mito da natividade” (RAJAGOPALAN, 1997), aquele que é essa entidade dotada de pureza linguística, ideias intuitivas e malemolência na dita língua (PENNYCOOK, 2012, p. 81), *de facto*, com ela não tem identidade congênita, nem ontológica, por não ser “seu bem natural” –

mesmo que a ideologia nacionalista (como veremos mais à frente) queira que assim acreditemos, seja por “milagre, retórica, escola ou exército” (DERRIDA, 1996, p. 45).

Por meio dessa crença imposta ideologicamente, tenta-se reduzir as línguas “à hegemonia do homogêneo. Isso pode ser verificado em todos os lugares, onde quer que na cultura essa homo-hegemonia esteja em ação, apagando as dobras e achatando o texto” (DERRIDA, 1996, p. 69-70). A violência desse achatamento não coloca em custódia todos os nascidos, crescidos e amadurecidos em uma dada língua, somente aqueles cujas marcas-políticas-de-nascença (-conquista-ou-roubo) estiverem assim inscritas nos umbrais das portas de suas casas – já, de início, é preciso ter porta, casa, até diploma. A ambivalência dessa natividade se dá ao se perceber que a liberdade que o “falante nativo” tem sobre uma língua vem exclusivamente do fato dele estar a ela preso, ou, ainda, da obrigatoriedade de ser preso a *qualquer* língua, não importando se desta ou daquela, mas é essencial que se seja “nativo” de *alguma* língua (RAJAGOPALAN, 2005, p. 14). Impõe-se, dessa maneira, a autoridade da cidadania, mesmo sabendo que ela

não define participação cultural, linguística ou histórica em geral, [que] ela não recobre todas essas pertencas. Mas ela não é, porém, um predicado superficial ou superestrutural flutuando à superfície da experiência. Sobretudo quando essa cidadania é de ponta a ponta *temporária, recente, ameaçada*, mais artificial do que nunca. (DERRIDA, 1996, p. 33 – grifos do autor)

Isso porque ser um argelino, um francês, um mexicano, um venezuelano, um brasileiro, etc. revela algo sobre *ser*, embora isso seja imensurável e demasiadamente amplo. A imprudência, portanto, reside em restringir as bordas desse *ser* à cidadania, à religião, ao posicionamento político, à formação acadêmica, à identidade de gênero, à orientação sexual, à pessoa com quem se casa, ao filho que se tem, à mãe de quem se nasce. Somos *filhos de mil homens*, levamos “dentro famílias inteiras” (MÃE, 2016, p. 43).

Daí Derrida falar das contingências que formam *nossos* monolinguismos. “E se um dia um certo indivíduo se vir com a *própria* cidadania revogada [...]?” E, ainda, se for

um grupo “comunitário” (uma “massa” agrupando dezenas ou centenas de milhares de pessoas), de um suposto grupo “étnico” ou “religioso” que, como tal, se vê um dia privado de sua cidadania por um Estado que, na brutalidade de uma decisão unilateral, a revoga sem lhe perguntar sua opinião e *sem que o tal grupo obtenha qualquer outra cidadania. Nenhuma outra*. (DERRIDA, 1996, p. 33-34 – grifos do autor)

Derrida, por meio desse exemplo, na verdade, discorre sobre sua própria trajetória de vida, a qual formou o *seu* monolinguismo particular, que fez dele “o *mais* franco-magrebino [...] e talvez o *único*” (DERRIDA, 1996, p. 29 – grifos do autor), fazendo-nos compreender o que chama de “lei universal” [*loi universelle*] das línguas: “uma língua não pertence<sup>12</sup>. Não por natureza nem por essência. Daí as fantasias de propriedade, apropriação e imposição colonacionalista” (DERRIDA, 2004, p. vii). Coloca-se, assim, uma máxima inebriante: a incapacidade da língua de *se ser pertencida* não ocorre pela potencialidade de ela nos ser arrancada (como conta-nos o relato de Derrida), mas pela compreensão de que não é somente o *nosso* monolinguismo que é (in)formado por aquilo a que chamamos de *nostra* língua, mas o de uma multidão<sup>13</sup>.

Essa embriaguez se dá por cólera, por “raiva apropriadora, [...] ciúme sem apropriação” (DERRIDA, 1996, p. 46). Já que “dizer que uma língua não pertence permite desvincular língua de pessoas, desnacionalizar a língua, descompartimentar o espaço” (CASSIN, 2014, p. 16). Isto é, destilam-se os ingredientes do *cocktail* herderiano (BLOMMAERT, 2010, p. 179): língua, comunidade e território (CANAGARAJAH, 2013, p. 20), ou, ainda, mais profundamente, as bases que sustentam o que Cassin, a partir de uma análise de Heidegger feita por Jean-Pierre Lefebvre, vem chamando de “nacionalismo ontológico” [*nationalisme ontologique*] (CASSIN, 2016, p. 62). No intuito de fazer patente a fragilidade desse vínculo, Sinfree Makoni faz um alerta ao fato de haver duas ordens linguísticas, estando uma relacionada às práticas sociais em que a língua se manifesta de forma imprevisível e a segunda relacionada a uma categoria metalinguística que é nominável. A primeira ordem, entretanto, não se limita ao permitido pelos contornos da segunda (MAKONI, 2012, p. 190), ou seja, os empregos que damos e criamos às línguas não são restritos às categorias metalinguísticas a que pertencem. Makoni parece, assim, fazer coro com os outros teóricos mencionados, de forma a concordar com a noção de Humboldt sobre língua como uma atividade.

Nessa mesma direção, Jan Blommaert também distingue duas apreensões do termo “língua”, partindo, ao contrário de Makoni, de língua enquanto sistema de crença por ter a função de “um artefato ideológico, já que as pessoas acreditam que ela existe [...], sendo-

<sup>12</sup> “*une langue, ça n'appartient pas*”

<sup>13</sup> Faço uso, nesta tese, da distinção levantada por Michael Hardt e Antonio Negri quanto aos termos “multidão” [*multitude*] e “povo” [*people*], quando definem que “a multidão é uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é homogêneo ou idêntico consigo mesmo e carrega uma indistinção, inclusive na relação com aquele fora dele. O povo, por outro lado, tende a uma identidade e uma homogeneidade internas enquanto postula sua diferença e excluem o que continua fora dele. Enquanto que a multidão é uma relação constitutiva inconclusiva, o povo é uma síntese constitutiva que é preparada para a soberania” (HARDT E NEGRI, 2000, p. 103).

lhe muitas vezes atribuída uma realidade institucionalizada”. A esse emprego, ele associa os “discursos leigos” [*lay discourses*] sobre o tema, e, para distingui-lo do seguinte, convida ao uso o “L” maiúsculo na palavra “Língua” (o que serviu de subtítulo à segunda parte deste capítulo). As preocupações de Blommaert, no entanto, concentram-se no outro emprego, a saber, em línguas como manifestação de “ações sociais” [*social action*], banhadas nas crenças linguístico-ideológicas, que advêm do termo *Língua*, acima, mas que a elas não estão restritas, podendo, até, contradizê-las, embora, ainda segundo Blommaert, tais subversões não sejam facilmente percebidas. O autor, em consonância com Makoni e Cassin, explica que “na prática, usa-se uma grande variedade de recursos, alguns dos quais são convencionalmente [...] atribuídos a alguma ‘Língua’ [...], mesmo se a conexão entre tais recursos e a forma padronizada e codificada dessa ‘Língua’ for altamente questionável” (BLOMMAERT, 2016, p. 4). Assim, Blommaert também acaba por valorizar a quebra de limites impostos pelos sistemas que encapsulam e etiquetam as línguas, ou seja, o autor valoriza a capacidade da língua de se reinventar em “lugares imprevisíveis” [*unexpected places*] (PENNYCOOK, 2012). Isso porque, para esses autores, a língua não age e nem se deixa agir independentemente do espaço-em-tempo em que ela toma corpo. A ideia de um pano de fundo sobre o qual a língua se manifesta é falsa, uma vez, também, ser nas práticas linguísticas que tempo e espaço são produzidos (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 33). Como resume Barbara Cassin: “performance e significante estão vinculados um ao outro” (CASSIN, 2014, p. 11).

Essas duas dimensões da língua, de *artefato ideológico* e de *práticas sociais*, em conjunto, podem ser percebidas na transnacionalização de significantes, como ilustra Jan Blommaert, a partir do nome de uma chocolataria em um centro comercial luxuoso de Tóquio, cujo nome era “Nina’s Derrière” [a bunda de Nina] (BLOMMAERT, 2010, p. 29). Pela localização da loja, preço dos produtos, *design* do logo, etc., Blommaert conclui que as pessoas que escolheram esse nome leem o francês – e aqui o autor não faz nenhuma menção ao emprego da gramática do inglês (nome próprio ligado a “ ‘s” indicando o caso genitivo) e tampouco ao fato de essa palavra francesa ser correntemente usada no vocabulário inglês, como um eufemismo para “bunda”<sup>14</sup> – como sofisticado, naquele espaço e tempo. Já o nome “Nina’s Derrière” não necessariamente evocaria sofisticação em outras partes do mundo – certamente não em Bruxelas, cidade de origem do autor, que conta o episódio como quem conta uma piada.

---

<sup>14</sup> <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/derriere>

Embora Blommaert (2010) use o exemplo para argumentar que o que aconteceu foi uma mobilidade de recursos *semióticos* e não *linguísticos* (p. 31), acredito ser necessário lembrar que o estabelecimento recorreu ao léxico da língua francesa – e a um ponto gramatical da língua inglesa específico, recorrentemente empregado a nomes de estabelecimentos –, e não a sua bandeira, e nem a uma representação pictórica de alguém com boina segurando uma baguete como logo para a loja – o que talvez já não seria visto como *chique*. Não vejo diferença entre esse exemplo e o fato de em Campinas, interior de São Paulo, haver um restaurante chamado “L’alouette”<sup>15</sup> considerado, talvez, tão sofisticado quanto essa chocolataria – a não ser pelo fato deste último não causar risos a um belga, já que “*alouette*” seria apenas um “pequeno pássaro castanho que faz ninho sobre o solo nos campos e canta em pleno voo”<sup>16</sup> (em português traduzido por “cotovia”), e não um traseiro glamoroso.

Entendo, assim, que não só as palavras provocam significados, mas o recurso ao multilinguismo também – o significante performa de múltiplas formas! Nesses lugares-em-tempo que exemplifiquei, percebo que o multilinguismo produz significados que, muitas vezes, nada têm em comum com o que lhe seria referenciado na gramática, no dicionário, etc. da *Língua* que reclama a posse daqueles significantes – uma vez fora dela, são vistos como recursos semióticos. Como reitera Cassin, “a língua-*energeia* sempre excede esses empregos. É um bem, uma inventividade e uma força que pertence aos outros, a todos, a quem ela seja ‘maternal’ ou não. As línguas são recolocadas em movimento” (CASSIN, 2014, p. 16 – grifos da autora). Ou seja, mesmo que em relação de posse, sem propriedade, elas têm o poder de acolher a atividade criativa de todos. O significado, entretanto, advindo de *um* multilinguismo não pode ser estendido a *qualquer*, nem mesmo a *outro*, multilinguismo. As *Línguas* se institucionalizam, daí o interesse em proteger sistemas nomeáveis e a tentativa de torná-los impenetráveis, imaculáveis. Ao mesmo tempo, a existência desses sistemas institucionalizados, legitimando as crenças, por meio de um universal que é ocidental, grego e aristotélico – mais excludente do que tudo (CASSIN, 2016, p. 18) – favorece uma visão de línguas como “indiretamente sinônimas entre elas pela via da língua-ideia, da qual não passam de exemplares” (CASSIN, 2017, p. 207). Dessa perspectiva, as vestimentas estranhas e estrangeiras – mesmo que em diferentes graus, sendo umas menos exóticas do que outras – são simples coberturas das essências que conhecemos por meio de *nossa* língua.

Essa relação de proximidade e distanciamento pode ser vista a partir do gráfico do linguista Mark Liberman, intitulado “Isso para mim é grego!” [*It’s all Greek to me*] (CASSIN,

<sup>15</sup> <https://www.lalouette.com.br/>

<sup>16</sup> <http://larousse.fr/dictionnaires/francais/alouette/2494>

2016a, p. 48), em que o autor liga diferentes países a diferentes línguas a partir do grau de estranheza que tais línguas representam àqueles países (Fig. 1). Ao passo que esses mesmos sistemas linguístico, em relação a outros, mantém um grau de proximidade que torna a missão de compartimentação difícil, principalmente em regiões geograficamente contíguas (RAJAGOPALAN, 2012, p. 87). Ainda assim, entretanto, que se negue ou não a existência de línguas individuais distinguíveis entre si é discutível<sup>17</sup>, agora, assumindo as suas distinções, negar a dificuldade de perceber quando uma termina e a outra começa (RAJAGOPALAN, 2005, p. 13), isso já me parece má fé.

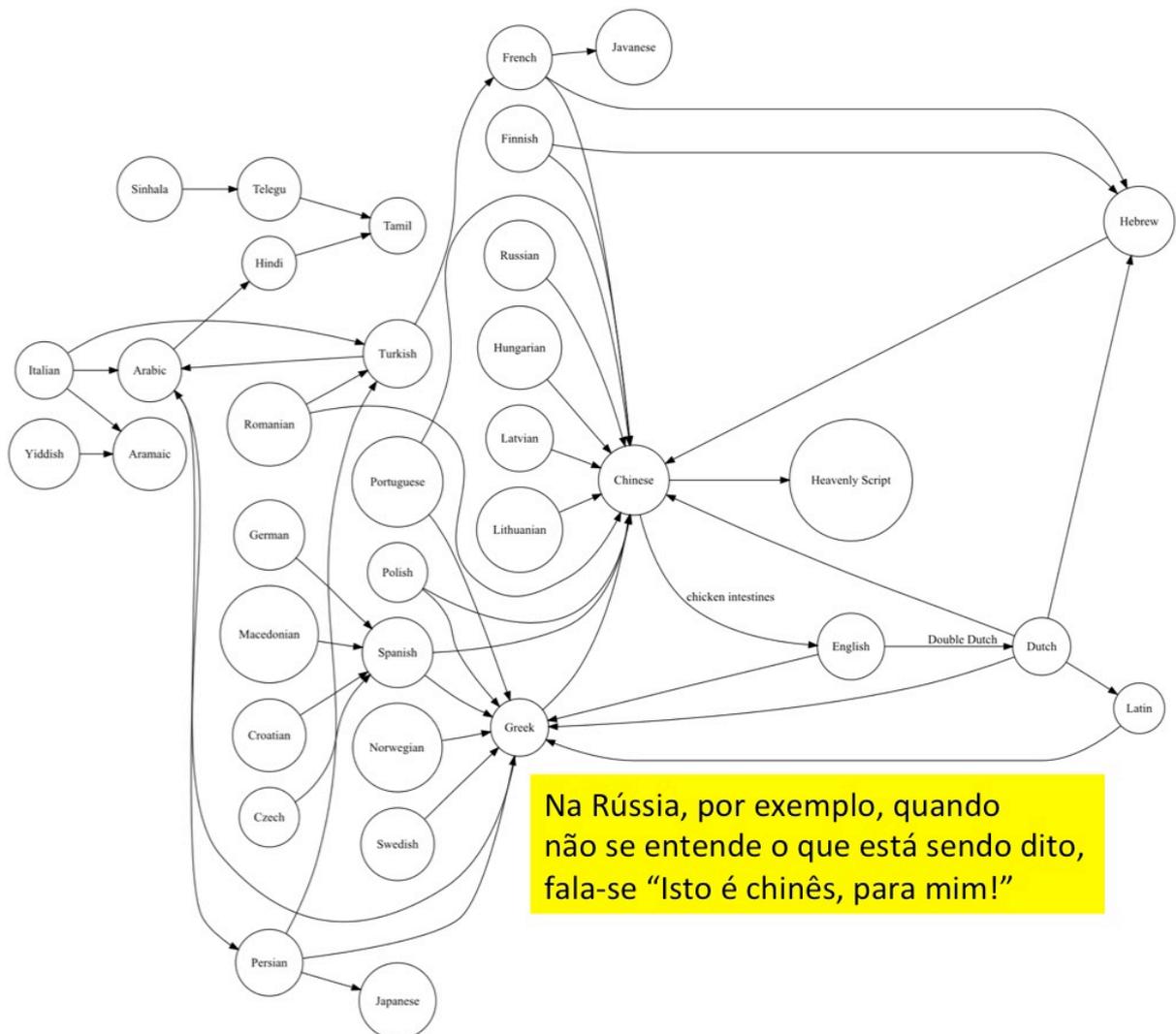


Fig. 1: “It’s all Greek to me” - Mark Liberman

Perguntas importantes poderiam dar encaminhamentos diferentes a essa argumentação. Tais como: “quais considerações autorizariam o linguista a dizer que a fala de um veneziano e de um napolitano deveriam ser consideradas simples variações de uma, e da mesma língua, chamada italiano” (RAJAGOPALAN, 1997, p. 226)? Em que medida os status de

<sup>17</sup> Cf. MAKONI E PENNYCOOK, 2007.

dialetos, vernáculos e línguas oficiais são explicáveis linguisticamente? As respostas<sup>18</sup> giram em torno da percepção de que muito do riscado desse contorno imaginário se dá pela linha do “assine aqui”. À presente argumentação, entretanto, importa compreender o que impede as línguas de serem intercambiáveis, ou seja, o que impede a chuva de molhar o para-brisa em uma parte determinada da estrada, enquanto um milímetro antes ela era torrencial?

### Desanuviando

São as nuvens.

Barbara Cassin, para abordar diversas questões, remete-se, recorrentemente, à seguinte frase de Lacan, presente em *L'Étourdit*, que à autora serve como uma bússola, um norte (CASSIN, 2016, p. 123): “uma língua, entre outras, é tão somente a integral de equívocos que sua história nela deixou subsistir” (CASSIN, 2007, 2009, 2012, 2014, 2016 e 2017<sup>19</sup>). Embora essa formulação lacaniana não fosse sobre *qualquer* língua – como Cassin deixa claro em várias dessas publicações –, a partir dela, a autora argumenta que o fato de falarmos sobre uma língua *entre outras* aflora a condição da diversidade linguística, ou seja, da existência de “mais de uma língua” [*plus d'une langue*] (CASSIN, 2014, p. 10). Aqui, entretanto, escolho usá-la para um passo ainda anterior. Se é possível falarmos sobre *mais de uma*, existe, então, *ao menos uma*. Essa pressuposição nos garante que o conjunto referenciável língua não seja vacuamente verdadeiro e se há uma *integral de equívocos*, arrisco, ainda, a dizer que esse conjunto é encontrável pelo quantificador universal<sup>20</sup> de que: “para todo X, se X é língua, X é nuvem”.

Explico. As nuvens se constroem por meio de associações que se fazem possíveis pelos desencadeamentos que cada língua permite. Uma maneira simples de se ilustrar esse tear das nuvens é por explicações de conceitos – como encontramos no já citado “Dicionário dos intraduzíveis” (Cassin, 2004). Vê-se que um conceito não ostenta *um* – sequer algum – significado “presente em si mesmo, em uma presença suficiente que só se liga a si mesma. Todo conceito é, legal e essencialmente, inscrito em uma cadeia ou em um sistema dentro do qual se refere ao outro, a outros conceitos, pelo jogo sistemático das diferenças” (DERRIDA, 2006, p. 11), e de uma diferença “histórica” [*historique*] (p. 12). Fala *uma língua* aquele que sabe transitar pelo emaranhado das partículas de aerossol, ou seja, sabe “reconhecer sem dificuldade, graças ao contexto, a diferença dos referentes sob a identidade contingente dos

<sup>18</sup> Para essas discussões, Cf. MAKONI E PENNYCOOK, 2007.

<sup>19</sup> Utilizo, aqui, a tradução de Viviane Veras, Cf. CASSIN, 2017, p. 212.

<sup>20</sup> Agradeço as discussões em sala de aula com o professor Kanavillil Rajagopalan, em 2016, sobre Gottlob Frege e unicórnios.

significantes ou mesmo das palavras” (CASSIN, 1990, p. 273; 2016, p. 88-89). Ou seja, para a formação dos conceitos, é preciso entender o flutuar das palavras, pois nenhum significante carrega *seus* significados como se possuísse marsúpios que nutrem palavras, deixando-as estáveis, fortes e robustas, imunes aos saltos – e assaltos – de texto para texto. Assim, a reunião, a integral sobrevivente sempre em movimento – percebido quase que apenas por nefoscópio –, é *uma* língua.

Agora, é só o encontro de ao menos duas línguas que leva à percepção, com clareza, de que essas nuvens vão além dos contextos; além, ainda, “dos objetos visados”, como o exemplo que Walter Benjamin traz das palavras *Brot* e *pain*. O autor percebe que a relação, por exemplo, da língua alemã com um *Brot* não é igual à da francesa com um *pain* (BENJAMIN, 2013, p. 109), ou seja, em cada uma dessas línguas há diferentes formas de apreensão do “objeto visado”. Isso porque as palavras *Brot*, *pain* ou pão circulam, formam e costumam diferentes “redes terminológicas cuja distorção faz a história e a geografia das línguas e das culturas” (CASSIN, 2013, p. 2) a elas correspondentes, posto que “as línguas são diferentes mapas da realidade” (CASSIN, 2016, p. 205). Em português, enquanto se associa a solidez do sabão à de uma pedra (“sabão em pedra”), em francês coube aos pães esse encargo: “*pain de savon*” (“pão de sabão”). Em alemão, porém, o pão serve “de escada” para o protagonismo da salsicha, importando que não se desista do que se quer ou do que se acha que tem direito, permitindo que “tirem a salsicha do seu pão” [*sich die Wurst vom Brot nehmen lassen*]; ou, pior, quando devido a uma situação que obrigue a adotar uma postura mais contida ou humilde, você “assa pãezinhos” [*kleine Brötchen backen*]. De forma que não se pode, simplesmente, dizer que *Brot* é *pain*, e nem vice-versa. “De uma língua a outra, não são somente as palavras, mas também as redes terminológicas, as gramáticas e as sintaxes, que não são sobreponíveis”, as línguas constroem redes terminológicas diferentes, “e essas diferenças não estão relacionadas a uma opacidade contextual” (CASSIN, 2007a, p. 199), de forma a ficar evidente que a associação direta entre conceitos e significantes de diferentes línguas é uma quimera.

Com isso, todavia, não quero dizer que seja necessária, então, uma associação *indireta*, uma terceira língua – natural ou não –, que sirva como ponte entre duas outras a fim de melhor representá-las ou interpretá-las. Pelo contrário! É na multiplicidade das nuvens linguísticas que se relativizam *a história e a geografia das línguas e das culturas*. “A primeira condição para se saber que ‘existe’ uma língua é que se ouça ao menos duas línguas. Devemos compreender, ou simplesmente aproximar, pelo menos duas línguas para saber que falamos uma, que é uma ‘língua’ que falamos” (CASSIN, 2014, p. 16), e, assim, ser possível

abandonarmos os universais, e sabermos que nem sempre a troca de pedras por pães nos leva para as mãos de bruxas antropofágicas.

A quebra de universais revela-se salvadora. Para isso, entretanto, faz-se necessário criar um “espaço comum ou geometria, uma topologia, para mostrar como as redes terminológicas podem e não podem ser sobrepostas de uma língua para outra, [...] de maneira semelhante, as sintaxes” (CASSIN, 2016, p. 140). Por meio desse espaço de cotejo é que os desdobramentos se apresentariam em diversidade e a revelação da ausência de uma estabilidade nuclear, evidenciando uma “multiplicidade não acidental” (CASSIN, 2016, p. 125), presente não somente entre línguas, mas em cada língua (CASSIN, 2007, p. 234), seria motivo de celebração, de libertação. Porque é a inexistência de um interior tão dentro e intocável que não precise se inscrever e nem se contrapor a um “exterior absoluto, a uma *zona* fora da lei, [...] a essa *completamente outra* antepimeira língua” (DERRIDA 1996, p. 123 – grifos do autor) que reserva ao indivíduo o posto de refém da monolíngua, antes mesmo da própria condição de ser *seu* monolíngua (p. 133). A liberdade, o resgate, vem pelo cotejo com o exterior.

A(s) outra(s) língua(s) impede(m) que os falantes da primeira vivam em uma ignorância como a dos gregos, quando a esses foi necessário o latim para ser possível vislumbrar “razão” e “discurso/fala” separadamente. Isso porque o “significado, ou melhor, o impacto do significado do *logos* só pôde ser entendido a partir de um outro lugar: do latim [...], Cícero escolheu traduzi-lo por meio do jogo de palavras esplendidamente inventivo, *ratio et oratio*” (CASSIN, 2016, p. 38-39 – grifos da autora). Assim, o mundo que compartilhamos, o mundo que temos em comum, serve tão somente como “princípio regulador” [*principe régulateur*], em que coexistem manifestações de particularidades monolíngues, em cujos “pontos de comparação estáveis” [*des points de comparaison stables*] (CASSIN, 2016b, p. 51) fazem possível que se perceba mais de uma língua. O fenômeno “uma língua” só é, assim, encontrável por estar essa língua “entre outras”, senão dele não teríamos ciência.

A partir desses preceitos é que se dá a tradução. “O ato de fala, o ato de língua e o ato de traduzir são o trio das performances linguísticas, idiomáticas, interpretativas: a *energeia* [...] é o operador do relativismo, o que torna possível complicar o universal” (CASSIN, 2014, p. 19 – grifo da autora). Colocada sobre esses três pilares, a *atividade* de Humboldt se produz em imprevisibilidade e maleabilidade; circunscrita na língua *do porvir*; e compelida pela força física de ação e reação que se incide no cotejar de pares, desestabilizando o *único*. Isso posto, a *multiplicidade não acidental* das línguas é o caminho do meio para se alcançar a relativização, aquilo que é colocado como *O Logos* que impõe ao

*resto* o status de “menos filosófico, menos originalmente filosófico” [*moins philosophique, moins originellement philosophique*] (DERRIDA 2006, p. 8), do que o *meu* universal.

Uma essência desestabilizadora.

Barbara Cassin, em múltiplas publicações (2007, p. 233; 2014, p. 20; 2017, p. 215), memora Hannah Arendt ao exaltar a pluralidade das línguas. Arendt, em seu *Journal de pensée*<sup>21</sup>, ratifica que se houvesse apenas uma língua, a essência das línguas estaria mais garantida e os seres humanos, assim, se sentiriam certamente mais seguros e ainda mais equivocados quanto à existência dessa essência. Agora, ainda que só existisse uma única língua, o *logos*, nem assim essa segurança se estabeleceria, porque a língua não se estabelece em estabilidade – senão não estaríamos, desde Aristóteles até hoje, buscando a desambiguação das línguas, pela erradicação do mal da linguagem, a saber, a homonímia (CASSIN, 2009, p. 7).

Se a homonímia é quem permite a um mesmo significante ter vários significados e se, ao mesmo tempo, ela é estrutural, então a frase: “a homonímia [...] ameaça a linguagem em sua própria estrutura” (CASSIN, 1990, p. 275) poderia ter sido gerada por um programa computacional que edita e interpreta algoritmos, a partir da lógica da “estrutura de decisão *se em linguagem*” [*if-then-else*], como o VisuALG<sup>22</sup>. Certo? Não. Já que o reconhecimento das redes terminológicas que a história de cada língua deixou sobreviver exige tomadas de decisões.

Os que se empenham em dissipar as homonímias – de Aristóteles aos programadores de inúmeros *softwares* – recorrem às categorias para “discernir, assim, em cada enunciado, de que sentido único se trata”. A língua, porém, enquanto *Energeia*, “reganha sempre o terreno: por mais que se refine o uso e se distingam os sentidos, isso não impede que a convenção primitiva permaneça, como se fosse o efeito de uma singularidade natural” (CASSIN, 1990, p. 276), ou seja, pode-se sempre aniquilar a homonímia – como revela a possibilidade de tradução –, ela só “não cessa de renascer” (CASSIN, 2016, p. 89), daí a multiplicidade das línguas ser sorte, não maldição, por revelar “a impressão digital das línguas e a marca de sua singularidade” (p. 90). Essa percepção impulsiona o pensamento desconstrutivista, no sentido derridiano, que vai em busca de um eterno “o que é....?” [*qu’est-ce que... ?*] (DERRIDA, 2004, p.iii) e cria uma outra palavra para um certo sentido que aquela história não deixou que perdurasse em sua “integral de equívocos”, sem que houvesse,

<sup>21</sup> ARENDT, H. *Journal de pensée*, Cahier II, Nov. 1950, Tradução para o francês de Sylvie Courtine-Denamy. Paris: Seuil, ‘L’ordre philosophique’, 2005, p. 56-57.

<sup>22</sup> <http://visualg3.com.br/>

contudo, a intenção de parar o curso da *Energieia*, pelo contrário, densificando mais as nuvens. Como exemplo, recorramos ao conceito derridiano de *différance*<sup>23</sup>, que, “em um certo aspecto de si mesma, a *différance* é certamente apenas o *desdobramento* histórico e épico [...] da diferença ontológica. O *a* de *différance* marca o *movimento* desse emprego” (DERRIDA, 2006, p. 23 – grifos do autor). Isso porque a homonímia vem revelar “a pobreza intrínseca da/de uma língua, isto é, a sua finitude em relação ao infinito das coisas para se nomear” (CASSIN, 2016, p. 91), o que, ao mesmo tempo, revela a riqueza do conjunto da pluralidade caleidoscópica das línguas.

Barbara Cassin enxerga na homonímia o que as línguas têm de “mais próprio” [*plus propre*] (2007, p. 234), com a consciência de que seu desvendamento se dá apenas quando uma língua é posta em relação a outra língua. Isto é, a homonímia se dissipa, por fim, quando se dá “um passo para fora da linguagem, passo filosófico ou, pelo menos, metalinguístico” (CASSIN, 1990, p. 277), tradutório. Ou seja, quando se desabita sua morada, pisando em um outro círculo, em outro redemoinho – mesmo que isso não signifique abandono de lar<sup>24</sup>.

A tradução deixa patente “uma determinada significação contida nos originais [...], assim a tradução procede do original<sup>25</sup>. Na verdade, ela não deriva tanto de sua vida quanto de sua ‘sobrevida’ ” (BENJAMIN, 2013, p. 104). Sobre “o visado” age uma nova perspectiva trazida pela *língua do porvir*, levando a obra, o autor, o texto e as línguas envolvidas a alcançar uma vida que ainda não existia – e que sem a tradução para a língua proposta não apenas poderia nunca existir, mas também que, se encarada por outro monolíngue, mestre e sujeito à mesma língua, sua existência não seria a mesma. Pois como “saber que giro haviam tomado seus pensamentos e a expressão destes pensamentos, se tivesse tido o costume de pensar e se expressar originalmente em outra língua” (SCHLEIERMACHER, 2007, p. 254)? Ou seja, cada indivíduo parte de um conjunto particular que forma sua monolíngua, já que não apenas falamos uma única língua que não é *nossa*, como também, não sendo essa *monocontida*, “não falamos nunca só uma língua” (DERRIDA, 1996, p. 25). Por isso, “ninguém quer dizer precisa e exatamente o que seu vizinho quer com

<sup>23</sup> Mantenho o termo em francês, pois o mérito das reflexões que permeiam suas diferentes traduções para o português, infelizmente, não contempla os objetivos desta tese (Cf. OTTONI, 2000).

<sup>24</sup> Para discussões sobre a importância de considerar fatores emocionais, como lealdade linguística, em estudos sobre políticas linguísticas, Cf. RAJAGOPALAN, 2004b.

<sup>25</sup> Mantive a palavra “original”, respeitando não só a tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves, mas, por entender com Derrida que Benjamin emprega esse termo no intuito de defender que “um texto é original por não se confundir com um corpo orgânico, com um corpo físico, por ser, digamos, uma coisa do espírito, feita para sobreviver à morte do autor, à morte do signatário, feita para estar acima ou além do corpo físico do texto, etc.” (DERRIDA, 1982, p. 16).

a mesma palavra, e tal diferença, por menor que seja, vibra, como uma ondulação na água, por toda a língua” (HUMBOLDT, 1988, p. 63). As duas vias a serem percorridas para se chegar à tradução pautada na valorização do “saber lidar com as diferenças” [*savoir-faire avec les différences*] (CASSIN, 2016, p. 17) são, então, “compreender que as diferentes línguas produzem mundos diferentes dos quais elas são as causas e os efeitos; e fazer comunicar esses mundos de forma a deixar inquietas as línguas, uma a uma” (p. 49).

Ao especificar a que tipo de tradução essas duas vias servem, não quero corroborar o uso da palavra “tradução” para nomear uma prática que vem sendo tratada como homônima, mas cuja pauta vai em direção contrária à da valorização das diferenças, sob a justificativa de se tratar de uma solução de comunicação barata e eficiente (LEWIS-KRAUS, 2015). Tal alegação, entretanto, até poderia ser crível se esquecêssemos a história das ideias que, nos primórdios, inauguraram as formulações sobre língua ligada à nação. E se, ao lado dessa “tradução”, não viesse, de mãos dadas, outra solução, não menos “barata” e eficiente que tampouco valoriza a pluralidade das línguas e que cumpre a mesma pauta de aniquilação das diferenças linguísticas. Para entender em que medida tanto uma quanto a outra, em vez de solucionar, criam mais problemas de comunicação transnacional, atentemos à formação dos laços língua-nação.

## 1.2 Língua<sup>26</sup>

Línguas e traduções são certamente custosas, basta olharmos, por exemplo, a sangrenta história não-contada do batismo<sup>27</sup> das 23 línguas oficiais da União Europeia (UE). E, agora, por existirem como tais, provoca(ria)m elevados custos em traduções de documentos oficiais do referido bloco econômico. Entender o processo de barateio – que me levou a deixar rastros de futuro do pretérito neste texto e pulgas atrás da orelha no leitor – obriga-nos a ir ao início do custo-Estado-nação, quando o interesse por uma definição de língua como laço identitário se colocava como valor-agregado das tentativas de dominação, opressão e exclusão, desse sistema sociopolítico (MAY, 2012, p. 6-7), e quando seus marqueteiros eram os estudos ocidentais e eurocêntricos, os quais panfletavam – muitas vezes literalmente, como veremos mais à frente – a ideia de língua como um sistema fixo de códigos e de barreiras definidas (SHOHAMY, 2006, p. 23).

<sup>26</sup> Divido este capítulo em “língua” e “Língua”, referindo-me às reflexões de Blommaert (2016) apresentadas na primeira metade, embora, ao longo da tese, eu não utilize essa mesma distinção.

<sup>27</sup> Para essas discussões, Cf. MAKONI E PENNYCOOK, 2007.

Esses estudos, contrariamente às reflexões que apresentei acima, aproximavam línguas a noções de pertencimento e de identidade (p. 25), fazendo com que o monolinguismo – *mono* sendo mais unitário do que nunca – fosse tido como o comportamento linguístico ideal tanto da nação, quanto do indivíduo. A partir, no entanto, das últimas décadas do século XX, cessou-se a caça-às-bruxas sofrida pelo bi/multilinguismo que deixou de ser um mal à sociedade e/ou sinônimo de retardo no desenvolvimento cognitivo e deterioração intelectual do indivíduo (PAVLENKO, 2014, p. 4-5), tornando-se, a partir de então, catalizador de identidades fluidas (DARVIN E NORTON, 2017, p. 45) que permitem aprendizados criativos e críticos (GARCÍA, 2017, p. 269).

Para entender melhor como essa mudança de percepção do ser bi/multilíngue não é acidental e nem casual, pelo contrário, nesta segunda parte do capítulo, primeiramente, apresento um panorama histórico sobre as visões que precederam, hoje, nossa boa recepção ao – e anseio pelo – multilinguismo, para, então, entendermos as complexas tramas que enredaram os conceitos de língua e tradução fazendo deles uma pechincha! A compreensão de suas transmutações em *bijoux* culmina na máxima secular de que “nem tudo o que reluz é ouro”, levando-nos a melhor compreender as soluções de comunicação na era da suposta explosão dos contornos de Estados-nação.

Nesse percorrer, destaco, a todo tempo, que

quando alguém diz que a ciência pode subsidiar ações políticas, a ideia de subsídio precisa ser entendida com bastante reserva e consciência das suas limitações. A ciência se guia pela razão; a política pelo bom senso. E o bom senso político não se esgota na razão científica. (RAJAGOPALAN, 2005, p. 139)

E tampouco a razão científica se produz de forma independente do “bom senso” político.

### **Nascimento do nacional**

Jürgen Habermas (1999) conta-nos que os Estados-nação que conhecemos hoje, da Europa, surgiram por duas vias diferentes. Uma em que juristas, diplomatas, e forças militares conduziram Estados a virarem nações e a outra em que historiadores, escritores, acadêmicos, dentre outros intelectuais, por meio de propaganda política, construíram uma ideia de “nação cultural” unificada por forças jurídicas e militares, levando nações a se tornarem Estados. Essas duas formas precederam uma terceira manifestação que emergiu após a Segunda Grande Guerra, quando movimentos de descolonização foram se estabelecendo antes de existir uma organização estatal das antigas colônias, mesmo que dentro da fronteira territorial por elas pré-estabelecida. Essa falta de (desejo de) organização – incitada por

motivos diversos – pavimentou o caminho para que, com a retirada dos colonizadores, se formasse um Estado-nação por meio de mecanismos que diferissem das duas formas precedentes desse regime (HABERMAS, 1999, p. 105-7). Em linhas gerais, a cidadania nascia de uma relação territorial entre o indivíduo e o Estado. “Postulam-se fronteiras excludentes bem definidas e jurisdição estadual sobre a população nacional dentro desses limites [...], ] implicando uma congruência entre membros e território” (SOYSAL, 1994, p. 141). Assim, as ideias e a consciência de grupo que se tentavam legitimar do final do século XVIII até meados do XX, foram as difundidas por quem estava no poder, determinando os limites territoriais nos Estados-nação.

O “estar dentro” de um território, entretanto, não era característica suficientemente boa para se tornar dele *membro*. Para se definir o pertencimento, a adesão ao grupo, havia um conjunto de critérios advindos de uma espécie de, segundo Christopher Hutton, “competição entre diferentes disciplinas para o controle da explicação histórica, à medida que a ciência se movia para uma lacuna deixada pelo declínio da Bíblia como uma autoridade em assuntos acadêmicos” (HUTTON, 1999, p. 295).

Na distribuição das funções que legitimavam a exclusão e a inclusão de membros, coube aos estudos linguísticos delimitar não somente a língua com que aquela determinada nação se identificaria, mas a forma como seus verdadeiros membros poderiam empregá-la para que pudessem ser, de fato, associados ao grupo. A língua, então, “presta-se a noções de afiliação e categorias. Portanto, ideias como língua padrão e correta tornam-se formas de dominação” (SHOHAMY, 2006, p. 33), sendo associadas ao conceito de real “Espírito do Povo” [*Volksgeist*]. Tal conceito foi trazido por teóricos e pensadores que à época, influenciados pelo Iluminismo francês, passavam a reforçar a existência de laços entre a língua e a visão de mundo de seus falantes, como fizeram o alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) e o prussiano Wilhelm von Humboldt (1767-1835) – este último amplamente discutido na primeira metade do capítulo –, servindo de pilares para que se sustentasse o argumento de uma *língua nacional* escrita e gramaticalmente padronizada (HABERMAS, 1999, p. 132), útil, assim, à sedimentação dos Estados-nação.

Essa forma de organização política conseguiu, por meio da politização popular, resolver dois problemas que eram enfrentados no período pós-medieval: a legitimação do poder, que não mais era vista como “direito divino” e a integração social, que não estava mais sendo mantida dentro dos grandes centros urbanos das sociedades modernas, pois não contavam com laços de pertencimento tribal/familiar. Isso porque a ideia de um povo soberano, autor e cumpridor das leis (Rousseau e Kant), com direitos humanos e civis, agora

com a cidadania nacional, ganhava a potência máxima da propaganda-política-sentimental. A ideia de nação como a nova forma de comunidade recriava laços solidários entre as pessoas, além de legitimar a adesão a um governo secular, uma vez ser ela baseada em “uma consciência nacional cristalizada em torno da noção de ascendência, língua, e história comuns”, já que “somente a consciência de pertencer ao ‘mesmo’ povo, torna sujeitos em cidadãos de uma única comunidade política”, transformando os recentes sujeitos “em membros que podem se tornar responsáveis *uns pelos outros*” (HABERMAS, 1999, p. 113 – grifos do autor). Percebe-se que o viés cultural do direito à associação política proporcionado por um mesmo Espírito do Povo foi o que tornou possível o sucesso dos anos iniciais dos Estados-nação na Europa. Como veremos a seguir, esse mesmo viés vem provando ser o de maior eficácia quando se trata de adesão pelo sentimento de pertencimento identitário.

### **Monolinguismo nacional**

As ideias, entretanto, não surgem independentemente de todo o resto dos processos sociais. Pelo contrário, elas refletem as condições materiais nas quais foram geradas e expressam as relações sociais e suas contradições – embora a ideologia neoliberal defenda a ilusão de neutralidade nas ideias que propaga, como se avançassem independentemente das condições materiais (PENNYCOOK, 2001). (Interessante notar que essa mesma ideologia aponta para soluções contra “doutrinação”, criando a ilusão de uma neutralidade, apenas quando tem suas ideias questionadas<sup>28</sup>.) Assim, as diferentes leituras e teorias elaboradas a partir dos teóricos preconizadores da ligação entre língua e visão de mundo, como Herder e Humboldt, mencionados acima, revelam as ideologias que subjazem ao sistema sócio-político dominante da época: a expansão da lógica capitalista.

Com o intuito de fazer uso dessas teorias, era necessário e desejável o custo de uma língua para cada Estado-nação. O latim, segundo Benedict Anderson, não cumpriria essa função, não tendo na política a mesma autoridade que tinha na religião, além do que “a fragmentação política da Europa Ocidental, após o colapso do Império Ocidental, significava que nenhum soberano poderia monopolizar o latim e torná-lo seu-e-somente-seu idioma-de-Estado” (ANDERSON, 2006, p. 41). Juntando-se a isso, a Reforma de Lutero encontrou no

---

<sup>28</sup> Quanto a isso, no Brasil, um exemplo recente é o que culminou no movimento “Escola sem Partido”. Trata-se de uma iniciativa de partidos políticos de direita, com adesão de grupos religiosos, grupos civis e empresas, cujo objetivo era a aprovação de leis que limitassem a atuação de profissionais da educação em sala de aula. Para maiores esclarecimentos, consultar os links abaixo acessados em 20 de janeiro de 2018:

[www.escolasempartido.org/](http://www.escolasempartido.org/); [www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao](http://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao); [www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-4/36486](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-4/36486)

mercado de impressão um aliado para alcançar seu sucesso. Dessa maneira, esses movimentos históricos encabeçaram a alçada dos vernáculos ao cargo de língua nacional nos Estados-nação (p. 39).

Os Estados possuíam, já em meados do século XIX, maquinário suficiente para solidificar seus vernáculos como língua nacional: letramento, indústria e comunicação (ANDERSON, 2006, p. 77-78). A “escolha” dessas línguas foi feita baseada em critérios irrefletidos de herança ou simples conveniência (p. 84), mas não por isso tais vernáculos eram menos vistos como representantes do modo de pensar único de um dado povo. O exército francês, por exemplo, distribuía um manual no final dos anos 1800 a fim de “forjar relações entre linguagem, cidadania e patriotismo” (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 9), explicitando e explicando o que deveria ser considerado uma “língua materna”, como mostrado pelo extrato desse manual, apresentado por Eugen Weber<sup>29</sup>:

(1) chamamos nossa língua materna a língua que é falada pelos nossos pais e, em parte, pelas nossas mães (essa que é) falada também pelos nossos concidadãos e pelas pessoas que habitam o mesmo lugar que nós; (2) nossa língua materna é o francês. (WEBER, 1976, p. 311 *apud* MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 9)

Sob o mesmo intuito, em diversas partes da Europa, ecoavam conclusões apocalípticas para o desenvolvimento cognitivo daqueles que se aventurassem no bi/multilinguismo, como apresentadas por Izhac Epstein, na Suíça; Otto Jespersen, na Dinamarca; e os linguistas neohumboldtianos do Terceiro Reich, na Alemanha (HUTTON, 1999). Tais teorias, condizentes com a ideologia dos Estados-nação, desaprovavam a conduta bi/multilíngue e propagavam os prejuízos trazidos por uma segunda língua, ressaltando que essa abalaria as composições cognitivas estruturais do falante, sob o argumento de que cada língua vinha imbuída de particularidades que, em concorrência com outra, levaria o aprendiz a incongruências de atitudes internas e tensões conflituosas perigosas (PAVLENKO, 2014, p. 5-6).

Os argumentos mais representativos utilizados contra o bi/multilinguismo, no entanto, foram os advindos das colocações de Humboldt – que foi curiosamente descrito por Hans Aarsleff, estudioso da história das ideias linguísticas, como alguém que “expandiu seu cosmo linguístico até que concluisse virtualmente todas as línguas registradas no globo [e] estudou cada língua meticulosamente” (HUMBOLDT, 1988, p. ix-x), ou seja, certamente alguém que *optou* por ser multilíngue. Esse exímio poliglota, como vimos há pouco, entendia

---

<sup>29</sup> WEBER, E. *Peasants into Frenchmen: the modernization of rural France; 1870 - 1914*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1976.

“visão-de-mundo” como uma força motora, processual e mutável. Mesmo que concordando com o conceito de Espírito do Povo, Humboldt acreditava na volição individual sobre o coletivo, e vice-versa (Cf. HUMBOLDT, 1988, p. 46-53). Sua incessante sede para aprender línguas fazia parte, na verdade, da estratégia por ele percebida, para se ir para fora do círculo da língua em que se nasce. Humboldt via na poesia, na filosofia (p. 86 e 87) e *no aprendizado de línguas* instrumentos para alcançar um infinito produzir do ser humano (p. 82 – mencionado anteriormente). Segundo o autor, a língua se coloca entre o homem e o mundo, saindo de dentro do homem, e fazendo o homem se mover dentro dela, com a ressalva de que “cada língua desenha ao redor das pessoas que a possuem um círculo do qual só é possível sair, quando se começa a pisar simultaneamente no círculo de outra” (p. 60).

O pensamento de Humboldt atravessou oceanos e, nos Estados Unidos, Edward Sapir (1884-1939) impulsionado pelas aulas do antropólogo judeu-alemão Franz Boas, também, via nas ideias humboldtianas uma ode à pluralidade linguística, enxergando o aprendizado de línguas como uma via para transcender as visões de mundo restritas à língua materna de cada falante (PAVLENKO, 2014, p. 8-9). A Sapir, junta-se Benjamin Lee Whorf (1897-1941), seu amigo engenheiro químico e linguista amador, quem não somente engrossa o coro dos que acreditam na “plasticidade da mente humana e [em] sua habilidade de ir além das categorias da língua mãe” (PAVLENKO, 2014, p. 10), mas também quem têm suas reflexões apropriadas pelo determinismo linguístico (p. 14) – há quem diga, ainda, que a famosa “hipótese Sapir-Whorf” deveria ser chamada de “(Roger)Brown-(Eric)Lenneberg”<sup>30</sup>, já que ela foi por estes reconfigurada visando a uma articulação em favor do monolinguismo, posicionamento incongruente com os trabalhos daqueles. Essas apropriações, na verdade, não são raras no mundo acadêmico<sup>31</sup>, o problema é o caráter de imparcialidade a elas atribuído.

Interessa-nos, aqui, entender o poder que carnavalescamente fez desfilas como carro-alegórico, na ala dos interesses políticos dentro do bloco do monolinguismo, as colocações enfáticas de Humboldt claramente a favor do multilinguismo, fantasiadas de determinismo linguístico, para depois, sorrateiramente, colocá-las, sob novo figurino, para a próxima escola usá-las.

Acredito ser importante esclarecer o contexto geopolítico em que o bi/multilinguismo é despetalado, ora resultando em bem-me-quer, ora em malmequer, para que a reflexão posta a seguir não seja apenas mais um eco do jugo eurocêntrico. Com pesar e compelida pelos objetos de estudo desta tese – Globish e Googlish –, restrinjo minha análise,

<sup>30</sup> Para essa discussão, Cf. PAVLENKO, 2014, p. 13-25.

<sup>31</sup> Cf. RAJAGOPALAN, 2000 e CASSIN, 2016, p. 177-202.

prioritariamente, ao mundo ocidental, não me esquecendo, entretanto, de tudo o que se vivia no além-mar, muito anteriormente ao século XVI. Destaco, por isso, que a “descoberta” europeia de civilizações grandiosas até então pouco conhecidas – China, Japão, Sudeste Asiático e o subcontinente indiano – ou completamente desconhecidas – o México Asteca e o Peru Inca – sugeriu um irreparável pluralismo humano” nas mentes autocentradas dos europeus. “A maioria dessas civilizações se desenvolveu bastante separada da história conhecida da Europa, da Cristandade, da Antiguidade, de fato, do próprio homem adâmico: as suas genealogias ficavam afastadas e eram incompatíveis com o Éden” (ANDERSON, 2006, p. 69). Talvez, por isso, essa vastidão não caiba nas páginas desta tese.

### **Multilinguismo (pós-)nacional**

Mesmo sem a dádiva da ignorância, quando colocadas em um contínuo histórico, eurocêntrico, as teorias humboldtianas vêm sendo usadas, quer para condenar, quer para exaltar o mesmo multilinguismo, a depender de sua utilidade no quadro geral da ideologia dominante de cada época. Embora possa parecer desnecessária essa ressalva, uma vez estarmos no século XXI, já 85 anos depois da primeira publicação do livro “A ideologia alemã” de Marx e Engels em que apresentam a definição do conceito *ideologia* (WOOLARD, 1998), quero não só reiterar, mas demonstrar – como se tentando tornar evidente por meio de provas – que as discussões sobre língua “raramente são apenas sobre língua e, às vezes, nem sobre língua são: no seu núcleo estão as preocupações com as questões sobre poder político, nacionalidade, cidadania, assimilação de imigrantes e distribuição de recursos econômicos” (PAVLENKO, 2014, p. 4). E por estar falando de língua ligada a Estado, essas preocupações ficam ainda mais latentes, posto que “a questão da língua nacional, assim como a dos outros símbolos nacionais tais como hino, bandeira etc., pertence à esfera política e não científica” (RAJAGOPALAN, 2005, p. 136). Para concluir esse raciocínio, um ótimo exemplo da prevalência do político sobre o científico – ou do científico sendo inexoravelmente político – foi o que aconteceu com a linguística alemã no pós-guerra. À época, “o estruturalismo europeu [...] passou a ser considerado ideologicamente neutro”, colocando-se em oposição à linguística de outrora, de Herder e de Humboldt, por exemplo, e “as ambivalências da submissão de linguistas alemães ao estruturalismo tornaram-se para muitos um indício de compromisso com uma investigação desapaixonada da língua” (HUTTON, 1999, p. 17).

A abordagem linguística estruturalista, se vista com cautela, está alinhada com os ideais do Estado-nação. Isto é, “a noção de língua como um sistema fechado e finito estava em paralelo direto com a ideia do Estado-nação como uma sociedade fechada e finita à qual

apenas certas pessoas tinham legitimidade para pertencer” (SHOHAMY, 2006, p. 31), e ambas davam força à consciência nacionalista, sendo esta o que mantinha o grupo coeso. Contudo, a ambivalência de sua lógica fundacional – ao mesmo tempo em que agrega e liberta o grupo, exclui e aprisiona o indivíduo – causou rachaduras em seu sistema. Tinha-se de um lado uma associação étnica obrigatória e inalienável para todos, sob a influência das teorias de concepção biológica territorial (ANDERSON, 2006, p. 57-59), e de outro a liberdade de emigrar restrita a alguns membros, sob regras de uma comunidade política voluntária. (HABERMAS, 1999, p. 131). Essas migrações unidas à avalanche de *pós* do final da década de 1980 – pós-guerra, pós-queda do muro, pós-cortina de ferro, pós-derrota do comunismo, etc. – fizeram com que se acreditasse em um conceito de cidadania menos nacional e mais global, “uma [cidadania] cujos princípios de organização e legitimação [fossem] baseados na persona universal e não na pertença nacional” (SOYSAL, 1994, p. 1). À ideologia dominante não mais interessavam fronteiras muito definidas e nem soberania de regras nacionais que impedissem migrações – e transações econômicas – transnacionais (p. 14), já que, com o fantasma do comunismo não mais assombrando, para os lucros, o céu era, e é, o limite!

Por volta dos anos 1960, enquanto na Ásia e na África políticas nacionalistas ganhavam força, no mundo ocidental a rachadura crescia (p. 140). A importação de trabalhadores, na Europa, a partir dos anos 1950, e nos EUA, um pouco antes, dessa vez, não como escravos (p. 13), mas, sim, como “trabalhadores-visitantes” [*guest workers*] (SOYSAL, 1994; HABERMAS, 1999; SPOTTI, 2011; O’LEARY, 2015; MORRIS, 2015), tomou proporções não previamente desejadas – e nem, talvez, previstas.

Acreditava-se que esses trabalhadores cumpririam suas tarefas e retornariam aos seus países de origem, mas, de fato, o que aconteceu foi que eles trouxeram seus familiares e foram incorporados a várias estruturas dos países-sede, participando do seu sistema educacional, do bem-estar social e do mercado de trabalho. Somando-se a esse quadro, alguns países, ainda, receberam ex-colonizados, que, contra as previsões das antigas colônias, decidiam por lá firmar residência (SOYSAL, 1994, p. 19-22). Isso porque, mesmo com a promessa da ideologia nacionalista de que as colônias se tornariam independentes, essas raramente atingiram autonomia, principalmente diante dos termos desiguais de negociações econômicas (CALHOUN, 2004, p. 238).

Com o passar dos anos, as migrações foram mudando a abordagem política frente aos que estavam dentro (bem-vindos ou não) ou que queriam estar, principalmente na Europa e nos EUA. O Tratado de Schengen; as ampliações e retrações dos países que fazem parte da União Europeia; a construção do muro entre EUA e México; etc. “testemunharam o

surgimento de um novo padrão de migração que origina novos grupos de imigrantes legalmente diferenciados, muito fragmentados, menos organizados” (SPOTTI, 2011, p. 39) do que acontecera em situações prévias por meio de “convites”.

A presença ativa de um *outro* que foi convidado para entrar, mesmo que não para ficar – e nem participar do coletivo nacional (SOYSAL, 1994, p. 2-3) –, exige dos Estados uma reconfiguração do *nacional* que equilibre reivindicações universais e particularismos nacionais (MORRIS, 2015, p. 67). Visto que o nacional não mais correspondia ao que se estabeleceu na Europa e nos EUA no século XIX, nem nas outras partes do mundo, no século XX. Essa reconfiguração, porém, não produz neutralidade ou igualdade nas relações e nem, muito menos, elimina a coesão do Estado, embora se possa afirmar que há uma transcendência dos limites dos Estados-nação europeus de outrora (CALHOUN, 2004, p. 234-237). Diz-se, então, vivermos em um *pós-nacionalismo* (SOYSAL, 1994) ou, mais recentemente, em um *cosmopolitismo* (SOYSAL, 2010).

O que mudou, de fato, foi a possibilidade de o capital e o poder viajarem mais longe, em uma escala maior do que a delimitada por um território, pois, tenha ele o tamanho que for, sempre será menor do que o globo. No começo, a ideologia que subjazia ao liberalismo – como um bom exemplo ao que Engels explica ser uma “falsa consciência” (WOOLARD, 1998, p. 7) – levou à crença de que algumas pessoas ficavam juntas por pertencerem à nação ligada a um Estado político de direitos. A própria teoria liberal teve que, mais tarde, admitir que a priorização da unidade nacional torna-se insustentável quando se pretende um lucro ilimitado, mudando, assim, seu discurso, e o Estado virou um novo inimigo, já que a palavra de ordem é, agora, “ser cosmopolita”. O individualismo, mais do que nunca, está em alta no cosmopolitismo (CALHOUN, 2004, p. 248-252). Na valorização do indivíduo que “corre atrás”, que aumenta seu *capital humano*, o bi/multilinguismo é retomado como moeda de altíssimo valor e historicamente única em sua abrangência.

Refiro-me à retomada, por memorar os anos que precederam à implantação dos Estados-nação, ou seja, os séculos em que se vivia sob dominações imperiais, sem preocupação com um controle cultural e linguístico da população (PAVLENKO, 2014, p. 5). Nessa época, o multilinguismo estava longe de ser uma “doença social” [*plaiie social*], como definido por Izhac Epstein, em 1915 (p. 4). Stephen May coloca de maneira categórica que “os impérios, na maior parte do tempo, eram realmente felizes por não molestarem a pletera de culturas” (MAY, 2012, p. 6) – desde sempre existentes –, simplesmente porque o interesse de se alcançar um controle fora dos domínios religiosos, que criasse, ainda, um paralelismo entre língua, povo e território, veio *com* a ideologia dos Estados-nação, já que nem mesmo “a

universalidade do latim na Europa Ocidental [...] correspondeu a um sistema político universal” (ANDERSON, 2006, p. 40).

Agora, entretanto, o bi/multilinguismo, embora seja referido como uma retomada, um renascimento, traz consigo a carga ideológica de sobrevida de um estágio posterior ao nacionalismo, que, por sua vez, dava à língua papel protagonista nas bases aos dispositivos de dominação e controle. Ou seja, o bi/multilinguismo carrega em si uma marca ideológica nacionalista de renascença, e, agora, não só não perturba a ordem de poder estabelecida, como é requerido para que ela subsista. Ele passa, assim, a ser requisitado no currículo da população economicamente ativa, a fim de aumentar a potência do poder e do capital de suplantarem fronteiras, de forma a se refletir nas produções das ciências cognitivas e acadêmicas, em geral. Desde as décadas finais do século XX, trabalhos acadêmicos apresentam uma contranarrativa à degradação do bi/multilinguismo (FLORES E LEWIS, 2016), iniciando gradativamente a valorização de diversidade linguística nas ciências da linguagem.

Importante destacar, no entanto, que embora tenha havido um dito desmantelamento das fronteiras que mudou o cenário mundial econômico, tecnológico, cultural e até linguístico, alterando a ideia do *nacional* e, por conseguinte, do *multilinguismo*, “os Estados territoriais continuam sendo as únicas autoridades efetivas” (HOBSBAWM, 2009, p. 25). Apesar de existirem, de acordo com a ONU, 195<sup>32</sup> países no mundo, dentre os quais, muitos são extremamente poderosos, “nenhum Estado ou império jamais foi grande, rico ou poderoso o suficiente para manter a hegemonia sobre a supremacia política e militar em todo o mundo” (p. 25).

Hardt e Negri (2000) defendem a existência de um processo político, social e econômico único, denominando-o “Império” [*Empire*]. Nesse contexto, a consciência nacionalista da existência de um *nós* e um *eles* não se dissolve<sup>33</sup>, pelo contrário,

[...] uma separação cada vez mais extrema de uma pequena minoria<sup>34</sup> que controla enormes riquezas de multidões que vivem na pobreza no limite da impotência. As linhas geográficas e raciais de opressão e exploração que foram estabelecidas durante a era do colonialismo e do imperialismo, em muitos aspectos, não foram diminuídas, mas, pelo contrário, aumentaram exponencialmente. (HARDT E NEGRI, 2000, p. 43)

<sup>32</sup> <https://www.worldatlas.com/articles/how-many-countries-are-in-the-world.html>

<sup>33</sup> Como foi possível constatar em eventos políticos na Europa e nos EUA nos últimos anos: eleições presidenciais com vitória de Donald Trump e a ameaça de vitória de Marine Le Pen; a saída da Inglaterra da UE pelo plebiscito do Brexit; a entrada do Partido Bundestag no Parlamento Alemão; etc.

<sup>34</sup> Para que fique claro quão pequena essa minoria é, apresento uma passagem de Rob Nixon sobre o tema: “Em 2013, as oitenta e cinco pessoas mais ricas do mundo – um grupo pequeno o suficiente para caber em um ônibus de dois andares, no improvável evento de estarem inclinadas a pegar um ônibus – tinham um patrimônio líquido igual ao de cinquenta por cento da população do planeta, os 3,5 bilhões de pessoas mais pobres” (NIXON, 2014).

No Império, organismos supranacionais, como as Nações Unidas, juntamente com os nacionais se submetem, ambos, a uma nova lógica de soberania, em cujo cenário vigora “uma nova noção de direito, ou melhor, uma nova inscrição de autoridade e um modelo novo de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que garantem contratos e resolvem conflitos” (p. 9). Uma vez que sistemas jurídicos são sempre responsivos a – ao mesmo tempo em que são formadores de – outras esferas da sociedade, os autores explicam que tais mudanças não passam de sintomas “das modificações da constituição biopolítica material de nossas sociedades” (p. 10). Para eles, há um novo corpo biopolítico, cuja força de trabalho é imaterial – envolvendo comunicação, cooperação e produção/reprodução de afetos (p. 53).

### **A imaterialidade no pós-nacionalismo multilíngue**

Para entendermos esse corpo biopolítico e em que medida ele é afetado pela coexistência de âmbitos nacionais e supranacionais agindo sobre si, há de se compreender como a materialidade do trabalho se esvanece. Entretanto, faz-se importante lembrar que, como ocorre em toda transformação, essas formas precedentes de organização de trabalho e/ou de produção são redesenhadas, não extintas. Na industrialização, há uma migração do primeiro setor (agricultura e mineração) para o segundo (industrial), com o processo de pós-modernização, há uma migração para o terceiro setor (serviços), como veremos a seguir.

Quando se pensa em economia industrial, logo termos como fordismo e disciplina vêm à mente, isso porque, como mostrou o filme de Chaplin “Tempos Modernos”, o trabalho repetitivo da linha de produção não era visto como uma atividade que necessitasse muita “qualificação”, de acordo com os pensadores do New London Group<sup>35</sup> (2000, p. 11). Portanto as características dos funcionários valorizadas pelas empresas – ou melhor, pelos donos das empresas e pelos funcionários de cargos mais elevados; para que se deixe de lado o recurso de impessoalidade e inimputabilidade sobre decisões e atos atribuídos a corporações – eram: disciplina e organização, que, (não) coincidentemente, reproduziam o comportamento de máquinas. Os trabalhadores tinham que ser idênticos para serem substituíveis (COPE E KALANTZIS, 2000, p. 133).

O sistema, porém, começou a entrar em crise nos anos 1960 e 1970. A partir daí, o funcionamento dos Estados passa a se aproximar ao de uma empresa, e maneiras diferentes

---

<sup>35</sup> O New London Group é um grupo de estudos criado por teóricos dos quais Courtney B. Cazden, Bill Cope, Norman Fairclough, James Paul Gee, Mary Kalantzis e Gunther Kress fazem parte.

e mais “flexíveis” de trabalhar, com as quais o regime disciplinar era incompatível, começaram a surgir. A essa economia pós-industrial construída e remodelada por computadores, deu-se o nome de economia informacional, já que nela a informação e as comunicações alcançaram um novo valor econômico, e o trabalho passa a perder sua materialidade.

A linguagem assume outras funções concernentes à economia, as quais, também, contribuem para a imaterialidade do trabalho. A começar pelo canal comunicacional entre produção e consumo de mercadorias, que não existia no Fordismo (p. 289), e que, com o advento das TIC não só passa a existir, mas é construído sobre a ponte do “tempo real”, do imediato, visando à rapidez, “com ênfase em mover o produto, o mais rápido possível, do produtor ao consumidor (‘tempo de comercialização’)” (CRONIN, 2013a, p. 492). Henry Ford perde seu valor metafórico e começa a era do Toyotismo – “pós fordismo”, ou ainda, “capitalismo rápido” (NEW LONDON GROUP, 2000, p. 11). A industrialização incorpora as tecnologias de comunicação, fazendo com que os processos de produção passassem a ser também vistos como parte do setor de serviços, de acesso direto do consumidor.

Embora o papel da informação e da comunicação, nessa etapa digital, ainda não estivesse no estágio de hoje, sendo apenas uma ligação entre agentes econômicos, as transações do terceiro setor já giravam em torno de uma contínua troca de informações. Enquanto no Fordismo seguiam-se receitas repetidas de memorandos pré-determinados, manuais de linha de montagem, etc., e, portanto, organização e precisão eram características valorizadas, na era da informação, por sua vez, as interconexões pessoais e informais alcançam importância, produzindo-se uma nova linguagem de trabalho mais espontânea<sup>36</sup> (NEW LONDON GROUP, 2000, p. 11). Essa transformação coloca em posição de destaque o trabalho afetivo dos contatos e das interações humanas nas gôndolas, por todo o globo (HARDT E NEGRI, 2000, p. 292). A afetividade em forma de carinho, bem-estar, reconforto, excitação, etc. passa a ser um novo produto da prateleira, daí ser essa uma das razões de se dizer que a força de trabalho humana assume um novo corpo biopolítico imaterial: a língua “(tanto científica quando social)” (p. 30).

Outra particularidade do papel da comunicação, no pós-fordismo, deu-se a partir do fato de que as atividades filtradas pelo mundo computadorizado requerem um grau de

---

<sup>36</sup> A espontaneidade e a informalidade, entretanto, não trouxeram um ambiente de trabalho mais igualitário ou amistoso, pelo contrário, já que “as culturas das corporações e seus discursos de familiaridade são frequentemente mais sutis e mais rigorosamente exclusivos do que as mais nojentas – honestamente nojentas – hierarquias” (NEW LONDON GROUP, 2000, p. 12), deixando de fora aqueles que possuem pensamentos dissonantes, ou não querem participar do teatro intimista, que, apesar de convidar o público ao palco, continua sendo apenas um teatro.

abstração e linguagem simbólica que não se exigiam do trabalhador “comum”, ou seja, do trabalhador dito “não especializado”, no Fordismo. Na era digital, mesmo que os serviços não utilizem, diretamente, computadores, as práticas que essa nova tecnologia permite (como o deletar, a contínua modificação, a interação ubíqua, etc.) acabam por fazer parte do agir e reagir dessa nova geração, que, para obter sucesso, tem que lidar com tarefas criativas, analíticas e simbólicas. Isso ocorre porque as “máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada em nossos corpos e mentes e uma lente pela qual redefinimos nossos próprios corpos e mentes” (HARDT E NEGRI, 2000, p. 291).

Submetidos ao crivo dessas tecnologias, apagamos os processos (trabalhos e trabalhadores) intermediários e necessários a cada atividade. Uma das características das TIC é permitir o que Michael Cronin (2013) chamou de “desintermediação” [*disintermediation*], em vários níveis, mas sempre a favor de uma “ideologia<sup>37</sup> de conveniência” [*ideology of convenience*] (CRONIN, 2013, p. 45) que esconde a natureza produtora de cada atividade. Deixamos de enxergar, por exemplo, o custo que nos é transferido ao fazermos um *check-in online*, assim como, também, não percebemos a natureza de uma atividade quando podemos simplesmente clicar em “desfazer amizade” no *Facebook*, e somos, ainda, gratos pela facilidade que essas ações nos trazem, negligenciando o que elas servem e o que elas apagam. Fica mais difícil esquecer-se da força necessária para apertar um parafuso, manuseando uma chave sextavada, ainda que toda ferramenta tenha a capacidade de fazer-nos abstrair “a força de trabalho do objeto do trabalho, até certo ponto” (HARDT E NEGRI, 2000, p. 292).

Esse corpo biopolítico, entretanto, para assumir sua força de trabalho lucrativo, precisa estar de acordo com a sua área de atuação: relações comunicacionais globais muitas vezes imprevisíveis. Saber transitar nessas relações passa a ser sinônimo de geração de lucro.

### **A língua no pós-ultra-nacionalismo bi-multilíngue**

É importante entender que esses papéis atribuídos à linguagem, agora vista como produtora de um novo corpo biopolítico imaterial, são performados entre diferentes línguas, por diferentes culturas, a ponto de urgir o surgimento de soluções que possam tornar esse cenário mais acolhedor, isto é, um cenário em que haja maior igualdade de negociação entre as personagens. Essas soluções, como é de se esperar, partem de pressupostos linguísticos que sirvam de apoio ao que propõem. Há duas soluções – já pinceladas no final da primeira metade deste capítulo – que vêm se impondo nesse cenário, a saber, uma única língua que seja

---

<sup>37</sup> No Capítulo 3, discuto sobre o termo *ideologia*, mas gostaria de, desde já, explicitar que defendo o emprego do termo sempre ligado às ideias de hegemonia e dominação – Cf. KELLNER, 2001.

comum a todos os interlocutores envolvidos para que assim possam negociar suas identidades em profundidade e em pé de igualdade, e a possibilidade de se traduzir, por meio de programas de computador, em tempo real, as línguas que estiverem ora em contato. A compreensão imediata da descrição dessas duas soluções revela não só o alto grau de dedução exigido, como o de indução que os valores que trabalham a favor do fortalecimento dessas soluções exercem sobre nossa sociedade, no que tange os complexos e inquietos conceitos de língua e tradução.

É preciso descortinar o palco para, pelo vazado das coxias, ser possível entrever os bastidores, antes de aplaudir o espetáculo do multilinguismo que pavimenta a via de mão/língua-única ou a encenação do saber lidar com as diferenças que alimentam os algoritmos da tradução automática.

Sem muito esticar de pescoço, avista-se a crueldade imposta pelo poder ideológico que performa tais soluções. Valoriza-se o corpo biopolítico que gera lucro. O apreço ao multilinguismo e às diferenças é tão grande quanto o lucro que eles geram, como bem distingue Louis-Jean Calvet:

nós sentimos claramente, sem, no entanto, teorizar, que esse valor, de alguma forma comercializável, faz que as línguas sejam um capital, que a posse de algumas delas nos agregue valor, enquanto outras não gozem de prestígio algum no mercado. E percebemos imediatamente que as noções de "valor" ou "prestígio" são tantas representações quanto realidades, mas que essas representações nutrem as realidades, reforçam-nas. (CALVET, 1999, p. 11)

Tristemente, embora fictício, o prestígio que é dado às línguas de valor comercial informa os sentimentos e as motivações dedicados a todas as inúmeras monolínguas e, conseqüentemente, a seus falantes. Por isso que, mesmo que manifestações multilíngues “reproduzam” o emprego e a situação de uso do seu lugar “de origem” – ou de uma manifestação anterior bem-sucedida –, elas não carregam consigo os significados desses significantes. Isso é facilmente notado não só a partir dos inúmeros restaurantes de cadeias internacionais, como também, simplesmente, a partir de nomes escolhidos, seguindo-se os protocolos dos locais que inspiram tais nomes – um “Chez Nina” na Avenida Paulista em São Paulo, ou no centro comercial sofisticado de Tóquio, não reverbera a mesma coisa que se estivesse na Cours Jean Jaurès, em Grenoble.

A performatividade do multilinguismo não se restringe aos estabelecimentos comerciais, ela, também, está nos indivíduos que caminham, comem, dormem, trabalham, passeiam, nesses espaços-em-tempo. Ao multilinguismo ou, em última instância, às diferentes

línguas, é acrescentada uma utilidade que, por fim, é a grande aliada do que vem sendo chamado de “comodificação”<sup>38</sup> [*commodification*] das línguas (HELLER, PUJOLAR E DUCHÊNE, 2014). O termo, entretanto, não escapa à sina do pós-modernismo e do pós-colonialismo de serem arrastados pela ideologia do capital corporativo e do mercado mundial. Ela, por sua vez, e acima de tudo, encontra sua forma de reprodução nos discursos antifundacionais e antiessencialistas (HARDT E NEGRI, 2000, p. 150). Assim, embora o termo não venha sendo empregado com o devido rigor (BLOCK, 2017), Bonnie Urciuoli e Chaise LaDousa, pontualmente, delimitam o escopo ao que *comodificação* se refere:

Se as práticas linguísticas são interações sociais ou habilidades de trabalho dependem de elas serem realizadas como trabalho e a extensão da agência do falante em sua produção. Na medida em que as pessoas vendem sua força de trabalho e, na medida em que o valor de sua força de trabalho depende do conhecimento de práticas linguísticas particulares, tais práticas se tornam comodificadas.

[...] Se as pessoas são pagas pelo trabalho com língua, o que constitui trabalho provavelmente será reificado, especialmente quando esse trabalho é considerado um conjunto de habilidades sujeito a monitoramento e avaliação. (URCIUOLI E LADOUSSA, 2013, p. 176)

Em outras palavras, quando falar ou não uma língua, ou quando falar “de certa maneira” (por exemplo, aparentar afeição e regionalismo em uma “conversa” entre um atendente de telemarketing e seu cliente) torna-se uma potencialização da força de trabalho ou um agregado de habilidades com valor de mercado (URCIUOLI, 2008, p. 224), podemos falar de *comodificação* das línguas.

Seja pelo argumento de uma nova imaterialidade das *commodities* (URCIUOLI, 2008) ou de uma “coisificação” das línguas (BLOCK, 2017), aprender diferentes idiomas, para se tornar um indivíduo cosmopolita e mais empregável, é enxergar as línguas como “objetos naturais que ‘estão lá’, esperando para serem descobertos, descritos e catalogados por um linguista” (RAJAGOPALAN, 2001, p. 17). Sabendo que o “estar lá”, parados e prontos, dá ao revestimento, ou seja, às palavras, o mesmo poder de representatividade dado às máscaras em um baile: o de restringir as possibilidades de significados, imputando *apenas um* significado,

---

<sup>38</sup> Embora a literatura no Brasil esteja privilegiando o uso desse termo como *mercantilização*, acredito ser ele muito genérico para a especificidade que *commodity* exprime, além dele ser menos coerente com a origem do termo, em Marx (Cf. BLOCK, 2017, para essas reflexões). *Mercantilização* aponta para relações dentro do mercado como um todo, já *comodificação* remete a questões mais específicas e profundas em relação à força de trabalho. A aplicação de um termo vindo de Marx, ao menos quando feita de forma legítima, é sempre um convite à discussão das relações de exploração. Em tais casos, e no nosso caso específico, a verdadeira importância do uso do conceito, mesmo que em um cenário modificado em relação ao pensado originalmente, está em impossibilitar estratégias de ocultação da verdadeira natureza de tais relações. Seja lá qual o ponto de vista defendido, será preciso tocar em assuntos que grande parte das vezes são maquiados ou mesmo evitados por completo, como se faz ao esvaziar conceitos como “ideologia” que passa a ser apresentada como mero “agregado de ideias” (WOOLARD, 1998, p. 5).

a fim de esconder o quão inesgotáveis as pessoas sob as máscaras são; torna-se importante, então, entender os interesses por trás dessa *comodificação*, ou mais além, o interesse em um mundo de significados reduzidos. Portanto, neste capítulo, quis mostrar que a capacidade de apropriação e ressignificação, de cruzar fronteiras, de voar, se dá pelo fato de línguas serem tanto *práticas sociais* quanto sistemas nacionais, selados, registrados, carimbados, avaliados e rotulados, com “sim, sim, sim”.

## CAPÍTULO II

### Globish

*What do you call someone who speaks three languages?  
Tri-lingual.  
Someone who speaks two languages?  
Bi-lingual.  
One language?  
British.  
Anthony Peregrine, 2015<sup>39</sup>*

“Onde falar várias línguas é o esperado” (EGGERT, 2017) é o título de uma pequena matéria da BBC *on-line*. A foto que acompanha o artigo (Fig. 2) dá a dica da resposta: certamente alhures, já que “ninguém poderia esperar que os britânicos falassem outra coisa [que não fosse inglês]” (PEREGRINE, 2015) – o que seria, certamente, uma legenda mais honesta do que a que foi colocada na foto da revista: “muitos britânicos ficam constrangidos com suas habilidades em línguas estrangeiras quando estão de férias no exterior” (EGGERT, 2017). Não é a veracidade dessa legenda que contesto – já que, por estarem os britânicos sob o jugo da ideologia vigente, certamente acreditam que deveriam falar outras línguas –, o que me intriga é por que o multilinguismo não atinge os britânicos, se eles estão tão inseridos na globalização quanto os demais países?



Fig. 2: Um lugar *não* chamado Grã-Bretanha

<sup>39</sup> “Como você chama alguém que fala três línguas? Tri-lingue. E que fala duas? Bi-lingue. E uma? Britânico.”

A resposta talvez esteja nos casos escolhidos por Nalina Eggert para ilustrar “os incríveis benefícios de ser bilíngue”. Elencando os colegas políglotas que entrevistou, a jornalista percebeu que todos eles cresceram em lugares “onde falar seis línguas é normal” (EGGERT, 2017): Ruanda, Indonésia, Quênia, Bangladesh e Índia. Ela só parece não ter percebido que as línguas locais desses países (línguas bantas, quiniaruanda, tétum, indonésia, bengalês, hindi, etc.), quando não “coincidem” com as línguas de seus colonizadores, são línguas que não têm poder de *commodity*. Assim, diante do fato de que resta aos estrangeiros se adaptarem à falta de destreza linguística dos falantes ditos nativos de inglês (PEREGRINE, 2015), a língua comum aos seus entrevistados era, não coincidentemente, o inglês, detalhe que se explica para além do fato de eles trabalharem para a BBC<sup>40</sup> – como captaria um olhar mais atento à foto (Fig. 2), por perceber que nesse lugar *não* chamado Grã-Bretanha “vendem-se jornais, livros e revistas em inglês”.

Assim, prontos para o bilinguismo, engolimos o inglês, mas regurgitamos apenas algumas de *suas* partes que, rearranjadas, a partir da lógica de um quebra-cabeça, *nós* (inclusivo) conseguimos reconhecê-lo nos outros *outros*, mas seus mestres não *o* reconhecem em nós. O interessante é notar que tais mestres passam a ser taxados como os “menos inteligíveis” (RAJAGOPALAN, 2010c, p. 481) ou, ainda, como os que pior se comunicam<sup>41</sup> – seja por não entenderem, seja por não se fazerem entender<sup>42</sup>.

Na apresentação que o engenheiro de *software* Melvin Johnson fez sobre a estreia dos novos algoritmos do Google Tradutor (GT), na Universidade de Stanford, o palestrante construiu uma analogia, recorrendo à obra, de Leonardo Da Vinci, “La Gioconda”. O quadro foi mostrado em forma de um quebra-cabeça com partes faltantes e cujos encaixes, mesmo quando corretos, se revelavam como tais, por manterem seus contornos aparentes, de forma a ficar patente que aquilo só se passava pela pintura, não sendo, de fato, *a real pintura* – embora quase 90% das peças estivessem corretamente colocadas.

<sup>40</sup> Isso porque, comparada às demais línguas, a língua inglesa é a mais falada como segunda língua por todo o mundo. Cf. [www.movehub.com/blog/global-second-languages/](http://www.movehub.com/blog/global-second-languages/)

<sup>41</sup> <http://www.bbc.com/capital/story/20161028-native-english-speakers-are-the-worlds-worst-communicators>

<sup>42</sup> <http://www.bbc.com/capital/story/20161221-even-english-speakers-are-baffled-by-these-words> e <https://www.telegraph.co.uk/news/2017/12/14/idiomatic-english-means-brits-struggle-communicate-world/> Acesso em 13 de janeiro de 2018.

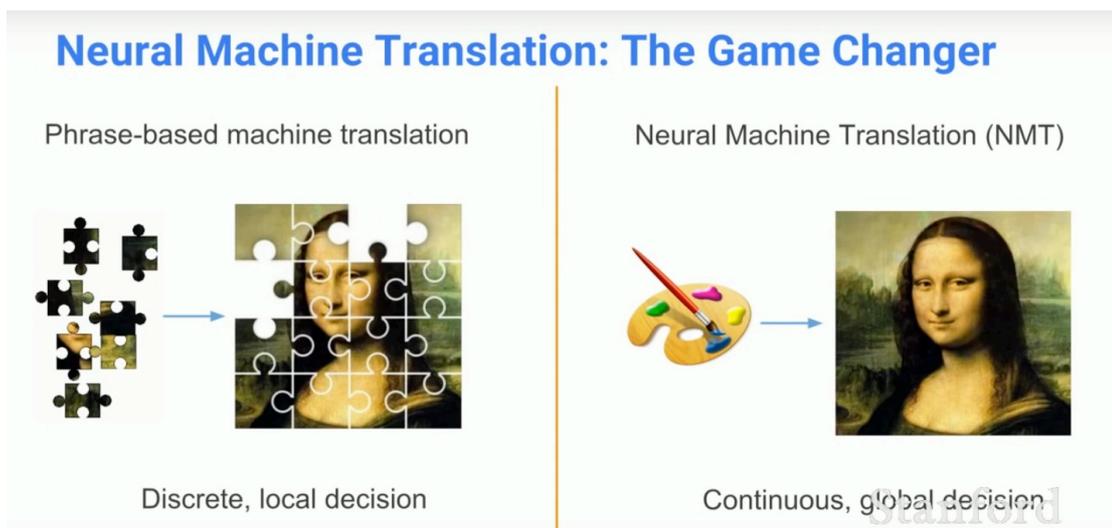


Fig. 3: Captura de tela - palestra de Johnson (2016, minuto 4:23)

Apesar de o orador ter usado a imagem para mostrar que o GT agora trabalharia “do zero”, de forma análoga à dos pintores, (como discutido no Capítulo 4), para mim, naquele instante, tínhamos a representação pictórica do que nesta tese chamo de Globish – propositalmente, um nome mais genérico do que os que revisaremos ainda neste capítulo.

## 2.1 A quem pertence o inglês?

O British Council, no final do terceiro trimestre de 2017, anuncia em sua página oficial: “mais de três milhões de provas do Sistema Internacional de Teste da Língua Inglesa (IELTS) foram realizadas no ano passado, refletindo a crescente importância do principal teste de inglês do mundo para ensino superior internacional e migração”<sup>43</sup>. Aos atentos, a questão passa a ser não somente “está se falando inglês por aí”, mas, sim, “está se avaliando quem fala e quem não fala inglês por aí”. A não-tão-escondida agenda tem o intuito de que se saiba que construir quebra-cabeças de maneira “truncada” (BLOMMAERT, 2010, p. 103) não é falar *a* língua, no máximo, pode ser aceito como falar *uma* língua – em busca de melhor termo (RAJAGOPALAN, 2004a, p. 112). Nesse caso, a língua Globish.

O fato se complica quando o número de falantes de inglês ditos não-nativos cresce exponencialmente, ultrapassando a quantidade de “nativos” (HOWSON, 2013), pedindo posicionamento acadêmico sobre o tema. Como então regular essas línguas inglesas sem perder sobre elas controle, mas, também e principalmente, sem desencorajar suas manifestações? Atribuindo-lhes status não (explicitamente) inferiorizado, mas (compreensivelmente) diferenciado.

<sup>43</sup> <https://www.britishcouncil.org/organisation/press/ielts-numbers-rise-three-million-year>

Para tanto, a literatura apresenta uma enxurrada de nomes que vêm sendo dirigidos às tentativas de apreensão do evento do inglês estar ocupando o posto de língua franca mundial, ou seja, em situação hipotética de contato transcultural, postula-se que os interlocutores se comunicarão em inglês. Tais nomeações se dividem em três grandes visões, distinguindo-se pelas respostas a questões como: a quem pertence o inglês? Ele é monocêntrico ou pluricêntrico (BOLTON, 2004, p. 368)?

Quando o inglês pode ser associado a várias nações, ou seja, se é pertencente a vários lugares do mundo, mesmo que apresentem diferenças hierárquicas, dá-se o nome de “ingleses mundiais” (*World Englishes* - WE); nessa mesma direção, mas sem que haja hierarquia entre as nações, chama-se “inglês como língua internacional” (*English as an International Language* - EIL); e, por fim, tem-se o “inglês como língua franca” (*English as a Lingua Franca* - ELF), a qual não divide os tipos de inglês em relação a nações, mas parte-se da ideia de comunidades em contato (CANAGARAJAH, 2013, p. 56).

Os três grandes grupos se distanciam do entendimento de globalização como processo homogeneizante e de inglês como língua/cultura imperialista (PENNYCOOK, 2007, p. 18), ao mesmo tempo em que buscam entender “maneiras pelas quais o inglês se tornou localmente adaptado e institucionalizado para criar diferentes variedades de inglês (diferentes ingleses) em todo o mundo” (p. 20). Assim, elas percebem que essas adaptações locais possuem fonologia, pragmática, gramática e léxico próprios (SEIDLHOFER, 2005, p. 340), porém “problematizam a superioridade do inglês padrão e do falante nativo [...], legitimando [esses] múltiplos códigos linguísticos utilizados por diversos falantes de inglês” (KUBOTA, 2015, p. 23).

Relembremos a conferência de celebração do 50º aniversário do British Council, em 1984 (RAJAGOPALAN, 2004a, p. 111), quando Braj Kachru – o primeiro representante do WE –, colocando-se em linha de frente contra uma visão etnocêntrica do inglês, chega à conclusão de que há três conjuntos de *donos*, que só os míopes não viam (RAJAGOPALAN, 1999, p. 204). Kachru, então, propõe três círculos concêntricos<sup>44</sup>, em que o inglês padrão dos nativos (mais precisamente dos norte-americanos e britânicos – RAJAGOPALAN, 2004a, p. 111), ocuparia a centralidade total, depois, no segundo círculo, há os que têm o inglês como segunda língua, ou como uma “língua adicional institucionalizada” [*institutionalized*

---

<sup>44</sup> Após 13 anos dessa formulação, Braj Kachru reformulou sua teoria deixando-a mais policêntrica, mas mantendo os mesmos círculos (RAJAGOPALAN, 2010, p. 479), fato confirmado pelo livro que editou juntamente com Yamuna Kachru e Cecil Nelson (2006), cuja organização dos capítulos, explicitam seus autores, segue “mais ou menos” [*roughly*] a conceptualização dos círculos, deixando clara a ideia de um centro, um começo, uma direção de “dentro para fora” (KACHRU, KACHRU e NELSON, 2009, p. 2), a fonte de onde o inglês jorrou e se espalhou (KACHRU, 2005, p. 13).

*additional language*] (KACHRU, 2005, p. 14), e a argola mais exterior englobaria os países que usam o inglês como a língua estrangeira eleita. A partir dessa organização, Kachru objetiva alcançar uma abordagem de WE pluricêntrica, que valorize formações culturais distintas de cânones (KACHRU, 2006, p. 447), “cortando o cordão umbilical com o Círculo Interno, ou com os países dos falantes nativos originais, e, assim, fazem do inglês uma linguagem mundial culturalmente pluralista” (p. 451). Nessa mesma publicação, o autor coloca o Círculo Interno como o tronco do qual os outros galhos (os WE) nascem (p. 446), ressaltando, porém, que, ainda assim há “trocas e cruzamentos” entre galhos e tronco, de forma a deixar evidente que “as fronteiras do centro [...] são permeáveis”, e concluir que “a periferia cada vez mais entra em primeiro plano” (p. 455). Dessa maneira, entendo que tanto a imagem de haver um tronco representando os falantes-nativos, como a de um círculo “mais interior” do que os outros falantes do inglês seguem uma lógica axial, portanto falha quanto ao caráter pluricêntrico que o autor se põe a favor.

Além disso, nesse modelo, e em tantos outros por ele inspirados, os diferentes *ingleses* são adjetivados pelas nações a que correspondem (inglês indiano, inglês sul-africano, inglês filipino, etc.) – ou, mais recentemente, são as regiões ou as “subculturas e variedades sociais” [*subcultural and social varieties*] (CANAGARAJAH, 2013, p. 59) que determinam suas adjetivações. Essa lógica de classificação reforça visões nacionalistas, em que “cada variedade de inglês tende a representar o segmento social, econômica e politicamente dominante da população” a que faz referência (KUBOTA, 2015, p. 30) – preceitos dos quais ele teria que escapar (PENNYCOOK, 2007, p. 21), para alcançar seu objetivo de se contrapor a conceituações tradicionais de cânones (KACHRU, 2006, p. 463).

Percebe-se que tais agrupamentos sob nomes geo-historicamente localizáveis buscam adicionar algum grau de similaridade e possibilidade de sistematização a cada uma dessas línguas, por isso, até, elas são submetidas a dissecações linguísticas minuciosas para confinar cada fragmento de variedade em uma categoria – como demonstram as análises feitas a respeito das delimitações que fazem um WE ser sul-asiático (KACHRU, 2005, p. 43-54), por exemplo. Tais traços de invariabilidade são perseguidos já que, seguindo a tradição estruturalista, é preciso regularizar, para que tenha o status de língua. Anuncia-se, com isso, um esforço em aproximar essas variedades de *algum tipo* de inglês, sendo, para tanto, preciso que tenham “um núcleo, uma gramática central e um léxico do inglês” (PENNYCOOK, 2007, p. 22) – por essa razão, as modalidades crioulas e pidgins são deixadas de fora, já que são muito híbridas e transitórias, incompatíveis, assim, com sistematizações de WE (CANAGARAJAH,

2013, p. 59) –, incorrendo-se, ainda por cima, na pressuposição de que o inglês do *centro* é uniforme e monolítico (p. 60).

Sobre a abordagem do inglês como uma língua internacional (EIL), há o cuidado de se fazer uma distinção partindo de funções e não de hierarquias sobre normatizações aceitáveis, no intuito de acomodar todas as variedades. Entretanto, essa corrente enxerga uma neutralidade nas negociações entre os diferentes tipos de inglês (de um lado o internacional e do outro o “dos nativos”), baseada em um fato quantitativo: há cada vez mais “não-nativos” no mundo. Os teóricos adeptos ao EIL acreditam que, embora existam ainda situações de prestígio aos “nativos”, há cada vez mais momentos em que negociações em termos igualitários acontecem (CANAGARAJAH, 2013, p. 61) – não lembrando ou fazendo esquecer que a “norma culta” não alcançou seu status por ser a modalidade falada e eleita pela maior quantidade de pessoas de um dado país. Assim, parece haver nas falas de seus teóricos, uma espécie de postura paternalista dirigida aos “não-nativos”, além de um excessivo tom de *business*, como o encontrado na publicação de David Graddol.

O autor, por exemplo, apresenta como uma das vantagens decorrentes do estabelecimento do inglês como uma língua internacional o fato de que “o custo de aprendê-lo, para os não-nativos, diminui e os benefícios de adquiri-lo aumentam” (GRADDOL, 2006, p. 122), acrescentando, ainda, que, medindo-se os prós e os contras, os “nativos” é quem saem perdendo, por encontrarem duas barreiras que os mantém monolíngues. A primeira barreira diz respeito à falta de tradição cultural bi-multilíngue na Grã-Bretanha de forma que “para falantes nativos, torna-se mais difícil aproveitar o ambiente multilíngue de muitas outras partes do mundo” (p. 123). A segunda é o investimento que envolve reverter esse quadro, já que “o custo de aprender inglês é baixo, enquanto o custo de aprender outras línguas é alto” (p. 122). As consequências aos pobres coitados falantes “nativos” de inglês passam a ser avassaladoras, uma vez que, como previu Pillipe Van Parijs<sup>45</sup>, “os anglófonos competirão em seus mercados de trabalho domésticos com pessoas do mundo todo, ao passo que eles mesmos não têm acesso real aos mercados de trabalho [dos países dessas pessoas], em que outra língua seja necessária” (GRADDOL, 2006, p. 122), diferente da única que falam.

Nessa direção de valorização do “não-nativo”, as abordagens ligadas ao modelo EIL, apesar de incluírem um maior número de modalidades – subnacionais, crioulas, pidgins, conversacionais, etc. –, “ao tornar a diversidade uma questão quantitativa de enumeração de

---

<sup>45</sup> Páginas à frente, retomarei essa preocupação de Van Parijs por considerá-la altamente pertinente e entender que na construção argumentativa de Graddol ela leva os leitores a um direcionamento incongruente com o que o Van Parijs advogava. Cf. VAN PARIJS, 2004.

língua, [...] continuam a empregar as estratégias de listagem e contagem do colonialismo, enquanto perdem a questão qualitativa em que reside a diversidade” (PENNYCOOK, 2010, p. 82). Isso porque a enumeração a que esse modelo se propõe é despida do “mundanismo” [*wordliness*]<sup>46</sup> do inglês, ignoram-se relações sociais, históricas, culturais e políticas que são estabelecidas no seu transitar pelo mundo – como, por exemplo, ganhos e perdas políticas que os falantes alcançam em um eventual sucesso pelo inglês (p. 79).

Por fim, o último modelo dessas abordagens, o inglês como língua franca (ELF), também busca se enquadrar em uma espécie de categoria de comunicação internacional, mas sem pretensa neutralidade. A diferença é que mesmo que pensem em um tipo de norma para esse inglês, seguindo ainda uma “abordagem baseada em características” [*features-based approach*] (BOLTON, 2004, p. 374), o ELF “valoriza a criatividade de falantes não nativos, tratando essa norma como uma coconstrução de normas multilíngues” (CANAGARAJAH, 2013, p. 63). Isto é, a literatura que informa o modelo ELF busca descrever e não prescrever uma norma que atenda às comunicações multilíngues. Essa preocupação, entretanto, cabe somente ao uso do inglês como língua franca, ou seja, não seria o caso do inglês usado entre “nativos”, segundo os autores deste modelo, como Barbara Seidlhofer. Essa autora, juntamente com outros estudiosos, como Jennifer Jenkins, advogam existir um inglês cujas características, se não sistematizadas para ensino e aprendizagem, causam problemas de “inteligibilidade internacional” [*international intelligibility*] (SEIDLHOFER, 2005, p. 340).

O modelo ELF inaugura, dentro dos estudos de inglês como língua de contato, a visão de que é nas negociações interpessoais que se constrói significação e não somente a partir de uma gramática normativa pré-fornecida (CANAGARAJAH, 2013, p. 64), ou seja, embora ainda não se baseiem inteiramente na noção de práticas linguísticas (p. 65), ele invoca uma reflexão paradigmática sobre inglês.

## 2.2 Mudança paradigmática

Apesar de haver para cada um desses modelos críticas pertinentes, claramente, entretanto, o fato peculiar dessas manifestações linguísticas, por mais semelhanças que elas tenham com o inglês, não poderem ser escudadas sob seu brasão, contribuiu enormemente às reflexões que culminaram na urgência por um novo paradigma que inicialmente vem para

---

<sup>46</sup> Para melhor apreensão do termo, Cf. PENNYCOOK, 1998, p. 213.

abalar a visão de que existe um e único “inglês monolítico que emana das instituições anglo-centrais da hegemonia global” (PENNYCOOK, 2007, p. 20).

Nesse início, aos primeiros questionamentos, subjaz a força subversiva de que ao dar aos “não-nativos” a mesma prerrogativa que os “nativos” têm sobre o inglês, entende-se que aqueles, assim como estes, em última instância, significam por meio da língua inglesa. Kanavillil Rajagopalan expõe essa inquietação, ao dizer que a visão específica de língua que o WE – que por ele é grafado no singular, World English – desafia é aquela que “está estruturada em torno da suposição não-argumentada de que toda língua natural é tipicamente falada por uma comunidade de falantes nativos, e excepcionalmente, ou marginalmente [...] por um grupo de não-nativos” (RAJAGOPALAN, 2004a, p. 112); isto é, questiona-se a possibilidade de um grupo, geopoliticamente localizado determinar sobre uma dada língua um conjunto de normas prescritivas e fixidez semântica.

Por meio desse entendimento, acredita-se ser possível abrir brechas para desnacionalizar as línguas e desvinculá-las de imposição e submissão culturais, já que tanto as normas gramaticais e o léxico deixam de ser vistos como constringentes para serem contingentes em espaço-em-tempo. Nessa direção é que Rajagopalan enxerga que “o *World English* perdeu qualquer vínculo com a cultura anglo-saxã” (RAJAGOPALAN, 2005, p. 151 – grifo do autor), salientando sua força linguístico-subversiva. E, para isso, torna-se imprescindível que se compreenda o posicionamento ativo e explícito do autor contra o emprego do plural na palavra *Englishes*, no termo WE. Suas colocações quanto a isso advêm da reflexão de que a palavra “mundo” [*world*], ao preceder “ingleses” [*Englishes*], acaba por lhe servir de adjetivo, e, para o autor, se houvesse a obrigação de existir uma adjetivação, deveria ser o contrário já que é um fenômeno concernente muito mais ao mundo, do que ao inglês – este servindo, mais do que tudo, como “lembrete” de onde tudo começou (RAJAGOPALAN, 2012a, p. 376). Além do que, ao pluralizar a palavra “inglês”, tem-se a impressão de que “todas as diferentes variedades de inglês estão em pé de igualdade no que diz respeito ao seu status linguístico” (RAJAGOPALAN, 2009a, p. 103). O que está bem longe de ser verdade, basta ver o que ocorre, até hoje, em questões de ensino de inglês como segunda língua (KUMARAVADIVELU, 2016)<sup>47</sup>, quando se ainda “atribui a certas variedades do

---

<sup>47</sup> Nesse trabalho, Kumaravadivelu traz relatos revoltantes sobre eventos que não só seus alunos vivenciam, mas que ele próprio vivenciou e até hoje vivencia em sua carreira, explicitando o quão malquistos os “não-nativos” são quando se metem nos *business* dos “nativos”, como parece ser a área de TESOL (Ensino de inglês para falantes de outras línguas). O autor, assim, lamenta, dizendo: “uma avaliação crítica de quase um quarto de século de discursos sobre a desigualdade do NS/NNS [falantes nativo e não nativo] em nosso campo me leva a uma conclusão preocupante: raramente nos anais de uma disciplina acadêmica tantas pessoas trabalharam tão duramente, por tanto tempo, e alcançaram tampouco em sua tentativa explícita de romper a estrutura insidiosa da

círculo interno [do modelo proposto por Kachru] o orgulho do próprio epicentro" (RAJAGOPALAN, 2007, p. 198), valorizando apenas o que é tido como “padrão”.

A partir dessas justificativas, a insistência de Rajagopalan pela singularização do termo “inglês” torna-se um alerta para que não aconteça da “ideologia da língua padrão [ser] infiltrada, só que, desta vez, pela porta dos fundos” (RAJAGOPALAN, 2009a, p. 103), ou seja, pelo discurso dos subalternos. Assim, ao mesmo tempo em que o autor se coloca contra a atitude de “cassandras” (KACHRU, 2006, p. 449) que empregam à língua inglesa acusações de pretensões hegemônicas e imperialistas por ver que tais agouros “carregam a marca de uma maneira de pensar a língua moldada em um clima intelectual de fervor nacionalista excessivo [...], um clima intelectual em que as identidades eram invariavelmente pensadas em termos de tudo ou nada” (RAJAGOPALAN, 1999, p. 201), ele não se ilude sobre as relações extremamente desiguais a que são submetidos os “não-nativos” nas negociações de identidade e cultura (RAJAGOPALAN, 2005).

A partir das reflexões sobre o Globish, a literatura depreendeu que debates que suscitaram máximas como “o inglês é propriedade de todos” acabam por produzir uma “aspiração liberal em vez de uma realidade política” (PENNYCOOK, 2012, p. 79). De forma a conchamar aos que realmente querem maior distribuição de direito à voz, a se perguntarem: “é só o inglês que não tem falantes nativos?” (p. 79) , só ele que não tem donos? Ou seja, não podemos “perder de vista as forças muito reais do capital global e de seus meios de comunicação, ao mesmo tempo em que procuramos encontrar respostas à propagação cultural para não aceitar seus efeitos imediatos” (PENNYCOOK, 2001, p. 71) – já que sabemos que foi com propósitos econômicos e políticos de proteger e promover interesses capitalistas que o inglês foi promovido pelo mundo (PENNYCOOK, 1994, p. 22). Enquanto o hino da revolução for “eu tenho, você não tem”, como nos ensinou há mais de 25 anos a marca Mundial com sua propaganda<sup>48</sup> das tesouras do Mickey e da Minnie, e não “por que não são todos que podem ser?”, nadaremos em círculos – concêntricos.

Impelidos por chegar ao cerne da questão que faz das línguas instrumentos de dominação, alguns autores – mesmo que previamente muitos deles já tenham defendido nomeações para *esse* inglês (como CANAGARAJAH, 2007)<sup>49</sup> – passaram a se dedicar

---

desigualdade de sua profissão escolhida. Ao contrapor forças hegemônicas, os intelectuais subalternos até agora provaram não serem mais do que anjos ineficazes batendo suas asas no vazio, para parafrasear as palavras poéticas de Shelley” (KUMARAVADIVELU, 2016, p. 82).

<sup>48</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=zMFqTzH\\_dn0](https://www.youtube.com/watch?v=zMFqTzH_dn0) - acesso em 20 de março de 2018

<sup>49</sup> Canagarajah, por exemplo, pensou em “inglês-língua-franca” [*língua franca English*] (e não “como língua franca”), sem o intuito de defender uma nova modalidade, nem de buscar normatizações, mas, sim, a fim de ressaltar o *contato* como característica formadora *dessa* língua inglesa (CANAGARAJAH, 2007, p. 91).

intensamente a um novo conceituar sobre línguas, movendo-se retroativamente sobre questões naturalizadas pela ideologia nacionalista. Tais autores visam ao distanciamento de “modelos de diversidade [que] tendem a pluralizar as línguas e as culturas, em vez de complexificá-las” (PENNYCOOK E OTSUJI, 2010, p. 243). Isto é, esse novo paradigma exalta o caráter performativo (processual, constitutivo, etc.) da relação entre língua, pensamento e identidade, rejeitando a ideia de que tais instâncias imanentes ao ser sejam imutáveis, ou, ainda, reificáveis (RAJAGOPALAN, 2012), de forma que línguas deixem de ser contáveis. O ponto de partida de seus *insights* foram as situações de contato transculturais, como veremos a seguir.

### 2.3 Superdiversidade

Esse novo paradigma, entretanto, não passou pelas águas do rio Jordão, mas vem sendo por muitos apelidado. Nelson Flores fala de “virada dinâmica” [*dynamics turn*], pela característica de “abandonar construtos linguísticos estáveis” (FLORES, 2013, p. 509). Ryuko Kubota, por sua vez, chama de “virada multi/pluri” [*multi/plural turn*], apontando tratar-se de um paralelo entre teorias pós-coloniais que defendem fluidez e hibridismos, concernentes tanto a pesquisas, quanto a teorias de ensino de língua, que problematizam o entendimento essencialista de língua e identidade (KUBOTA, 2014, p. 1 e 16). Canagarajah, embora tenha seus receios com “ismos” (metrolinguismo, plurilinguismo, etc.), percebe mais similaridades do que divergências entre ele e os que adotam esses termos (Alastair Pennycook e Ofelia Garcia, por exemplo), ou, ainda, os que se autodenominam parte da “virada multilíngue”, como May (2014). Isso porque, acima de tudo, ele defende que “embora os rótulos sejam importantes para identificar, discutir e analisar as orientações comunicativas, a prática sempre vem em primeiro lugar” (CANAGARAJAH, 2017, p. 4). O autor, então, decide por englobar todos os que advogam pelas causas mencionadas acima sob o nome “acadêmicos translíngues” [*translingual scholars*]. Por fim, há um nome, entretanto, que vem ganhando maior unanimidade para se referir ao paradigma, mesmo que nem todos que lhe fazem referência estejam com ele de acordo, a saber “superdiversidade” [*superdiversity*] (VERTOVEC, 2007; CREESE E BLACKLEDGE, 2010; BLOMMAERT E RAMPTON, 2011; BLOMMAERT, 2013, 2015, 2016; SPOTTI, 2011; MAKONI, 2012; MEISSNER E VERTOVEC, 2015; BUDACH, G. E SAINT-GEORGES, 2017; PAVLENKO, 2017).

O termo superdiversidade, entretanto, chegou aos estudos da sociolinguística por meio de um artigo de Steven Vertovec (2007) em que o autor discute as mudanças no cenário nacional britânico que recebem os “novos imigrantes”. A frase que dá o tom da

publicação de Vertovec é a impactante afirmação do prefeito Ken Livingstone a respeito de Londres, apresentada *ipsis litteris* no parágrafo inicial de sua publicação. O autor, entretanto, não poderia saber que 10 anos mais tarde essa frase serviria de chacota – ou de pista para se entender as nuances superdiversas: "você vê o mundo reunido em uma cidade, vivendo em harmonia, sendo um exemplo para todos" (VERTOVEC, 2007, p. 1024).

Esse mesmo otimismo do início do artigo perpassa o texto completo do autor, e é reforçado pela constante adoção do termo *newcomers* (p. 1029, 1042, 1045, 1047, 1048), para se referir aos “recém-chegados” frente às “experiências, oportunidades, restrições e trajetórias [por eles] enfrentadas” (p. 1049). Tal termo tem uma carga neutra/positiva, quando comparada a *immigrants* [imigrantes], uma vez ser imbuído de um significado conotativo de “participação” e de “envolvimento” em uma atividade nova, sendo comumente usado em situações sociais de sucesso e/ou escolhas, como aprovação para uma faculdade, ou promoção para o Ensino Médio, quando não só a pessoa acaba de chegar, mas começa, assim, a fazer parte de algo<sup>50</sup> (calouro, novato, etc.).

É nesse intuito de abarcar tal “diversidade extrema”, dentro de um novo paradigma, que Blommaert adota o termo “superdiversidade” [*super-diversity*]<sup>51</sup> (BLOMMAERT, 2010 e 2013; BLOMMAERT E RAMPTON, 2011). Jan Blommaert e Ben Rampton a fim de explicarem o porquê de, desta vez, tratar-se de uma diversidade que fosse “super”, pontuam que o “tremendo aumento” com o qual a recente imigração se depara não é apenas em termos de “categorias de migrantes” (língua, religião, nacionalidade, etc.), mas também quanto à proliferação “de motivos, padrões e itinerários de migração”, ocasionando diferentes processos de “inserção” dessas pessoas tanto no mercado de trabalho, quanto no mercado imobiliário das sociedades que as acolhem (BLOMMAERT E RAMPTON, 2011, p. 1). Embora não entendam como *novas* as práticas translíngues, às quais esse novo paradigma quer chamar a atenção, eles postulam que o aumento “exponencial” de acadêmicos que se dedicam a estudá-las, desde o final dos anos 1990, talvez seja um “reflexo” de que, em tempos de “superdiversidade”, tais práticas possam ter aumentado (2011, p. 8). Para Blommaert e Rampton, língua e superdiversidade são um “espaço de síntese, um ponto de convergência, ou um nexos de desenvolvimentos em curso”, ou seja, os autores não têm pretensões de desenvolver um conjunto de “fenômenos especificamente ‘superdiversos’, nem um conjunto fixo de conceitos” (BLOMMAERT, 2015, p. 2).

<sup>50</sup> Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/newcomer> e “The New Oxford American Dictionary (Kindle Locations 555431-555433). Oxford University Press. Kindle Edition.”

<sup>51</sup> A grafia do termo sofreu alteração nos trabalhos de Blommaert. Em 2010, ele mantém o hífen, mas em 2013, já o exclui. Os demais trabalhos que cito aqui, retiram o hífen do termo.

Entende-se que a “virada da superdiversidade” (BUDACH, G. E SAINT-GEORGES, 2017, p. 64) inicia-se após o término da Guerra Fria, quando os movimentos migratórios deixam de ser um “fenômeno bem regulamentado” [*well-regulated phenomenon*] (BLOMMAERT, 2013, p. 4) e passam a ser de “natureza difusa” [*diffuse nature*] (BLOMMAERT E RAMPTON, 2011, p. 1). Massimiliano Spotti, concordando tratar-se de um “novo padrão de migração”, acrescenta a esses “novos” grupos de imigrantes as seguintes adjetivações: “altamente fragmentados, menos organizados, legalmente diferenciados” (SPOTTI, 2011, p. 39). Steven Vertovec (2007), fazendo parte do mesmo coro, relata que na Inglaterra, os imigrantes vindos após os anos 1990 caracterizam-se, sim, como imigrantes “novos” (VERTOVEC, 2007, p. 1028), já que não correspondem ao que, até então, eram as “principais entradas” [*major inflows*] vindas das antigas colônias britânicas, que, a princípio, tinham tais direitos, mas que, gradualmente, foram restritos (p. 1027). Similarmente, conta, ainda, Blommaert que a Bélgica, até então, recebia imigrantes vindos a partir de acordos entre governos, mas como “os limites robustos que continham populações foram quase apagados e, em combinação com a crescente instabilidade em muitas partes do mundo [...], inéditas migrações massivas foram postas em movimento” (BLOMMAERT, 2013, p. 5). Isso porque em um momento anterior ao caracterizado como superdiverso, as pessoas deixavam seus países de origem e se estabeleciam vivendo de forma cindida desse território, havendo uma “separação real” [*real separation*] entre quem partia e quem ficava (BLOMMAERT E RAMPTON, 2011, p. 5), e, por pressões que sofriam para que se adaptassem à cultura do novo país, muitas vezes, ainda, elas não formavam comunidades de diáspora (BLOMMAERT, 2010, p. 6). Agora, porém, esses teóricos percebem que, ao chegarem a países-hospedeiros, os migrantes se alojam em comunidades formadas por pessoas que vieram anteriormente, que lhes dão suporte (facilidade de aluguel, emprego, por exemplo), formando com elas bairros que são focos de “diversidade linguística extrema” [*extreme linguistic diversity*], nos quais circulam as línguas desses imigrantes (que nem sempre são as mesmas), juntamente com línguas francas múltiplas, rodeados e permeados por um aparato comercial que retroalimenta esse perfil de morador-consumidor (p. 7), descaracterizando as formas antigas de imigrações.

Embora pareça tratar-se de um nome pejorativo, a verdade é que muitos desses autores defendem “superdiversidade” como um conceito primordial aos tempos de hoje, em que teorias guiadas por padrões “territorializados” mostram-se insuficientes para abarcar as mobilidades, cada vez mais imprevisíveis, desses recursos semióticos (BLOMMAERT, 2010, p. 4-5). Isso porque, nessa mesma época, tonificando a tese a favor da existência de um novo perfil de imigrantes, houve o advento da internet e do telefone celular, ou seja, “o mundo

ficou online” [*the world went online*], estabelecendo a convergência de dois fatores, “novas e mais complexas formas de migração e novas e mais complexas formas de circulação de comunicação e de conhecimento” (BLOMMAERT, 2013, p. 5). Dessa maneira, juntamente com Jacquemet (2005 e 2015), Blommaert atribui às tecnologias digitais um elemento catalisador da superdiversidade. Sob o argumento de que “uma mudança na infraestrutura do conhecimento é uma mudança em toda a economia do conhecimento, e mesmo que as coisas pareçam a mesma linguisticamente [...], elas podem ter papel, distribuição e função sociolinguística bem diferentes” (BLOMMAERT, 2015, p. 3), já que nem todos têm o mesmo acesso a esses recursos semióticos (Cf. Capítulo 3).

O teórico nos conclama a enxergar como novas as complexas formas semióticas às quais temos acesso quando – participamos de suas distribuições e – estamos *online*, bem como as formas de disseminação de cultura popular, elegendo ambas como “objetos sociolinguísticos ‘superdiversos’ específicos” [*specific ‘superdiverse’ sociolinguistic objects*]. Essa eleição não lhe impede, entretanto, de fazer a ressalva de que “a gama de objetos especificamente ‘superdiversos’ é limitada<sup>52</sup>, e sua singularidade como fenômeno ainda é [...] um tema de debate” e que, portanto, a atenção deva ser, primordialmente, dirigida à “perspectiva paradigmática” [*paradigmatic perspective*] do termo (p. 3).

O autor define, assim que

A superdiversidade é parcialmente uma questão demográfica; não são os novos fluxos de pessoas e sua concentração em metrópoles urbanas e periurbanas em todo o mundo que decidem se é caso para superdiversidade; as questões são *qualitativas* e giram em torno de questões como a formação de "comunidades" [...] em vastos espaços temporários [...] e conectados por tecnologias para comunicação de longa distância e circulação de conhecimento. É a conexão, historicamente acidental, de ambas as forças, que remodelou o ambiente social e cultural em que vivemos. (BLOMMAERT, 2015, p. 5)

Essa “conexão historicamente acidental” (veremos no Capítulo 4, que “acidental” está bem longe de ser a melhor definição do porquê da Internet ter sido popularizada nessa época) aponta mobilidade, complexidade e imprevisibilidade como forças motoras para fazer da superdiversidade um novo paradigma (BLOMMAERT, 2013, p. 6). Esse trio de palavras, embora não seja pontuado sistematicamente, pode ser encontrado ao longo de todas as publicações de Blommaert aqui mencionadas e suas ideias permeiam, inclusive, a série de “declarações teóricas” [*theoretical statements*] que ele revisou de forma sucinta há alguns

<sup>52</sup> Em publicação anterior, Blommaert e Rampton (2011, p. 8), elencaram, também, apenas esses dois objetos sociolinguísticos “superdiversos” específicos, trazendo como um dos exemplos as operações de localização que são feitas em sites, como veremos no Capítulo 5.

anos (2013, p. 10-13). De fato, essas três palavras percorrem alguns dos termos, que discutirei a seguir, que se esforçam para melhor compreender as manifestações linguísticas que o paradigma pretende abarcar.

## 2.4 Conceituando no novo paradigma

Diante da profusão de termos provocada pela característica de resistência que esse novo paradigma tem de não ser “indisciplinado” [*indisciplined*] (CANAGARAJAH, 2017, p. 4), e dos objetivos que pretendo alcançar com esta argumentação, escolho fazer uma revisão de conceitos por ele suscitados, partindo dos autores que os cunharam.

Iniciarei por Marco Jacquemet, que advoga por uma reconceituação dos “ambientes comunicacionais” [*communicative environment*] que melhor abarque “múltiplas línguas transmitidas por meio de diversos canais de comunicação simultâneos” (JACQUEMET, 2015, p. 329), *on-line* e *off-line*, não mais sob visões distópicas, ou de catástrofes linguísticas, mas como um fenômeno apreendido sob perspectivas que destaquem as qualidades de “mistura linguística, hibridização e creolização” (JACQUEMET, 2005, p. 257). Isso porque, para o autor, essa renomeação deixaria notória a existência de “uma paisagem comunicativa transformada” [*a transformed communicative landscape*] (JACQUEMET, 2015, p. 336), sem que línguas sejam tratadas como entidades delimitadas por nações (p. 330).

Nessa direção, Jacquemet parte do termo práticas como lugar de produção linguística que envolve compreensão semiótica, relações desiguais de poder e ideologia linguística (JACQUEMET, 2005, p. 264). Quando entendidas dentro desses ambientes comunicacionais, essas práticas resultam em inovações, empréstimos e recombinações de várias línguas (principalmente do inglês) e em renegociações de identidades de seus participantes que ocupam múltiplos lugares simultaneamente (p. 266), por ocorrer em redes de interação desterritorializadas (JACQUEMET, 2015, p. 330), daí o autor adicionar-lhes a qualidade de serem “transidiomáticas” [*transidiomatic*]. Para Jacquemet, tais práticas transidiomáticas<sup>53</sup> estão intrinsecamente ligadas à noção de lugares-em-tempo, já que os códigos creolizados, traduzidos, misturados, são dependentes das pessoas envolvidas que estão também des/reterritorializadas (p. 342). Ainda segundo o autor, isso abala o pressuposto de que falantes “compartilham um conhecimento” [*shared knowledge*] que lhes permite compreensão mútua (JACQUEMET, 2005, p. 273), revelando que, na verdade, palavras,

---

<sup>53</sup> Nesta tese, respeito o caráter intercambiável que os conceitos “transidiomas” e “práticas transidiomáticas” apresentam para o autor (JACQUEMET, 2015, p. 341).

peças, tecnologias, são imbuídas de ressignificações e valores ideológicos diferentes ao se moverem (JACQUEMET, 2015, p. 335)<sup>54</sup>. Importante reiterar que Jacquemet reconhece que as práticas transidiomáticas estão sujeitas a assimetrias de poder, bem como a reprodução de hierarquias, de forma que nem toda manifestação de criatividade, combinação, creolização é bem-vinda (JACQUEMET, 2005, p. 265), a depender das des/reterritorializações desses códigos.

Peça-chave ao autor, então, são as tecnologias digitais e eletrônicas de comunicação e de informação, por permitirem os desdobramentos das práticas transidiomáticas em múltiplas escalas<sup>55</sup> de mobilidade, “anos-luz” [*light-years*] do que se tinha na lógica dos Estados-nação (JACQUEMET, 2015, p. 338).

De forma resumida,

Transidiomas são encontrados em ambientes caracterizados pela coexistência de conversas multilíngues e de mídia digital. Não mais sendo encontrados, somente, em áreas de contatos coloniais ou pós-coloniais, os transidiomas fluem por múltiplos canais de comunicação eletrônica pelo mundo inteiro, a partir de zonas de contato, ou redes de relações fronteiriças ou de diásporas em direção às mais remotas e aparentemente isoladas áreas do globo. (JACQUEMET, 2015, p. 342)

Nessa nova forma de “convivência” entre culturas (“Não mais sendo encontrados, somente, em áreas de contatos coloniais ou pós-coloniais [...]”), a importância que Jacquemet dá às tecnologias, chama atenção de outros teóricos que também se propuseram a explorar as práticas linguísticas que acontecem em ambientes multilíngues e transnacionais, que acabam sempre lhe fazendo referência (BLOMMAERT, 2010, p. 172; PENNYCOOK, 2010, p. 84).

Alstair Pennycook, quanto a isso, faz uma ressalva, dizendo que tais práticas “não são necessariamente tão dependentes de tecnologias e modos atuais de integração global como Jacquemet sugere” (PENNYCOOK, 2007, p. 47). Para Pennycook e Otsuji elas são mais um dos recursos semióticos – ou potencialmente semióticos –, como são os padrões de imigração australiana, os dias da semana, ou hora do dia nos mercados de Sydney (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 84). A dupla de autores, entretanto, não rejeita o termo transidioma, na verdade, uma série de *trans* (translocalização, transtextualidade, transmodalidade, etc.) recheiam suas publicações. Pennycook, assim, apresenta ponto de convergência entre suas ideias e as de Jacquemet, quando aquele se preocupa em questionar percepções de línguas como entidades singulares (PENNYCOOK, 2010, p. 84), separáveis,

---

<sup>54</sup> Essa ideia será ainda mais bem explorada mais à frente a partir de reflexões não só sobre “conhecimento compartilhado” mas “língua em comum”, Cf. RAJAGOPALAN, 2001.

<sup>55</sup> Juntamente com Blommaert (2010, p. 32), Jacquemet adota o termo “escala” [*scale*] como a melhor metáfora espacial para a compreensão da natureza das múltiplas camadas que compõem as interações entre seres humanos. (JACQUEMET, 2015, p. 337).

contáveis e descritíveis (p. 86), trazendo fluidez, imprevisibilidade mas, também, “fixidez” [*fixity*] às línguas, muitas vezes presas às dicotomias de global e local (PENNYCOOK, 2007, p. 44), ou seja, interessa-lhe também perceber o que Jacquemet descreve como uma reterritorializações feita de forma transcultural (JACQUEMET, 2015, p. 336).

Algumas particularidades, entretanto, podem ser atribuídas se não à totalidade das ideias, mas às nuances e aos destaques que as reflexões de Pennycook imprimem ao tema. No intuito de cingir a retomada de corpo que as línguas performam em lugares imprevisíveis<sup>56</sup>, Pennycook e Emi Otsuji<sup>57</sup> (2010) reformularam os desdobramentos *trans*, inaugurando o termo: “metrolinguismo” [*metrolinguism*]. Nessa nova perspectiva,

não se assumem conexões entre língua, cultura, etnicidade, nacionalidade, ou geografia, mas, sim, busca-se explorar como tais relações são produzidas, resistidas, desafiadas ou reorganizadas; seu foco não são sistemas linguísticos mas línguas emergindo a partir de contextos de interações. Dito diferentemente, trata-se de línguas aparecendo em lugares imprevisíveis. (PENNYCOOK, 2012, p. 18)

Pennycook está aqui (mais uma vez em consonância com Jacquemet (2005, p. 260), e em trabalhos anteriores e posteriores (PENNYCOOK, 2007 e 2010) – preocupado em desvincular as línguas de ideias de pertencimentos, de estabilidade de sentidos e de sistemas abstratos destituídos de interações histórico-sociais. O autor, assim, reitera com Otsuji as potencialidades que emergem do fato das línguas serem “misturadas, divididas, criadas, usadas para novos fins, retomadas, jogadas de lado, aprendidas e renovadas” (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 30), como já se colocara outrora ao afirmar a existência de “processo constantes de empréstimo, contorções e misturas de culturas que atravessam diferentes códigos linguísticos e comunicativos, emprestando, torcendo e misturando línguas, criando novos modos de expressão” (PENNYCOOK, 2007, p. 47).

Ao convocar o conceito de metrolinguismo ao conjunto de termos, que pareciam já bastante profusos – como relatam Canagarajah (2017, p. 60); Blommaert e Rampton (2011, p. 7); Velasco e García (2014, p. 7), Dovchin et al., (2018, p. 30) dentre outros –, Pennycook e Otsuji adicionam mais um interesse à relação que se produz entre diferentes línguas

<sup>56</sup> Pennycook aqui usa o adjetivo “imprevisível” [*unexpected*] para contestar o uso do “esperado”, do “previsível”, que se impõe às línguas sob os paradigmas que as associam com lugares e situações predefinidas, incitando-nos a não só estarmos preparados para o inesperado, como para “não esperar o esperado” [*unexpecting the expected*] (PENNYCOOK, 2012, p. 36-37).

<sup>57</sup> A pesquisadora Emi Otsuji surge em cenário mundial, principalmente após a conclusão de seu doutorado sob a orientação de Alstair Pennycook, em 2008. Embora ainda não tão conhecida, a autora é academicamente ativa na produção sobre os temas aqui abordados. Cf. <https://uts.academia.edu/EmiOtsuji>, acesso em 20 de novembro de 2017.

acontecendo em lugares-em-tempo (principalmente) urbanos: *também*, ressignificar esses lugares, para além de um “idealismo cosmopolita” [*cosmopolitan idealism*] (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 34; PENNYCOOK E OTSUJI, 2010, p. 245). Os autores frisam que metrolinguismo não é uma propriedade intrínseca, nem restrita às cidades, mas assumem que são em ambientes de maior circulação humana que essas relações ganham intensidade (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 29).

Em contraposição às nomeações que utilizam superlativos – como superdiversidade, por exemplo –, o termo metrolinguismo pretende se distanciar da perspectiva de uma abordagem de “mistura extraordinária de línguas” [*extraordinary language mixing*] (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 62). Primeiro, por não acreditarem em “mistura”, ou seja, no fato de haver língua A e língua B (nem C, D, E, etc.) puras e, depois, híbridas (KUBOTA, 2014, p. 4). Segundo, por acreditarem que essa diversidade não é *tão* extraordinária, assim, fazendo Pennycook retomar reflexões feitas anteriormente sobre o início das cidades portuárias, comparando às que hoje possuem aeroportos e grande fluxo de imigrantes, a fim de ressaltar o caráter ordinário da diversidade que se constrói em um lugar-em-tempo por pessoas de diferentes *backgrounds* (PENNYCOOK, 2012, p. 4). A essas observações, Pennycook e Otsuji (2015) acrescentam um alerta ao emprego do termo superdiversidade, destacando que “a negação da diversidade que já fazia parte das organizações de povoamento modernistas faz que o foco atual na superdiversidade corra o risco de ignorar a ubiquidade e a trivialidade da diversidade” (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 147), deixando patente sua contraposição à utilização do termo que adjetivou como eurocêntrico (p. 34).

Ora, metrolinguismo certamente faz parte do conjunto de abordagens que almejam a quebra com o paradigma que enxerga as línguas como propriedades, amarradas a países, a lugares e comunidades, sob uma “enumeração demolinguística de multilinguismo mapeável” [*demolinguistic enumeration of mappable multilingualism*] (p. 49), mas, também, além disso, chama a atenção à imprevisibilidade das manifestações linguísticas em suas relações com o espaço urbano (metro)<sup>58</sup>. Posto que “em vez de fazer a pluralidade de características linguísticas (poli) ou o movimento entre as línguas (trans) centrais a sua análise, o metrolinguismo vincula esses insights linguísticos em relação a espaço” (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 82), com o propósito de valorizar as trocas entre os indivíduos e os recursos espaciais que formam os lugares tornando-os significativos (p. 83).

---

<sup>58</sup> Cf. PENNYCOOK E OTSUJI, 2010, p. 247.

Pennycook e Otuji apreendem “espaço” e “lugar” de forma diferente do que indicam nosso senso comum e as definições encontradas em um dicionário<sup>59</sup>, assumindo, então, lugar a partir de um entendimento sócio-dinâmico e espaço como sócio-produção, ou seja, ambos sendo tomados como categorias sociais (p. 85). Nessa direção, os autores retomam e reconfiguram o conceito de “repertórios espaciais” [*spatial repertoires*], retirando-o do âmbito unicamente individual – diferentemente de Suresh Canagarajah que prefere nem relacionar “repertório” a “indivíduo”, para não incorrer em metodologias individualistas (CANAGARAJAH, 2018, p. 6-7).

Ao acompanhar a evolução das colocações de Pennycook, vê-se que os elementos “não-humanos” presentes na construção de sentido vêm ganhando paulatinamente importância em suas conceituações, daí o autor, recentemente, advogar por uma “linguística aplicada pós-humanista” [*posthumanist applied linguistics*] (PENNYCOOK, 2016). Entender o humano como algo “já resolvido” acarreta, de acordo com suas ponderações, em presunções a respeito de conceitos-chave à linguística aplicada, como sujeito, língua, cognição, que deveriam, entretanto, ser desestabilizados e escrutinados em profundidade. Pennycook enxerga o sujeito como “uma entidade temporária e dispersa, um produto dos discursos que o formam, e não um indivíduo com competências linguísticas”; indo mais longe, esses discursos, a cognição, o aprendizado, tudo se dá “através de um conjunto mais amplo de possibilidades do que apenas o indivíduo e a sociedade” (PENNYCOOK, 2016, p. 7). Dentro da abordagem de cognição distribuída, então, “nem o uso da língua, nem a aprendizagem de línguas ocorrem unicamente dentro do nosso crânio [,] sugerindo não só que mente e língua se estendem fora da cabeça, mas ainda que elas estão localizadas em todo o espaço físico” (p. 12).

Essas colocações ficam mais evidentes quando Pennycook mostra exemplos de postagens *online* na plataforma do Facebook em que internautas se manifestam translinguisticamente, a partir de recursos multimodais, construindo intertextualizações compartilhadas por seus pares de modo a sugerir que tais pessoas não são apenas o que seus nomes e histórias comportam, mas elas também “*são* aqueles próprios recursos distribuídos pelas redes *on* e *off-line*”<sup>60</sup> (PENNYCOOK, 2016, p. 8 – grifos meus). Semelhantemente, Sender Dovchin e Shaila Sultana, juntamente com Pennycook, argumentam que a linguagem que os

<sup>59</sup>

<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#3>

e

<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1> Acesso em 01 de março de 2018.

<sup>60</sup> O autor, aqui, se coloca em posição oposta às visões que dão às tecnologias os postos de conhecimento estendido e/ou visões futurísticas de transumanismo em que as tecnologias funcionariam como próteses das capacidades humanas, uma vez estar interessado em a extrapolação dos conceitos de interioridade e exterioridade (PENNYCOOK, 2016, p. 4).

jovens usam no Facebook não está separada daquilo que os compõe, já que são seus repertórios semióticos diários (DOVCHIN ET AL., 2018, p. 141), como os próprios esqueteístas que em interações ao vivo recorrem aos vídeos que postam, pois são recursos semióticos que os identificam (p. 18), tanto quanto suas falas em suas comunidades de práticas (CANAGARAJAH, 2013, p. 30-31). Facilmente, assim, percebe-se como repertórios podem ser compartilhados e formados em comunidade, sem que fiquem restritos ao ambiente de tecnologias digitais, como os exemplos apresentados por Pennycook e Otsuji sobre a pizzaria grega “Patris” (PENNYCOOK E OTSUJI, 2015, p. 71-72), ou o bistrô com ar parisiense “Petit Paris” (p. 14-16), em que os membros daquelas comunidades compartilhavam um mesmo repertório espacial, negociando a(s) língua(s) serviria(m) a cada propósito, a depender das variáveis, que vão além dos interlocutores envolvidos. Conclui-se, assim, que “em vez de ser individual, biográfico ou algo que as pessoas possuem, os repertórios são melhor considerados como uma propriedade emergente, decorrente das interações entre pessoas, artefatos e espaço” (PENNYCOOK, 2016, p. 10), por nascerem de uma compreensão distribuída através dos corpos, coisas e grupos sociais.

A participação inerente desses elementos ao humano é que dirige as nomeações que o autor vem dando às manifestações linguísticas que ocorrem nesses lugares-em-tempo. Daí tanto o primeiro prefixo *trans*, quando o *metro*, terem vindo de reflexões sobre a teoria de gêneros – embora o autor utilize esses termos de forma diferente, percebe-se que as motivações são bem parecidas. Em relação ao termo *trans*, o autor diz que ele se assemelha à transgressão, e não apenas à travessia; a “transcender as normas delimitadas de ordens sociais e culturais, mas também questionar as ontologias sobre as quais repousam as definições de sexo, gênero e sexualidade” (PENNYCOOK, 2007, p. 36). Além disso, o intuito do autor era deixar de lado os prefixos “pós”, a fim de apreender o espacial (2007, p. 43), propósito alcançado e reforçado, em parceria com Otsuji, por meio do termo metrolinguismo. Nessa segunda conceituação, *metro* é definido pelo autor por meio de uma analogia de “desconstrução da ortodoxia de gênero”, defendendo que “tal como o metrossexual desafia o hetero/homossexual e a dicotomia masculino/feminino, assim o metrolíngue enfraquece a dicotomia retrolíngue mono/multilíngue” (2012, p. 22).

Pennycook, Dovchin e Sultana, entretanto, juntaram-se para rediscutir as colocações de *trans* e *metro*, decidindo-se por um outro termo que abordasse as línguas de forma transmodal<sup>61</sup>, abarcando os vários recursos semióticos; de forma transtextual, levando-

---

<sup>61</sup> Para essa discussão, Cf. LEMKE, 2002; KRESS, 2005; PENNYCOOK, 2007.

se em consideração perspectivas sócio-históricas, ponto geográfico de onde se fala, palavras, forças ideológicas, culturais, etc.; e, por fim, de forma translinguística em que uma língua não fosse tida “como um código separado, ou produto autônomo, mas [...] reunindo espacialmente e temporalmente significados, dentro e através de contextos passados e presentes, em seus elementos históricos, locais, discursivos e interpretativos” (DOVCHIN, et al., 2018, p. 35). Essa retomada do *trans* nos trabalhos de autoria ou coautoria de Pennycook, parece-me não apenas o resgate de colocações bakhtinianas (p. 27-33), “desvendando a intrincada relação entre códigos, modos e gêneros, bem como entre linguagem e identidade” (p. 34), mas a reafirmação de seu posicionamento ativo e enfático em favor da inclusão de recursos semióticos nas definições de translinguismo, avolumando outros posicionamentos consonantes, como o de Suresh Canagarajah.

Esse último autor, por sua vez, mantém-se fiel ao prefixo *trans* (CANAGARAJAH, 2013; 2017; 2018), utilizando o termo “práticas translíngues” [*translingual practices*]. Suresh Canagarajah atém-se, principalmente, às diferenciações entre esse termo e as teorias que explicam as relações linguísticas a partir de orientações mono-(bi-, pluri-, ou multi-, etc.)língues, por acreditar que “comunicação transcende línguas individuais”, tanto quanto “transcende palavras e envolve diversos recursos semióticos e possibilidades<sup>62</sup> ecológicas” (CANAGARAJAH, 2013, p. 6), como discutirei a seguir.

Ao valorizar a tentativa de galgar um novo paradigma, Canagarajah destaca as similaridades e descarta as distinções que são feitas entre o termo que eleger e outros, como “translinguismo” [*translanguaging*], “linguagem polilíngue” [*polylingual languaging*], ou mesmo “metrolinguismo” [*metrolingualism*] (CANAGARAJAH, 2013, p. 9; 2017, p. 4; 2018, p. 31). O autor se coloca, radicalmente contra visões que valorizem os aspectos puramente cognitivos, sistêmicos e abstratos das línguas (2013, p. 10), que enxerguem as línguas como prontas, separáveis, puras, etiquetáveis (p. 6) e que mantenham uma conexão entre língua, comunidade e território (p. 21), ou seja, que sigam uma orientação que ele denomina “monolíngue” (p. 20). De forma resumida, Canagarajah define práticas translíngues como recursos verbais (2018, p. 31) que estão “sempre móveis e em contato [com outros recursos semióticos], gerando novas gramáticas e significados” (2017, p. 4), destacando que tais

---

<sup>62</sup> O autor usou a palavra *affordance* que entendo como limitações e possibilidades que tipos de representação sociais e materiais alcançam por meio de diferentes mídias. Para maior aprofundamento do termo, Cf. KRESS, 2003.

*práticas* não são novas<sup>63</sup>, uma vez que são inerentes ao que as línguas são (2013, p. 8), “é o ‘sempre já’ de como a língua funciona em práticas sociais” (2017, p. 8).

O autor, recentemente, escreveu uma espécie de tratado (CANAGARAJAH, 2018) contra as heranças do estruturalismo no ímpeto de segurar e assegurar as bordas dos contornos, para lá de imaginários, que circundam as teorias dos “acadêmicos do translinguismo” (CANAGARAJAH, 2017, p. 4). Naquela mais recente publicação, discute-se como os repertórios espaciais acomodam as “possibilidade de recursos verbais selecionados serem suficientes para propósitos comunicacionais em interações específicas, quando combinados com outros recursos semióticos” (CANAGARAJAH, 2018, p. 37). Seguindo essa visão, as comunicações como acontecimentos são autorreguladas de acordo com as variações que compõem os espaços-em-tempo em que ocorrem, impedindo que elementos exteriores, que as tratem fora desses repertórios espaciais, como medições e avaliações de proficiência dentro de limites de sistemas linguísticos gramaticais, imponham-lhes quadros disciplinares de linguistas aplicados (p. 31).

A partir dessa orientação, o autor pretende explorar as características móveis e produtoras de significantes das palavras *in loco* (CANAGARAJAH, 2018, p. 35), recrutando, como aliados, “todos os recursos possíveis de se tornarem semióticos”, para estabelecer os repertórios espaciais como “uma alternativa à gramática na análise da realização do significado e do sucesso comunicativo” (p. 38). Nessa direção, produção de significado é emergente, advinda de uma confluência de pensamentos, artefatos, inúmeros outros recursos semióticos, recursos linguísticos dos envolvidos, que não se restringem à proficiência e ao discurso de um indivíduo (p. 46). Isto é, “a competência translíngue não constitui competência gramatical, mas, sim, performativa, ou seja, o que ajuda a alcançar o significado e o sucesso na comunicação é a nossa capacidade de alinhar recursos semióticos com possibilidades sociais e ambientais” (CANAGARAJAH, 2013, p. 32), de forma que produzir significado está ligado a “indexações” [*indexicalities*] (p. 29) banhadas nos valores ideológicos que as palavras vão assumindo em diferentes situações e negociações (p. 69). Para as reflexões que exploram as forças ideológicas e assimétricas que entram em negociações nas práticas linguísticas, a vasta lista de publicações de Jan Blommaert é constantemente referenciada dentro dos estudos sobre translinguismo (CANAGARAJAH, 2017, p. 10).

---

<sup>63</sup> O autor, entretanto, com isso não quer dizer que desde sempre pratica-se uma visão translíngue em relação às línguas, pelo contrário. Canagarajah entende que discursos modernistas europeus oprimiram essa abordagem, em favor de uma visão que favorecesse territorialidade, propriedade, além de estruturas autônomas e estáveis (2017, p. 6).

Blommaert se dedica a entender como os significados se (re)compõem a partir das forças ideológicas que se impõem à capacidade das pessoas de, ao se moverem, moverem consigo recursos semióticos. O autor define, então, sua visão de língua em forma de um quase *koan* zen budista: “as pessoas produzem *conjuntos de recursos ordenados* (atribuídos, às vezes e não necessariamente, a alguma Língua<sup>64</sup>) governados por *normas sociais específicas* que especificam o comportamento social "ordenado" em um *espaço social específico*” (BLOMMAERT, 2016, p. 4 – itálicos do autor). Isto é, cada indivíduo produz de forma estruturada línguas e outros recursos semióticos dentro de uma escala global policêntrica, ou “não unificada” [*not unified*] (BLOMMAERT, 2013, p. 11), a partir de camadas de “níveis escalares particulares” [*particular scale-levels*] (BLOMMAERT, 2010, p. 12), de acordo com sua trajetória de vida e acesso a esses recursos que potencialmente indexam maior ou menor mobilidade social dentro dessa escala (p. 22), conforme “o que é ratificado e reconhecido como um código válido para se fazer compreender” (p. 12), valorizar, desvalorizar, etc. em um certo espaço-em-tempo. Ou seja, “o que funciona bem em um contexto, talvez não funcione de jeito nenhum em outro” (p. 22).

Percebe-se, aqui, um incômodo do autor frente a visões que enxergam contexto como uma entidade imutável, sobre a qual as coisas simplesmente acontecem. Para ele, contexto deve ser visto dentro de níveis e camadas de perspectivas que são vertical e “hierarquicamente ranqueadas e estratificadas” (p. 33), cujos estratos – que compõem o ranking, por assim dizer – estão sujeitos a uma “ordem de indexações” [*order to indexicalities*] apoiada em “padrões de autoridade, de controle e avaliação, portanto, padrões de inclusão e exclusão exercidos por *outras* pessoas, *reais ou assim percebidas*”, mesmo que por meio de trocas (p. 38 – grifos do autor). Tais padrões derivam, ainda, de centros, reais, ou assim percebidos, que agem de forma móvel e sob regras múltiplas (p. 40). Em outras palavras, Blommaert advoga por uma percepção de contexto que ajude a enxergar “um mundo menos inocente de variação e diversidade linguística, social e cultural, em que a diferença se transforma rapidamente em desigualdade” (BLOMMAERT, 2010, p. 41).

Um dos exemplos a que recorre o autor, para visualizarmos a metáfora escalar policêntrica, é as indexações que as línguas oficiais e nacionais da Tanzânia têm: suaíli e inglês (BLOMMAERT, 2010, p. 183-188). A partir do romance de Gabriel Ruhumbika, escrito em suaíli, “Os empreendedores invisíveis dos patriotas” [*Miradi Bubu ya Wazalendo*]<sup>65</sup> (p. 64), o autor apreende a complexidade dos recursos semióticos alcançarem diferentes

<sup>64</sup> Cf. Capítulo 1 e Cf. BLOMMAERT, 2016.

<sup>65</sup> O título em inglês é *The invisible enterprises of the patriots*.

escalas. Ao mesmo tempo em que “a escolha de evitar línguas francas globais parece marginalizar imediatamente os produtos culturais e minimizar os bônus simbólicos que poderiam ser obtidos da produção cultural” (p. 76), o autor percebe que uma obra escrita em suaíli pode se translocalizar pelo mundo e assumir indexações de prestígio se esse mundo estiver sujeito a um “globalização em nichos sub-globais e equilibrada dentro de uma determinada rede de comunicadores” (BLOMMAERT, 2010, p. 77), como ele acredita ser o que ocorre em nossos tempos. De forma que existirem, por exemplo, grupos de expatriados ou aprendizes de suaíli que morem nos EUA e existirem, ao mesmo tempo, grupos de intelectuais e leitores na Tanzânia ou no leste da África que leiam essa novela (p. 75) é um traço de “vitalidade” [*vitality*] e de ajuda às línguas africanas (p. 77). Dessa maneira, Blommaert comemora “a disseminação de formatos culturais globalizados e o surgimento de comunidades globalizadas de consumidores”, pois, para ele, eles “criam oportunidades novas e positivas para que as línguas circulem” (p. 78).

Quanto à indexação de uma língua franca, Blommaert discute uma série de escritos em inglês que observou, na cidade portuária de Dar es Salã, em lugares aleatórios, mas todos com o intuito de propaganda comercial, como restaurantes, jornais, outdoors, etc. (p. 188), em ambientes públicos urbanos e metrolíngues (PENNYCOOK E OTSUJI, 2010 e 2015). O autor pôde perceber que tais escritos, porém, não reiteravam a indexação que teria o inglês de uma obra literária, no mesmo lugar-em-tempo. Isso porque, desta vez, os escritos não se assemelhavam com o inglês do “Congresso” [*House of Parliament*] britânico (RAJAGOPALAN, 2004a, p. 112), ao contrário, tais escritos traziam *um* inglês que assume formas particulares que “podem ter uma recepção muito diferente em ambientes não locais, onde podem ser vistas como indexação de incompetência linguística” (JACQUEMET, 2015, p. 336).

A partir daí, o autor percebe diferentes níveis de mobilidade para *essa* mesma língua inglesa, quando posta em uma escala global. Se aquelas frases saíssem do nicho sub-global em que os exemplos foram coletados, elas teriam uma mobilidade baixa, por revelarem a desigualdade de acesso à educação formal e, assim, de distribuição de recursos linguísticos, uma vez não terem sido registradas dentro das convenções normativas da língua (BLOMMAERT, 2010, p. 188). Agora, permanecendo perto do centro de suas produções, as mesmas frases têm uma mobilidade alta, decorrente do “status de hierarquia cujo topo é ocupado pelo inglês” (p. 189) daquele espaço-em-tempo. Isso porque lá, o emprego de *qualquer* inglês indexa compartilhamento de “um código associado aos valores fundamentais das ideias capitalistas de sucesso. [...] Mas, ao mesmo tempo, o que indexa não é em termos de normas internacionalmente válidas [...], mas em termos de diacríticos *locais*” (p. 189 –

grifos do autor). Blommaert comemora, assim, essa “repatriação” [*repatriation*] de recursos semióticos, cujos “valores foram relocados de um conjunto de indexações transnacional para um nacional” (p. 189).

Essa celebração assemelha-se à de Kachru, quando o autor conta como o inglês vem ganhando amplitude em Singapura, Malásia, e nas Filipinas, reverberando a fala do escritor filipino Francisco Sionil José: “o inglês não nos colonizou, mas nós colonizamos essa língua”, uma vez que ele é *usado*<sup>66</sup> “como um expoente da cultura filipina” (KACHRU, 2006, p. 454). Vejo, aqui, que as teorias que celebram o plurilinguismo e as que celebram as formas “subversivas” que o inglês vem assumindo ao transitar por “lugares imprevisíveis” (PENNYCOOK, 2012) juntam-se nesse ponto.

Certamente, muito se ganhou com o requinte e precisão das conceituações para além do paradigma do colonialismo, do modernismo e do estruturalismo trazidos pela “virada multilíngue”, superando a insistência em nomeações que dessem conta – em todos os sentidos – de diferentes línguas inglesas, para que se encaixassem em normas nomeáveis. Percebo, porém, em ambas correntes, uma resignação que se traduz em contentamento com pequenas vitórias e menores massacres. Isso porque, nessas duas formas de apreensão das práticas translíngues, é constantemente lembrado que há forças assimétricas em jogo e desigualdade nas negociações de identidades – principalmente quando não se tem direito a recorrer à *sua* língua nem em situações extremas de negociações<sup>67</sup> –, mas é dificilmente mencionado quais forças são essas, como elas se formam, como se impõem, para se saber como contra elas lutar.

Portanto, para que se quebre esse ciclo de teorias tão bem formuladas e refletidas, mas que acabam por não servir às causas a que se propõem, desenvolverei a seguir uma argumentação histórica e política com a finalidade de contribuir para o desvelamento dos pontos em que se mostram cegas, e, por fim, fazem-nas passíveis de contribuir com aquilo que refutam.

## 2.5 Por que *super*?

Nota-se que os teóricos da superdiversidade, para defini-la, recorrem às “novas” e “mais complexas” migrações (BLOMMAERT, 2013, p. 5), como um traço intensificador da

---

<sup>66</sup> Kachru reafirma essa visão de língua, no caso o inglês, como uma ferramenta a ser usada, quando destaca, por meio de grifo adicionado às palavras de Asmah Haji Omar, que “o inglês é visto *como uma entidade que pode ser separada da cultura inglesa*” (OMAR, 1996, p. 532 – grifos de KACHRU, 2006, p. 454).

<sup>67</sup> Cf. VERAS, V. Verdade em tradução: um testemunho da dor das palavras. *Trabalhos em Linguística Aplicada – TLA*, v. 50, n. 2, p. 459-476, 2011

diversidade nas zonas de contato, tornando-a *super*. Como sabemos, migração, em si, não se restringe à modernidade, nem ao colonialismo, muito menos às suas contrapartidas *pós*. “Se diversidade é acentuada por migração, e como antes do colonialismo havia uma considerável migração, porém enquadrada como nomadismo, a diferença, então, está na terminologia: pessoas se moviam – simplesmente sem precisar de passaportes!” (MAKONI, 2012, p. 193). Os movimentos populacionais por nomadismo, êxodo rural, conflitos tribais, etc. sempre foram, sim, tremendos, fazendo-me recordar as aulas de História do antigo ginásio.

Sem recorrer a estatísticas e pesquisas mais aprofundadas, lembro-me de quando tive contato com “lutas históricas de populações linguisticamente minoritárias e as semelhanças entre as práticas linguísticas históricas dessas comunidades e o que Blommaert define como práticas linguísticas ‘superdiversas’ ” (FLORES E LEWIS, 2016, p. 105) já se faziam presentes. Em um rápido levantamento, (re)descubro que no Brasil do século XVI, o embate era entre as línguas indígenas que chegavam a 32<sup>68</sup>, a língua geral – que no século XVIII eram duas –, fora o holandês, o português e as línguas dos 3.600.000 africanos que entraram no país entre 1502 e 1860. Após a saída dos holandeses, outro enquadramento linguístico se forma, e depois de 1808 tem-se mais outro, todos esses, repito, em conjunto com as línguas afro que circulavam pelas zonas atingidas pelo tráfico de escravos: “200 a 300 línguas, uma pequena parcela do conjunto linguístico africano que conta com mais de 2000 línguas”<sup>69</sup>.

Esse cenário brasileiro garante o relato de Blommaert sobre a triste história de um imigrante que o autor chama de Joseph Mutingira (BLOMMAERT, 2010, p. 155-159). O teórico nomeia um sem-número de etnias e línguas (Hutu, Tutsi, suaíli, kinyarwanda, runyankole, inglês, francês, etc.) que compuseram a trajetória de vida de um menino até os seus 14 anos de idade, quando então deixou o que a Europa amalgamou como *continente africano* – esclarecendo a incompatibilidade dessa invenção de unicidade com a realidade plural dos que lá habitam (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 4). Essas migrações, todas anteriores aos anos 1990, quando comparadas com o que a Europa vem atualmente vivenciando, seriam realmente menos complexas?

No intuito de entender as particularidades dessas *novas* imigrações que impulsionaram a adição do prefixo “super”, Aneta Pavlenko (2017) reflete sobre a justificativa de seu emprego ser devido a um aumento de quantidade e diversidade de

---

<sup>68</sup> Verbete escrito por Eduardo Guimarães:

[https://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/historia\\_portugues\\_brasil.html](https://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/historia_portugues_brasil.html)

<sup>69</sup> Verbete escrito por Margarida Maria Taddoni Petter:

[https://www.labeurb.unicamp.br/elb/africanas/verbeta\\_geral\\_africano.htm](https://www.labeurb.unicamp.br/elb/africanas/verbeta_geral_africano.htm)

migrantes (VERTOVEC, 2007, p. 1028-1043), usando como base os estudos feitos pela UNDESA (Departamento de assuntos econômicos e sociais das Nações Unidas). Os censos das Nações Unidas realmente indicam aumento no número de imigrantes, mas, que em comparação proporcional ao aumento populacional mundial, houve, na verdade, nesse período, diminuição nas imigrações (PAVLENKO, 2017, p. 12). Em termos de diversidade, as colocações são ainda mais intrigantes, já que nem os destinos são tão diversos – quanto mais superdiversos – assim (51% das imigrações têm como destino os mesmos 10 países<sup>70</sup>), e nem os que imigram, necessariamente, diversificam (políticas etnonacionalistas<sup>71</sup> governamentais vêm aumentando a homogeneização de vários países no leste europeu, por exemplo) (p. 13).

Mas, então, de qual “diversificação de diversidade” [*diversification of diversity*] (VERTOVEC, 2007, p. 3) estamos falando? Quando descobrimos que os países tidos como linguisticamente mais diversos não estão na listinha dos destinos *top 10* de migração (PAVLENKO, 2017, p. 14), percebemos que o termo superdiversidade se refere a um fenômeno mais recente da Europa Ocidental – ou, no, máximo desta em conjunto com os EUA<sup>72</sup> –, onde houve, sim, um aumento de fluxo migratório e/ou de diversidade etnolinguística, mas que, ainda assim, não pode ser portador do título de centro mundial dessa diversidade toda (p. 15).

Perceber a centralização da Europa Ocidental (e talvez dos EUA) nesse processo, entretanto, não deve corroborar a falácia de protagonismo que esses centros – ou qualquer outro, em geral fora dos verdadeiros centros de diversidade – querem assumir quanto à inauguração do modelo de um novo tipo de cidadania, fazendo do plurilinguismo (ou bi/multilinguismo) uma nova ferramenta de imperialismo linguístico (FLORES, 2013, p. 513). Principalmente quando não se pretende esquecer a história massacrante de colonizações, aí, sim, protagonizadas pela Europa, as quais devem ser apreendidas não “meramente como parte das tentativas europeias para projetar o mundo à sua própria imagem, mas como parte do processo de construção da história dos outros para os próprios outros, que foi a pedra angular da governança europeia e da vigilância do mundo” (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 5).

---

<sup>70</sup> A saber, EUA, Alemanha, Federação Russa, Arábia Saudita, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, Canadá, França, Austrália e Espanha

Para fins de maior precisão, a lista dos 10 países que publico aqui foi atualizada de acordo com Relatório de Migração Mundial de 2018 (p. 19), do Departamento de Migrações das Nações Unidas, IOM. Cf. [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2018\\_en.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf), acesso em 06/03/2018.

<sup>71</sup> Para discussões sobre o tema, Cf. TOSIC, 2015.

<sup>72</sup> Os EUA ocupam o primeiro lugar no topo da lista dos países mais procurados por imigrantes, sendo que eles receberam cinco vezes mais do que a Alemanha, país que está em segundo lugar dessa lista, como visto acima (Cf. Nota 70). Historicamente, porém, os EUA tiveram muitos momentos de grande influxo de pessoas, sendo 1910 conhecido como “a última grande onda de imigração”, quando quase 15% (2% a mais do ocorrido em 2010) de sua população total era composta por imigrantes (FONER, 2015, p. 347), sendo que, nessa época, também, 72% das crianças que frequentavam as escolas em Nova Iorque eram imigrantes (PAVLENKO, 2017, p. 17).

## 2.6 A invenção do lugar de fala: estratégias de opressão e resistência

Assim como foi a Europa quem inventou um não-europeu imbuído “de uma natureza diferente – traços diferenciais culturais e físicos foram interpretados como a essência do africano, do árabe, do aborígene”, etc. (HARDT E NEGRI, 2000, p. 125); foi ela também quem apagou a própria história desse *outro*, para o próprio *outro*. Um exemplo é o que ocorreu na Índia com a chegada dos ingleses, que não encontraram nada na historiografia indiana de que pudessem tirar proveito, decidindo, assim, por escreverem a própria história – britânica – da Índia, impondo-lhe “lógicas e modelos coloniais europeus sobre a realidade indiana” (p. 126). Essas invenções não se restringem ao *outro*-europeu, elas são dialéticas e compõem, ao mesmo tempo, o *eu*-europeu, impondo essências de superioridade e submissão entre os dois grupos. “Em outras palavras, o mal, a barbárie e a libertinagem do Outro colonizado são o que possibilitam a bondade, a civilidade e a propriedade do Eu europeu” (p. 127).

As características tidas como imanescentes a essas duas classes (mesmo que, em si, sejam múltiplas; ou seja, o *eu*-europeu britânico não é o mesmo que o francês, nem tampouco o *outro*-europeu africano não é o mesmo que o sul-americano) trazem consequências até os dias de hoje, sem previsão de término. Apesar de no século XX já termos tido autores que se dedicaram a desvelar a construção dialética dessas identidades como dependentes umas das outras (branco e preto; ocidentais e orientais; colonizadores e colonizados; etc.), ou seja, como indissociáveis e não como essenciais e de vida própria, “isso não significa que, uma vez reconhecidas como construções artificiais, as identidades coloniais se evaporem no ar; são ilusões reais e continuam funcionando como se fossem essenciais” (p. 129).

Muitos teóricos vêm tentando, pelo viés cultural, anular essa inferioridade e consequente superioridade, no intuito de desfazer essas ilusões identitárias que regem as relações humanas, e que regem as práticas e políticas linguísticas.

Alguns acadêmicos, explicam Hardt e Negri, como Sartre, nessa direção, adotaram a “dialética negativa” [*negative dialectic*], ou seja, assumiram o polo negativo que a dialética europeia reservou a esses povos, transformando-o em algo positivo. Por exemplo, a partir de um posicionamento “racista antirracista” [*antiracist racism*], como o do projeto da negritude, constrói-se a autoconsciência negra. Nesse projeto valoriza-se o negro, em relação ao branco, busca-se “a descoberta da essência negra ou da revelação da alma negra” (p. 130). Como estratégia de luta, não se vai ao ponto da construção ideológica, mas formulam-se respostas “na mesma moeda”. Se o colonizador fala de uma essência preta, o preto fala da

mesma essência, porém, exaltando-a.

Essa estratégia cultural da negatividade, segundo Hardt e Negri, mostra-se ineficiente para se chegar a uma sociedade igualitária, isso porque “o poder da dialética, que nas mãos do poder colonial mistificou a realidade do mundo colonial, é adotado [...] como se a dialética fosse ela própria a forma real do movimento da história”. Ou seja, fora dessa lógica dialética seu poder se esvanece, já que “a realidade e a história [...] não são dialéticas, e nenhuma ginástica retórica idealista pode acondicioná-las à dialética” (p. 131). Os autores, assim, defendem que sob os holofotes de contestações políticas as justificativas culturais, que também se apoiam em características quanto a essências, não se sustentam.

A partir dessa luta perdida, baseada em binarismos, teóricos da “pós”-modernidade<sup>73</sup> (ou do “pós”-colonialismo), desafiam as categorias essencialistas. Partem de questionamentos sobre fronteiras (hierárquicas) nítidas entre o *eu* e o *outro*, destacando as ambivalências e o hibridismo das formações culturais e das categorias modernistas (proletariados, mulheres, brasileiros, etc.) que abalam os sentidos de pertencimento irrestrito, almejando, assim, a aniquilação, senão ao menos o enfraquecimento, dessas divisões, em nome da valorização de um verdadeiro nós inclusivo e solidário.

Fazendo coro a esses pensadores, as correntes de teorias da superdiversidade, ao perceberem que relações de supremacia e submissão são estabelecidas pela língua, buscam desestabilizar a ideologia do sistema sociopolítico e econômico vigente, enaltecendo, então, a fala do subalterno e sua cultura, destacando a mobilidade e a reterritorialização das práticas translíngues.

Mais uma vez, entretanto, a estratégia para se alcançar a igualdade é ineficiente e coincidente com as armas daqueles que querem seu exato oposto. Assim, pensar em exaltar o fluido, o não-essencial, o *trans*, o que se constrói e se desfaz, é mais uma estratégia que é “libertadora apenas num contexto em que o poder representa a hierarquia exclusivamente por meio de identidades essenciais, divisões binárias e oposições estáveis” (p. 142), o que não acontece na contemporaneidade. O sistema contra o qual os teóricos que celebram a mobilidade, a fluidez, etc. querem lutar (Cf. CANAGARAJAH, 2017; BLOMMAERT, 2016), também quer aniquilar as formas modernas de soberania, ou seja, ele também quer que não haja fronteiras culturais para suas atuações, de forma que a exaltação da diversidade e das

---

<sup>73</sup> Hardt e Negri (2000) desenham dois cenários aos quais o nome “modernidade” ou “iluminismo” são atribuídos, de forma a ser impreciso relacionar, para os autores, tais nomes a um período tão extenso. Assim, explicitam que, na verdade, o “pós” se coloca contra a visão de um binarismo totalitário (p. 140). Embora os autores também estabeleçam diferenças entre o pós-modernismo e o pós-colonialismo (p. 137, 143, 145, 154, etc.), para esta argumentação, eles não são relevantes, mas, sim, os traços que os unem.

misturas é uma aliada a seus propósitos sociais e econômicos. Isso porque o sistema não tem problema em ser contraditório em estratégias e posicionamentos éticos, ele visa, apenas, ao lucro.

Então, se uma vez era mais lucrativo que fôssemos a classe dos trabalhadores e agora já não mais, o sistema não se importará, ele não se apega às estratégias que inventa, por serem sempre meios de se conseguir o lucro final. Por isso que mesmo que haja união por categorias, o sistema também não será molestado enquanto for capaz de engolir e esvaziar os discursos desses grupos, absorvendo-os em suas práticas, levando-os a ações que estejam de acordo com o que ele quer. Enquanto o contentamento do negro for tão longe quanto a representatividade em filmes e novelas, os produtos de beleza que se destinem ao tom de sua pele, as Barbies de cabelos afro forem, o sistema não se importará com suas uniões, tampouco com suas dissoluções. Isso porque querer os mesmos símbolos que o sistema quer que se queira tranquiliza o capital, significando que a mentalidade foi absorvida da maneira esperada e, portanto, não há ameaça nessa categoria unida e nem desunida.

Não pretendo invalidar a luta de quem vai contra o binarismo, de fato, encontro nela minhas maiores esperanças, mas é necessário consistência, profundidade e coragem no discurso, pra que este não seja apropriado pelas forças do mercado, pra que ele não seja revertido contra aqueles que sempre estão no lugar do explorado e se torne uma caricatura de si mesmo. A consistência diminui contradições, a profundidade destrói mitos fundacionais, e a coragem nomeia processos e arrisca errar. Se assim não for, as exceções serão tomadas como regra, as pequenas conquistas de representatividade e migalhas de direitos confortarão, e será esquecido que os mimos só foram alcançados porque eles não abalam o *statu quo* da exploração do homem pelo homem.

Se nos autodefinimos interessados em um paradigma cujas políticas linguísticas sejam “mais igualitárias e democráticas para as relações sociais, dentro e entre as nações” (CANAGARAJAH, 2017, p. 1-2), e se nos declaramos ativamente contra as “desigualdades, tanto em nível macro como em casos concretos, trabalhando invariavelmente no que geralmente se chama ‘as margens’ – entre aqueles que são sistematicamente vítimas das pressões da globalização e da governabilidade neoliberais” (BLOMMAERT, 2016, p. 10) talvez seja preciso pensar em começar a mudar de estratégia – o que não significa desistir de lutar contra binarismos. Agora, adotar discurso coincidente ao do opressor, ora pela dialética negativa, em que a essência do outro não é mais a essência inferior, ora pela fluidez, em que não há essências grupais, e sim subjetividades individuais (KUBOTA, 2014, p. 7) é seguir estratégias bélicas derrotistas: “se não pode vencê-los, junte-se a eles” – fale a língua *deles*,

tenha os sonhos *deles*, etc.

Assim, “uma concepção do plurilinguismo que não desafia explicitamente as desigualdades globais produzidas pelo neoliberalismo só servirá para reforçar e exacerbar essas desigualdades” (FLORES, 2013, p. 516). Acredito, então, ser necessário uma mudança de estratégia, para que se chegue aos objetivos que tais teorias almejam, adotando a explicitação direta e sóbria dos eventos com os quais elas concorrem ao silenciarem-se. Entendamos, primeiramente, o inimigo contra quem dizemos lutar.

## Capítulo III

### O sujeito neoliberal translíngue

O primeiro passo em direção ao enfrentamento ou enfraquecimento de um pensamento que se quer hegemônico é seu questionamento. Enxergá-lo como mutável, já é uma forma de contestá-lo. Quando descobrimos suas inconsistências, percebemos as possibilidades existentes fora dele, como as que existem somente por meio dele. O neoliberalismo, recorrendo às suas formas sedutoras de apresentação, infiltra-se discursivamente, passando-se ora como senso comum, ora como inofensivo. Nesse intuito, este capítulo pretende discuti-lo em sua forma de globalização contemporânea para entender em que medida o bi-multilinguismo pode ser visto como seu aliado. Acredito ser necessária essa discussão, ainda mais porque noto que há uma naturalização do termo globalização, tanto no meio acadêmico, quanto em conversas descontraídas. Talvez isso se dê propositalmente com o objetivo de silenciar as dissonâncias que teóricos vêm apresentando sobre seus efeitos e consequências ou, ainda, fazer valer o que Blommaert diz ser um dos grandes diferenciais da recente globalização, a saber, o fato de ela mesma criar “seus próprios discursos-sobre-globalização, tornando[-a], assim, um projeto político, econômico, cultural e intelectual de autoconsciência e aparentemente autônomo” (BLOMMAERT, 2010, p. 1), parecendo ser imparável.

#### 3.1 Globalização no capitalismo financeiro

O neoliberalismo é o regime socioeconômico e político que rege as relações internacionais e a maioria das relações nacionais – pensando em grandes centros ou em regiões que estão constantemente ligadas a eles, ou seja, sem levar em consideração comunidades tribais ou que conseguiram se manter distantes dos jugos do capitalismo. Seu sistema é baseado em exclusão de muitos para aproveitamento de poucos, em todas as instâncias da sociedade. No campo econômico, então, trabalha-se com o seguinte eufemismo: “mercado livre com regulação limitada”; no campo político isso se reflete na presença de “agências neoliberais [que] assumem a proteção estatal de propriedade privada, de interesses comerciais e de acumulação de capital da elite” e em termos sociais, enxerga-se “que indivíduos, comunidades e instituições têm que ser empreendedores e promover seus próprios

interesses sem procurar ajuda externa” (CANAGARAJAH, 2017, p. 5). O que parece ser uma contradição, na verdade, revela os pilares do neoliberalismo, como explana o cientista político Roberto Amaral:

a ‘globalização’, projeto do capitalismo financeiro, caminha muito além da internacionalização da economia e dos exércitos e das políticas de defesa, pois, após fazer soçobrar as soberanias nacionais, instala a guerra na paz, a ditadura do pensamento único, a unanimidade ideológica e a adoção, mesmo pelas nações pobres, do quadro de valores éticos, sociais, estéticos e políticos do capitalismo. (AMARAL, 2017, p. 7)

Vê-se que há propostas econômicas, mas também políticas (nacional e internacionalmente), culturais, e sociais para que os propósitos do neoliberalismo com a globalização sejam alcançados, de forma que grande parte da população mundial leve prejuízo não é algo imprevisível.

Nas palavras de Eric Hobsbawm:

A globalização do mercado livre atualmente em moda trouxe um crescimento dramático nas desigualdades econômicas e sociais, tanto dentro dos estados como internacionalmente; Não há sinal de que essa polarização não continue, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Esse aumento da desigualdade, especialmente nas condições de instabilidade econômica extrema, como as criadas pelo mercado livre global na década de 1990, está nas raízes das principais tensões sociais e políticas do novo século. (HOBSBAWM, 2009, p. ix-x)

O mercado livre – livre e sem barreira alguma para aniquilar os *outros* estranhos aos *eus* beneficiados por suas regras – trouxe mais riqueza para mãos de poucos, daí, também, o aumento das desigualdades sociais dentro não só dos países onde houve crescimento econômico, como também dentro dos que “deram pezinho” para que isso ocorresse.

Frente às reflexões de Hobsbawm a respeito da globalização sob as regras de livre mercado, cheguei a conclusões que se mostram consideravelmente diferentes daquelas às quais Blommaert chegou – ou quis explicitar. O teórico belga, a respeito do mesmo texto de Hobsbawm<sup>74</sup>, acima apresentado, limita-se a dizer que “o mínimo que podemos obter de seu [de Hobsbawm] trabalho e de muitos outros é que a globalização gera imensa riqueza para alguns e *também* imensa miséria para os outros” (BLOMMAERT, 2010, p. 153 – grifo do autor). Entretanto, o que vejo, primeiramente, é que o historiador inglês não está falando de *qualquer* globalização, mas daquela que implica livre mercado, fato não esquecido por Blommaert (2010, p. 3), e, ainda, como veremos abaixo, em trechos mais longos dos que os que costume

<sup>74</sup> Blommaert, entretanto, cita o livro “Globalisation, Democracy and Terrorism”, publicado em 2007, de autoria de Hobsbawm, em que este texto primeiro apareceu.

citar, o mínimo que podemos – um merecido nós inclusivo com os que leram Hobsbawm – obter das reflexões hobsbawmianas é que o neoliberalismo em forma da globalização contemporânea gera imensa riqueza apenas para poucos, *porque* gera imensa miséria para muitos. Não há poucos ricos *apesar* da muita pobreza, mas há poucos ricos *posto que* há muita pobreza. É essencial que vejamos que essa periferia não é o efeito adverso da globalização, mas sim parte essencial de seu mecanismo, sem a qual este não seria possível.

Entre os estudiosos do tema, há teóricos que se restringem a exaltar as conectividades e mobilidades da globalização e outros, como acabamos de ver, que fazem ressalvas a essas benesses. Em última instância, podemos situar em um contínuo os diferentes posicionamentos, em que em uma das extremidades haja a visão de globalização como fábula e, na outra, a globalização como perversidade, como descreveu o Milton Santos (2000).

A primeira, a globalização como fábula, contextualiza-se, segundo o autor, por existir uma fabricação de fantasias elogiosas que são repetidas e acabam por se tornar algumas das principais bases de interpretação do mundo. Por exemplo, falar em “aldeia global”<sup>75</sup> é defender a ideia de que as pessoas são informadas de forma igualitária sobre o que acontece e, também, passar a falsa imagem de que as distâncias se dissolveram e de que todos podem usufruir das novas tecnologias que contraem tempo e espaço. O consumo é realmente estimulado globalmente, mas é o caso de se perguntar qual a porcentagem da população mundial é apta a fazer parte da festa?

Na segunda extremidade, ainda segundo Milton Santos, temos a globalização como perversidade. Nessa narrativa não se esconde que desemprego, desigualdade, instabilidade e queda na qualidade de vida são os preços pagos pela maior parte da população. Hoje, de acordo com Boaventura de Sousa Santos, todos esses traços são temperados por nacionalismos e subnacionalismos, como o Brexit e as políticas de Donald Trump, que não se contrapõem à globalização, mas diminuem os espaços de resistência hegemônica, que antes já eram restritos (SANTOS, 2017, p. 2).

Não é esse, entretanto, o único contínuo que hospeda visões opostas a respeito de globalização. Em verdade, sobre o tema, há muitas divergências.

O ineditismo desse processo é um dos quesitos que divide teorias. Há quem apreenda a globalização como uma continuação de imperialismos precedentes (império romano, napoleônico, iluminismo europeu, império russo, chinês, japonês, britânico, americano etc.), definindo-a como uma imposição política, econômica e cultural de forma

---

<sup>75</sup> Cf. MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

polarizada pelos Estados-nação: expansão e domínio de um lado, retração e submissão do outro. Esse posicionamento argumentativo acaba por ser recorrente, uma vez ainda existem nações que se destacam econômica e culturalmente, como os Estados Unidos da América, dando a impressão de um movimento imperialista de homogeneização. Se acreditarmos que o poder financeiro perpetua<sup>76</sup> reinado político e cultural, não há dúvidas sobre quais partes do mundo estão no comando. Isso porque

os dados que têm vindo a público são alarmantes: 28 empresas do setor financeiro controlam 50 trilhões de dólares, isto é, três quartos da riqueza mundial contabilizada (o PIB mundial é de 80 trilhões e além deles haverá 20 trilhões em paraísos fiscais). A esmagadora maioria dessas instituições está registrada na América do Norte e na Europa. (SANTOS, 2017, p. 4)

Mas a preponderância dessas nações no cenário político, econômico e social, em uma visão opostas a dos teóricos da continuidade imperialista, não necessariamente implica que são elas, como Estado-nações, que comandam o *show*. Por isso há os que, contrariamente a essa primeira corrente, atentam-se para um diferencial de que a moderna globalização é regida não mais por Estados-nação, mas, principalmente, por organizações supranacionais que ditam leis, moral, moda, consumo, etc. e se distanciam das formas passadas de imperialismo.

Ainda que dentro dessa última percepção, há dissensos sobre as possibilidades de resistências que reforçam ou enfraquecem as ideias: local/periférico e global/central. Os que entendem que, por uma possível “dispersão” de poder, exista possibilidade daquele se impor sobre este, mantendo a dicotomia, ressaltam o movimento de heterogeneização. Muitas vezes, ainda, enxergam espaço para a existência de economias sustentáveis que façam frente às imposições globais (HESS, 2009). Por outro lado, há aqueles que recorrem a termos que apontam para a singularidade dessa globalização: “Império” e “soberania móvel”<sup>77</sup> (HARDT E NEGRI, 2000), os quais destacam que, por ser uma nova globalização de estrutura descentralizada e supranacional, há um potencial espaço para contestação e resistência. Esses, assim, distanciam-se de dicotomias, e privilegiam a mobilidade e a hibridização das relações, fugindo de cisões puras e nítidas (p. 46).

---

<sup>76</sup> É sabido que uma andorinha sozinha não faz verão e que a pessoa sai da pobreza, mas a pobreza não sai dela. Assim, entende-se que dinheiro sem tradição não produz supremacia, daí os EUA não terem a *finesse* e o requinte de anos de dominação europeia. Entretanto, pelo dinheiro, ao menos, eles fizeram Hollywood e espalharam a democracia liberal como sistema político globalmente legítimo (SANTOS, 2017, p. 2), de forma que listar os países mais ricos do mundo não é atitude tão leviana, quanto pode parecer: <http://fortune.com/2017/11/17/richest-country-in-the-world/>

<sup>77</sup> Este novo tipo de soberania, que contrasta com as formas passadas, é “organizado não em volta de um conflito central mas por uma rede flexível de microconflitos” (HARDT E NEGRI, 2000, p. 201), ou seja, a soberania não está mais sujeita à centralização de um Estado-nação, e sim torna-se supranacional.

Para esses, então, as intensas interações transnacionais se diferem das que os Estados estabeleciam com suas contrapartidas internacionais, ao mesmo tempo em que não é igual ao que os antigos impérios mantinham quanto àquilo que dominaram ou que gostariam de dominar. Isso porque, segundo Boaventura de Sousa Santos, além de não haver protagonismo de Estados-nação, esses, quando entram em atuação, fazem-no a fim de limitar e constringer a sua própria soberania, seja em regulação social ou em atuações no comércio mundial, dando espaço para que agentes econômicos e sociais se fortaleçam (União Europeia, Banco Mundial, FMI, Nações Unidas, etc.) (SANTOS, 2017, p. 2-3).

### **3.2 Globalização sob uma condição: TIC**

Uma das características que une esses dois últimos grupos de defensores de uma “nova” globalização é o reconhecimento da centralidade das tecnologias da informação e da comunicação nessas relações transnacionais. Assim, as TIC, para eles, acentuam as particularidades dessa globalização, diferenciando-a, de uma vez por todas, dos antigos regimes (KUMARAVADIVELU, 2006; JACQUEMET, 2005). Dentre os que falam sobre as potencialidades e as conquistas alavancadas pela internet, os estudos de Pierre Lévy vêm sendo referência.

Em seu livro “Cibercultura” (1999), Lévy faz importantes investigações sobre o meio digital na era da globalização que são por ele reiteradas até os dias de hoje (Lévy, 2008, 2015 e 2017). O autor desmistifica o determinismo dessas tecnologias sobre o processo em que vivemos, tomando como um dos exemplos o que ocorreu com o advento da prensa de Gutenberg. Ele conta que essa tecnologia, por exemplo, condicionou, mas “não determinou a crise da Reforma, nem o desenvolvimento da moderna ciência europeia, tampouco o crescimento dos ideais Iluministas e a força crescente da opinião pública no século XVIII [...]” (LÉVY, 1999, p. 26). Ou seja, as grandes transformações, eventos históricos e políticos, etc. não podem ser vistos como consequências de premissas tecnológicas: “temos escovas e pastas de dente, logo temos dentes limpos”, mas, sim, “temos escovas e pastas de dentes, logo podemos ter dentes limpos mais facilmente”; já que por outros meios poderíamos limpar os dentes ou, ainda, mesmo existindo essa tecnologia no mesmo mundo em que existem dentes, esses podem continuar sujos.

Ainda para desenvolver o argumento de que tecnologias oferecem condições e não determinismo, o autor divide as sociedades em três grandes classificações, de acordo com o que chama de “etapas da história” (LÉVY, 1999, p. 248). A primeira etapa seria das

sociedades de cultura oral, em que havia a presença de inúmeras tradições que cultivavam “o fechamento do sentido”, o qual “era garantido por uma transcendência, pelo exemplo e pela decisão dos ancestrais, por uma tradição” (p. 248). De forma que não havia o universal, mas havia a totalidade. A segunda etapa, é composta pelas sociedades “civilizadas”, imperialistas, em que as tecnologias da escrita e “depois, [d]o impresso, trazem a possibilidade de extensão indefinida da memória social” (p. 248). Diante disso, há a possibilidade de se fazer o universal totalizante, visto que, pela escrita, ainda mais com a facilidade da impressão, o universal pode circular, impondo-se sobre outras culturas. “Do Estado às religiões do livro, das religiões às redes da tecno-ciência, a universalidade se afirma e toma corpo, mas quase sempre por meio da totalização, da extensão e manutenção de um sentido único” (p. 249). A terceira etapa, a que vivemos hoje, é a da cibercultura, a etapa histórica condicionada (e, novamente, não determinada) pelas TIC, que se caracteriza pelo momento em que a “humanidade reúne toda sua espécie em uma única sociedade. Mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a unidade do sentido se quebra” (p. 249), daí termos universais, sem totalidades.

Isso porque as tecnologias trazidas pela cibercultura condicionaram não apenas a otimização do que a partir de Gutenberg até meados do século XX era visto como o grande avanço tecnológico, a saber, “registro, reprodução e transmissão de símbolos da comunicação humana”, resolvendo, ainda, o déficit que se tinha com tecnologias para facilitar cálculos, (LÉVY, 2015, p. 61), como também, com o advento do que Lévy chamou de “revolução do meio do algoritmo” (SILVA, 2015, p. 3), aumentou nossa capacidade de memória, de comunicação e de intuição (LÉVY, 2015, p. 65). O autor explica que a interação com um número grande de pessoas, em ambientes variados do meio digital, estimula nosso sistema sensorio motor, prometendo uma ampliação na complexidade de nossas atividades cognitivas que resultaria em “uma reflexividade da memória, um novo perspectivismo da intuição intelectual e uma interoperabilidade da comunicação” (p. 65).

Pode-se dizer, assim, que, na cibercultura, há uma certa mistura entre as duas primeiras “etapas da história”. “A interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias on-line tornam novamente possível [...] compartilhar o mesmo contexto” (LÉVY, 1999, p. 120), mantendo a aproximação das duas extremidades “produção” e “recepção”, como na oralidade, ao mesmo tempo em que se torna ubíquo, passeando por gerações, tempos e espaços, dando continuidade à segunda etapa. A particularidade é que as bordas do lugar em que esse “contexto” é “interconectado” com “dinamismo” compreende toda a humanidade, ou seja, a cibercultura “não engendra uma cultura do universal porque *de fato* está em toda parte,

e sim porque sua forma ou sua ideia implicam *de direito* o conjunto dos seres humanos” (p. 119 – grifos do autor). A essa ideia inclusiva o autor nomeia ciberespaço, definindo-o como o desdobramento de “toda a memória dos homens [...]: um imenso ato de inteligência coletiva sincrônica, convergindo para o presente, clarão silencioso, divergente, explodindo como uma ramificação de neurônios” (p. 250). De forma mais explicativa, para o autor o ciberespaço abriga “interconexão de dados digitais e manipuladores automáticos de símbolos [...], constituindo, assim, a memória virtual da inteligência humana coletiva” (LÉVY, 2008, p. 15), e mais importante, ainda segundo Lévy, de forma aberta aos diversos “pontos de vista”, a fim de não servir “a um projeto totalitário” (SILVA, 2015, p. 5).

Consoante ao projeto antitotalitarista, o autor celebra, em suma, que esse universal, quanto mais o é, menos pode ser totalizante, explicando que “as comunidades virtuais constroem e dissolvem constantemente suas micrototalidades dinâmicas, emergentes, imersas, derivando entre as correntes turbilhonantes do novo dilúvio” (LÉVY, 1999, p. 249). Essa fluidez se dá quando se faz uso da união das potencialidades do ciberespaço com as TIC, cuja característica essencial é permitir que “qualquer pessoa produza mensagens, transmita-as para uma comunidade sem fronteiras e acesse mensagens produzidas e transmitidas por outras pessoas” (LÉVY, 2015, p. 62), já que “estamos todos no mesmo banho, no mesmo dilúvio de comunicação” (LÉVY, 1999, 120).

Nessa configuração, o ciberespaço proporciona “uma alternativa às mídias de massa” (LÉVY, 1999, p. 239). Enquanto as “mídias de massa são os dispositivos de comunicação que difundem uma informação organizada e programada a partir de um centro, em direção a um grande número de receptores anônimos, passivos e isolados uns dos outros” (p. 239), o ciberespaço não possui “centros difusores”, mesmo que dependa de navegadores, provedores e servidores de internet. Para Lévy, na verdade, “um servidor se parece mais com uma loja, um lugar onde a melhor resposta à procura é uma oferta variada, do que com um lugar de difusão unilateral” (LÉVY, 1999, p. 239). Desse modo, embora Lévy acredite que a Web não tenha passado por consideráveis evoluções técnicas desde o seu surgimento (SILVA, 2015, p. 4), ela, ainda assim, conseguiu dar “a cada indivíduo o poder de uma editora, uma rede de televisão e um serviço postal multimídia em tempo real, bem como o acesso a uma biblioteca multimídia global onipresente” (LÉVY, 2015, p. 62). O autor tranquiliza-nos dizendo que, com isso, temos “o começo do fim do monopólio intelectual dos jornalistas, dos editores, dos políticos e dos professores” (SILVA, 2015, p. 4).

O panorama que Lévy faz da era da cibercultura mostra diferenças significativas que impulsionam muitos teóricos a perceber como única a nossa globalização. Isso não

significa que todos – ou nem que muitos – que assim a concebam, também enxerguem essas diferenças com tamanha euforia. Na verdade, suas reflexões fazem-nos inquirir: quem realmente consegue expor produtos nessa grande “loja”? Para responder a esse questionamento, não há como não pensar em Félix Guattari que, atestando o avanço dos meios técnico-científicos, reconhece um

paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. (GUATTARI, 2001, p. 12)

Ainda sobre avanços tecnológicos e retrocessos sociais, Herbert Marcuse, da escola de Frankfurt, sob o mesmo ponto de vista de Guattari, expõe de maneira clara as devidas vírgulas e poréns em relação às potencialidades de novas tecnologias comunicacionais inseridas em uma sociedade que visa ao lucro e vive da exploração dos mais fracos:

Sou otimista porque acredito que, na história da humanidade, nunca existiram em tal grau os recursos necessários à criação de uma sociedade livre. Sou pessimista porque acredito que as sociedades estabelecidas, em particular a sociedade capitalista, são organizadas e mobilizadas em sua totalidade contra essa possibilidade. (MARCUSE, 2010, p. 157)

Tal qual, enxergo essas potencialidades e possibilidades da internet, mas sei que “a maioria das pessoas do mundo ainda não têm acesso às novas tecnologias de comunicação que são oferecidas como um atalho à globalização, vivem [...] vidas des-globalizadas” e que, ao mesmo tempo, “as elites em seus países têm esse acesso e a utilizam na perseguição do poder e das oportunidades” (BLOMMAERT, 2010, p. 3). Sei, ainda, que Lévy não desconhece tais questões. Primeiro porque quando defendeu sua tese de que o ciberespaço celebra um universal por um contato que é indissociável da ideia de humanidade, deixou transparecer essa ideia, chegando a falar que “mesmo os mais ferozes detratores do ciberespaço homenageiam essa dimensão ao lamentar, com razão, que a maioria das pessoas se encontram excluídas dele, ou que a África tenha uma presença tão pequena” (LÉVY, 1999, p. 119). Mais recentemente ele voltou nesse assunto, mostrando-se, entretanto, satisfeito ao elogiar a rapidez com que a internet se espalhou: “no começo dos anos 1990, havia 1% da população mundial conectada. Uma geração depois, já eram 40%” (SILVA, 2015, p. 3), e, “em 2017, mais da metade da população está conectada (LÉVY, 2017, p. 1), esquecendo-se de discutir

como foi o crescimento desses números entre a população mais pobre. Gostaria, portanto, de destacar a direção oposta que os “acadêmicos translíngues” seguem em relação ao otimismo de Lévy. Como aponta Suresh Canagarajah, aqueles mostram que as tecnologias na globalização, por si sós, não estão “criando uma relação mais igualitária entre comunidades globais”, uma vez serem elas “manipuladas por instituições e grupos poderosos para que eles próprios se beneficiem”, sendo, portanto, necessário usar as brechas criadas pelas assimetrias geopolíticas e de poder, para negociar e alcançar benesses para as demais comunidades (CANAGARAJAH, 2013, p. 25).

Dentre as colocações de Lévy sobre as características da cibercultura, gostaria de destacar duas funções importantes das TIC nesta globalização. Primeiro, entendo que elas alteraram nossa percepção de tempo e espaço. A contribuição de Aristóteles de separar tempo da experiência individual e do espiritualismo, introduzindo uma distância entre um “antes” e um “depois” é, nesta globalização, ressignificada (HARDT E NEGRI, 2000, p. 401-402). Muitas publicações *on-line* nem ganham datas, porque o tempo é diferido quando se tem uma memória que não se prende mais à capacidade de lembrar ou de registrar de outrora. Além do que o alcance do tempo iguala-se ao do espaço, o que amplia a sensação de rapidez e proximidade, conseqüentemente, nosso senso de pertencimento. Há a criação de zonas de contato mesmo quando os participantes da interação estão no lugar onde sempre estiveram, potencializando trocas que podem resultar em dissolução de dicotomias como local e global, ao menos, tornando-os mais plurais, até mais do que híbridos<sup>78</sup>.

Sigo, nesse intuito, à segunda função das TIC que é a de ressaltar a característica global desse movimento, isto é, a de condicionar – não determinar – caráter subversivo e transdirecional à globalização, na tentativa de implodir os termos “centro” e “periferia”, com o primeiro detendo regras imutáveis e vistas como incontestáveis pelo segundo e, assim, fazer que a globalização

seja melhor entendida como uma compressão de tempo e espaço, uma intensificação das relações sociais, econômicas, culturais e políticas, uma série de conexões globais que transformam eventos de uma localização de importância potencial e imediata em outra, localizações, essas, bem distantes. [...] O grande ponto sobre globalização é que ela é global e, portanto, inevitavelmente presa a múltiplas influências. (PENNYCOOK, 2007, p. 24-25)

A potencialidade de redirecionar forças, de reagrupar comunidades, por meio de

---

<sup>78</sup> Concordo com Pennycook (2013, p. 18-19) quando o autor defende que é necessário questionar o conceito de hibridismo, uma vez que ele reitera uma normatividade de *pureza*, em que o híbrido é visto como “o misturado” que foge à norma. Sendo preciso, então, entender que a diversidade é o ordinário.

contatos que sofrem influências imprevisíveis se intensifica quando pessoas se deslocam, também, fisicamente, por meio de migrações.

### 3.3 Quando se migra

Nesta globalização como “projeto do capitalismo financeiro” (AMARAL, 2017) ou como “do mercado livre” (HOBBSAWM, 2009), citados acima, o dinheiro, mais do que nunca está desvinculado de lastros reais. Ele circula instantaneamente de um extremo a outro da Terra, enquanto enormes grupos de pessoas se sentem completamente aprisionadas em realidades periféricas e semi-invisíveis para as narrativas “oficiais”. Uma vez que, como disse Alastair Pennycook, essa “mobilidade, diferentemente do termo mais geral, ‘movimento’, levanta a questão de quem é capaz de se mover, de certos tipos de viagens serem de tipos claros de privilégios” (PENNYCOOK, 2012, p. 25), enquanto outras não o são. Assim, podemos dizer que “escolher se mover em certos sentidos é um reflexo de bem-estar material” (p. 25). Boaventura de Sousa Santos aponta para a mesma direção ao afirmar que essa dinâmica da globalização de movimento, afora o turismo, ou seja, em busca de melhores condições de vida, trata-se de um processo que a todo tempo produz vítimas “ainda mais presas aos seus locais e na maioria dos casos só [saem] deles forçadas (refugiados, deslocados internos e transfronteiriços) ou falsamente por vontade própria (emigrantes)” (SANTOS, 2017, p. 2).

Considero que o ponto de partida, então, deva ser entender alguns contrassensos que permanecem em relações assimétricas entre os que migram e os que permanecem onde estão como *hosts* daqueles. Isso porque “quando celebramos os movimentos de massa, precisamos ser capazes de distinguir entre aqueles que são obrigados pelas circunstâncias a viajar e aqueles que o fazem de bom grado” (MAKONI, 2012, p. 192-193), ou seja, uma análise sobre as causas político-econômicas que impulsionam as celebradas mobilidades poderiam, certamente servir de ajuda ao entendimento do porquê daqueles 10 países (Cf. Capítulo 2) não serem *de facto* canteiros de superdiversidade do mundo.

Nessa direção, Hobsbawm chama a atenção à polarização que se dá entre os quinhoeiros da globalização, especificando a parte que lhes cabe desse latifúndio des/reterritorializado. Assim, há dois grupos:

os que são potencialmente protegidos de seus efeitos negativos – empresários que podem terceirizar seus custos para países de mão de obra barata, profissionais altamente tecnológicos e graduados de educação superior que podem trabalhar em qualquer economia de mercado de altos salários – e aqueles que não são. (HOBBSAWM, 2009, p. x)

Ao cuidadosamente dizer “potencialmente” para o nível de proteção que se dá à primeira classe de pessoas, Hobsbawm deixa evidente que o mercado até teria condição de fazê-lo, e em algumas ações até pode parecer que é isso que está fazendo, mas, no fim, ele protege só a si mesmo, preocupando-se apenas com a longevidade do sistema. Isso porque esses que circulam em busca de altos salários vivem sob a ilusão de pertencer a uma elite cosmopolita salvaguardada, isso porque se não têm os passaportes certos, não pertencerão jamais a ela. Quanto a esse tema, Walter Mignolo chama a atenção às diferentes subalternidades que são constantemente abordadas somente a partir de termos legais ou econômicos. Discutem-se as situações dos “sem-teto, desempregados, estrangeiros ilegais expulsos da educação, da economia e das leis que regulam o sistema” (MIGNOLO, 2012, p. 175), partindo-se de uma categorização regida apenas por classes econômicas, quando, na verdade, é conclamada uma visão mais holística já que se exclui também por etnias, gêneros, sexualidades e nacionalidades. Mignolo conclui que “ninguém é expulso porque ele ou ela é pobre. Ele ou ela se torna pobre porque ele ou ela foi expulso” (p. 176).

Por isso Craig Calhoun denuncia a ingenuidade de pensadores, como a do sociólogo Ulrich Beck, que colocam como central perguntas do tipo: “pertencer ou não pertencer [...] é a questão cosmopolita” (CALHOUN, 2004, p. 244). Visto que, tal pergunta pode esconder a falta da percepção de que poucos são capacitados a perguntá-la, ou, pior, pode revelar a presença da ilusão de que o neoliberalismo nos deixa alguma escolha. Calhoun alerta que os pertencentes à elite de países “pobres”, ao acreditarem que participam de uma elite globalmente cosmopolita, estão, na verdade, ratificando a quimera de que se relacionar com outros tidos por cosmopolitas os faz transcender nações, culturas, lugares a que “pertencem”.

Esses trabalhadores imigrantes altamente especializados são geralmente chamados de “migrantes qualificados” [*skilled migrant*] (CANAGARAJAH, 2017), avatar que inspira mais glamour do que de fato gozam suas *personas*. Em sua maioria, essa nata de imigrantes não passa do que Zygmunt Bauman chamou de “vagabundos”, por perceberem “o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente *inóspito*” (BAUMAN, 1999, p. 101 – grifo do autor), daí, para não ficarem parados em uma tentativa de sobrevivência em areia movediça (p. 86), movem-se, tornando-se elite somente em relação aos que ficam em seus países de origem. Recorrem à “abertura de fronteiras para a livre circulação de trabalhadores, e seus talentos, e a concorrência no mercado de trabalho global são uma situação de vantagens tanto para os países de origem como para os países de destino” (CANAGARAJAH, 2017, p. 20), para tentar pertencer a uma classe que não lhes quer como membros.

De forma que, ainda à escuta de Bauman, vê-se que o vagabundo está sempre à espreita, aguardando as migalhas dos “turistas” (cujo *alter ego* é o vagabundo – p. 102). O vagabundo é, assim, posto de lado como “refugio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas” (BAUMAN, 1999, p. 101); para que estes tenham liberdade, aquele precisa ser vigiado, cerceado. Como toda síndrome de Estocolmo bem-sucedida, nem mais para cárceres e senzalas o vagabundo precisa ser enviado, já que é

também o mais ardente admirador do turista [...] Pergunte aos vagabundos que tipo de vida gostariam de ter se pudessem escolher e você terá uma descrição bem acurada da alegria do turista “tal como vista na TV”, [ou no *Face*, ou no *Insta*]. Os vagabundos não têm outras imagens da boa vida – nenhuma utopia alternativa, nenhuma agenda política própria. A única coisa que querem é permissão para serem turistas – como o restante de nós<sup>79</sup>... Num mundo inquieto, o turismo é a única forma aceitável, humana, de inquietude. (BAUMAN, 1999, p. 102)

Resta, aos vagabundos, os mesmos sonhos, ainda que tais sonhos pareçam bricolagens. Celebram a presidência dos EUA por ser dirigida por um Obama, a Academy Awards por ter dado o Oscar a um “Moonlight<sup>80</sup>” [sob a luz do luar], a empresa Google por ter contratado um indiano como CEO, a Rede Globo por ter permitido um beijo gay na novela, etc. Celebrando essas exceções, celebram as regras criadas por essas instituições, pelas quais eles nunca, de fato, serão beneficiados. É claro que as pequenas vitórias não deixam de ser vitórias, principalmente quando se pensa em representatividade<sup>81</sup>, mas o risco delas se tornarem mais um argumento de sustentação da grande narrativa fica maior quando os vagabundos não percebem que afastados desses sonhos, quem sabe, poderiam construir um contradiscurso<sup>82</sup>. Ou seja, que no lugar de se contentarem com as pequenas concessões oferecidas por esse sistema-mundo, fizessem tremer suas bases.

A elite vagabunda acorda para cuspir, quando ocorrem eventos como o “11 de setembro” e o brasão dos passaportes vale mais do que a bandeira de seu cartão de crédito.

<sup>79</sup> Bauman em anteriores delimita esse “nós” como acadêmicos *globe-trotters* (BAUMAN, 1999, p. 99).

<sup>80</sup> Sinto-me compelida a ressaltar a importância de, por exemplo, temáticas exploradas pelo filme “Moonlight” terem alcançado a amplitude que um prêmio da dimensão do Oscar possui. E que até o fim da exploração dos humanos pelos humanos, que tenhamos mais e mais gritos como esse. (Cf. <https://www.newyorker.com/magazine/2016/10/24/moonlight-undoes-our-expectations>)

<sup>81</sup> <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/nos-negros-a-sos-na-companhia-de-outros-a-sos-seremos-todos-mortos/>

<sup>82</sup> Não acredito, assim, que “toda e qualquer proposta de prudência e pragmatismo em questões politicamente sensíveis corr[a] o perigo de ser tachada de ‘apolítica’”, por isso, então, luto para que não nos resignemos e falemos que “aprender a não remar contra a maré não significa entregar-se de corpo e alma à ordem das coisas; significa apenas conhecer os limites de nossa ação, sempre tendo em mente o melhor aproveitamento da situação em prol dos nossos interesses de curto, médio e longo prazos” (RAJAGOPALAN, 2005, p. 153), ou seja, que celebremos somente o que pode ser nomeado como “um nadar contra a maré”.

Enquanto os portadores dos “passaportes bons” nem notaram grandes mudanças nos procedimentos de embarque e desembarque, em suas passadas por aduanas<sup>83</sup> – a não ser quanto às grandes filas provocadas pela etapa do raio X –, aqueles que não possuem passaportes norte-americanos ou europeus<sup>84</sup> tiveram diminuídos os seus potenciais status de cosmopolitas, para usar um eufemismo. Isso quando não ocorre de terem suas mobilidades internacionais abortadas, sendo forçados a deixar os países onde estão; “como, por exemplo, milhares de pessoas que fizeram vidas e fincaram raízes na América do Norte e que são deportadas a cada ano, às vezes, especialmente crianças nascidas nos EUA, para ‘casas’ que mal conhecem ou até mesmo nunca habitaram” (CALHOUN, 2004, p. 245)<sup>85</sup>.

Esses imigrantes qualificados, quando se colocam pertencentes a uma elite estão, na verdade, vendo-se como se veem os cidadãos dos “países desenvolvidos”, que possuem passaporte universal, ou seja, a elite por *pedigree*. Esses têm opção de viajar ou de ficar, por possuírem tanto poder de consumo, como de circulação. Embora se movam sem grandes empecilhos por diversas regiões do planeta, quase sempre frequentam os mesmos cenários artificiais padronizados de conforto. Pode-se viajar de um país para outro, cruzar continentes, e ter a sensação de que nunca se saiu do lugar. Uma pequena cidade como Luang Prabang, no meio do Laos, com 22 mil habitantes, 75% de seu território ocupado por florestas, rios e montanhas, tem suas poucas ruas abarrotadas de restaurantes e cafés que se assemelham aos de Annecy, de Ilha Bela, de Hoi An ou ainda aos da pequena Gold Coast australiana. Nesses lugares, há os mesmos cappuccinos, as mesmas tábuas de queijo e as mesmas pessoas delas se deliciando. Ou seja, o “turismo [...] se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento” (GUATTARI, 2001, p. 8), sempre dentro das bolhas de segurança, dos aeroportos, dos hotéis, e as divisões entre os serviços e os servidos.

---

<sup>83</sup> Em conversas informais com uma norte-americana que, aos 36 anos já visitara mais de 15 países, e acabara de tirar sua dupla nacionalidade, sendo, então, a partir de 2018, também peruana, descobri a prepotência da ignorância dos hegemônicos. Em sua primeira viagem com o documento de sua mais nova nacionalidade, não tendo levado consigo seu passaporte norte-americano, nem o bilhete eletrônico que comprovasse sua “passagem de volta”, tampouco comprovantes bancários que a elegessem como “ricamente confiável”, teve problemas na aduana brasileira que foram resolvidos após horas de vistorias e checagens de que sua história era simplesmente de uma norte-americana que estava achando *cool* ser, agora, sul americana. Sua perplexidade com o fato, nunca antes vivenciado em suas inúmeras viagens anteriores, levou-lhe a uma única conclusão: “Conheço 15 países, quatro só na América latina, e isso não existe em lugar nenhum! O que vejo é que os brasileiros são muito desconfiados”. Infelizmente, as próximas experiências com os mesmos documentos certamente lhe revelarão que não são só os brasileiros que são desconfiados, e quem sabe ela conseguirá, também, perceber que existe uma classe de viajantes que não é bem-vinda.

<sup>84</sup> <https://exame.abril.com.br/mundo/os-passaportes-mais-poderosos-do-mundo-e-os-mais-fracos/>

<sup>85</sup> Vale lembrar, ainda, que isso tudo foi denunciado por Calhoun anos antes das políticas de “tolerância zero” recém adotadas pelo presidente Donald Trump, Cf. <https://www.independent.co.uk/voices/trump-us-border-children-immigrants-wall-parents-separate-families-a8374671.html> e [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/internacional/1529093724\\_361368.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/internacional/1529093724_361368.html)

Interessante perceber, entretanto, que, conforme discutido anteriormente, à luz de Boaventura de Sousa Santos (2017), na ausência das forças estatais – ou na presença dessas, pela forma extremamente seletiva tanto de alocar a solidariedade quanto de exercer controle burocrático, punitivo e implacável (BLOMMAERT, 2016, p. 8) –, nem os “turistas” o livre mercado protege, quanto menos liberta! Por isso a preocupação de Philippe Van Parijs exposta dentro da discussão sobre o discurso paternalista de David Graddol (2006) (Cf. Capítulo 2). Aquele, na verdade, sendo um grande defensor do programa de “renda mínima” [*basic income*]<sup>86</sup>, estava discutindo as implicações do imperialismo da língua inglesa sobre as políticas do estado de bem-estar social. Isso porque,

o mercado livre global minou a capacidade de seus estados e sistemas de bem-estar social de proteger seu modo de vida. Em uma economia global, eles competem com homens e mulheres no exterior, de igualdade de qualificações, mas que recebem uma fração do pacote ocidental de pagamento<sup>87</sup>; e, em casa, os padrões de vida estão sob pressão da globalização do que Marx chamou de "exército de reserva do trabalho" – imigrantes das cidades das grandes zonas globais de pobreza. (HOBBSAWM, 2009, p. x-xi)

Ou seja, monta-se o cenário ideal para xenofobia. Com os cortes crescentes feitos nos benefícios dos pacotes de bem-estar social, como aconteceu na França logo após a vitória presidencial de Emmanuel Macron<sup>88</sup>, os cidadãos desses “países ricos” já começam a sentir as ameaças de um mercado mundial, ainda mais com a avalanche de ofertas de *freelancers online*<sup>89</sup> aos quais é oferecida, de novo, apenas uma parcela do que é considerado salário mínimo desses países. Essa xenofobia é acentuada pela ideologia do colonialismo e da modernidade em que o pertencimento a um grupo de prestígio ou de desprestígio se dá por classe biológica, de gênero, de raça, etc. Segundo Jens Rydgren, sobre a xenofobia atuam duas forças opostas e concomitantes: de atração e de repulsão. A primeira seria proveniente do entendimento de que é "natural" conviver com "sua própria espécie", já a segunda é referente à hostilidade em relação aos "outros tipos" de seres – humanos. Tal hostilidade vem da crença de que os “estranhos” podem ameaçar a identidade ou os interesses materiais do grupo, não precisando, entretanto, que haja qualquer “estranho”, efetivamente, “invadindo” o

<sup>86</sup> Para maior entendimento sobre o tema, Cf. VAN PARIJS, P. *Real Freedom for All, What (if anything) can justify capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1995

<sup>87</sup> Esse pacote corresponde não só aos salários, mas aos benefícios e obrigações que as leis trabalhistas compelem o empregador a cumprir, das quais se beneficiam os trabalhadores, a economia do país e a biopolítica, já que, dentre outras coisas, diminui a desigualdade social.

<sup>88</sup> Disponível em: <https://information.tv5monde.com/info/baisse-des-aides-au-logement-apl-les-etudiants-contre-emmanuel-macron-182390> Acesso em 20 de setembro de 2017.

<sup>89</sup> Esta questão abala em grande medida os trabalhos de tradutores por todo o mundo. Sobre esse assunto, Cf. STUPIELLO, 2009 e 2010.

espaço social ou geográfico de um grupo, para que a hostilidade seja “ativada” (RYDGREN, 2015, p. 310). Dessa maneira, as pessoas dentro desse sistema são levadas a enxergar o outro como um adversário em potencial: “A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas” (SANTOS, 2000, p. 20), como se só assim pudessemos sobreviver. Esquecemo-nos de que o *sistema* somos nós.

### 3.4 O diversificado sujeito ideal do neoliberalismo

Nenhum sistema, seja ele político, econômico ou social, tem vida independente das pessoas que são por ele regidas ou mesmo das que participam dele em posições subalternas. Assim, ao colocá-lo na posição de sujeito agente, dizendo que ele “quer”, “faz”, “gostaria”, estamos falando das pessoas que contra ele não lutam, não atuam, não refletem e nem mesmo sonham – consciente ou inconscientemente. Essa simbiose, entretanto, não é despropositual, sendo parte da estratégia de imposição de um discurso ideológico que não quer ser questionado. É nessa toada que se instaura o “pensamento único” [*pensée unique*], homogeneizante, de um ideal neoliberal, ou seja, “de um consenso flexível sobre vantagens materiais cheias de promessas ilusórias e sobre esquemas intelectuais prontos que deixam o espírito crítico de lado” (HAGÈGE, 2012, p. 5), a fim de que “a padronização se instale nos gostos, das ideias políticas, na vida cotidiana, no lazer, na concepção de existência, nas crenças” (p. 6)<sup>90</sup> e na língua. Daí falar-se que o aspecto colonizador do “discurso neoliberal que silencia vozes subalternas” (FLORES, 2013, p. 507) é o mais perto que alguém pode chegar do conceito de igualdade, dentro desse sistema. Ou seja, igualdade, só se for na forma de pensar.

No neoliberalismo, a força de atração serve para que *todos* queiram ser *um*, e, assim, que haja coesão grupal por meio de um discurso universalizante, de forma a fazer do “senso comum” [*common sense*]<sup>91</sup> o “bom senso” [*good sense*]<sup>92</sup>. Por conseguinte, a força de repulsão compele esse mesmo “todo” a ver como “estranho” quem não seguir a cartilha do perfil ideal. E aí se instala um duplipensar. O mesmo indivíduo que fala “não quero que haja discussão política nas escolas onde meu filho estuda, porque, afinal, ele é muito novo e

<sup>90</sup> “L’uniformisation s’installe dans les goûts, dans les idées politiques, dans la vie quotidienne, dans les loisirs, dans la conception de l’existence, dans les croyances”.

<sup>91</sup> <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/common-sense?q=common+sense>

<sup>92</sup> <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/good-sense?q=good+sense>

vulnerável à manipulação”<sup>93</sup> é o que pede redução da maioria penal<sup>94</sup>. Direitos humanos, para humanos direitos, já diz o slogan. Isto é, só se quer igualdade ao igual, de forma que *todos* só são vistos *como* iguais, se *todos forem* iguais, ou se conseguirem se camuflar como *um igual*. E, diante disso, a opção (para além do “necessário vos é nascer de novo”) é a camuflagem da cultura *certa*: a cultura da elite cosmopolita.

Agora, sendo essa elite construída a partir de mais traços de ficção do que se gostaria de admitir, já que os critérios meritocráticos para pertencer a ela são parte de uma narrativa mítica que não costumam ser refletidos na realidade dos que não nasceram nas partes certas do planeta, é preciso entender a quem “pertence” essa cultura que equaliza os habitantes “do mundo”.

Entendo com Walter Mignolo que a história mundial compartilhada vem sendo escrita pela Europa sob o paradigma de “narrativas de transição”, em que se colocam cultura e conhecimento, em linearidade cronologicamente geo-histórica, a partir de eventos europeus, principalmente, da modernidade (e, por conseguinte, das noções de “nação” e “cidadania”) (MIGNOLO, 2012, p. 204). Nessa perspectiva, línguas, hábitos, costumes, gostos, moda, etc. vindos da Europa são tidos como “mais elevados”. Por isso, inclusive, como falado anteriormente, Blommaert recorreu a uma metáfora imagética escalar e vertical de espaço, mostrando que *algumas coisas* têm menos mobilidade, não chegando aos estratos mais altos, já *outras* conseguem ir do mais baixo ao mais alto – “escalas oferecem uma imagem vertical do espaço, do *espaço como estratificado* e, portanto, investido de poder” (BLOMMAERT, 2010, p. 34 – grifo do autor).

Dessa construção – e usurpação – do status de “cultura *certa*” nasce a cultura da “elite cosmopolita”, acentuada pelo *super* consumismo norte-americano. Por ser produzida pelo “domínio ocidental” e seus “tipos de orientações intelectuais”, ela está associada às pessoas que podem circular pelos grandes centros mundiais, que podem se educar nesses mesmos grandes centros, e compartilhar notícias e mídias desses lugares. Ou seja,

é a cultura daqueles que frequentam Harvard e a London School of Economics, que leem *The Economist* e *Le Monde*, que reconhecem a música de Mozart como universal e que podem discutir os méritos relativos dos vinhos australianos, franceses e chilenos. É também uma cultura em que o secularismo parece natural e a religião é estranha, e em que se assume o respeito pelos direitos humanos, mas a noção de redistribuição econômica

<sup>93</sup><https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>  
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/politica/1513100523\\_574620.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/politica/1513100523_574620.html)

<sup>94</sup><https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/09/ferraco-fala-sobre-a-proposta-de-reducao-da-maioridade-penal>

fundamental é radical e controversa. Essa cultura tem muitas boas qualidades, bem como pontos cegos, mas, no entanto, é cultura e não sua ausência. (CALHOUN, 2004, p. 246)

Essa elite cumpre apenas o protocolo de formação e educação a que, como *classe diamante* de seus países de primeiro mundo, tem acesso. Mesmo que “Estados com economias prósperas e estáveis, e uma distribuição de bens razoavelmente equitativa entre seus habitantes sejam propensos a serem menos instáveis – social e politicamente – do que os pobres, altamente desiguais e economicamente incertos” (HOBSBAWM, 2009, p. 33), não quero induzir o leitor a achar que todos os cidadãos desses países têm as mesmas oportunidades. A pouca representatividade tanto de pessoas provenientes de famílias com baixa renda em escolas como o MIT<sup>95</sup>, como de negros e asiáticos nas universidades do Russell Group, na Grã-Bretanha (WARIKOO, 2015, p. 306) são fatos nada incomuns que essas instituições de ensino colecionam em suas histórias. Como disse anteriormente, o mercado livre não liberta ninguém, as desigualdades são crescentes mesmo que, comparadas aos países mais pobres elas sejam menos drásticas<sup>96</sup>.

Há, entretanto, políticas que, à primeira vista, parecem caminhar em direção a mudanças para esse cenário. Em algumas faculdades nos EUA, por exemplo, a questão da diversidade nos campi universitários é discutida constantemente e em termos não apenas raciais, mas também étnicos, de identidade de gênero, de identidade político-partidária, etc. Segundo Natasha Warikoo (2015), o que pode parecer mais inclusivo, na verdade, encobre questões estruturais de diferenças de recursos e de poder. Foca-se em tratar as diferenças com igualdade, como se um democrata passasse por situações de desconforto – para usar o mesmo recurso amenizador – tanto quanto uma trans no campus universitário, por exemplo (WARIKOO, 2015, p. 304).

Não é só nos ambientes acadêmicos que a elite – mesmo quando restrita ao mundo dos vagabundos – brinca de diversificar, propondo o que chamam de diálogo. Em 2015, no Brasil, houve uma manifestação contra o governo da presidenta Dilma Roussef em diversas partes do país. Na cidade de São Paulo, na Bela Vista, um morador de um prédio, localizado na Avenida Paulista, cujos apartamentos têm metragens variando entre 170 m<sup>2</sup> e 500 m<sup>2</sup>, posicionou-se claramente contra a manifestação. O moço foi para a sacada privada de seu apartamento e agitou uma toalha vermelha de mesa, em protesto. O fato ganhou

---

<sup>95</sup> <https://www.nytimes.com/2017/11/01/education/edlife/what-college-admissions-wants.html>

<sup>96</sup> <https://www.theguardian.com/inequality/datablog/2017/apr/26/inequality-index-where-are-the-worlds-most-unequal-countries>

repercussão<sup>97</sup> e o condomínio se manifestou, “atendendo a solicitações do Corpo Diretivo” – e diretista – enviando-lhe uma carta de repúdio, deixando claro que os moradores daquela vizinhança não compactuavam com suas escolhas políticas, pedindo-lhe que tivesse mais “cautela ao se expressar do interior do condomínio perante o público” e que se colocavam “à disposição para dialogar” sobre formas de não prejudicar os demais condôminos. Tais fatos mostram que tratar de diversidade em ambientes educacionais, residenciais, recreativos, comerciais, profissionais, etc. destinados às elites não está relacionado a encarar, questionar e enfrentar desigualdades entre grupos sociais, e, sim, relacionado à “celebração cosmopolita das diferenças individuais” (WARIKOO, 2015, p. 304).

### 3.5 O currículo neoliberal

Uma publicação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)<sup>98</sup>, escrita por Brian Keely, ajuda-nos a entender melhor sobre a forma que se espera que esses princípios sirvam ao sujeito neoliberal ideal. Keely coloca ao leitor a seguinte pergunta retórica: “quais as competências de que os jovens precisam?”. Recomendando-nos, em tom de imparcialidade, ele diz: “pense que o mundo a que se dirigem é aquele em que cada vez mais pessoas ganham a vida na economia do conhecimento. É também aquele em que globalização significa maior interação entre pessoas de diferentes culturas e origens” (KEELEY, 2007, p. 61). Percebe-se que “os jovens” precisam se preparar para um acesso “ao conhecimento” irrestrito que pode vir de “diferentes culturas e origens”, ou seja, é preciso saber mais do que uma língua. E como aprender a se comunicar em mais de uma língua? Se Keely fosse um pensador brasileiro, certamente, responderia: “não fale em crise, estude”, mas, para parafrasear de uma maneira mais translocal a frase emprestada por Michel Temer<sup>99</sup>, digo: “não fale em desigualdade, estude!”

Falar em estudo, porém, não mais se restringe às formações tradicionais. O sistema apresenta, para isso, um ciclo do qual, para obter sucesso, não se pode sair. O sucesso

<sup>97</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/212115-monica-bergamo.shtml?loggedpaywall>  
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10153174675587556&set=a.286141717555.144083.533827555&type=3&theater>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>

<sup>98</sup> Esta organização existe desde 1948, quando alguns países se juntaram para estabelecerem o Plano Marshall financiado pelos EUA. <http://www.oecd.org/about/history/>

<sup>99</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771069-citada-por-temer-placa-nao-fale-em-cri-se-fica-em-posto-desativado.shtml>

na vida profissional conquista-se pela educação e, para se manter no trabalho é preciso continuar a estudar. A essa dedicação à formação contínua, apresentam-se várias justificativas, desde o envelhecimento das sociedades e a falta de capacidade dos países para manter seus aposentados (KEELEY, 2007, p. 12), ao fato de que “os requisitos de mudança das sociedades baseadas no conhecimento, a escassez de habilidades, e a crescente importância de participação civil e de coesão social impulsionam a necessidade de atualizar continuamente habilidades e conhecimentos” (p. 93). Essas justificativas, portanto, servem não apenas para orientar os currículos dos jovens, como, também, alertar ao fato de que as “sociedades precisarão quebrar as barreiras que impedem os adultos de atualizar suas habilidades e formações” (p. 79), já que estes são convocados a não mais parar de estudar.

Para que a grade curricular do neoliberalismo fosse alcançável, foi preciso produzir dispositivos que criassem um *entourage* que ajudasse o indivíduo a se tornar “o sujeito ideal do neoliberalismo” (FLORES, 2013, p. 501), dedicados ao aprendizado e à formação intelectual sem fim (p. 503). “Se [...] o mundo é inevitavelmente desigual, educação é uma das fundações práticas-chave para o argumento dos sistemas de que essa desigualdade não é injusta” (COPE E KALANTZIS, 2000, p. 122), cabe a você “não fazer corpo mole” e estudar, estudar, estudar.

Além de tudo, os estudos são sempre uma preparação para a vida real. Já no fordismo, mesmo que você não obtivesse sucesso, ao menos sabia, pela experiência escolar, que a disciplina era o que governava o ambiente de trabalho, as relações interpessoais, o tipo de viagem mais bem vista, etc. Se você falhasse na escola, já sabia que falharia “na vida” – o sistema de “oportunidades” acolhe pela exclusão – e se tornaria parte da linha de produção de alguma fábrica (p. 127). Era, também, na escola em que se aprendia a ser nacionalista. Cantava-se hino, saldava-se a bandeira, aprendia-se a língua padrão, a história do seu país, sua geografia, etc. (p. 134). O lugar educacional da escola reforça a ideologia do sistema vigente.

Na era do digital transnacional, a escola continua ainda sendo essencial para o sistema socioeconômico. Agora, porém, na forma do “currículo de ‘shopping center’ das ‘variedades de diversidade’ ” (p. 145), a diversidade se torna o elemento coesivo entre as pessoas, e é preciso comprá-la. Assim como o consumo de celular, roupa, etc. é incessante, o de viagens, línguas, cursos, aprimoramentos, etc. também. Como falado anteriormente, o conhecimento também é fruto de forças ideológicas, se estamos sob uma organização cultural, social, econômica e política neoliberal, é “natural” que tal organização permeie as formas de se produzir conhecimento – inclusive, certamente por isso, que uso “produzir” para se referir a conhecimento.

Assim, valorizar essa diversidade pode não ser exatamente bom para a *diversidade*, ainda mais quando a ela é ligada explicitamente à ideia de *commodity*. É preciso desconfiar quando nossas próprias diretrizes por um mundo menos desigual vão ao encontro do que defende um livro editado e prefaciado pela OECD, cujo objetivo é promover a ideia de que "a educação é o fator-chave na formação do *capital humano*" (KEELEY<sup>100</sup>, 2007, p. 1 – grifos meus).

Nessa direção, Nelson Flores, em tom de denúncia, argumenta que a celebrada “virada da superdiversidade”

que produziu plurilinguismo como um ideal político coincide com a produção de um sujeito neoliberal que se encaixa ao contexto político e econômico do nosso período sócio-histórico – em particular, quanto ao desejo por trabalhadores flexíveis e aprendizes vitalícios para realizar trabalhos orientados para o serviço e tecnologia como parte de uma economia política pós-fordista. (FLORES, 2013, p. 501)

Em outras palavras, o autor delata que uma política que coloca o plurilinguismo como meta a ser atingida para que o sujeito torne-se economicamente encaixado ao sistema “não pode ser separada do imperialismo linguístico do inglês [...] ou da *commodificação* do multilinguismo que posiciona o conhecimento das práticas linguísticas fluidas como desejáveis para o neoliberal ideal” (p. 515).

### 3.6 Virada plurilíngue neoliberal

Esse paralelo que é feito entre as propostas do neoliberalismo e as dos da “virada da superdiversidade” suscita críticas divergentes, não somente quanto aos pontos abordados, mas quanto à veemência com que são feitas: há os que enxergam os teóricos da virada como ingênuos até aqueles que os enxergam como mal-intencionados. Ambos os grupos, entretanto, reconhecem, junto com os “acadêmicos translíngues”, a necessidade de se pensar em língua para além de pertencimento, colonialismo e nacionalismo, por acreditarem que “as noções de linguagem que formam a base do planejamento linguístico são artefatos do pensamento europeu” (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 12), servindo, portanto, a um propósito de hegemonia.

Entre os que acreditam nas intenções dos teóricos do plurilinguismo como sendo primordialmente uma conclamação a favor de um paradigma que leve em conta as minorias, de um lado, há quem argumente que esses teóricos acabaram sendo enganados pelas novas

<sup>100</sup> Esta frase faz parte do prefácio do livro, assinado pelo secretário-geral da OECD, Angel Gurría.

estratégias de poder, não significando, entretanto, que são lacaios do mercado mundial e neoliberal (HARDT E NEGRI, 2000, p. 138). De outro, há os que arrazoam que não só esses teóricos não enxergam os pontos político-históricos que tornam essas teorias nocivamente parte do plano neoliberal, como, suas teorias, em si, mesmo que proponham reflexões imprescindíveis à instauração de um novo paradigma para as políticas linguísticas, ainda seguem as mesmas reificações normativas contra as quais se dizem lutar (LEWIS E FLORES, 2016, p. 97; MAKONI 2012, p. 192).

Entre os que percebem um grau de má intenção, de um lado, estão aqueles que comparam os teóricos do plurilinguismo a marqueteiros de conceitos vazios, atrás de fundos de agências de fomento e governos (PAVLENKO, 2017, p. 4, 7 e 25). De outro, estão os que enxergam tal má intenção de uma forma ainda mais nociva, asseverando que

à medida que essa "virada" [multilíngue] cresce em popularidade, parece que seu ímpeto crítico desapareceu e seu conhecimento está se tornando outro cânone – um cânone que é integrado a uma cultura acadêmica capitalista neoliberal de incessante produção de conhecimento e de competição por capital econômico e simbólico, e a um multiculturalismo neoliberal que celebra o cosmopolitismo individual e o plurilinguismo para a mobilidade socioeconômica. (KUBOTA, 2014, p. 2)

Ou seja, para autores como Ryuko Kubota, as teorias da “virada da superdiversidade” são, acima de tudo, nocentes, por perpetuarem o racismo, ao mesmo tempo em que favorecem ideologias que fazem indiferenças entre culturas, facilitando a instauração de uma cultura única e negligenciando o domínio do inglês no mundo (KUBOTA, 2014, p. 1). Por fim, nessa perspectiva, acabam tornando-se inimigos das causas que se dizem defender.

Contra tais acusações, Suresh Canagarajah (2017) e Jan Blommaert (2016) publicaram réplicas que se dirigem a levantamentos distintos. Canagarajah coloca em posição de *front* argumentativo, repetidamente, o limite dos “objetivos funcionais de eficiência e acumulação de lucros” (CANAGARAJAH, 2017, p. 4) que ao neoliberalismo é imposto. O autor explica que esse sistema não pode “abandonar seus interesses materiais e ideológicos” (p. 3), daí ele “distinguir um *translinguismo redutivo* (usado pelo neoliberalismo) do *translinguismo expansivo* teorizado por linguistas aplicados” (p. 4 – grifos do autor), como ele. Canagarajah também, e entretanto, assume que “como os estudiosos da virada multilíngue se focaram mais na resistência às ideologias monolíngues [...], eles ignoraram a possível apropriação de seus trabalhos por movimentos mais recentes, como o neoliberalismo” (CANAGARAJAH, 2017, p. 2).

O autor discute vários conceitos (como flexibilização, terceirização, saturação do

mercado, capital humano, etc.) comuns a essas duas correntes, e deixa claro que os pontos que os divergem são, resumidamente, o momento em que se corrompem em “uma forma reduzida para o propósito limitado de geração de lucro” (p. 15), separando-as completamente. Por exemplo, sobre o conceito de capital humano, Canagarajah parte do pressuposto de, sim, existir um “sujeito neoliberal ideal [que] seria flexível, possuindo um portfólio de competências que devem ser convenientemente implantadas conforme a demanda em diferentes configurações de trabalho”, cuja implantação fica a cargo e responsabilidade do próprio empregado e não de “empresas que maximizam o lucro” [*profit maximizing companies*] (p. 16). Esse sujeito seria, então, mais valioso ao mercado, ao mesmo tempo em que teria maior retorno aos seus investimentos em educação, conforme as competências que conseguisse desenvolver tivessem maior capacidade de serem “convertidas” em dinheiro, de se capitalizarem. Tal comportamento, todavia, segundo a argumentação de Canagarajah, não pode ser associado ao defendido pelos teóricos translíngues, porque, de novo, no neoliberalismo há o limite de se ir somente até onde é possível ter lucro. Assim, estudar idiomas movido pelo multilinguismo neoliberal significa que “a escolha das línguas, a orientação para a criação de significado, as ideologias linguísticas e as negociações interpessoais são limitadas pelas necessidades de geração eficiente de lucro e acumulação de capital” (p. 18), o que não acontece sob os argumentos da “virada multilíngue”. Embora as práticas translíngues expansivas compreendam tal propósito, elas não se limitam a ele, por nem limites possuírem.

Em última instância, Canagarajah chama a atenção à característica basal do próprio multilinguismo do neoliberalismo ser determinado por um mercado que “não é totalmente democrático ou inclusivo”. O autor, apesar do tom amenizado pelo emprego do advérbio “totalmente”, continua explicando que “embora algumas línguas tenham valor econômico ou prestígio simbólico, outras, juntamente com vernáculos que não são de elite, são ignoradas” (p. 16). Em outras palavras, o autor mostra que o neoliberalismo, na verdade, promove um multilinguismo restrito, de forma a não ser definitivamente possível associá-lo a termos que teóricos da “virada multilíngue”, como ele, assumem; por exemplo, o de repertórios espaciais. O livro, assim, gira em torno do argumento de que, embora toda teoria linguística possa ser apropriada para o fim que for, é necessário que sejam analisados os interesses aos quais “elas servem e a ideologia que informa seus usos” (p. 19).

O segundo teórico que elaborou uma réplica ao mesmo grupo de autores, Jan Blommaert, usa como principal argumento as possibilidades de agenciamento dentro da hegemonia, destacando seu poder subversivo. Quanto a isso, inclusive, ele já havia se

posicionado em publicações anteriores, dizendo que “um dos efeitos de abordar a ideologia da linguagem é o fato de que isso remove uma série de conceitos e categorias já estabelecidos e, portanto, oferece oportunidades infinitas para rever a produção acadêmica existente” (BLOMMAERT, 2006, p. 511), questionando-a a partir das brechas que se abrem. Assim, ele deixa claro que enxergar os trabalhos da “virada multilíngue” como em conluio com o neoliberalismo é negar o poder insurgente das línguas e dos recursos semióticos, já que até os regimes de poder por mais totalitários que sejam contêm “fissuras e lacunas” [*cracks and gaps*] (BLOMMAERT, 2016, p. 3), colocando-se contra visões que enxerguem polos opostos em agentes políticos, por não ver tais agenciamentos como homogêneos e nem posicionados em uma linha reta (p. 5).

Assim, ao longo de sua resposta, explicita que Kubota (2014) usa noções tradicionais de língua, grupo, cosmopolitismo, individualismo, e até de “sujeitos ideais do neoliberalismo”, contrapondo que, para ele, os imigrantes não qualificados são, na verdade, os verdadeiros sujeitos que o neoliberalismo quer, já que são “as vítimas ideais de uma ordem mundial neoliberal” (BLOMMAERT, 2016, p. 8). Conclamando, assim, a reflexões sobre língua, multiculturalismo e neoliberalismo que quebre paradigmas e desloque estabilidades ontológicas, para além de noções que informam os estudos sociolinguistas que partem de heranças do colonialismo e do modernismo.

É importante lembrar que ambos os autores, explicitamente, se colocam em posição de “abominação” frente ao neoliberalismo e a ordem social, política e econômica que esse sistema defende (BLOMMAERT, 2016, p. 10) e trazem, conceitual, reflexiva, pedagogicamente várias contribuições que, de fato, cooperam com a desestabilização da ordem mundial neoliberal. No entanto, gostaria de trazer algumas colocações que considero pertinentes de (re)questionamentos para que alcancemos esse objetivo que parece unir as preocupações de Kubota, Flores, Lewis, Pavlenko, Makoni, Pennycook, Jacquemet, Canagarajah e Blommaert.

### **3.7 Por uma clínica ideológica da virada multilíngue**

Quando termos normativos como “inserção”, “integração”, “assimilação”, “incorporação” são usados para se discutir migração, contrariamente ao que Thomas Faist postulou no livro *The handbook of diversity* [o manual da diversidade] (FAIST, 2015, p. 265), não acredito que soe como promessa de igualdade aos imigrantes, mas, sim, como um alarme de arrombamento – protejam-se, propriedade invadida! O estranho é ver que tais palavras são

constantemente empregadas com conotações positivas ou neutras ao longo de várias publicações desse livro. Faist argumenta que “as desigualdades [frente às migrações] decorrem de categorizações de heterogeneidades”, afirmando que “essas categorizações geram acesso desigual aos recursos (redistribuição), ao status (reconhecimento) e à tomada de decisões (poder)” (FAIST, 2015, p. 266). Isso porque, segundo o autor, são tais classificações que delimitariam os corpos que agrupados dão contorno ao *nós* e aos *outros*. Ora, se assim o for, a raiz da desigualdade não está na classificação, mas em juízos de inferioridade e superioridade que são atribuídos às diferenças, restringindo distribuições, reconhecimentos e poderes – ainda que não se concorde com binarismos ou mesmo categorizações modernistas.

E talvez seja essa arbitragem arraigada que tenha levado Blommaert a julgar difícil responder, em tempos superdiversos, a duas questões por ele formuladas: “quem é o Outro? E quem somos Nós?”, dizendo:

O Outro é agora uma categoria em fluxo constante, um alvo em movimento sobre quem muito pouco pode ser pressuposto; e quanto a Nós, nós mesmos, nossas próprias vidas tornaram-se muito mais complexas e agora são organizadas de forma muito diferente [...]. (BLOMMAERT, 2013, p. 5)

Tal resposta não pode ser analisada independentemente de mais outras duas atitudes de Blommaert. A primeira foi quando o autor dedicou uma página inteira de seu livro sobre etnografia, superdiversidade e cenários linguísticos, enumerando e nomeando as diferentes línguas que são publicamente visíveis em cartazes e afins (BLOMMAERT, 2013, p. 52), pelas ruas de alta concentração de imigrantes, em Antwerp, na Bélgica (p. 19). E a segunda aconteceu já em outra publicação, quando o autor, não só enumerou as línguas de seu currículo pessoal, como também classificou-as sob as categorias padrão, vernáculos, dialeto, dialeto específico, datando ano de “aquisição”, etc. (BLOMMAERT, 2010, p. 103). Blommaert, seja refletindo sobre o *outro* e o *nós* (de que se coloca como parte integrante), seja elaborando a lista das 24 línguas ou expondo o conceito de “repertório truncado” a partir de seu currículo linguístico, recorre às versões modernistas a que se opõe.

Assim, faço minhas as palavras dele, substituindo apenas o nome de Kubota, por seu próprio nome: “para minha repetida surpresa, tenho visto teóricos proeminentes da Linguística Aplicada subscrevendo precisamente essas versões modernistas”, Blommaert “é um deles, mesmo que [ele] sofra para argumentar o contrário” (BLOMMAERT, 2016, p. 4) – como, inclusive, fez quando designou o “L” maiúsculo para “Língua” dos “discursos leigos” (p. 4) (Cf. Cap. 1), grafia essa que em nenhuma das publicações do autor a que faço referência nesta tese – nem mesmo na longa contagem das 24 línguas – empregou, confundindo-se e

fazendo confundir.

Entendo essa confusão como um chamado à reflexão sobre o quão nocivo pode se tornar a falta de constante explicitação sobre as características coincidentes entre a ideologia neoliberal e as teorias atribuídas à “virada da superdiversidade”. Isso porque, se a todo tempo elas fossem trazidas à superfície, ficaria mais difícil celebrar a característica policêntrica do poder e aceitar como suficiente a explicação de que o sotaque jamaicano de inglês ganha diferentes níveis de apreço, a depender dos espaços-em-tempo que ocupa – por exemplo, alto apreço quando se trata de um grupo que admira a música reggae e baixo quando em situação de aprendizagem de inglês (BLOMMAERT, 2016, p. 5).

Mesmo que essa explicação fosse acrescida da noção de que por enxergarmos “registros” [*registers*] ou estilos (BLOMMAERT E RAMPTON, 2011, p. 5) em cada prática translíngua – e não línguas como objetos autônomos –, sendo que “esses registros operam cronotopicamente<sup>101</sup>, no sentido de que os vemos sendo usados em configurações de espaço-tempo altamente específicas, com identidades específicas e efeitos de significado em cada cronotopo específico” (BLOMMAERT, 2016, p. 5), tal explicação não é suficientemente boa para que políticas linguísticas sejam mais igualitárias. A fim de alcançar essa finalidade, então, é necessário que haja questionamentos de assimetria de poder econômico, social e político que permitam subverter as razões que fazem que o sotaque jamaicano do inglês seja prestigiado em infinitamente menos situações do que ele é desprezado.

Com a mesma atitude, frente às reflexões sobre “línguas de herança” [*heritage language*] Blommaert não teria se restringido a dizer que estas quando em presença de línguas “dominantes” – pelo autor colocadas “nas aspas da precaução” (VERAS, 2009, p. 8) – não são substituídas, apenas realocadas para momentos singulares (BLOMMAERT, 2016, p. 6). Blommaert, assim, não diria que uma língua de herança é apenas “‘encolhida’ e reduzida a ambientes sociais altamente específicos (muitas vezes ritualizados), onde pode aparecer em formas geralmente mínimas”, sendo, ainda, nesse cenário que o inglês – como um mero exemplo de “língua dominante” – apareceria como um recurso ora “opressivo e repressor” [*oppressive and constraining*], ora “libertador, criativo que permite formas de desenvolvimento de identidade anteriormente não disponíveis” (p. 6). Mesmo que tais línguas de herança fossem línguas das colônias, para que não se incorra em confusões, seria mais proveitoso discutir as formações modernas e coloniais de opressão em jogo e maneiras de

---

<sup>101</sup> Jan Blommaert e Anna De Fina (2015) exploram o conceito de cronotopo a partir de Bakhtin, dialogando, também com Bourdieu e Passeron, para o desenvolvimento de uma abordagem identitária que abarque interações entre práticas, repetições e criatividade na vida social (BLOMMAERT E DE FINA, 2015, p. 2), ou seja, que “invoque ordens de indexação válidas em um quadro de espaço-em-tempo específico” (p. 5).

contestá-las (incluindo espaços-em-tempo por meio do inglês), do que celebrar, ou, de forma mais neutra, adicionar o inglês como “recurso criativo” – tomemos o posicionamento de Cassin (2014a) quanto ao Google na China, como exemplo.

Ainda mantendo a mesma atitude de não silenciar os jogos de poder, as discussões quanto aos exemplos trazidos por Canagarajah (2017) também poderiam ser diferentes. O autor apresenta como informante uma mulher, enfermeira, nascida e crescida em Zimbábue, que enaltece a colonização britânica pela qual seu país passou. Para a enfermeira, essa maravilhosa colonização lhe deu oportunidades de, hoje, “fazer dinheiro de verdade, porque o valor da libra para o dólar zimbabuano é enorme”. Após essa constatação, a enfermeira complementa: “sendo de uma antiga colônia britânica e nossa educação ter sido em inglês, isso, obviamente, deu a mim e a outros que vieram aqui uma confiança enorme, já que nossa formação e educação foram modeladas segundo o sistema britânico” (CANAGARAJAH, 2017, p. 22). Assumindo o posicionamento crítico explícito, questionamentos relativos ao processo colonial sofrido por Zimbábue ou à situação atual de seus habitantes afligidos com o sectarismo e os privilégios de uma etnia sobre as demais teriam, talvez, acompanhado falas como essa. Além disso, a gratidão desses imigrantes por haver um regime de “concorrência no Ocidente que lhes permitiu [, não apenas] obter recompensas com base no mérito” (CANAGARAJAH, 2017, p. 23), mas lhes permitiu, também, migrar para melhoria de suas condições de vida, teria levado a debates mais aprofundados do que pôde fazer uma frase – quase inaudível – de Canagarajah em tom de *mea-culpa*: “é irônico ouvir LF<sup>102</sup> elogiando os benefícios da colonização” (p. 23).

Há, entretanto, momentos em que Canagarajah ameaça fazer contestações mais profundas sobre o sistema. Um exemplo é quando o autor se contrapõe a celebrações das vantagens individualistas do neoliberalismo, recorrendo a outros informantes da Uganda, da Nigéria e também do Zimbábue que se preocupam em melhorar não apenas suas vidas e de seus parentes que permaneceram em seus países de origem, como, também, da comunidade de onde saíram, por meio de caridade (p. 24-25). Entretanto, esses momentos terminam como pequenas ressalvas ou quase pedidos de indulgência feitos em confessionário. Ao caso exposto, Canagarajah confessa que “mesmo que bem-intencionado, um serviço [proveniente de caridade] para os pobres pode, às vezes, ajudar os interesses neoliberais [...], pode ser uma desculpa para a elite local continuar negligenciando as áreas rurais e preservar seu próprio

---

<sup>102</sup> Codinome que foi dado a essa enfermeira por Canagarajah (2017, p. 22).

privilégio” (p. 25). No encadeamento do assunto, mantém uma abordagem de reforço positivo às caridades (p. 36), opta por se calar e perpetua a confusão de propósitos.

Esse silenciamento acaba por enfraquecer a própria argumentação do autor sobre as distinções entre *translinguismo redutivo* e *translinguismo expansivo*. Uma vez que a ressalva feita por Canagarajah, de fato, valida o que Manuel Castells expõe sobre o “desmantelamento do Estado” (CASTELLS, 2002, p. 339) e sobre o acirramento da crítica às leis e às instituições federais que está cada vez “mais virulenta quando associada à hostilidade racial e de classes em relação às populações de baixa renda e às minorias raciais” (p. 340). Embora Castells esteja descrevendo o sistema norte-americano, não é difícil associar tais palavras à situação brasileira, quiçá mundial<sup>103</sup> – de novo, do mundo alcançado pelo capitalismo e pelos anseios neoliberais. No Brasil, não é incomum ver matérias, artigos e manchetes que cooperem com a ideia destas primeiras linhas de uma reportagem da revista *Época Negócios*: “Era para Regia Silva de Sales ter sido uma criança do Bolsa Família. Em vez disso, virou mãe do programa”<sup>104</sup>, que, em coro, colocam-se seja contra programas governamentais de bem-estar social, seja contra políticas de ação afirmativa de grupos minoritários. Assim, aqui, na parte sul das Américas, estigmatizam-se os pobres e utilizam os mesmos discursos levantados por Castells, sob a acusação de “estar havendo um crescimento exponencial no número de ‘crianças nascidas somente para serem sustentadas pela previdência’ ” (p. 340), no nosso caso, entretanto, o que provoca a natalidade excessiva seriam os programas de auxílio às famílias de baixa renda, mesmo que os dados digam o contrário<sup>105</sup>. A esquecida história do estado do bem-estar social, gerado da necessidade temporária de reabilitação das pessoas que não eram ainda aptas à indústria, sendo, então, improdutivas, já não é mais válida. À época, “o estado de bem-estar não era concebido como uma *caridade*, mas como um *direito* do cidadão, e não como o fornecimento de donativos individuais, mas como uma forma de *seguro coletivo*” (BAUMAN, 1998, p. 51 – grifos do autor).

O que acontece, hoje, é que o que era para ser “marginal”, ou efeito colateral provisório, mostra-se produto primário da economia. Enquanto a pobreza e desigualdade

<sup>103</sup> [http://www.lemonde.fr/logement/article/2017/07/24/la-baisse-meme-modeste-de-l-allocation-logement-souleve-un-tolle\\_5164202\\_1653445.html](http://www.lemonde.fr/logement/article/2017/07/24/la-baisse-meme-modeste-de-l-allocation-logement-souleve-un-tolle_5164202_1653445.html)

[https://elpais.com/elpais/2018/01/29/inenglish/1517221833\\_150575.html](https://elpais.com/elpais/2018/01/29/inenglish/1517221833_150575.html)

<sup>104</sup> <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/12/os-filhos-do-bolsa-familia.html>

<sup>105</sup> <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/pessoas-pobres-tem-mais-filhos-para-receber-o-bolsa-familia-1378.html>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm>

<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-bolsa-familia-e-as-portas-de-saida/>

social eram vistas como transitórias, hoje, entende-se que não adianta dar beijinho para curar, melhor deixar arder em febre, para que esses pobres parem de ser mimados e preguiçosos. O que a “mãe-estatal”<sup>106</sup> se propunha a pagar eram custos

da economia capitalista e da competição de mercado, do capital que não podia manter-se solvente sem enormes custos sociais em existências despedaçadas e vidas arruinadas [...]. Era esse o prejuízo pelo qual o estado de bem-estar se comprometia a indenizar as vítimas presentes e a resguardar as vítimas possíveis. Se, atualmente, ouvimos dizer que nós, os "contribuintes" , "já não podemos custeá-lo", isso significa apenas que o estado, a comunidade, já não considera conveniente ou desejável subscrever os custos sociais e humanos da solvência econômica (que, sob condições de mercado, é equivalente à lucratividade). (BAUMAN, 1998, p. 52)

Nesse cenário de aniquilamento da força estatal, a caridade cumpre o papel de substituta do estado do bem-estar social, ao mesmo tempo em que não culpabiliza as classes abastadas, pelo contrário, além de tudo, proporciona uma *ego trip* maravilhosa, dando conforto àqueles que dela participam. De forma que, finalmente, a caridade passa a ser “uma tela de proteção ideológica destinada a evitar que se encare de frente o abandono cínico da responsabilidade coletiva, sob pretexto do exercício da responsabilidade individual” (CASTELLS, 2002, p. 341).

Isso posto, o fato de que haja “imigrantes qualificados” fazendo caridade, ou trabalhos que configurem ajudas<sup>107</sup>, para a população dos países “exportadores”<sup>108</sup>, não é exatamente um traço distintivo entre a mobilidade e o multilinguismo neoliberais e os apontados pela “virada da superdiversidade”, precisando ser exposto, esclarecido e discutido abertamente.

Os autores da “virada multilíngue” emudecem implicações político-econômicas não só se calando frente aos exemplos que apresentam, mas no próprio termo que escolhem para designar seus informantes. Ao chamá-los de “migrantes qualificados”, dão-lhes não apenas um status equivocado, mas reiteram a falácia da meritocracia. Uma vez que é sabido que esse grupo não *nasceu* para ocupar, em uma escala global, o lugar mais central, e que só são “qualificados” por existir uma periferia de referência perversamente global que lhes dá esse status.

<sup>106</sup> <https://fee.org/articles/the-state-is-trying-to-replace-your-mother/>

<sup>107</sup> Outro mecanismo de aumento das oportunidades é a corretagem. Migrantes mais experientes, que tenham vindo há mais tempo, driblam os obstáculos estruturais do país de destino (e muitas vezes também do país de origem), aproximando pessoas e organizações que não possuem vínculos diretos. “Como o novo ‘mantra’ dos migrantes-como-agentes-de-desenvolvimento sugere, as remessas financeiras internacionais dos migrantes são maiores do que os fundos para a Ajuda ao Desenvolvimento Internacional (ODA)” (FAIST, 2015, p. 268). Interessante perceber que, fora do jargão “êxodo de cérebro” não se fala da “ajuda” que os países desenvolvidos recebem desses migrantes, nem tampouco da história de países formados por força escrava, colonizações, etc.

<sup>108</sup> Cf. [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2018\\_en.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf)

Além disso, esse termo também reforça a existência de um ideal a ser alcançado, inspirando admiração ao verdadeiro “turista” de Bauman que tem “a cultura do *presente absoluto*” (p. 99), e nunca está desterrado e nem está em casa, mas diz querer se mover pela descoberta do novo, do diferente. Os vagabundos, como a nossa enfermeira aqui, ao discorrer sobre a escolha do destino de sua expatriação não têm o falso refinamento da *verdadeira* elite, confidenciando: “por que eu teria ido a outro lado, tipo França, quando eu não posso falar um nada de francês? [...] Outros lugares que eu considere ir, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e América também falam inglês. É só que a atração da libra era muito forte para resistir” (CANAGARAJAH, 2017, p. 22). O refinamento de querer experiências transculturais é falso por ser exatamente a aversão a esse contato um dos comportamentos mais constantes da elite “de berço”.

Visto que alguns desses relatos apresentados por Canagarajah deixam claro que não só os que se movem o fazem visando ao lucro, mas os que ficam e recebem esses migrantes também. A celebrada superdiversidade deveria ser questionada sobre qual é essa diversidade que se está celebrando. Um dos migrantes que contribuem para o livro de Canagarajah afirma que a “diversidade no ambiente de trabalho é um mito” (p. 26). Uma professora da Tanzânia conta que até gostaria de abordar em sala de aula culturas de povos que não falam inglês, mas, para isso, não lhe é fornecido tempo – provavelmente não tem autonomia sobre o currículo –, além de não ser do interesse das universidades onde leciona (CANAGARAJAH, 2017, p. 28). Por que, então, contratá-la em vez de contratar um “local”? Por respeito à diversidade ou por economia de gastos para o contratante?

Canagarajah traz, ainda, relatos desses imigrante – todos enquadrados como “qualificados” – sobre políticas linguísticas restritas ao inglês nos ambientes de trabalho, sujeito à punições (p. 26), incitando-os a criarem “zonas de segurança” [*safe houses*] (p. 29). Em outras palavras, como explica o autor em publicação anterior, esses são lugares criados para se estar longe da vigilância de autoridades (CANAGARAJAH, 2009, p. 118), onde os imigrantes não se sentem intimidados e são capazes de construir identidades complexas (p. 118). Quando esse conceito foi discutido anteriormente pelo autor, remeteu-se aos escravos na América do Norte, que adotavam uma vida dupla, “fingindo preencher as expectativas do dono, mas compartilhando com a comunidade dos outros escravos outro nível de vida social do qual o dono não participava” (p. 120). Quanto a isso o máximo que o autor consegue fazer é lamentar-se, por entender que ao mesmo tempo em que essas zonas podem servir de liberdade para os que migram, para que, finalmente, relaxem e consigam formar laços sociais reais, elas podem, também, “servir aos interesses das agências neoliberais. Como os

trabalhadores são capazes de encontrar alívio para eles mesmos e entre si, em relação ao isolamento que sofrem, eles conseguem voltar a trabalhar de forma mais eficiente” (CANAGARAJAH, 2017, p. 30).

### 3.8 Sem ressalvas...

Compreendo, assim, que embora os teóricos da “virada multilíngue” visem a uma política linguística mais igualitária, alguns de seus trabalhos acabam por reiterar a ideologia neoliberal. Não percebo que haja, entretanto, uma volição em ratificá-la, mas, sim, uma conexão historicamente *não* acidental – para lembrar reflexões de Blommaert aqui discutidas – de fatores.

Primeiramente, não é tarefa fácil e nem infalivelmente alcançável, por mais dedicados que sejamos, refletir sobre assuntos a nós contemporâneos fora das lentes ideológicas que, se não cegam, ao menos, deturpam – mesmo quando o fazemos cientificamente, ou seja, de forma muito mais rigorosa e atenta. Sobre os “acadêmicos translíngues”, então, recai não somente a herança modernista/colonialista, como, também, suas trajetórias históricas únicas. Ora porque finalmente têm suas vozes ouvidas, vindos dos países silenciados, como reflete Mignolo (2012) sobre os estudos subalternos e suas localizações geo-históricas, e, agora, quererem valorizar pequenas vitórias de seus conterrâneos e vizinhos históricos, os “vagabundos”; ora porque infelizmente sobre eles pesa o status de serem inelutavelmente europeus-ocidentais, e, portanto, de terem seus umbigos ocupando não só o centro do mapa-múndi, como muitas outras posições centrais, implicando-lhes, assim, a consciência da responsabilidade – senão culpa – de, como “turistas” altruístas quererem valorizar pequenas vitórias de seus longínquos e adventícios históricos, os “vagabundos”; em ambos os conjuntos (e infinitas particularidades que cada um dos dois oferece) esses teóricos entendem como a melhor estratégia a valorização de pequenos atos subversivos e insurgentes, mesmo que a ordem mundial não seja abalada, seguindo posicionamentos que historicamente já se mostraram ineficientes.

Lamentavelmente, entretanto, percebo que essas teorias acabam por se posicionarem na lanterna do farol dos afogados<sup>109</sup>, de onde o *nós* se coloca em vigília para

---

<sup>109</sup> <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/02/shocking-image-of-drowned-syrian-boy-shows-tragic-plight-of-refugees>

disparar o alarme acusando a invasão dos indesejados<sup>110</sup> “novatos” [*newcomers*]. Para relembra a reflexão de Blommaert exposta acima sobre *nós* e *outros* (BLOMMAERT, 2013, p. 5), “inserir” esses *outros* nas “próprias vidas” do *nós*, agora, mais complexas e diferentemente (des)organizadas por eles, não vem significando compartilhar, posto que a “inserção” não modifica o status estável desse *nós*. Por isso entre os informantes dos trabalhos acadêmicos sobre diversidade linguística não há o relato do europeu, nem do norte-americano. A classe altamente diversa é daqueles que são submetidos ao bi-multilinguismo e às imposições culturais – já que eles não têm nem direito de serem apenas tolerantes à diversidade<sup>111</sup>.

Em favor dessa classe, coloco-me pela *desinvenção* de categorias, seguindo as reflexões sobre as origens de nomes de línguas indianas, feitas por Makoni e Pennycook. Os autores ponderam que

embora seja interessante em um nível observar simplesmente que os nomes para essas novas entidades foram inventados, o ponto de maior significado é que esses não eram apenas nomes novos para objetos existentes [...], mas sim a invenção e nomeação de novos objetos. A nomeação performativamente chamou as línguas à vida. (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 10)

Assim, a ideia de língua como objeto contável e nominável tem, aí, sua estreia. Tal performance, entretanto, foi dirigida por um *modo de visar*, como sempre se é, de maneira a não ser esse o problema, mas, sim, a opacidade em sua pulsão originária a ponto de lhe encobrir a direção artística. Com “o status mítico das línguas [sendo] escondido pelo fato de termos nomes para elas” (MAKONI, 2012, p. 189), as relações assimétricas de prestígio entre línguas não só parecem mais naturais do que históricas, como também são baseadas em falácias de pureza. Se desejamos políticas linguísticas mais igualitárias, é necessário que lembremos que “todas as línguas são crioulas”, para partirmos da ideia de que “a história colonial e escravocrata dos crioulos deveria servir de modelo para análise de outras línguas. Ou seja, o que é visto como marginal ou excepcional é o que deveria ser usado para enquadrar nossos entendimentos da língua” (MAKONI E PENNYCOOK, 2007, p. 21).

A origem linguística está no monolinguismo a que se referiu Derrida (1996), é ele

<sup>110</sup> Ao contrário do que acredita nosso instinto de formar palavras por aglutinação, a origem do verbo inglês *welcome*, não é pelo advérbio “bem” [*well*], mas, sim, pela palavra “desejo” [*will*] com o verbo “vir” [*come*], que em inglês arcaico formavam o substantivo *wilcuma* e o verbo *wilcumian*. Influenciado pelo francês e pelas línguas nórdicas antigas, o “desejo” se transforma em “bondade”, hoje, em caridade – ou em oportunidade de negócios, como relataram alguns “migrantes qualificados” entrevistados por Canagarajah (2017, p. 23 e 24)

Cf. [https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/welcome\\_1?q=welcome](https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/welcome_1?q=welcome)  
<sup>111</sup> <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/fight-against-discrimination/promoting-tolerance/>

que faz “de cada língua algo como um indivíduo” (CASSIN, 2014, p. 15) multifacetado, que, pela tradução se desessencializa, mostrando “que, em vez de uma essência fixa, há interferências” (p. 19). A partir desse monolinguismo essencialmente múltiplo e crioulo que se deve agir frente aos indivíduos, afinal, “não falamos nunca senão uma só língua” e “não falamos nunca só uma língua”, ou ainda, “eu não tenho senão uma língua, (e, mas, ora) ela não é minha” (DERRIDA, 1996, p. 50). Faz-se, assim, o respeito profundo à pluralidade.

Como ser múltiplo e profundo se, de partida, já se é coibido? Não consigo celebrar o fluxo de ideias feito em uma língua em si já restrita. Uma língua “conceitual neutra” [*conceptuelle neutre*] (CASSIN, 2007a, p. 198), que ainda por cima, reduz as demais (o inglês, inclusive) à condição de dialetos a serem falados só em casa, ou entre os seus (CASSIN, 2009, p. 2). Cassin apresenta uma analogia com o modo de funcionamento da Wikipédia, que tem múltiplas línguas, “mas o consenso é seu modo de operação. Essa enciclopédia on-line, em que todos supostamente são livres para modificar ao longo de sua constituição, na verdade faz a *doxa* jogar contra o *ágon*, isto é, a opinião recebida contra o confronto de ideias” (CASSIN, 2007a, p. 199 – grifos da autora), o consenso é o Globish e as demais línguas são sotaques – ou erros, como o símbolo Tögethé® (CASSIN, 2007a, p. 201; NORTH, 2016, p. 69).

Percebo que o melhor ponto de partida não deveria ser a vontade de ganhar a discussão, mas, com a finalidade de que todos tenham suas histórias, culturas, línguas igualmente valorizadas, deveria ser a vontade de até perder a discussão, o fomento, a cátedra. Por isso que teorias que suavizem as negociações assimétricas de turno de fala, de alto posicionamento na escala do que se torna mobilizável – ou *translocável* – ou que celebrem maneiras truncadas de se expressar (ou seja, maneiras aquém de se pensar) não podem servir de contradiscurso para o que se é inculcado por meio do neoliberalismo.

## Capítulo IV

### Mecânica, Automática, Estatística, Neural: pedindo renomeação

Como vimos nos capítulos anteriores, a globalização chama ao palco a linguagem com papel protagonista, pedindo desta uma atuação unificadora e em grande escala, oferecendo ao inglês o posto de língua franca mundial. Concomitantemente, as traduções são apontadas como uma solução às comunicações transnacionais. Entretanto, como já mencionado anteriormente, não se vem adotando traduções, *per se*, mas “traduções” automáticas. Isso porque há três fatores que se impõem à tradução requerida pela globalização: ubiquidade, velocidade e custo. E é aí que as TIC entram de forma a descaracterizar o que o “mundo”<sup>112</sup> antes entendia por “traduzir”, de maneira a ser possível dizer que “apertar o botão ‘traduzir’ ou o link ‘traduzir esta página’ é mais do que um click, é uma mudança de paradigma” (CRONIN, 2013, p. 47). Mesmo que o autor da ação não confie 100% na precisão da semântica, da gramática, etc., seu ato de clicar foi um performativo<sup>113</sup>, tanto quanto “eu vos declaro marido e mulher”, transferindo a autoria, exercida outrora pelo tradutor, às máquinas. Disso não saímos surpresos, uma vez que até a autoria<sup>114</sup> da tradução humana é apagada pelo leitor, porém, a perplexidade, agora, está em perceber que o usuário não só concebe o processo tradutório como passível de tamanha simultaneidade, como passível de ser *performado* – dito e feito – pelas TIC. São elas, agora, que dizem. Elas, para ele, produziram um texto, e tudo o que isso implica, na língua que pediram e em segundos!

As TIC possibilitam o embuste do desaparecimento do tradutor do processo tradutório por completo, relegando a ele a função de revisor de máquinas, atividade essa que ainda é percebida como imprescindível. Digo “ainda” não por acreditar em um futuro em que os computadores exercerão traduções publicáveis sem necessidade de um bom processo de revisão, mas por lamentar o poder persuasivo das forças que assim o desejam. Percebo, dessa maneira, que as TIC instauram o paradigma da tradução “como uma forma de transferência instantânea de linguagem semelhante às sub-rotinas automatizadas do processamento digital” (CRONIN, 2013, p. 47). Tal paradigma se liga às três exigências, mencionadas acima, da

---

<sup>112</sup> Coloco a palavra *mundo*, usando o recurso de metonímia, e recorro às aspas, por não ignorar o fato de que há uma parcela enorme do mundo contemporâneo que não compartilha os hábitos do universo do consumo e dos centros urbanos, seja por afastamento geográfico ou socioeconômico.

<sup>113</sup> Cf. AUSTIN, 1976 [1962]

<sup>114</sup> Sobre este tema, Cf. RAJAGOPALAN, K. Traição versus transgressão: reflexões acerca da tradução na pós-modernidade. *Alfa*. São Paulo, n. 44 (n. esp.), p. 123-130, 2000.

globalização. O usuário terá “traduções” onde quer que esteja – desde que munido de um aparelho que hospede algoritmos<sup>115</sup> programados para esse fim, com a conectividade por ele exigida, por exemplo uma rede *wifi* –, sem precisar despender dinheiro com um profissional que o acompanhe, e na rapidez desejada. Ou seja, finalmente a língua poderá cumprir sua função instrumentalista com a plenitude tão almejada e propagada pelos mercadores de língua, como o Google<sup>116</sup>... mas, certamente, ela não sairá ilesa.

A ideia de traduções operadas por máquinas veio precisamente dessa falácia de que a língua é um instrumento abstrato e concreto – simultaneamente –, já que se fala de línguas, no plural, ao mesmo tempo em que se adiciona a essas um símbolo [*token*] para que, no aquário de sua base de dados, mãos mecânicas possam pescá-las entre ursinhos-de-pelúcia e línguas indexadas diferentemente. Por isso, para que possamos compreender melhor como, em suas entranhas, a ideia de uma possível automação da tradução está intimamente ligada à de uma língua franca, neste capítulo desenho a cronologia das traduções automáticas (TA) e das traduções automáticas assistidas por computador (TAC).

Essas nomeações, TA e TAC, incomodam por razões óbvias. Primeiramente, a etimologia<sup>117</sup> do adjetivo automático induz ao equívoco de que existe uma tradução que se move “por si só”, que não precisa ser animada por ninguém. Quando virmos em mais detalhes, ainda neste capítulo, saberemos que, até a presente data, nenhuma tradução – mesmo a tão promissora Tradução Neural – é feita inteiramente por algoritmos que se autoalimentaram – e não uso, aqui, um jogo de palavras para dizer, que, no final, foi o homem que tudo inventou, então, o computador não faz nada sem essa indispensável peça chamada *homem*<sup>118</sup>. Quanto às TAC, ainda que seja possível entender de que modo uma ação é “assistida por computador”, em nossos dias seria preciso ressaltar que uma conversa

---

<sup>115</sup> Algoritmos são um conjunto de regras e procedimentos, que dão instrução a uma máquina de como resolver um problema. Lévy apelida-o de “receita”, enfatizando que, no entanto, “nenhuma série de instruções pode desempenhar seu papel sem os três elementos seguintes: primeiro, uma codificação adequada dos dados; segundo, um conjunto bem definido de operadores ou funções reificadas que atuam como caixas-pretas; terceiro, um sistema de contêineres precisamente endereçados capazes de registrar dados iniciais, resultados intermediários e o resultado final” (LÉVY, 2015, p. 59), ou seja, embora os algoritmos sejam estritamente o “como fazer”, eles se tornam inúteis se, de partida, forem alimentados por dados ruins.

<sup>116</sup> <https://translate.googleblog.com/2012/04/breaking-down-language-barriersix-years.html>

<sup>117</sup> O termo automático, derivado do francês *automatique*, começou a ser empregado em português em 1844, vindo da junção da palavra *auto* (por si mesmo, espontâneo) e da palavra *ação* (atuação, obra, feito), ou seja, algo que se move por si mesmo. (CUNHA, 2007, p. 7 e p. 84)

<sup>118</sup> *Homem* é aqui usado seguindo a acepção de seu verbete no Grande Dicionário Houaiss, edição de 2017, que, mesmo “fruto de onze anos de revisão e incorporação de novos dados ao primeiro conjunto de textos lançado em 2001”, reitera e reverbera concepções retrógradas das quais, certamente, se serve o *Google Tradutor* (Cf. Anexo II), a saber: “1 [...] mamífero da ordem dos primatas, único representante vivente do gênero *Homo*, da espécie *Homo sapiens* [...] 2 a espécie humana; a humanidade [...]” Ao mesmo tempo, em que, o verbete *mulher* apresenta a seguinte acepção: “1 indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas [...]” <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>

telefônica é uma “comunicação assistida por computador”, ou que o pagamento de uma conta em um banco é uma “transação bancária assistida por computador”, etc. Isso porque, como elucidou Nicolas Froeliger, as práticas de tratamento de texto, contagem de palavras, corretor ortográfico “são tão parte do nosso universo que às vezes esquecemos seu caráter de ferramentas” (2013, p. 10). Deveríamos, então, recorrer ao termo “mediado”<sup>119</sup>? Mesmo assim, as questões continuariam muito parecidas. A rápida evolução dos sistemas computadorizados tende a causar esse efeito às tentativas de nomeações, uma vez que a primeira geração que testemunhou o surgimento desses sistemas ainda está entre nós e que as posteriores já não conhecem a vida sem esses robôs. Ou seja, o tempo que remete ao surgimento de máquinas de tradução é curto, mas da sensação histórica de seu surgimento quase não nos lembramos mais.

Importa aqui, então, não somente entender o digital entranhado no humano – e daí falar-se tanto em transhumanismo<sup>120</sup> – e, por consequência, em todas as suas práticas, mas, principalmente, entender as ferramentas projetadas especificamente para a ação de traduzir – de forma profissional ou leiga. De maneira que será necessário compreender qual era a intenção dessas nomeações, voltando-nos ao momento de suas primeiras implementações.

#### **4.1 A formação das nuvens: meteorologia histórica**

A ideia de traduzir as línguas por decodificação a partir de uma base universal não nasceu com a vontade de criar computadores que fizessem esse serviço. John Hutchins e Harold Somers compreenderam que a sugestão de um dicionário mecânico, já no século XVII, tanto por Descartes quanto por Leibniz, tinha como motivação a descoberta de uma “linguagem universal” capaz de impedir mal-entendidos entre os diferentes povos. O sonho do universalismo linguístico provocou, também, a aparição de línguas internacionais nos séculos subsequentes, bem como de um dispositivo tecnológico, embora feito em papel, para encontrar equivalentes de qualquer palavra em outra língua já nos anos 1930 (HUTCHINS E SOMERS, 1992, p. 5).

---

<sup>119</sup> Acredito que podemos extrapolar as asseverações de Baudrillard a respeito da dissolução do real, utilizando-as para descrever a nossa sociedade não-mais-assistida por computadores, por não podermos mais distinguir o *médium* da realidade, por ele ser “inapreensível, difuso e difractado no real” (BAUDRILLARD, 1991, p. 44), por não haver mais mídia “no sentido literal do termo (...) isto é, instância mediadora de uma realidade para outra (...). Médium e real são a partir de agora uma única nebulosa indecifrável na sua verdade” (p. 108).

<sup>120</sup> Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-4747174/Transhumanism-lead-immortality-elite.html>. Acesso em: 18 de out. de 2017

Tal quimera, entretanto, carrega em si uma armadilha: a dificuldade de se distinguir entre os adjetivos *perfeita* e *universal*, de tal maneira que ambas acabam servindo de referência tanto à capacidade plena de refletir a essência das coisas, como à possibilidade de haver uma língua falada por todos (ECO, 2010, p. 101). Talvez por isso o matemático norte-americano Warren Weaver, tido como o fundador<sup>121</sup> das TA, tenha expressado seu descontentamento com a diversidade linguística, nas seguintes palavras: “não há necessidade de mencionar o fato óbvio de que uma multiplicidade de línguas impede o intercâmbio cultural entre os povos da terra e é um grande estorvo para a compreensão internacional” (WEAVER, 1949, p. 1). A busca do matemático pela língua universal capaz de eliminar esse “estorvo” levou-o a consultar um amigo linguista sobre uma possível solução por meio das máquinas:

não sabendo nada de oficial, mas tendo chutado e inferido bastante sobre novos e poderosos métodos mecanizados de criptografia – métodos, esses, que, acredito eu, terão sucesso, mesmo quando não se sabe em qual idioma foi codificado –, a gente naturalmente se pergunta se o problema da tradução poderia ser tratado como um problema de criptografia. Quando eu olho para um artigo em russo, eu digo "Isto é realmente escrito em inglês, mas foi codificado em alguns símbolos estranhos. Vou agora decodificá-los".  
 Você já pensou nisso? Como um linguista e especialista em computadores, você acha que vale a pena pensar? (WEAVER, 1947, p. 1)

Essas ideias, mesmo que pareçam distantes do que vieram a se tornar as TA, estão na base de cada ferramenta ou extensões *plug-in* destinadas a fazer do computador o ator e autor da tradução. Para construir essas bases, projetou-se e imaginou-se um mundo em que fosse possível a conversa entre essências capazes de intercambiar suas verdades que teriam sido, por fim, decodificadas. Caminhemos, então, por esse paradigma, para tentar aprender como quebrar seus códigos e infectar seu DNA com o vírus das complexidades linguísticas, a fim de fazer que essas inteligências funcionem para promover a diversidade linguística e não um “multilinguismo uniforme” [*uniform multilingualism*] (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017).

Armemo-nos para que nessa luta, não sucumbamos. Adentremos esse território com o propósito de iniciar a infecção desse paradigma, a partir do que formula o linguista, quase matemático, William Frawley, que diz que a tradução é mais bem pensada não por “decodificação”, mas por “recodificação”. Para o autor, “uma teoria de tradução é um

---

<sup>121</sup> O pesquisador russo Petr Smirnov-Troyanskii, uma década antes de Warren Weaver, propôs uma tradução mecânica complexa, feita em três estágios – embora tenha patenteado apenas o segundo –, em que frases eram submetidas à análise, transformavam-se sequências de língua-fonte em equivalentes em língua-alvo, para, por fim, produzir um texto nesta última língua. Além de não ter feito a patente para o processo completo, outro fator que não lhe permitiu ser conhecido como o fundador da TA foi que, sendo russo, não podia ser nem norte-americano e nem europeu. (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p.5).

conjunto de proposições sobre como, por que, quando, onde (...) os elementos codificados são processados em outros códigos” (FRAWLEY, 2004, p. 251). Precisamos, diante disso, desvelar essas proposições a respeito dos sistemas computacionais desenvolvidos para executar traduções. Começamos pelos “como”, “por quê?”, “quando” e “onde” desse paradigma.

## 4.2 Irmãos separados ao nascer

A história da TA, como a conhecemos hoje, teve seu início após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos e a antiga URSS tentavam ter acesso à tecnologia de foguetes da Alemanha e, assim, um país passou a espiar o outro (BIAU GIL E PYM, 2006, p. 16), recorrendo aos computadores para quebrar e interceptar códigos. Essa ideia inspirou Warren Weaver, na época presidente da Fundação Rockefeller, e o cristalógrafo<sup>122</sup>, da Universidade de Londres, Andrew D. Booth a aplicarem sistemas similares em traduções automáticas, sendo, então, a primeira vez que os computadores tiveram aplicações não-numéricas (BOITET, 2003, p. 99; CHAN, 2015a, p. 3; LIU E ZHANG, 2015, p. 105).

Weaver contratou colegas, principalmente dos EUA, mas também de outros países, sendo recebido com um entusiasmo que logo se propagou. Em pouco mais de uma década, já existiam grupos de estudos, independentes entre si, em vários países (HUTCHINS 2000b, p. 17–20). Os três primeiros sistemas de tradução automática, à época chamados de “tradução mecânica”<sup>123</sup> [*mechanical translation*] (GARCIA, 2015, p. 70), foram o *Georgetown-IBM*, em 1952 nos EUA, depois *FR-I*, em 1954 na Rússia e, no mesmo ano, no Reino Unido, a Universidade de Cambridge construiu um sistema experimental para o par francês-inglês (CHAN, 2015a, p. 24). Tendo em vista os países e as línguas que se colocam na *pole position*, prontamente se faz perceptível a ligação – que ficará cada vez mais patente ao longo do presente capítulo – entre “máquinas-de-decodificação-linguística” e disputas por poder.

Como a tecnologia era ainda bem incipiente, a impressão de que qualquer um poderia sair vencedor nessa corrida fez com que a multiplicação desses centros de estudos chegasse, em apenas quinze anos de vida, à média de mais de um centro aberto por ano. Em 1965, EUA, Rússia, Reino Unido, China, Japão, a extinta Tchecoslováquia, França,

<sup>122</sup> Talvez sua profissão o ajudasse a ver as coisas de forma mais clara ou... repensando, mais refratada.

<sup>123</sup> Embora não tenha sido antes de 1960 a primeira vez que se falou em “tradução por máquina” (*machine translation*, no inglês), deixando de lado a nomenclatura “mecânica” (HUTCHINS, 2006, p. 1), esta tese seguirá a tendência dos Estudos de Tradução que, mesmo fazendo referência ao período anterior a 1960, recorre à nomenclatura mais atual, que, em português, convencionou-se chamar de *tradução automática*.

Alemanha, cada um desses países abrigava ao menos um dos 18 centros existentes (CHAN, 2015a, p. 4).

### 4.3 Primeira geração

O entusiasmo e o otimismo dos pesquisadores contagiavam governos e universidades. Já em sua primeira década de vida, os investimentos financiavam testes em três diferentes abordagens de TA, a saber, tradução direta, abordagem de transferência e abordagem de interlíngua. Cada abordagem, primordialmente desenvolvida por engenheiros e matemáticos (HUTCHINS, 2000), refletia uma ideia do que as equipes entendiam por língua.

Na maioria dos centros de pesquisas, como o do grupo de Georgetown, por exemplo, adotava-se a tradução direta, que é um sistema que segue as regras da gramática tradicional, sem compilações abstratas e operações de desambiguação linguística. Parte-se de uma pequena análise morfológica e sintagmática – embora muitas vezes se deixe de lado a fase da análise – para um trabalho palavra-a-palavra, e uma reorganização sintática, de acordo com a estrutura de superfície da língua alvo (EBERLE, 2012, p. 2939). No grupo do MIT, também nos EUA, por exemplo, trabalhava-se com transferência sintática – existiam, além dessa, a transferência semântica. Basicamente, o que ocorria era uma análise das diferenças sintáticas contrastivas entre as línguas em questão, seguida da conversão da língua-alvo nas representações sintáticas da língua-fonte, e, assim, a produção do texto nessa nova língua, mas com sintaxe estrangeira (KWONG, 2015, p. 571). O terceiro tipo de abordagem, ainda nessa primeira década, era a interlíngua. Na época, embora nenhum grupo norte-americano desenvolvesse projetos em torno desse tratamento linguístico computacional (HUTCHINS, 2015, p. 120-122), em outras partes do mundo, como a Europa, a interlíngua ganhou destaque e prestígio, originando o que hoje é tido como a “galinha dos ovos” de ouro do Google Tradutor – como veremos nas últimas seções deste capítulo.

Um dos grupos mais influentes de pesquisa em TA, o CETA (*Centre d'Etude pour la Traduction Automatique*), da Universidade de Grenoble, foi também pioneiro em interlíngua. Esse grupo francês trabalhava com uma "língua pivô" para a análise semântica de cada par e com o sistema de transferência para a análise sintática baseada na noção de “estrutura profunda” de Chomsky – mas não exclusivamente com ela (HUTCHINS, 1986, p. 140). As três abordagens, entretanto, podem ser representadas em um mesmo triângulo desenvolvido por Bernard Vauquois (Fig. 4), diretor do CETA, em que todas têm uma fase de

análise, transferência/tradução e produção/síntese (FORCADA, 2010, p. 218-219; HUTCHINS, 1986, p. 35)

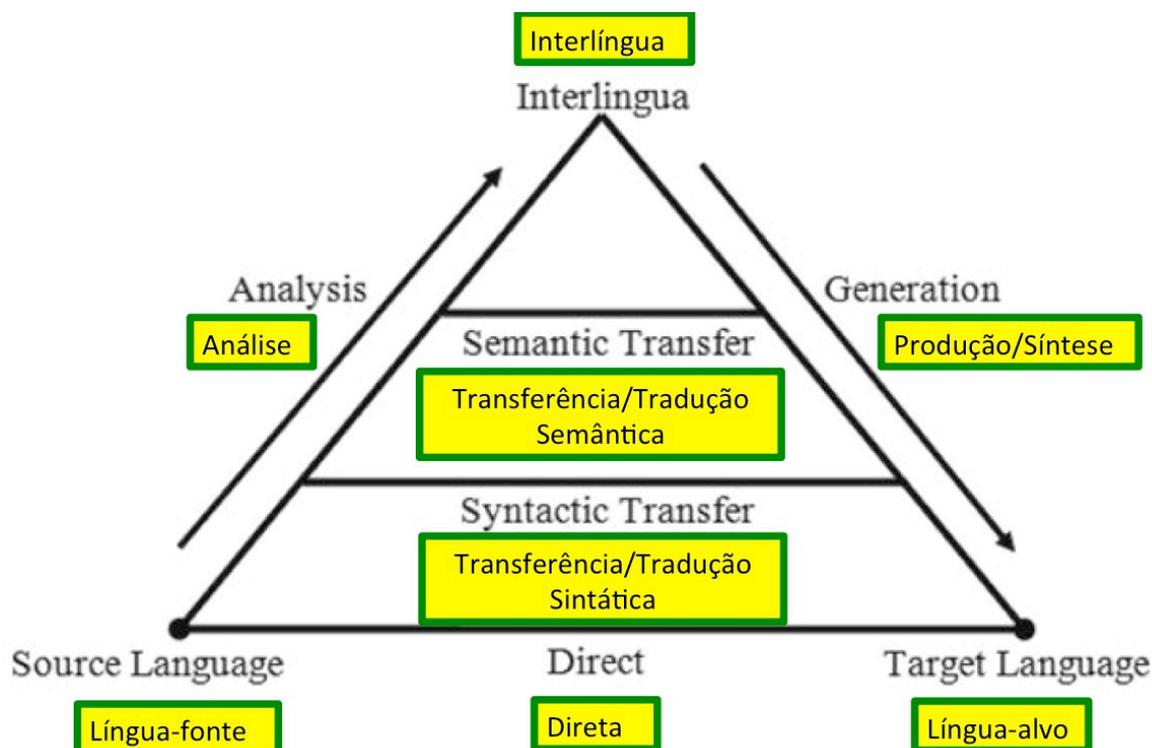


Fig. 4: Triângulo de Vauquois - (VAUQUOIS, 1968, p. 254-260, citado por LIU E ZHANG, 2015, p. 110)

Cada vértice é ocupado por um “tipo” de língua. A fonte e a alvo ficam nas extremidades da base do triângulo e a interlíngua ocupa o topo da pirâmide. As abordagens são representadas por linhas horizontais dispostas dentro da pirâmide, paralelamente à sua base. Parte-se do que Vauquois via como o mais simples para se chegar ao mais complexo: direta, depois transferências sintáticas e semânticas, até alcançar o topo, a já mencionada interlíngua. Os lados da equilátera forma geométrica representam as três etapas de tradução.

O engenheiro computacional Markus Saers (2011, p. 11), da Universidade de Hong Kong, desmembrou o triângulo, em quatro, deixando mais evidentes as formulações que envolvem cada abordagem, recorrendo ao tracejado para mostrar quais etapas não estão presentes em cada uma das três abordagens aqui discutidas. Vejamos a Figura 5.

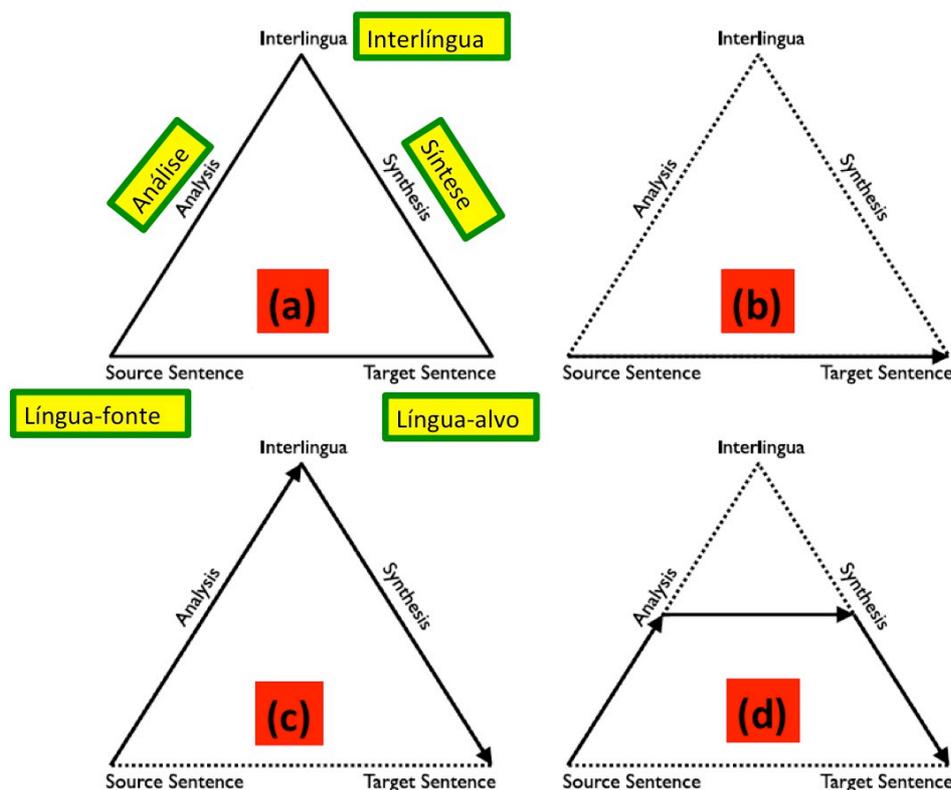


Fig. 5: (a) Triângulo de Vauquois; (b) Tradução Direta; (c) Interlíngua; (d) Transferência

Embora as pesquisas fossem otimistas e promissoras (HUTCHINS, 2000), o filósofo e matemático, judeu-austriaco, Bar Hillel, que dirigia o grupo do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e que foi também o primeiro pesquisador remunerado de *TA* por período integral (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 6), publicou já em 1951 um veredito que pode ter mudado o curso das pesquisas – ou ao menos dos investimentos. O autor afirmava que a "tradução mecânica totalmente automática, ou seja, aquela sem intervenção humana entre a entrada do texto estrangeiro no aparelho de leitura do tradutor mecânico e a leitura de sua saída, é realizável apenas à custa da imprecisão" (BAR-HILLEL, 1951, p. 229), reiterando, anos mais tarde, que o factível seriam traduções totalmente automáticas, mas de baixa qualidade, ou, para uma qualidade maior – ou alta – seria preciso pensar em traduções parcialmente automáticas (BAR-HILLEL, 1960, p. 27).

Outros teóricos da época, de outras universidades, chegavam às mesmas conclusões (HUTCHINS, 2000), e talvez por isso, em 1963, a CIA tenha parado de patrocinar o grupo de pesquisa de Georgetown e, logo em seguida, a Fundação Nacional de Ciências (NSF) dos EUA tenha decidido organizar o Comitê Assessor de Processamento Automático das Línguas (ALPAC). Não foi antes, porém, de 1966 que o governo norte-americano se posicionou quanto aos altos investimentos feitos em *TA*. O relatório final publicado pelo ALPAC, divulgando avaliações desmotivadoras, apontava que a *TA*, além de ser mais lenta e

menos precisa, apresentava custos mais elevados; na verdade, a tradução feita por TA seria, à época, duas vezes mais alta do que a feita por um tradutor humano (SOMERS, 2011, p. 428). Por conseguinte, os pesquisadores do ALPAC, em uma carta anexada ao estudo, antecipam que as recomendações e as conclusões finais do relatório poderiam

constituir a base para mudanças úteis no apoio à pesquisa visando aumentar a compreensão de um fenômeno de importância vital – linguagem e desenvolvimento voltados para a *melhoria da tradução humana*, com um uso apropriado das *máquinas auxiliares*. (ALPAC, 1966, p.iii – grifos meus)

– reiterando as asserções feitas por Bar Hillel, anos antes, relatadas acima.

A publicação do relatório, deu início ao que alguns pesquisadores chamaram de “anos de purgatório” [*years of purgatory*] (BOITET, 2000, p. 331) para as TA, já que a má avaliação abalou muitos investimentos, principalmente do governo dos EUA. O negativismo, entretanto, não esmoreceu todos os pesquisadores, que enxergavam o relatório e seu veredito como manobras políticas. David Hays, considerado o pai da linguística computacional já vociferava, por exemplo, que o relatório seria usado como uma “desculpa para retirada de fundos” (KAY, 2000, p. 167); outros, como o linguista computacional britânico Martin Kay, simplesmente resumiam suas avaliações com descaso: “O que ele [o relatório] dizia, em essência, era que tradução mecânica poderia ser construída somente por meio de um fundamento teórico mais sólido do que a ciência da época poderia prover” (p. 167).

Assim, seguindo as previsões de Hays, muitos institutos, sem patrocínio, abandonaram por completo a ideia de usar computadores para fazer traduções sem interferência humana, iniciando, então, uma década calma e silenciosa para as traduções automáticas. Com o fim dos investimentos, alguns pesquisadores que viam futuro para a TA se abrigaram em países onde os recursos não parariam, como o húngaro Peter Toma dos grupos de estudos de Georgetown, depois de 12 anos na Califórnia e tendo já supervisionado a sede do Pentágono (VASCONCELLOS, 2000, p. 94), encontrou na Alemanha possibilidades de continuar a elaborar seu sistema que veio mais tarde a se tornar um dos mais conhecidos e usados no mundo todo – e até pelo próprio governo norte-americano, como veremos abaixo – e a se chamar SYSTRAN<sup>124</sup> (TOMA, 2000, p. 141). Alguns países de cenários e necessidades bem particulares como Canadá, China, Japão e os da Europa ocidental, ao contrário do resto

---

<sup>124</sup> Há uma controversa quanto à parcela de participação de Peter Toma no desenvolvimento do sistema predecessor do SYSTRAN, o SERNA, da Georgetown. Para essa discussão, Cf. John W. Hutchins (1986), Peter Toma (2000) e Michael Zarechnak (2000)

do mundo, mantiveram suas pesquisas em tradução inteiramente automática (SOMERS, 2011, p. 428 ; CHAN, 2015a, p. 25).

Nos EUA, entretanto, em relação à TA, não só os fundos foram suspensos, como também não houve nenhum redirecionamento para as traduções parcialmente automáticas, como havia sido recomendado. Esse cenário é ainda pior quando percebemos que, concomitantemente, houve inúmeros cortes provenientes da aprovação da ementa de Mike Mansfield, que proibia a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA) de investir em pesquisas que não tivessem ligação direta com missões específicas do órgão, ou seja, que não fossem exclusivamente militares (DECAMP e ZETZSCHE, 2015, p. 378). O investimento nessas pesquisas ficou então a cargo de empresas particulares (SOMERS, 2011, p. 429).

Foi assim que Peter Toma conseguiu, finalmente, desenvolver seu sistema, o SYSTRAN, cuja performance chamou atenção das forças aéreas norte-americanas, que passaram a adotá-lo em 1970 (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 176). Em 1974, era a *NASA* que implantava o mesmo sistema para o projeto de Apollo-Sojuz (HUTCHINS, 2000a, p. 12); em 1976, após uma demonstração com o par francês-inglês, o sistema de Toma começa a desenvolver para a Comissão Europeia diversos pares de língua e, em 1978, amplia seu mercado, passando a traduzir os manuais da Xerox (LIU e ZHANG, 2015, p. 107). Nessa mesma época, na Universidade do Texas, o METAL, do Centro de Pesquisa Linguístico, era patrocinado pela empresa Siemens de Munique (CHAN, 2015a, p. 25), que mais tarde também subsidiou o sistema LOGOS (LEHMANN, 2000, p. 162). Diferentemente das preocupações militares, os patrocínios privados atendiam às visões de expansão econômica, por isso a importância de um mecanismo que fosse ao encontro das necessidades das principais línguas do mercado – o maior número possível dessas línguas –, na maior velocidade.

A partir do início da década de 1970, então, o estudo em TA ganha um novo fôlego financeiro, tornando-se onipresente, de forma a ser encontrado em inúmeras outras áreas: linguística formal e estrutural, semiótica, semântica lógica, linguística quantitativa, entre outras. (HUTCHINS, 2015, p. 122). De forma que as pesquisas em TA, a partir desse momento, passam a ser altamente permeadas por complexidades linguístico teóricas, distanciando-se do que se praticava até antes do relatório de 1966. Por isso as ideias simplistas e as metodologias rasas (KIT e WONG, 2015, p. 214) da tradução direta, cujas representações do texto eram sempre lineares, isto é, desenvolvia-se uma relação binária entre as palavras para cada ocorrência (BOITET, 2000, p. 333), não sobrevivem ao que a teoria chama de “primeira geração” das TA (CHAN, 2015), sendo, então, substituídas por programas

de formulações mais elaboradas, não excluindo as já existentes traduções indiretas. E é assim que tem início a “segunda geração” de TA.

A “segunda geração”, portanto, irrompe banhada em um mar certamente mais revoltado do que aquele em que navegava a geração anterior. Isso porque ao mesmo tempo em que se beneficiava do impulso econômico de um mercado com ânsia de internacionalização, tinha em seu calcanhar o protocolo do relatório da *ALPAC*, que categoricamente dizia não haver qualquer perspectiva imediata ou previsível para a existência de uma máquina de tradução que fosse útil (ALPAC, 1966, p. 32). Uma saída, então, foi a canalização – ou camuflagem – dos investimentos para ferramentas que auxiliassem as traduções humanas.

#### 4.4 O (des)propósito do emaranhado das TA(C): segunda geração

O grupo CETA de Grenoble exerce papel central e catalisador nos estudos da época, trazê-lo para o primeiro plano significa, então, entender a evolução que acompanhamos nos dias de hoje. À frente do grupo, estava o, já mencionado, astrônomo-matemático, cientista da computação e especialista em programação de línguas (GROSS, 2000, p. 325), Bernard Vauquois, “talvez o indivíduo mais influente na história das pesquisas em TA pós-ALPAC” (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 221), quem se dedicava obstinadamente à compreensão das tecnologias de tradução automática.

Vauquois entendia que, para que as TA funcionassem, era necessário parar de se pensar em decodificações e se ater a compilações (BOITET, 2000, p. 334), então, no início dos anos 1960, o pesquisador propôs o funcionamento do uso de regras sem contexto, inspirado pelas normas de Chomsky, para descrever a sintaxe das línguas a serem analisadas (p. 333), construindo um sistema de tradução indireta, em que recorria à “transferência” e a uma “interlíngua híbrida” (p. 335), focando em compilações. O que o pesquisador francês propunha era chegar a uma universalidade, para diminuir o trabalho com *transferência* para cada par construído, daí recorrer, também, a uma “língua pivô”, porém, “híbrida”. Isso porque os itens lexicais eram transferidos em sua tradução, funcionando como em um dicionário bilíngue (p. 333-335), explicado por John Hutchins:

A ‘língua pivô’ do CETA [...] era um formalismo para representar as propriedades lógicas das relações sintáticas. Não era uma interlíngua pura, já que não fornecia expressões na interlíngua para os itens lexicais; esses eram traduzidos por um mecanismo de transferência bilíngue. A análise sintática produzia primeiramente um representação de estrutura frasal (sem contexto), depois adicionava relações de dependência, e, finalmente, uma representação em ‘língua pivô’ em termos de predicado e argumentos. Depois de substituir

lexemas na língua alvo (francês), a árvore da ‘língua pivô’ era convertida primeiro em representação de dependência e, depois, em uma estrutura frasal para gerar sentenças em francês. (HUTCHINS, 2015, p. 124)

Um dos trabalhos que, também, recorreu à abordagem de transferência sintática e interlíngua, foi o projeto TAUM, do grupo da Universidade de Montreal, que elaborou dois sistemas: Météo e Q-system. O Météo trabalhava com vocabulário restrito e sintaxe limitada, na tradução de relatórios de previsões meteorológicas para o público (CHAN, 2017, p. 266) – obtendo resultados impressionantes: em 1976, 7.500 palavras em traduzidas por dia, e em 2001, 30 milhões por ano (LIU e ZHANG, 2015, p. 107). O segundo sistema, Q-system, trabalhava com interlíngua, que, no caso, era uma “metalíngua computacional” [*computational metalanguage*] (p. 107).

A interlíngua foi uma abordagem adotada por vários outros grupos que, seguindo os estudos de Vauquois, construíam uma língua artificial com morfologia e sintaxe próprias (HUTCHINS, 2015, 2000 e 1986). Em meados de 1970, entretanto, ela foi perdendo prestígio, por várias razões, dentre elas, o descontentamento dos pesquisadores com o fato de que a existência de uma “língua pivô” apaga o rastro da língua-fonte que foi utilizada para uma formação específica que gerou uma dada tradução na língua-alvo (HUTCHINS, 2015, p. 124). Vauquois passou a enxergar as “línguas pivôs” como uma “panaceia” (BOITET, 2000, p. 342), cessando, por isso, sua utilização.

O pesquisador francês, na verdade, não mais queria que seu sistema traduzisse a partir de modelos de análise limitados às particularidades de cada par linguístico; seu objetivo era alcançar fórmulas mais modulares que funcionassem para qualquer língua-fonte, daí pensar em modelos de transdução (p. 337). Em linguística computacional, transdução é entendida como uma *relação* (e não uma função) entre línguas, a partir da ideia de “significar o mesmo que”, havendo para cada sentença mais de uma tradução possível – e sempre, ao menos, uma “tradução possível” (SAERS, 2011, p. 35). O sistema precisa não só aprender o conjunto dessas possibilidades de traduções, como também aprender a avaliá-las, de forma a ser capaz de realizar uma transdução, ulteriormente, em um último estágio e sem supervisão, diante de uma nova sentença-fonte. Nessa direção, seus desenvolvedores realizam operações de treinamento da máquina, por meio de exemplos de traduções (de boa qualidade) armazenadas em seus bancos de dados. Tais treinamentos são, na verdade, testes em que as performances dos sistemas são avaliadas, e, a depender da pontuação recebida, os algoritmos aprendem quão mais perto estão de uma “aproximação aceitável” para que ocorra a transdução. Diz-se, portanto, que “na visão de transdução da tradução automática, os

exemplos constituem uma amostra da verdadeira transdução que desejamos que seja aprendida e o aprendizado torna-se a busca de uma boa aproximação dessa verdadeira transdução”, como descreve Markus Saers (2011, p. 11).

Essa visão de tradução explorada por Vauquois informou a maioria dos estudos dos grupos de pesquisas que atuavam em TA naquela época. Arraigava-se, assim, a visão de que as traduções automáticas poderiam, realmente, vir a desempenhar papéis de tradutores humanos capazes de armazenar exemplos, levantar conjecturas e fazer escolhas, delineando-se um novo paradigma.

Nos anos 1980, a segunda geração do grupo da Universidade de Grenoble – rebatizado de GETA<sup>125</sup>, nessa época – apresenta o sistema ARIANE, abandonando a interlíngua. Conforme as percepções de Vauquois, expostas acima, desta vez o sistema francês mostra-se flexível e modular, conseguindo abranger vários níveis e tipos de representação em estruturas de árvores (de dependência e constituintes), com transferência em duas fases (lexical e estrutural), seguindo uma concepção multilíngue de gramáticas estáticas e dinâmicas, com algoritmos capazes de manipular tais representações (LIU e ZHANG, 2015, p. 108; HUTCHINS, 2015, p. 124; HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 222-223).

O projeto francês, impressionantemente performativo, influenciou uma geração inteira na Europa, na América do Norte e na Ásia. Na Alemanha, por exemplo, seguindo a organização modular de ARIANE, o sistema que alcançou maior destaque foi o SUSY<sup>126</sup>, desenvolvido pelo grupo da Universidade de Saarlandes, em Saarbrücken, entre 1972 e 1986 (CHAN, 2015a, p. 25). O SUSY mantinha o foco nas estruturas profundas das línguas (LIU e ZHANG, 2015, p. 108), com nível de modularidade altíssimo, permitindo alterações em “algumas partes dos processos de análise e de síntese, enquanto retinha outras partes de versões anteriores, tanto para incorporar novas ideias e abordagens linguísticas, quanto para adaptar os módulos de análise de um par de línguas a outro diferente” (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 192). Fora da Europa, no Japão, também foi influenciado pelo grupo GETA o Mu System (baseado em análise gramatical e representação em árvore – LIU e ZHANG, 2015, p. 108), sob a direção de Makoto Nagao, em Kyoto.

Voltando à Europa, também deve muito ao ARIANE (EBERLE, 2012, p. 2939) o sistema que acabou sendo o mais conhecido da época, o EUROTRA, da Comunidade Europeia (antiga União Europeia). Esse sistema, por meio de transferência, fazia combinações em diversos níveis: informações lexicais, lógico-sintáticas e semânticas, alcançando um alto

<sup>125</sup> Cf. HUTCHINS e SOMERS, 1992; HUTCHINS, 2000; CHAN, 2015.

<sup>126</sup> Para maiores detalhes de seu funcionamento, Cf. HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 191-205.

grau de abstração, com o objetivo de tornar possível a tradução entre todas as línguas da Comunidade nessa época e, conseqüentemente, substituir o SYSTRAN, considerado inerentemente limitado, por ser um sistema de abordagem de tradução direta (HUTCHINS, 2015, p. 124). O EUROTRA antecipou uma tendência de estudos da segunda metade dos anos 1980 – após a morte de Vauquois (BOITET, 2000): a retomada da interlíngua e a exploração de algoritmos provenientes dos Estudos de Inteligência Artificial (IA) (HUTCHINS E SOMERS, 1992, p. 7-8). Essa combinação, na verdade, foi sendo mantida enquanto o campo de IA não alcançava os avanços tecnológicos de que necessitavam para que, finalmente, os computadores viessem se tornar “autodidatas” [*self-taught learning*] e para que, finalmente, os humanos pudessem confiar nas máquinas para a execução de atividades “não-etiquetadas” [*unlabeled*] (GOOGLE, 2012).

Nessa direção, diferentes grupos passam a se interessar pelos avanços possíveis que a Inteligência Artificial parecia permitir. A empresa de *software* BSO de Utrecht desenvolveu o sistema DLT (Tradução de Língua Distribuída) em 1987, após passar por muitas evoluções, desde seu protótipo baseado em regras até se transformar em um sistema baseado em corpus. O nome do sistema, “língua distribuída”, vem de sua organização em redes de computadores. Cada terminal trabalhava com uma única língua, logo, a primeira e a última etapas (análise e síntese) eram feitas em terminais diferentes. A “língua pivô”, encarregada da fase intermediária, era o que circulava de um terminal ao outro. O grupo de pesquisadores do DLT, portanto, elegeu uma forma modificada de esperanto que agisse como interlíngua, a fim de reduzir a quantidade de pares de tradução – como faz o uso de qualquer outra “língua pivô” (PING, 2009, p. 163) –, com a vantagem de poder ser codificado compactamente devido a sua regularidade e baixo nível de ambigüidade quando comparado a outras línguas (VAN DER BEEK e VAN DEN BOSCH, 2015, p. 355-356). Isso porque os pesquisadores envolvidos não acreditavam que era possível fazer uma língua inteiramente artificial baseada em algoritmos, que fosse mais explícita que a linguagem humana. Contrariamente a outros posicionamentos, defendiam que “uma interlíngua pode ser tão explícita e tão rápida como uma língua humana somente se tiver o caráter de uma ‘linguagem humana’” (HUTCHINS E SOMERS, 1992, p. 298) – anos mais tarde, fato defendido também pela empresa Google, daí a justificativa de adotar o inglês, que para servir como *esse* esperanto, a “língua inglesa” do Google, também passou por um processo de desambigüação.

A retomada da interlíngua, independentemente do tipo de embasamento da TA (em regras, em conhecimento, etc.), defende a existência de uma tradução em que não seja necessário haver contato direto entre uma língua-fonte e outra língua-alvo. Essa “língua

intermediária” substituiria a língua do texto a ser traduzido e representaria, semanticamente, todas as línguas-fonte de um dado sistema de TA, tendo que ser, portanto – talvez por um milagre tecnológico –, “independente” e “neutra” linguisticamente. Segundo o engenheiro de *software* Melvin Johnson e sua equipe de Googlers (JOHNSON ET AL., 2016), ao contrário do que a história conta, a maioria dos programas que recorreram à interlíngua – nessa época – não conseguiram desenvolver um sistema que atendesse a mais de um par de línguas ao mesmo tempo, o que seria, de acordo com a equipe de pesquisadores, o grande desafio, mas também a grande vantagem – caso tal sistema produzisse resultados confiáveis para todas as suas línguas. A teoria, nessa direção, defende que “interlínguas devem lutar para atingir universalidade no léxico e na estrutura, pode-se até dizer que devem se esforçar para atingir o ‘significado’ do texto” (HUTCHINS E SOMERS, 1992, p. 118). Essas colocações, por mais absurdas que possam parecer, povoam as teorias de TA presentes nos Estudos de Tradução até os dias de hoje, e, quando questionadas, as perguntas giram em torno de qual seria, então, a melhor representação: “linguagem natural, artificial ou lógica” (PING, 2009, p. 163)?

Na busca pela resposta de como melhor “representar” esse significado dos textos, diferentes pesquisas, tanto da área de inteligência artificial quanto da linguística computacional, uniram-se (KOEHN, 2010, p. 17) e as abordagens “orientadas para o significado” [*meaning-oriented*] foram crescendo. O Centro de Tradução Automática da Universidade Carnegie Mellon (CMU), da Pensilvânia, desenvolveu nos anos 1980 o KBMT-89, que deu origem ao sistema KANT (NYBERG ET AL., 1997). Esse sistema, ao contrário dos expostos acima, rompe completamente com as análises linguísticas, entregando-se, sem reservas, à ideia de “representações de conteúdos”, passando por dois estágios: primeiro o sistema analisa o texto-fonte produzindo um texto em uma linguagem formal que não seja dependente de nenhuma língua particular, chamada de interlíngua, de acordo com um domínio semântico textual específico; depois, recorrendo à sintaxe e ao léxico da língua-alvo, produz a síntese (NIRENBURG, 1989, p. 6; NIRENBURG E GOODMAN, 2003, p. 282).

Como podemos notar, *significado* é, aqui, claramente entendido como um produto tangível e imutável, e a equação que nos leva a ele tem como variável os diferentes domínios de conhecimento e como constante a independência em relação às línguas naturais. Enxergar o significado como uma entidade, por assim dizer, não só vai contra tudo o que expus nos capítulos iniciais desta tese, como exclui o leitor do processo criativo e reflexivo da leitura (CHARTIER, 1999), além de contradizer teorias do século XIX, amplamente difundidas nas ciências humanas – afora as linguísticas (aplicadas ou não) –, como as descobertas de Frege, mencionadas por Rajagopalan, por meio das quais chega-se à conclusão de que não tem como

estabelecer um contato direto entre a palavra e a coisa, [percebendo-se] que a tão-condenada “opacidade” da linguagem [...] não é um mal que deve ser evitado; mas a condição natural e própria da linguagem, em todas as suas manifestações e empregos, que por sua vez, longe de ser um mero veículo encarregado de transporte dos significados, cheio de artimanhas e comportamentos imprevistos, é quase sempre resistente ao mando do seu usuário. A linguagem, em outras palavras, não é mais um simples instrumento, mas um fenômeno poderoso em si, alheio à vontade humana e, frequentemente, às suas intenções (e pretensões) conscientes. (RAJAGOPALAN, 1996, p. 112-113)

Muitos idealizadores de sistemas de TA buscam, então, elaborar sistemas que visem à extração desse significado reificado. Para esses, a tradução é vista como “uma paráfrase, só que de um tipo especial; nesse tipo, são usados os meios lexicais, gramaticais e prosódicos de uma língua diferente” (NIRENBURG e GOODMAN, 2003, p. 291). Seguindo tal lógica, passa-se a argumentar que os sistemas deveriam ser baseados em representações “não-linguísticas” com foco em compreensão, partindo da premissa de que significado e entendimento são universais e comuns a todas as pessoas, falantes de quaisquer línguas (HUTCHINS e SOMERS, 1992, p. 125).

Essas percepções lançaram os alicerces necessários para o engatinhar de uma mudança de paradigma nos estudos de TA e de processamento automático de língua, que deixavam de insistir em apreensão de regras linguísticas para o desenvolvimento de seus sistemas computacionais. Nessa direção, o aumento exponencial da capacidade de armazenamento dos computadores foi o elemento basilar para a execução de programas que dependessem de acesso e recuperação de um grande corpus linguístico, permitindo o surgimento de sistemas de tradução por meio de levantamento estatístico de dados, sem a necessidade de acesso a qualquer informação linguística. Esses sistemas se diferenciavam dos anteriores por não precisarem da fase intermediária *tradução* – por mais irônico que pareça –, detendo-se à análise e à síntese. O primeiro projeto que concretizou essa possibilidade, foi o CANDIDE, da IBM (KOEHN, 2010, p. 17).

Em linhas gerais, calculava-se a probabilidade de uma palavra X ser traduzida por Y, naquele dado par de línguas, baseada no corpus armazenado no computador (HUTCHINS, 1995, p. 6). Essa tecnologia permitiu que a proposta do pesquisador japonês Makoto Nagao (Cf. Mu System citado), da primeira metade dos anos 1980, fosse colocada em prática. A ideia de Nagao era que a de aceitar textos “já traduzidos”, por meio de programas que alinhassem o “velho” com o “novo”, seguindo a lógica de que traduzir é “a constatação ou a recordação de exemplos análogos, a descoberta ou a lembrança de como uma expressão

particular ou alguma frase semelhante já foi traduzida antes” (HUTCHINS, 1995, p. 7). O engenheiro japonês Hitoshi Isahara enxerga que é da mesma maneira que funciona a tradução humana, explicando que o tradutor relembra combinações já feitas na língua alvo, sem recorrer ao seu conhecimento linguístico da língua (ISAHARA, 2015, p. 317).

Não há como não deixar de pensar no alerta de Michael Cronin (2013), quando nos leva a refletir sobre os cuidados que temos que ter com as palavras que escolhemos para descrever nossos entendimentos, por estarmos criando uma relação de causa e efeito. Citando o psicanalista McGilchrist, que diz que “para um homem com um martelo, tudo começa a se parecer com um prego”. Cronin explica que o fato de compararmos o funcionamento do computador ao da mente humana impulsiona-nos, dentre outras coisas, a “pensar na memória como um repositório estático de informações, infinita e potencialmente extensíveis, cuja eficácia é determinada apenas pela nossa capacidade de lembrar” (CRONIN, 2013, p. 46).

Como vimos, as pesquisas em TA nos anos 1980 cresciam exponencialmente, ao ponto de silenciar a previsão que ecoava desde a década de 1950, de que traduções totalmente automáticas de alta qualidade de textos irrestritos (TTAAQ) não era um objetivo a ser prontamente alcançado num futuro próximo (SOMERS, 2011, p. 429 e BOITET, 2000, p. 336). Isso aconteceu, no entanto, devido a uma confluência de fatores, esses sim imprevisíveis. Primeiramente, no campo das emoções, havia um sentimento positivo, quase que de encantamento, fazendo que muitos se impressionassem com os resultados promissores que poderiam ser alcançados pelos computadores; no campo econômico, apostava-se no barateamento das traduções, já que havia uma forte previsão de baixo custo (o custo-máquina caía e o custo-humano subia); e, por fim, no campo sociopolítico, a necessidade de fortalecimento entre as regiões multilíngues, como a Europa, pressionava a busca de soluções rápidas e de maior abrangência (VAN DER BEEK e VAN DEN BOSCH, 2015, p. 353).

Os programas mais conhecidos de TA da década de 1980 eram de tradução indireta, diferenciando-se não só por utilizarem, ou não, uma língua pivô, mas em relação ao princípio que orientava as etapas desses sistemas, estabelecendo parâmetros que usamos até os dias de hoje. Quando as traduções recorrem às transferências sob regras linguísticas (semântica, morfológica, sintática), essas traduções são chamadas de Tradução Automática Baseada em Regras (TABR – *RBMT*); quando orientadas por uma interlíngua, por meio de conhecimentos “não-linguísticos” para desambiguar a língua-fonte ou mesmo por transferência seguindo essa mesma lógica, elas são chamadas de Tradução Automática Baseada em Conhecimento (TABC – *KBMT*). Aquelas que recorrem a um corpus para consultar traduções já feitas são chamadas de Tradução Automática Baseada em Exemplo

(TABE – *EBMT*), fazendo parte das Traduções Baseadas em Estatística (TAE – *SMT*) – essas duas últimas sendo partes da tendência para uma terceira fase de TA, chamada de forma menos precisa de “TA baseada em corpus”. (NIRENBURG, 1989; HUTHINS e SOMERS, 1992; HUTCHINS, 1995; FORCADA, 2010; CHAN, 2015).

Nesses novos direcionamentos, muitos programas foram extintos, antes mesmo de os anos 1990 começarem, o que fez que equipes, tecnologias e pesquisadores – em busca de algum programa que pudesse lhes dar emprego –circulassem e difundissem rapidamente suas descobertas. O projeto Eurolang, por exemplo, nasceu de experiências prévias com Ariane e Eurotra, com a diferença de que, desta vez, o produto desenvolvido era uma espécie de estação de trabalho para tradutores, chamada Optimizer (HUTCHINS, 1995, p. 2). METAL, o renomado projeto de TA do Texas, na segunda metade da década de 1980 também passou pelo mesmo redirecionamento de pesquisa, desenvolvendo ferramentas de suportes a tradutores (VAN DER BEEK e VAN DEN BOSCH, 2015, p. 355). O cenário era propício ao crescimento de todas as ideias antes impedidas pelas limitações técnicas. Além do mais, após o desencorajante relatório de 1966, muitos grupos de pesquisa já haviam começado a investir seus conhecimentos no que – acreditavam – otimizava a tradução tradicional (humana): programas de computadores que auxiliariam os humanos. As traduções com o auxílio desses recursos foram chamadas de Tradução Assistida por Computador (TAC – *CAT*)<sup>127</sup>.

Essa nova modalidade de emprego das tecnologias para traduções era (e até hoje é) mais bem vista do que as anteriores, que sonhavam com a ideia de uma TTAAQ em que o humano pudesse ser descartado. A aversão pelas traduções totalmente automáticas de alta qualidade fica ainda maior quando os próprios tradutores eram os que aprimoravam as TA com pós-edições, de forma a ser possível dizer que estavam “cavando a própria cova”. John Hutchins explica que os “tradutores eram contratados para melhorar resultados ruins e, às vezes, ilegíveis de sistemas de TA. [...] Na verdade, os revisores estavam sendo convidados a ser ‘escravos’ da máquina – e, claro, eles não gostaram” (HUTCHINS, 1998, p. 290). Assim, o entusiasmo, desta vez, não era somente por parte dos engenheiros, como acontecia em outras

---

<sup>127</sup> Segundo Hutchins e Somers (1992, p. 3) “[o]s limites entre a tradução humana assistida por máquina (THAM) e a tradução de máquina com auxílio humano (TMAH) são muitas vezes incertos e o termo Tradução Auxiliada por Computador (ou Assistida por computador) (ambos TAC) às vezes pode abranger ambos os casos”. Nesta tese, entretanto, utilizarei o termo TAC para designar as traduções humanas que utilizam recursos específicos desenvolvidos, sem que o tradutor perca o controle – mesmo quando esse controle está submetido ao controle do cliente, por meio de imposições de sistemas de gerenciamento terminológico e memórias de tradução – das decisões que compõem a versão traduzida; isto é, TAC, aqui, será usada para se referir a recursos tecnológicos trazidos por *softwares* desenvolvidos especificamente para o exercício da tradução humana.

frentes de pesquisa da área de linguística computacional<sup>128</sup>, mas muitos tradutores ficavam – e ficam até hoje – realmente fascinados e agradecidos com as potencialidades das ferramentas TAC, formando com os engenheiros verdadeiras equipes de trabalho.

O final da década de 1970 testemunhou eventos distintos que culminaram no recurso mais conhecido das TAC, batizado de Memória de Tradução. Peter Arthern, em 1979, fez uma proposta, que só pôde ser desenvolvida depois de uma década. Em artigo publicado na revista “Translating and the computer” [tradução e o computador], o pesquisador afirma:

O pré-requisito para a implementação da minha proposta é que o sistema de processamento de texto tenha um armazenamento de memória central bastante grande. Se isso estiver disponível, a proposta é simplesmente que a organização em questão armazene todos os textos que ela produza na memória do sistema, juntamente com suas traduções para o idioma necessário.

Essa informação deve ser armazenada de tal forma que qualquer segmento de texto em qualquer das línguas envolvidas possa ser localizado imediatamente ... juntamente com sua tradução ... (ARTHERN 1979, f. 94, *apud* HUTCHINS, 1998, p. 294)

Ou seja, ele propunha, simplesmente, que houvesse um sistema interativo de tradução cujo método se baseasse na recuperação de texto (CHAN, 2017, p. 3). Juntamente a essa proposição, e já entrando na década de 1980, o britânico Martin Kay publica um artigo, patrocinado pela Xerox, em que várias das propostas podem ser reconhecidas por nós nos mecanismos de TAC atuais, como o de configuração da tela:

A disposição da tela é dividida em duas janelas. O texto a ser traduzido aparece na janela superior e a tradução é composta na inferior [...] Ambas as janelas comportam-se da mesma maneira. Usando o dispositivo de apontar [cursor], o tradutor pode selecionar uma letra, palavra, frase, linha ou um parágrafo e, pressionando a tecla apropriada, provocar a operação desejada. (KAY, 1980, p. 12)

Em 1978, Alan Melby, da Universidade Brigham Young, desenvolve o sistema ALPS (Sistema de Processamento Automático de Línguas – um sistema TABR de abordagem de transferência (HUTCHINS, 2015, p. 123) ), no qual recursos para cruzar sequências eram utilizados para encontrar “correspondências exatas” [*full match*] no banco de dados de traduções armazenadas (CHAN, 2015a, p. 4).

Esses três visionários, Peter Arthern, Martin Kay e Alan Melby, na verdade, são

---

<sup>128</sup> Uma célebre frase do pesquisador do grupo de reconhecimento de fala da IBM a respeito do fato de haver linguistas participando dos grupos de pesquisa revela a incompatibilidade latente: “Toda vez que demito um linguista, o desempenho da máquina melhora”(JELINEK, 1988 *apud* JURAFSKY e MARTIN, 2006, p. 1).

exemplos de uma geração de pesquisadores em linguística computacional que só puderam tirar suas ideias do papel com a advento do primeiro computador pessoal, em meados de 1980 – cronograma que nem Martin Kay<sup>129</sup> conseguiu antever – quando, então, o grupo do ALPS pôde desenvolver o TSS (Sistema de Suporte para Tradução), primeiro protótipo de TAC (GARCIA, 2015, p. 70). Esse protótipo, de 1986, trazia uma ferramenta chamada de “Processo de Repetição” [*Repetitions Processing*] (MELBY e WRIGHT, 2015, p. 674), que colocava no mercado a “memória de tradução” já idealizada em 1978. Mais tarde, o TSS foi reconfigurado pela empresa INK e, quando voltou ao mercado, foi dividido em dois produtos, INK TextTools e TermTracer, exercendo, ainda, o pioneirismo de tecnologia comercialmente desenvolvida para tradutores como cliente-fim (ESSELINK, 2006, p. 24).

As “estações de trabalho” também tiveram sua versão embrionária, chamada de TED, lançada no mercado no final dos anos 1980, quando foi conectada ao TextTools da TRADOS (GARCÍA, 2005, p. 21). Como outras ferramentas TAC, a tecnologia que fazia a TED existir como tal foi desenvolvida a partir de pesquisas em TA (GARCÍA, 2015, p. 69). Em Utrecht, o grupo DLT trabalhava com abordagem indireta, recorrendo a uma “língua pivô”, seguindo a modalidade TABR, e baseando-se em funcionalidades de desambiguação. Sua equipe dedicou-se ao desenvolvimento de um programa de alinhamento paralelo de texto – altamente ligado à TAE –, elemento chave para o desenvolvimento do banco bilíngue de dados alinhados das “memórias de tradução” (TM<sup>130</sup>) que compõe essas estações (HUTCHINS, 1998, p. 302-303).

A reação do mercado à TED fez com que a TRADOS<sup>131</sup> enxergasse a oportunidade de atuação em duas frentes, mas sob dois nomes diferentes. A empresa INK<sup>132</sup> dos Países Baixos cuidaria dos serviços de tradução, e a própria TRADOS se encarregaria do desenvolvimento de softwares para tradução. Duas outras empresas aderiram à estratégia da TRADOS e, com ela, se tornaram representantes icônicas desse nicho do mercado que surgia: a britânica SDL International<sup>133</sup> e a suíça STAR AG. Simultaneamente à recepção positiva

<sup>129</sup> Curiosamente, na introdução de suas propostas para o sistema que ele chamara de “O Amanuense do Tradutor” [*The Translator's Amanuensis*], Kay anuncia ao leitor: “O dispositivo que estou prestes a descrever, que eu chamo de The Translator's Amanuensis, não existe e provavelmente nunca existirá. (KAY, 1980, p. 12)

<sup>130</sup> Manterei a abreviação do termo “translation memory” em inglês, para que não seja confundida com a abreviação, também em inglês, de “tradução automática”, a saber, *MT*.

<sup>131</sup> <http://www.sdltrados.com/about/history.html> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

<sup>132</sup> A empresa INK, mais tarde foi comprada pela RR Donnelley, que criou a Stream International, que, por sua vez, deu vida à Lionbridge (ESSELINK, 2006, p.25)

<sup>133</sup> A empresa *ALPS*, posteriormente chamada de ALPNet foi comprada em 2001 pela *SDL International*, que também comprou a Japonesa *Bravice*, em 1981, a alemã *Trados*, em 2005, e em 2010 a empresa americana *Language Weaver*. Curiosamente, esta última era especializada em *Tradução Automática Baseada em Estatística*. Finalmente, em 2013, a *SDL* passa a ser inteiramente americana (DECAMP E ZETZSCHE, 2015).

dos produtos, a maioria dos pesquisadores que participaram dessas descobertas foram fazer fortuna em Wall Street (KOEHN, 2010, p. 17). As tecnologias, então, eram valiosas e estavam prontas para serem vendidas às empresas que antes se dedicavam exclusivamente a tradução, fornecimento de intérpretes, revisões de textos, etc., chamadas de provedores de serviços linguísticos (PSL – *LSP*). As PSL percebiam que a forma como trabalhavam anteriormente tinha que ser revista, concluindo que precisavam expandir seu foco de atuação para outros mercados – como o de localização (Cf. Capítulo 5) – e, para isso, tinham que participar ativa e massivamente da produção e consumo de produtos TA(C), ao ponto de não ser considerada inatingível a ambição da TRADOS, segundo um de seus fundadores, Jochen Hummel, a de que “todo tradutor no mundo tenha um pedaço do nosso software” (GARCIA, 2005, p. 22).

Essa estratégia de mercado, embora seja do campo comercial, certamente afeta o campo profissional, senão também o acadêmico. Os sentimentos mais fortes e genuínos dos tradutores são sempre destinados apenas às empresas de *software*, como desvela o espanhol Ignacio García, isso porque

quanto menos os tradutores parecem saber sobre a Trados, mais eles parecem admirá-la. O que significa um ‘trabalho com Trados’?, alguns perguntarão – enquanto, no outro extremo do espectro, os profissionais conscientes das TM brigarão pelo nível certo de ‘desconto Trados’ a ser aceito. (GARCÍA, 2005, p. 18)

A percepção acaba sendo, equivocadamente, a de que as empresas de tradução são completamente separadas das de *software*, assim como as TAC completamente separadas das TA. Acontece que aquelas só foram possíveis porque essas desenvolveram conceitos e *softwares* basilares, de modo a não ser coincidência nem obra do destino que os maiores conceitos e funções das TAC tenham sido maquinados na época de reinado das TA (CHAN, 2017, p. 2). Isso é facilmente percebido quando vemos que alguns protótipos já haviam obtido êxitos importantes anteriormente às implementações citadas. Por exemplo, na década de 1970, a própria União Europeia (a época, Comunidade Europeia), a Siemens<sup>134</sup>, a Universidade de Montreal, etc. já possuíam seus bancos de dados, muitos já capazes de compilar dicionários e glossários, bancos terminológicos, textos previamente traduzidos, e com a funcionalidade serem acessados *on-line* (HUTCHINS, 1998, p. 291-292). Lembrando que em 1984, Makoto Nagao propôs um sistema de TA que inaugurou a abordagem TABE. No artigo “*A Framework of a Mechanical Translation between Japanese and English by Analogy Principle*”, a ideia de Nagao é traduzir por analogia, recuperando, por meio de estatística,

---

<sup>134</sup> Relembrando que era a empresa Siemens de Munique quem patrocinava o grupo de pesquisa do Texas em Tradução Automática.

exemplos presentes em um corpus de tradução previamente feitas, armazenado no sistema – tal qual funcionam, de certo modo, as “memórias de tradução”. De forma que é possível enxergar a TABE como um híbrido de uma TA baseada em estatística (VAN DER BEEK e VAN DEN BOSCH, 2015, p. 359) ou um guarda-chuva que engloba as ferramentas de “memórias de tradução” (LIU e ZHANG, 2015, p. 112-113; FORCADA, 2015, p. 163), usando o termo Tradução Automática Baseada em Memória (CHAN, 2017, p. 105).

O que acontece é que até meados da década de 1990 as ferramentas mais importantes que hoje são encontradas nas “estações de trabalho” (*workstation* ou *workbench*) – ou *TEnT*<sup>135</sup> – (memória de tradução, gerenciamento de terminologia, ferramentas de alinhamento, filtros de conversão de arquivos, etc.) já existiam (GARCIA, 2015, p. 70). Porém, como se destinavam a tradutores – agora com a alegação de que se fazia um produto para usufruto do tradutor-humano –, só puderam ser implementadas comercialmente com o lançamento do microcomputador e de programas para torná-lo acessível ao usuário comum, embora tenham sido pensadas 16 anos antes (CHAN, 2015a, p. 5).

A consonância das ferramentas TAC com pesquisas a elas contemporâneas em TA não param por aí.

Em 1993 o processamento de texto Word da Microsoft para o sistema operacional Windows 2.0 já estava em praticamente quase todos os microcomputadores e a Atril, comandada pelo espanhol Emilio Benito – pesquisador de TA – que lançou uma “memória de tradução” totalmente compatível com ele, chamada de Déjà Vu, quebrando a tradição dos programas anteriores que rodavam somente no sistema MS-DOS. A partir daí, novos padrões de ferramentas para tradução acessível ao público foram inaugurados, tornando o Déjà Vu, em sua versão 2.0, a primeira ferramenta de tradução profissional vendida a um preço acessível (CHAN, 2017, p. 7-8). No ano seguinte, o programa Eurolang Optimizer – nascido diretamente de grupos de TA, que trabalhavam com o sistema Ariane e Eurotra (também redirecionou suas pesquisas para que seu sistema fosse compatível com o Word da Microsoft, como confessou Bernard Seite, seu diretor, “estabeleci como meta, no ano passado, atrair a Microsoft como cliente. Eu percebi que, se não conseguisse capturar a Microsoft, estávamos fazendo algo errado” (BRACE, 1994, p. 2). O Optimizer era composto por uma ferramenta de gerenciamento de projeto, que passaria por uma etapa de “pré-tradução”, lançando mão de

---

<sup>135</sup> Desde 2003 o termo TEnT (Ferramenta de Ambiente de Tradução), cunhado pelo tradutor Zetzsche, vem sendo empregado (BOWKER, 2015; MELBY ET AL., 2015; GARCÍA, 2015; MELBY E WRIGHT, 2015; BOWKER, L. e FISHER, 2010; FOLARON, 2010; GARCÍA E STEVENSON, 2008) para designar o conjunto de ferramentas TAC presentes em um único *software* que tenha sido desenvolvido especificamente para auxiliar a tradução humana, como veremos mais adiante.

banco terminológico, “memórias de tradução”, e sistema de cores para diferenciar as correspondências “exatas” e “imprecisas” (BRACE, 1994, p. 2). Agora, com o “queijo na mão”, a Microsoft resolveu, então, comprar a “faca”. A empresa que tinha decidido hospedar sua base interna de memória na TRADOS (CHAN, 2017, p. 9), em 1997 decide, também, comprar 20% de sua hospedeira (ESSELINK, 2006, p. 25) – restando-nos somente descobrir se essa era uma relação parasitária.

Nas décadas de 1980 e 90, tanto esses próprios produtos quanto empresas eram clientes-fim de sistemas operacionais de TA, aproveitando as capacidades técnicas alcançadas pelos computadores. Os sistemas dos computadores *mainframe* foram aperfeiçoados, crescendo em pares de línguas e empresas de várias partes do mundo pensavam em soluções para a massa de clientes vindas com o acesso aos microcomputadores. Na Dinamarca a empresa Winger comercializava seu *software*, que em 1988 entrava nos EUA; no mesmo ano no Japão o sistema ARGO era vendido com um serviço de pós-venda incluso que contava com uma equipe para fazer a “pós-edição”; em 1991 o HESS era um sistema coreano de transferência já descrito para usuários monolíngues; etc. Esses produtos, sem público específico, não poderiam ser teórica e metodologicamente inovadores, mas conseguiam ter funcionalidades mais diretas, além de precisarem ser confiáveis e apresentar resultados repetidamente testados e comprovados, de forma que, no início, eram, em sua maioria, sistemas de TABR, seguindo a abordagem indireta de transferência. Em 1993, as TAE ainda não haviam ganhado o mercado, devido a sua inconsistência de resultados, dependentes da qualidade de dados que o sistema obteria, já que, ainda, a rede *WWW* não era amplamente acessada (HUTCHINS, 1993, p. 12-13).

Meu objetivo, com essa cronologia, foi o de desvelar a relação íntima que existe no desenvolvimento das TAC e das TA, mostrando que, embora advoguem usos diferentes, foram idealizadas pelos mesmos grupos a favor dos mesmos interesses. Daí não ficarmos surpresos ao vermos o quanto as menos-ameaçadoras TAC, em última instância, não correspondem às palavras incentivadoras de Martin Kay, que garante que esse tipo de ferramenta “estará sempre sob o controle acirrado do tradutor humano. Ela existe para ajudar a aumentar a sua produtividade e não suplantá-lo” (KAY, 1980, p. 18).

#### **4.5 Caindo *nas* Nuvens: terceira geração**

Vimos no item anterior alguns momentos pontuais em que os EUA pararam de investir em traduções totalmente automáticas, e que foi no Canadá, na Europa e na Ásia que

essas tecnologias tiveram maior desenvolvimento, e não na América do Norte. As grandes intervenções dos EUA nesses estudos vieram de empresas privadas, sediadas nesse território, ou de investimentos militares dos programas de dois órgãos importantes: ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) e a DARPA, visando obter vantagens sobre seus inimigos declarados como a antiga União Soviética, o Vietnã, a China, a Coreia do Norte, o Irã, etc. (CASTELLS, 2001, p. 10). Já a Europa, por toda sua peculiar configuração linguística, precisou se ocupar de maneiras que facilitassem o acesso a informações e serviços governamentais (DECAMP E ZETZSCHE, 2015, p. 376).

As tecnologias que chegam ao mercado e das quais, portanto, podemos usufruir nascem, na verdade, de pesquisas que, simultaneamente, criam condições para que outras tecnologias sejam desenvolvidas; dessas, muitas vezes sequer tomamos conhecimento, pois, em sua maioria, são destinadas a assuntos sigilosos – leia-se “relacionados a planos de domínio” – dos governos ou das iniciativas privadas, como o que ocorreu com as TA(C), como vimos acima. A história da Internet não diverge muito da de suas companheiras, já que esta, como aquelas, tem em sua origem a assinatura de órgãos militares, neste caso, o autógrafo é da ARPA. Esse órgão governamental norte-americano organizou uma empresa de rede de computadores chamada de ARPANET em 1969, 10 anos após a formação da própria ARPA, cujo objetivo era motivar pesquisas que levassem à superioridade dos EUA sobre a antiga União Soviética no campo de tecnologia militar. Somente após 1990, entretanto, quando a responsável pela Internet passou a ser outra agência do governo, não mais permanecendo sob o domínio unicamente militar, e com a tecnologia de redes de computadores caindo no domínio público, houve a privatização da Internet, e sua consequente comercialização (CASTELLS, 2001, p. 10-12). A possibilidade de redes de computadores se interligando ofereceu alicerces para que, então, o programador britânico Tim Berners-Lee desenvolvesse o programa *WWW* (Rede Mundial de Computadores), promovendo, assim, compartilhamento de informação em níveis mundiais. Juntamente a isso, agora em 1994, os “usuários comuns” puderam inserir seus nós na Rede, com o lançamento do primeiro navegador Netscape, e logo no ano seguinte, com o Internet Explorer, da Microsoft, e muitos outros, nos anos subsequentes (p. 15-16).

Nesse cenário de promessas de um mundo não mais redondo, mas rizomático<sup>136</sup>, as empresas, como clientes-finais, e também os usuários comuns estavam sedentos por uma TA que lhes proovessem traduções aceitáveis de forma rápida e, de preferência, a baixo custo –

---

<sup>136</sup> Cf. DELEUZE, G. E GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 2012.

ou em um custo menor do que as traduções humanas – servindo, esses dois clientes, o público-alvo das TA que surgiriam. As empresas, então, faziam o que lhes orientavam como necessário: em termos de sintaxe, produziam o material a ser traduzido em língua controlada, como fez a empresa Caterpillar para se encaixar ao sistema CATALYST da Universidade de Carnegie Mellon; e quanto à semântica, restringiam o vocabulário a um domínio específico, como o projeto ATR do Japão fez para empresas que trabalhavam com reservas de hotéis (CHAN, 2015a; HUTCHINS, 2015; HUTCHINS, 2011). E o usuário comum, cujas necessidades, ou vontades, eram mais difíceis de prever – já que os computadores e programas domésticos ainda eram muito jovens –, pensava apenas em poder ter um portão de entrada a essa caixa preta. As TA a ele destinadas tinham, então, que facilitar seu acesso a *softwares* que raramente eram fabricados fora dos grandes centros tecnológicos mundiais, de forma a serem originalmente escritos em inglês, e, em segundo lugar, seu acesso à Internet que se tornava gradualmente global (CASTELLS, 2001, p. 79) e convidativa a esse usuário. Desde a abertura da *web* para redes estrangeiras – entre 1990 e 1995 (p. 25), passando pelos anos 2000 em que nos EUA, os negócios já feitos na Rede geravam 400 bilhões de dólares pela Internet, com a projeção de 3,7 trilhões até 2003 (p. 64-65) –, buscar meios de possibilitar a circulação do consumidor na *web* era uma preocupação primordial para as empresas, tanto as produtoras de TA, quanto de bens de consumo.

Para atender a essas demandas, os grupos de TA(C) se reuniam e discutiam suas descobertas (HUTCHINS, 2000). Foi assim que, em 1998, após uma oficina da Universidade Johns Hopkins, pensou-se em métodos já antes explorados pela IBM (sistema CANDIDE) e novas ferramentas de TAE foram disponibilizadas, impressionando a DARPA, que decidiu retomar seus financiamentos, dedicando-se aos programas TIDES (KOEHN, 2010, p. 17-18; HUTCHINS, 1993, p. 6). Seguindo esses projetos, a primeira década dos anos 2000, principalmente após os ataques às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, em 2001, testemunhou o empenho dos EUA em fazer das TA um de seus maiores investimentos bélicos. A DARPA, ainda em 2001, lançou o Sistema de Comunicação e Tradução de Linguagem Falada para uso Tático (TRANSTAC), e, já em 2005, estabeleceu o GALE, que expandiu as pesquisas do TIDES. (DECAMP E ZETZSCHE, 2015, p. 384).

O avanço nas linguagens de programação, a rapidez nos processamentos de dados e na sua capacidade de armazenamento posicionaram as TAE em um lugar vantajoso em relação a todas as outras abordagens. Uma vez que a *web* fornece a quantidade exorbitante de dados (*big data*) de que as TAE necessitam, facilitando os gastos do governo, que passavam a ter como aliados – a baixo custo – empresas privadas dedicadas à tradução desses corpora

disponíveis na Internet. Ao mesmo tempo, esse mesmo mar incontrolável de dados assustava os pesquisadores e seus investidores, que viam as TAE como mais arriscada do que as TABR (HUTCHINS, 2007).

Ferramentas TABR estavam já disponíveis na rede *web* desde os anos 1990, mas não eram gratuitas. O SYSTRAN vendia acesso ao seu *software* de tradução, já em 1988, e em 1994, por meio do produto SYSTRAN Express, usuários enviavam seus textos *on-line*, para serem traduzidos, e recebiam suas encomendas por e-mail – para cada 22 linhas, levava-se um minuto, e a página custava US\$1,20 (HUTCHINS e GASPARI, 2007, p. 1). Foi dessa maneira que se começou a perceber a existência de um mercado para traduções de baixo custo, mesmo que de baixa qualidade, e a CompuServe foi quem primeiro “testou” esse mercado. Em 1997, porém, o cenário mudou por completo, com a introdução do serviço Babel Fish<sup>137</sup> – usando o sistema SYSTRAN – feito pelo motor de pesquisa Alta Vista. À época, o usuário recebia gratuitamente as traduções (quase exatamente) no momento em que enviavam os textos-fonte (HUTCHINS, 2011, p. 444). Outras empresas seguiram esse exemplo, de forma que até o ano 2000 já existiam mais de 10 empresas oferecendo TA gratuitas *on-line*, com o requinte de algumas chegarem a disponibilizar serviço de “pós-edição” por uma taxa suplementar (HUTCHINS e GASPARI, 2007, p. 2).

Assim cresciam as pesquisas com o intuito de desenvolver uma TA gratuita para o usuário final, mesmo que não para o provedor (HUTCHINS, 2011, p. 444). Havia, porém, uma pressão sobre a qualidade daquilo que seria colocado no mercado. O Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia norte-americano estabeleceu um encontro anual para realizações oficiais de avaliações comparativas entre as TA, marcando, em 2002, o surgimento do BLEU<sup>138</sup> (Substituto de Avaliação Bilingue) que tinha como objetivo atribuir nota ao desempenho dos sistemas de TA, substituindo o uso de humanos para essa função. A pesquisa que culminou nesse programa foi desenvolvida por um grupo de cientista da computação do grupo da IBM, parcialmente patrocinado pela DARPA e monitorado pela SPAWAR (Sistema Militar de Comando Espacial e Naval) (PAPINENI ET AL., 2002) – importante destacar que os sistemas avaliativos desenvolvidos para que fossem utilizados pela (D)ARPA eram os mais influentes (HUTCHINS, 2007, p. 14).

<sup>137</sup> A empresa *Yahoo!*, em 2006, torna-se a proprietária do sistema *Babel Fish*, que recebe o nome de *Yahoo! Babel Fish*, desde então (HUTCHINS e GASPARI, 2007, p. 2).

<sup>138</sup> Até hoje o sistema BLEU é utilizado para avaliação de TA. Cf. (REVANURU et al., 2017; ANSARI et al., 2017; WU, 2016), embora seja sempre criticado pela sua imprecisão (JOHNSON et al., 2016). Para maiores detalhes sobre seu funcionamento, Cf. <http://domino.watson.ibm.com/library/cyberdig.nsf/1e4115aea78b6e7c85256b360066f0d4/5c651a88cb24938185256acb0055e548!OpenDocument&Highlight=0,RC22176> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

Nessa mesma época, alguns eventos deram à TAE maior confiabilidade e, portanto, tornaram-na mais atraente aos investimentos, afastando o medo inicial de comercializá-la. O evento inaugural foi a criação da Language Weaver, por Knight e Marcu (PING, 2009, p. 169), primeira empresa “que abraçou plenamente o novo paradigma e prometeu *tradução por números*” (KOEHN, 2010, p.18 – grifo do autor), propiciando pares de tradução considerados linguisticamente complicados para as TABR e interessantes para o governo (dentre eles: árabe-ínglês e chinês-ínglês), atraindo seus investimentos (HUTCHINS, 2007, p. 17). Embora a Language Weaver fosse uma empresa pouco conhecida fora dos estudos em Tradução Automática, Linguística Computacional ou, quando muito, de Processamento de Linguagem Natural (PLN) de forma mais geral, seus companheiros de trabalho não são – ajudando-nos a melhor entendê-la, afinal, “diga-me com quem andas, que te direi quem és”. Embora ainda uma jovem empresa, com apenas um ano de vida, a Weaver tinha como um de seus grandes aliados a CIA, que, em 2003, por meio de uma de suas empresas de capital de risco, a In-Q-Tel, investiu nessa nova e desbravadora empresa de TAE (CRONIN, 2013, p. 122). Outro evento importante para estabilização das TAE no mercado aconteceu na última metade da primeira década dos anos 2000, quando sistemas já consagrados como da Apptek e o SYSTRAN passavam a atuar como TA híbridas de TABR e TAE (DECAMP E ZETZSCHE, 2015, p. 385). Por volta de 2006, a empresa Google, ainda em transição, para não mais utilizar o SYSTRAN, fez uma parceria com a Language Weaver (HUTCHINS, 2007, p. 17), apostando piamente nas TAE. Por fim, e já em 2010, a empresa britânica de tecnologia de tradução e localização SDL terminou por comprar a pequena-grande notável, Language Weaver, cinco anos depois de adquirir, também, a famosa TRADOS – lembrando que essa última é especialista em ferramentas TAC (CHAN, 2017, p. 201).

E como o provérbio chinês elucida, “se você quer ser próspero durante um ano, cultive grãos; durante 10 anos, cultive bambus; mas se quiser ser próspero durante 100 anos, cultive pessoas”<sup>139</sup>; assim, a rede social que conecta todas essas empresas ao governo norte-americano ganha mais um nó: Franz-Josef Och. O cientista computacional alemão, Och, ganhou em 2003 um concurso sobre pesquisas do campo de TAE, promovido pela DARPA, e tornou-se, logo em seguida, chefe do departamento de TA da Google – dois anos depois que essa empresa havia lançado o já extinto produto que envolvia tradução, o “Google na sua

---

<sup>139</sup> Agradeço a Qiaoyu Wang, Yan Jiang, Carmem Yam, dentre outros colegas chineses que sempre trouxeram contribuições valiosíssimas para que as minhas pesquisas não se restringissem às Américas e à Europa.

língua” [*Google in your language*]<sup>140</sup>, em que os próprios usuários do motor de pesquisa, como voluntários, traduziam a página inicial do Google para suas próprias línguas (CALISHAIN E DORNFEST, 2003, p. 29). Em 2005, o nome de Och estava envolvido em mais um prêmio em concursos promovidos pelo governo dos EUA, desta vez foi a NIST (Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia – Departamento de Comércio dos EUA)<sup>141</sup> que organiza o evento. Nesse concurso, o sistema do Google obteve pontuação BLEU sempre acima de seus competidores, em todas os testes<sup>142</sup>. Embora a imprensa especializada tenha ficado intrigada com alguns aspectos essenciais dessa competição: detalhes sobre o processo que levou as empresas a tais resultados, bem como a ausência de outros competidores que tinham bom desempenho, especificamente nos pares linguísticos que foram testados (DEPALMA, 2005), o sistema Google ganha destaque e o título de melhor sistema de tradução automática para os pares inglês-árabe e inglês-chinês.

Como era de se esperar, nessa mesma época, as TAC também estavam vivendo uma virada tecnológica. O sistema Similis v1.4 inaugurava, em 2004, a “segunda geração” dessas tecnologias (CHAN, 2017, p. 15). Esse sistema rerepresentava melhorias em tecnologias anteriormente já empregadas pela empresa Xerox. Curiosamente, essas tecnologias traziam para as TAC, por meio da ferramenta “extração terminológica”, uma funcionalidade que antes pertencia somente às TA: fazer análise linguística do texto, culminando em uma filtragem para eleger “candidatos” à lista de termos – a ideia inicial de que as TAC “poderiam ser poderosas, mas não ‘espertas’ ” (GARCÍA, 2015, p. 83), deixando somente aos tradutores essa última característica, era, assim, violada. A partir daí, os sistemas começaram a ficar mais e mais ousados, até que em 2006, Lingotek lança o primeiro sistema inteiramente hospedado na Internet – e compatível com os navegadores mais populares da época (CHAN, 2015a, p. 16) –, ao qual é integrada uma ferramenta de TA, iniciando uma nova tendência, que logo foi seguida por outros sistemas de TAC (GARCÍA, 2015; CHAN, 2015a), resultando na substituição dos sistemas de TM em suas versões *desktop* (CHAN, 2017, p. 108).

Uma das vantagens de ter o sistema *on-line* (seja na rede *WWW* ou na *nuvem*<sup>143</sup>) que vem sendo apontada como unânime pelas partes envolvidas no processo de tradução assistida por computadores – tradutor, cliente, provedor, idealizador do *software*, etc. – é que

<sup>140</sup> Por volta dessa mesma época, entre 2000 e 2001, o código de conduta do Google ganhou uma nova máxima: “Não seja mau” [*don't be evil*] que revela – além do que vemos neste capítulo – uma harmonia com o governo dos EUA, como mostra a análise feita por Barbara Cassin (2007).

<sup>141</sup> <http://blogscoped.com/archive/2007-07-16-n55.html> - Acesso em: 05 de jun. de 2017.

<sup>142</sup> <https://www.nist.gov/itl/iad/mig/past-hlt-evaluation-projects> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

<sup>143</sup> <http://mt-archive.info/NIST-2005-results.pdf> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

Para entender melhor a diferença entre essas duas modalidades, conferir: <https://www.businessnewsdaily.com/4982-cloud-vs-data-center.html> - Acesso em: 10 de out. de 2017

são dribladas as restrições de linguagem de programação – que muitas vezes causam problemas às funcionalidades dos programas<sup>144</sup> – facilitando, também, a troca de arquivos entre tradutores, gerentes de projeto e clientes. Juntamente a essa vantagem, porém, agrega-se o fato, venturoso para uns e desastroso para outros, de que os tradutores perdem o controle sobre suas produções, suas TM e seus glossários, os quais passam a ser assumidos pelos clientes-fim (GARCÍA, 2015, p. 80). Tanto descontrole, entretanto, não parece combinar com as previsões apaziguadoras de Martin Kay.

Interessante notar que até 2007, quando John Hutchins e Frederico Gaspari em um artigo sobre os 10 anos de TA *on-line*, elaboram um estudo comparativo entre as três maiores empresas da época (Yahoo! Babel Fish, FreeTranslation e SYSTRAN), nem a Google, nem a Microsoft são mencionadas na coleta de dados, mas foram elas que nos anos subsequentes conseguiram entender que quanto mais agregadora<sup>145</sup> fosse a interface do ambiente navegado pelo usuário, mais vinculado e fiel a ela esse usuário se tornaria. A marca Google torna memorável, também para as TA, o ano de 2006, quando a empresa inicia uma estratégia ambiciosa de tomada de mercado, lançando o programa Google Tradutor, nas palavras do próprio Franz-Josef Och: “já que queremos proporcionar a todas as pessoas acesso a todas as informações do mundo, incluir informações escritas em todas as línguas, um dos projetos emocionantes da Google Research é a tradução automática” (OCH, 2006)<sup>146</sup>. À época, importante destacar que a empresa terceirizava a tradução de todos os seus pares de línguas – que eram fornecidas pelo sistema SYSTRAN – menos, curiosamente, as traduções a partir e/ou para russo, chinês e árabe (CHAN, 2017, p. 225). Após 18 meses de vida, o Google Tradutor (GT), recorrendo à tecnologia própria, fica completamente desvinculado do SYSTRAN (GARCÍA, 2010, p. 2). No mesmo ano, a empresa consegue uma parceria valiosa com as Nações Unidas, recebendo desta documentos que alimentaram em 200 bilhões de palavras seu sistema GT (PING, 2009, p. 169).

A partir daí, o GT torna-se um sistema integrado e, portanto, onipresente aos produtos Google – deixando para trás um dos seus mais fortes concorrentes, SYSTRAN, que, em 2011, gabava-se por ser usado diariamente para a tradução de mais de 4 milhões de páginas (PYM, 2011, p. 421), enquanto hoje o Google Tradutor, o sistema de TA mais utilizado do mundo (JOSCELYNE E SAMIOTOU, 2016), traduz mais de 1 bilhão de palavras por

---

<sup>144</sup> O *SDL Trados Studio 2017*, por exemplo, ainda não funciona nos sistemas *OS X*, utilizados pela *Apple* (Cf. <http://www.sdltrados.com/support/how-to-run-sdl-trados-studio-on-an-apple-mac.html> )

<sup>145</sup> Ou quanto mais o usuário se sentir empriionado, dependente, e tiver menos recursos que o levem para fora, mais ele se torna fiel, como bem entendeu a empresa *Apple* (RAMPELL, 2013).

<sup>146</sup> <https://research.googleblog.com/2006/04/statistical-machine-translation-live.html>

dia (JOHNSON, 2016).

Essa empresa considerada, “possivelmente, a corporação de mídia emblemática da nossa era” (PETERS, 2015, p. 325) mostra-nos, mais uma vez, que não devemos ver as TA e as TAC de formas tão cindidas, ao apresentar, em 2009, o Google Translator Toolkit (GTT), o TenT que leva a assinatura Google, gratuito e *on-line* desde o nascimento, cujo público alvo é, inovadoramente, o tradutor amador (GARCÍA, 2015a, p. 20). Como todo produto Google, o GTT também é usado para alimentar o próprio GT (DECAMP E ZETZSCHE, 2015, p. 386; PYM, 2011, p. 421).

A existência do produto Toolkit reforça não somente a virada da “segunda geração” de TAC, inaugurada pelo Similis em sua versão *1.4*, mencionado acima, como retoma o híbrido de 1992 desenvolvido pela IBM, o *Manager/2*<sup>147</sup>. Isso porque o movimento que se acentua é o da presença de TA nos sistemas comerciais de TAC. Embora haja diferença entre os tipos de funcionalidades (o modelo pioneiro da IBM sendo um sistema integrado de TA – *built-in* – e o segundo um recurso conectado – *plug-in*), as funções das TA acrescentam, em ambos os sistemas, “sobrevida” às “memórias de tradução”. Diferentemente da concepção de Benjamin (2013) de tradução como “pervivência”. Uma vez o autor entender que, pela tradução, uma obra poderia (embora soe paradoxal) *ecoar* novidades; ou seja, a tradução é sobrevida por dizer além e a partir do dito. Aqui, já que TM funcionam como os tradutores humanos, que relembram combinações já feitas na língua alvo – como dito anteriormente por Isahara (2015) –, podemos dizer que as TM desses sistemas ganham mais vida com as TA, por “lembrarem-se” daquilo que nem vivido foi. Talvez, ainda, a “memória” tenha o fim que Benjamin previu para as traduções de grandes obras, estar “fadada a desaparecer dentro da evolução de sua língua e a soçobrar em sua renovação” (BENJAMIN, 2013, p. 108). Com o diferencial de que Benjamin, nessa fala, apontava para o incessante traduzir e retraduzir de obras, numa ânsia por um esgotamento linguístico criativo, que se estende até o infinito humboldtiano. No caso do cruzamento de TA com TM seria talvez uma “equação estéril entre duas línguas mortas” (p. 108), diferentemente da tradução de que falava Benjamin.

Com isso cresce a abrangência da empresa Google, que agora alimenta a ferramenta TA de 23 dos 52 sistemas de TAC, deixando distantes seus concorrentes Bing, da

---

<sup>147</sup> O projeto da IBM é tido como uma das *estações de trabalho* de TAC pioneiras no mercado, ao lado da estação da *Transit* e da *TRADOS Workbench*. Após dois anos de existência, o *LMT*, que trabalhava com TA baseadas em lógica, foi acoplado ao *Translation Manager/2*. Em 2002, entretanto, o produto da IBM saiu do mercado, voltando em 2010 como *OpenTM2*, uma ferramenta de código-fonte aberta (HUTCHINS, 1998a; CHAN, 2015a; GARCÍA, 2015; LIU E ZHANG, 2015; DECAMP E ZETZSCHE, 2015; CHAN, 2017). Infelizmente nesta tese não haverá espaço para discussão sobre os sistemas de código aberto, para isso, conferir Mikel Forcada (2015).

Microsoft, e SYSTRAN, que ficam em segundo e terceiro lugares, respectivamente. O quadro merece ainda mais atenção quando os números são vistos de forma mais (psic)analítica. Enquanto o Bing se liga a 8 sistemas e o SYSTRAN a 5, em nenhuma dessas aplicações eles estão sozinhos, ou nem mesmo juntos. Há sempre com eles o seu *alter ego*, Google Tradutor. Em contrapartida, este último faz carreira solo em 7 do total de seus 23 sistemas-parceiros (CHAN, 2017, p. 220-222). “Por quê?”. Deitados no divã, diríamos:

Desde o sucesso um tanto inesperado do Google Tradutor como uma solução padrão para tradução bruta ou pronta-para-uso [...], vimos uma rápida adoção de tradução automática de dados na indústria de tradução global, cujo público-alvo são em grande parte empresas que, por sua vez, chegam aos usuários finais. Como resultado, as empresas grandes e pequenas de repente precisam de "dados de tradução". Alguns começaram a colher dados de tradução da web com rastreadores automáticos. Outros organizaram e consolidaram as memórias de tradução que estavam acumulando ao longo dos anos de trabalho com tradutores humanos. Mas nenhum modelo ou estratégia dominante de "dado de tradução" emergiu. (JOSCELYNE E SAMIOTOU, 2016, p. 6)

Então, por que quando pensamos em “dados”, pensamos em Google, oh sábio divã?

#### 4.6 A solução Google

Em 2014, o Common Sense Advisory<sup>148</sup> (Conselho de Senso Comum) avaliava que em um ano o mercado de terceirização tecnológica de serviços linguísticos chegaria a valer US\$38,16 bilhões, sendo que somente com TA(C) ele valeria US\$250 milhões (JOSCELYNE E SAMIOTOU, 2016, p. 4). Em 2006, o grupo Google, quando perguntado sobre sua identidade, respondia: "Então, quem somos nós? Somos especialistas em TA e estamos aqui para trabalhar com o maior corpus de texto bilíngue e monolíngue já reunido" (NORVIG, 2006). Esse discurso autorreferencial do Google esconde sentimentos megalomaniacos para aqueles que sabem que “mais dados sempre leva a melhores performances de algoritmos, de certa maneira, em qualquer domínio de aplicação” (JOSCELYNE E SAMIOTOU, 2016, p. 6) e que, a despeito do que prega a crença popular, Internet e Google não são conceitos intercambiáveis (PETERS, 2015, p. 329; CASSIN, 2007, p. 14) e é aquela quem, de fato, hospeda os dados de que este se gaba. Agora, sem sombra de dúvida, *ter livre acesso* a dados é algo valioso. Retomando a mesma linha de raciocínio do provérbio chinês, aquele que tem

<sup>148</sup> <https://www.commonsenseadvisory.com/AboutUs.aspx>

poder de coletar e distribuir dados, entregando-os aos que podem licitamente se beneficiar deles, estará sempre cultivando pessoas, relações, e envolvido em trocas de favores. Daí ser possível dizer que “uma maneira básica de descrever o que acontece quando informações são transferidas eletronicamente é que há uma troca de informação” (CRONIN, 2013, p. 60). O valor de mercado desse tipo de empresa é em grande parte mensurado pelos dados que ficam a seu dispor, fazendo que se invista em infraestruturas, *softwares* e serviços para administrá-los a seu favor – em 2018 essa indústria de administração de dados pode chegar a valer US\$41,5 bilhões (WEBSTER, 2015, p. 2). Dessa forma, uma empresa que tem em seu banco de dados, legalmente<sup>149</sup>, mais de 25 milhões de volumes de livros, em 400 línguas (HEYMAN, 2015), não pode se preocupar com a quantidade de dados de seus corpora, mas, sim, com a qualidade deles, uma vez que *volume*, *velocidade* e *variedade* importam, mas a falta de *veracidade*<sup>150</sup> anula todo o resto – a frase da primeira década dos anos 2000, “os dados bons são os grandes” [*big data is good data*], já não é tão ouvida por aí. Sendo as TAE alimentadas por “bons dados”, isto é, por dados bilíngues e monolíngues confiáveis (GARCÍA, 2015), o Google impõe a si mesmo mais uma missão (para manter o linguajar da empresa): produzir dados autênticos capazes de ser fontes para treinamento de suas máquinas programadas por aprendizado de máquina profundo [*deep learning*]<sup>151</sup>.

Chegamos, por fim, à crista da onda de 2016 – escolho usar, aqui, uma expressão tão obsoleta quanto talvez venha a ser essa tecnologia em um par de anos, mas não as motivações e os conceitos por trás dela: tradução automática neural (TAN – *NMT*). Para não “tomar caldo” nessas navegações, as principais empresas ligadas à TA do início da segunda década dos anos 2000 (Google, Facebook, Apple, Amazon, Microsoft e a não tão conhecida nas Américas, Baidu) disputavam pesquisadores, oferecendo-lhes salários que chegavam a 7 dígitos (LEWIS-KRAUS, 2016, p. 5). Apesar de a empresa Google ter começado seus testes em aplicar tecnologia de redes neurais em 2011, publicando seus primeiros artigos e melhorias já em 2012<sup>152</sup>, foi em 2015 que a chinesa Baidu ganhou a primazia, publicando dois artigos. No primeiro (DONG ET AL., 2015)<sup>153</sup>, ela anunciaria o caminho para atravessar o mar e chegar à

<sup>149</sup> Para entender melhor sobre os litígios em torno dos direitos autorais das obras hospedadas no *Google Livros*, Cf. SOMERS, 2017.

<sup>150</sup> <http://www.ibmbigdatahub.com/infographic/four-vs-big-data> Acesso em: 20 de nov. de 2017.

<sup>151</sup> Pierre Lévy explica de forma interessante o funcionamento e o limite do aprendizado de máquina profundo. Para o autor, “o aprendizado profundo é baseado na simulação de redes neurais. Ele é suficiente para modelar rudemente a cognição animal (cada espécie animal tem neurônios), mas ele não é refinado o suficiente para modelar a cognição humana” (LÉVY, 2017, p. 5), no entanto, é o que vem controlando o mundo por meio de algoritmos voltados ao consumo e ao comportamento, como veremos ao final desta tese.

<sup>152</sup> <https://googleblog.blogspot.com.br/2012/06/using-large-scale-brain-simulations-for.html>

<sup>153</sup> <https://www.aclweb.org/anthology/P/P15/P15-1166.pdf> - Acesso em: 15 de jan. de 2017.

terra prometida em que traduções feitas por máquinas seriam confundidas com traduções humanas, e, no segundo (ZHOU ET AL., 2016), ela apresentava os preparativos feitos até então para ter uma travessia de sucesso, contendo, dessa vez, o próprio modelo que havia construído e os primeiros treinos feitos com os pares inglês-francês e inglês-alemão, em que resultados com notas surpreendentes do avaliador BLEU tinham sido alcançados, em ambos os pares de línguas (p. 9).

A recepção do artigo, pela equipe Google, ao mesmo tempo em que levantou suspeitas – já que, além da similaridade do modelo, a pontuação do BLEU era idêntica à que a empresa norte-americana tinha obtido em fevereiro e março do mesmo ano –, trouxe alívio por mostrar que a direção que estava sendo seguida era a certa (LEWIS-KRAUS, 2016, p. 31). Assim, aos Googlers – como são chamados seus funcionários (EDWARDS, 2016), já que o eufemismo “colaboradores” seria muito pouco para eles – restou a parte mais difícil: provar a teoria na prática do mercado. Foi quando, no mesmo ano, a empresa, sem alarde algum, colocou *on-line* seus primeiros pares de sistema neural, ganhando, em relação à Baidu, então a primazia sobre o lançamento mercadológico<sup>154</sup>. A repercussão foi imediata. Um professor universitário comparou versões de exemplares japonês de “The Great Gatsby”, de Scott Fitzgerald, que tinha em casa, com o que o Google produzia, e concluiu que não havia diferença alguma na qualidade (JOHNSON, 2016).

As publicações da empresa norte-americana não anunciavam, entretanto, um sistema neural, mas um sistema Neural de Tradução Automática *do Google* (TANG – GNMT). A primeira publicação, que explica em detalhes seu novo sistema, foi disponibilizada no final de setembro de 2016 (em outubro o artigo passou por revisão), sob o título promissor “Sistema de Tradução Automática Neural do Google: superando a lacuna entre humanos e máquinas” [*Google’s neural machine translation system: Bridging the gap between human and machine*]. O estudo chegou a resultados submetidos a avaliações feitas pelo sistema automático BLEU e por escrutinadores humanos com nível de proficiência altíssimo (“fluentes”)<sup>155</sup> nas línguas-fonte e alvo. Nessa pesquisa, fez-se um comparativo entre três

<sup>154</sup> Na verdade, se prestarmos atenção às datas de publicação dos artigos e dos pronunciamentos das empresas, a Microsoft seria quem realmente teria chegado com soluções neurais de tradução automática ao mercado, com os produtos do sistema operacional iOS, da Apple. O que me faz pensar: se eu consegui chegar a este artigo, certamente a ele chegou toda a grande mídia e a mídia especializada de tecnologia, as quais continuam dando à *Google* o troféu de primeiro lugar. Mais uma das perguntas que essa empresa faz suscitar.

<https://www.technologyreview.com/s/602480/googles-new-service-translates-languages-almost-as-well-as-humans-can/> - Acesso em: 07 de ago. de 2017.

<https://blogs.msdn.microsoft.com/translation/2016/04/07/microsoft-translator-now-offers-the-most-comprehensive-translation-solution-for-the-ios-ecosystem/> - Acesso em: 05 de jun. de 2017.

<sup>155</sup> Interessante que o Google não explica o porquê de não ter consultado tradutores profissionais para esta pesquisa, e sim “avaliadores humanos” [*human raters*], na sessão em que descrevem os resultados, eles ainda

versões de traduções. A primeira era feita pelo sistema estatístico até então usado pelo GT (em que o inglês era a língua pivô), a segunda pelo novo sistema TANG e a terceira por traduções humanas. A pontuação alcançada pela nova abordagem do Google foi surpreendentemente positiva. “Em alguns casos, são quase indistinguíveis as traduções humanas e as do sistema de TANG das frases relativamente simplistas e isoladas da Wikipédia ou artigos de notícias usadas no experimento”, fazendo com que, ao final da análise, os pesquisadores afirmem que o TANG “se aproxima da precisão atingida por tradutores bilíngues medianos” (WU ET AL., 2016, p. 19 e 20).

Apesar de se sentirem – e talvez até serem – vencedores nessa disputa com o Baidu pelo lugar na história das TAN, os Googlers só acalmaram quando, um mês e meio depois do primeiro artigo, chegaram a uma nova, “simples, elegante solução para se usar um único modelo de TAN para a tradução entre múltiplas línguas” (JOHNSON ET AL., 2016, p. 1) e, claro, antes de qualquer outra pessoa. A essa solução deu-se o nome de “tradução do zero” [*zero-shot translation*]. O nome que remete à teoria de “aprendizado de máquina” [*machine learning*], em que ao usar um único exemplo para treinar um dado modelo chama-se “o 1” [*one-shot*] (JOHNSON, 2016) revela o espírito fanfarrão da empresa Google, não sendo a primeira vez que fazem jogos de palavras – como veremos ao final desta tese –, que demonstrem que, ao mesmo tempo em que são eficientes, sérios e profissionais, mantêm um espírito jovial e amigável.

O sistema TANG permanece o mesmo apresentado pelo grupo Google Brain no primeiro artigo (WU ET AL., 2016), porém, a ele foi acoplado um símbolo [*token*] à língua-fonte que anuncia ao sistema qual será a língua-alvo e, aparentemente, essa adição faz valer, de fato, o que se esperava há tempos de uma interlíngua: “todos os parâmetros são implicitamente compartilhados por todos os pares de línguas que estão sendo modelados” (JOHNSON ET AL., 2016, p. 1). Isso soluciona muitos dos antigos problemas enfrentados com a TAE do Google, quando o inglês era usado como “língua pivô”, já que essa abordagem não funcionava bem com línguas que não possuíam uma quantidade de dados tão grande. Assim, segundo os autores, “um benefício surpreendente de modelar vários pares linguísticos em um único modelo é que o modelo descobre, de maneira implícita, como traduzir entre pares de línguas que nunca viram (tradução do zero)” (p. 2).

---

fazem uma ressalva explicando que mesmo fluentes nos dois idiomas, os pesquisadores perceberam que os avaliadores nem sempre compreendiam completamente todas as frases, não sendo tão bons para avaliá-las (WU ET AL., 2016, p. 19)

Sobre essa descoberta, o Google se pronunciou em seu blog científico, o “Google Research Blog” (SCHUSTER ET AL., 2016), contando como, de fato, chegaram a ela. Os bons resultados alcançados com os pares treinados levaram os pesquisadores a se perguntarem: “Podemos traduzir entre um par de idiomas que o sistema nunca viu antes? [...] Impressionantemente, a resposta é sim”. Isso porque, o “sistema está aprendendo uma representação comum em que sentenças com o mesmo significado são representadas de maneira similar, independentemente da língua – ou seja, [existiria] uma interlíngua?”. A Isso, Schuster, Johnson e Thorat, neste artigo, respondem que sim, explicando que “a rede deve estar codificando algo sobre a semântica da sentença, em vez de simplesmente memorizar as traduções frase a frase. Nós interpretamos isso como um sinal de existência de uma interlíngua na rede” (SCHUSTER et al., 2016). Ao final, os autores ainda destacam que tais conclusões são interessantes não só para “pesquisas em aprendizado de máquina ou de tradução automática, mas também para linguistas e outros interessados em saber como várias línguas podem ser processadas por máquinas usando um único sistema”.

Agora, como fazê-lo, se muitos desses dados foram e são alimentados por suas próprias traduções consideradas “brutas” [*raw translation*] (CHAN, 2015), mesmo que tentem evitar esse desastre, colocando marcas d’água em suas produções (JOHNSON, 2016)? Anthony Pym nos alerta para um ciclo que denomina “virtuoso-vicioso”. A virtude se dá pela pós-edição que alimenta e melhora o banco de dados desses sistemas, produzindo traduções melhores ao usuário-final, e isso se repetindo, os dados poderiam chegar a gerar traduções “prestáveis” [*serviceable*]. O vício, por outro lado, vem exatamente da ausência da fase da pós-edição, que produz e alimenta o sistema com dados de baixa qualidade (PYM, 2014, p. 127).

Comemoram-se assim, em 2016, as bodas de ouro do casamento entre TA e TAC. No mesmo ano em que as empresas Google, Baidu, Microsoft e SYSTRAN anunciam suas versões neurais de TA, os desenvolvedores de ferramentas TAC, sem nenhum alarde também, tornam-se adeptos dessa nova abordagem, isso porque seus sistemas passam, em massa, a possuir recursos que se conectam a TA (CHAN, 2017). Outro setor que seguiu essa mudança foi o da indústria de PSL, cujo campo maior de atuação é a área de localização. O diferencial do sistema dessas empresas, em relação aos *softwares* das TAC, recai certamente sobre seu uso, porque são elas, como entidades jurídicas que, em última instância, fornecem as traduções feitas por meio de sistemas alimentados por tradutores, banco de dados de clientes e, ainda, pelo que estiver disponível gratuitamente *on-line*. Já os *softwares* de TAC são manuseados por tradutores profissionais que fazem suas escolhas, acessando a ferramenta TA

ou não, e na quantidade que desejarem. Quando coloco as empresas como agentes ativos da tradução, baseio-me na fala esclarecedora de Jay Marciano, diretor de Tradução Automática da Lionbridge, empresa eleita a número um do mundo, em 2016, no ramo de PSL<sup>156</sup>:

Ao longo dos últimos 5-7 anos, os tamanhos de arquivos diminuiram drasticamente, dada a mudança na natureza do conteúdo que está sendo publicado. [...] A realidade que resulta disso é que o custo das transações normalmente excede os das traduções.

Consequentemente, a Lionbridge está se concentrando em reduzir esses custos de transação através da solução de gerenciamento de ciclo de vida de localização de conteúdo mais eficiente do setor. Este sistema gerencia o processo completo desde obter o conteúdo do repositório do cliente, traduzi-lo em vários idiomas (TA, Tradução Humana ou a combinação dos dois), assegurando a qualidade, e devolvê-lo ao cliente. [...]

Automatizando cada um desses processos e reduzindo o custo de mão-de-obra de cada um desses pontos de contato - esse é o poder da plataforma de nuvem da Lionbridge. E à medida que a qualidade da tradução automática aumenta, o valor desta plataforma fica mais forte do que nunca.

Assim, essas empresas estão cada vez mais diminuindo seu quadro de funcionários e utilizando as TA(C) para realizarem suas traduções, estreitando, como Marciano destacou, seus laços com as tecnologias de tradução inteiramente automática. Isso porque, na verdade, essa plataforma da Lionbridge é o que tanto as PSL quanto as desenvolvedoras de *softwares* vêm chamando de híbrido humano de TA. Em termos práticos, o texto é traduzido completamente por uma TAN, ou seja, a partir de aprendizado de máquina profundo e, contrariamente aos sistemas do Google e da Baidu, o banco de dados é alimentado por textos do próprio usuário (ou dos clientes, no caso das PSL)<sup>157</sup>, que faz o processo de “pós-edição” diretamente na plataforma – daí o nome do produto da *SDL*, por exemplo, ser “TA Adaptativa” [*AdaptiveMT*] (*SDL*, 2017, p. 8).

Os híbridos apresentam vantagens sobre as formas que existiam até agora. Em relação às TA, esse processo resolve o problema dos dados de baixa qualidade, discutido anteriormente, e nomeado por Pym de “ciclo vicioso”, acima. Na verdade, esse passa a ser o “ciclo virtuoso” também apontado pelo autor australiano, pois o sistema aprende diretamente do tradutor, de modo que os erros são reduzidos, melhorando a precisão dos termos, com o passar do tempo (*SDL*, 2017, p. 8). E, no tocante às TAC, os problemas de “correspondência parcial” [*fuzzy match*] e de “sem correspondência” [*no match*] são solucionados, porque

<sup>156</sup> <https://www.lionbridge.com/en-us/about/news/lionbridge-awarded-top-ranking-among-worlds-largest-100-language-services-providers> - Acesso em: 2 de dez. de 2017.

<sup>157</sup> Alguns desses híbridos mantêm uma *memória de tradução* centralizada advinda das traduções já feitas anteriormente, que alimentará todo o sistema, e, por conseguinte, todos os clientes se beneficiarão dela, como é o caso da ferramenta usada pela *Zendesk* elaborada em parceria com a *Lilt*. Cf. [https://www.lilt.com/resources/Zendesk\\_Lilt\\_Case\\_Study.pdf](https://www.lilt.com/resources/Zendesk_Lilt_Case_Study.pdf) - Acesso em: 2 de dez. de 2017.

mesmo que os termos não tenham sido anteriormente abordados pelo tradutor, ou cliente, em se tratando de uma TAN, o sistema trabalha para “aprender a traduzir” [*learn how to translate*] (SDL, 2017, p. 3), sendo ele um “motor de TA autodidata” [*self-learning MT engine*] (p. 7). Por isso, para usar a mesma nomenclatura de “correspondência”, a *SDL* vem chamando essa capacidade de chegar às palavras/termos por meio dessa nova tecnologia como “melhor correspondência” [*best match*] (p. 7). Assim, mesmo que tais ferramentas não tenham acesso à quantidade de dados de que a empresa Google se serve, elas, certamente, sobrepujam-no em qualidade, agora, mais ainda, recorrendo, também, às TAN.

A pergunta que deve nos intrigar é, na verdade: por que investir nessa melhoria?

Primeiro sabemos que o esforço não se dá por más avaliações acadêmicas vindas de teóricos de tradução, pois muitos desses já enxergam que “os aumentos na potência dos computadores tornaram viáveis os métodos estatísticos e levaram à possibilidade de construir sistemas úteis de TA, mesmo que em uma qualidade linguística baixa” (BOITET ET AL., 2010, p. 2). Aliás, esses teóricos constatam que, hoje, já conseguimos atingir, por meio das TA, as funções de assimilação de informação, disseminação da mensagem, comunicação, entretenimento e aprendizado de língua (CHAN, 2017, p. 37). De fato, a academia faz essa afirmação há anos (CHAN, 2015, p. 42; HUTCHINS, 2000, p. 12 – “está se tornando, agora, disponível”<sup>158</sup>), ou, quando muito, por meio de ressalvas, traz sugestões para driblar a qualidade na disseminação (pré-edição, pós-edição, língua controlada, etc.) (FORCADA, 2010, p. 217).

A melhoria não é, também, motivada por aclamação comercial, já que algumas empresas concluíram que o investimento em traduções altamente precisas não valia a pena (como veremos em detalhe no próximo capítulo). Primeiro porque os usuários – e daí não os chamamos de “leitores” – não leem os arquivos de “ajuda” e nem os manuais<sup>159</sup> – na melhor das hipóteses, a sociedade dos leitores dos 140 caracteres lê somente trechos de bulas –, se

<sup>158</sup> Após enumerar as três funções que foram primeiramente trazidas em 1988 em uma conferência Aslib, e hoje são amplamente defendidas na teoria (assimilação, disseminação e comunicação), o autor afirma que ainda não podíamos dizer que a disseminação estava no nível desejado, “mas está, agora, se tornando disponível” [*is now becoming available*] (HUTCHINS, 1998, p. 12)

<sup>159</sup> Estudos indicam que, na web, os usuários leem, no máximo, 28% de uma página na internet – o mais comum é que se leia 20% (NIELSEN, 2008). Entre os anos de 2004 e de 2005, durante 105 dias, um estudo minucioso foi feito para apreender o uso que o cidadão comum faz da web, embora ainda se saiba muito pouco sobre a interação diária e privada do usuário, os números foram, de fato, desanimadores para o investimento das empresas em conteúdo. Primeiramente, somente 10% da navegação é feita pela barra de endereço, chega-se a uma página, então, por links de navegação inseridos em outras páginas, e 76,5% das escolhas de acesso aparecem já na primeira página, ou seja, somente 23% das pessoas de fato navegam abaixo do que o site já oferece em sua visualização inicial – a exceção a isso é o modo de navegação em que o usuário imprime as páginas de pesquisa do *Google*. O tempo, entretanto, que se dispensa na leitura desses links é de 4 segundos para 25% das páginas, e, ainda, 52% ficam até um pouco menos de 10 segundos, ou seja, os participantes do estudo, de fato, não conseguiriam, nesse tempo de acesso, ler uma página por completo (WEINREICH ET AL., 2008).

precisando de ajuda, esses recorrem a seus pares em sites de busca ou em vídeos de tutorias (GARCÍA, 2015a). Segundo porque quando recorrem às TA, eles não se importam com a qualidade da tradução. Estudos mostram que somente 5% das pessoas acham traduções humanas mais úteis do que as feitas por *softwares* (DELLINGER E GERBER, 2009, p. 11)<sup>160</sup>. Para Michael Cronin (2013), essas duas razões são, na verdade, desdobramentos de mudanças nas normas de letramento e nas práticas de leitura. A aceitação da baixa qualidade estaria ligada, então, ao surgimento da “tradução do essencial” [*gist translation*] que forma leitores que abordam os textos de forma “instrumentalizada, não linear e muito acelerada” (CRONIN, 2013, p. 101).

Os engenheiros também parecem bem satisfeitos – e há tempos – com os resultados, como disse Alan Melby: “Quem se importa com gramática ou escolha de palavras quando um humano motivado pode, com um pouco de prática, formar uma ideia aproximada do que se trata o documento?” (MELBY, 1997, p. 30).

A pergunta fica ainda mais intrigante quando pensamos em possíveis razões, para a melhoria da qualidade, de cunho particular da empresa. Segundo reportagem entusiasmada e extensiva – se colocada em sua versão “para impressão”, oferecida pelo site do jornal, ela gera um arquivo de PDF de 37 páginas – do The New York Times escrita por Gideon Lewis-Kraus (2016), essa transformação pela qual o GT passou, se não desse certo, não arriscava muita coisa, já que o produto Google Tradutor não gera uma renda alta, e provavelmente nunca o fará. Ainda, sem nenhuma conjunção explicativa ou elemento dêitico, já que a frase fala por si só, o jornalista acrescenta em ritmo de confissão que, além de tudo, “para a maioria dos usuários anglófonos, mesmo uma atualização radical no desempenho do serviço dificilmente seria aclamada como algo mais que uma melhoria acidental esperada” (LEWIS-KRAUS, 2016, p. 26). Então, por quê?

A própria reportagem parece responder à pergunta, em uma espécie de ato falho – ou de chiste, para aqueles que, como eu, riram<sup>161</sup> –, ao compartilhar com o leitor a fala ingênua<sup>162</sup> de Sundar Pichai, presidente executivo da Google sobre o despertar da importância

---

<sup>160</sup> Infelizmente, a sensação de que uma tradução mal feita deixa no consumidor a impressão de que o produto não é motivo de orgulho nem para a própria empresa que o fabricou (GOUADEC, 2007, p. 9), trazendo assim consequências ruins para suas vendas, não é verdadeira.

<sup>161</sup> Cf. VERAS, 2016.

<sup>162</sup> Aliás esta parece ser a postura obrigatória aos cargos de chefia da empresa: “transparecer ingenuidade”. Essa abordagem comunicacional também foi a adotada por Amit Singhal no documentário “Google e o cérebro do mundo” [*Google and the world brain*] (<http://www.worldbrainthefilm.com/>), quando, além de engenheiro de *software* da Google, também, era vice presidente sênior na empresa (onde trabalhava desde 2000, sendo, então, o 176º funcionário-Google). Singhal, depois de, sem motivo aparente, deixar a empresa no dia 26 de fevereiro de 2016, foi contratado pela UBER, onde teve uma carreira curtíssima de apenas um mês, tendo que deixá-la, depois que a empresa norte-americana de transportes privados descobriu que o ex-Gogler respondia

do GT: “Foi só com a crise dos refugiados, explicou Pichai [...], que a empresa chegou a considerar a importância geopolítica do Google Tradutor” (LEWIS-KRAUS, 2016, p. 4). Se entendermos que Pichai se refere à mesma “crise” descrita pela União Europeia<sup>163</sup> causada pelo influxo de mais de um milhão de imigrantes, chegando à Europa para fugir da guerra e do terror em seus países de origem, em 2015 e 2016, isso seria dizer que antes de 2015 o Google não atribuía importância geopolítica alguma ao GT?! Por isso absorvo do incabível da afirmação de Pichai um teor cômico “que se traveste justamente nesse modo de se dizer sem se dizer” (VERAS, 2009, p. 2).

Ainda mais quando uma empresa, desde os primórdios de sua história, até os dias de hoje, declara que sua missão é “organizar as informações do mundo e torná-las universalmente acessíveis e úteis”<sup>164</sup>. Sabendo que “tradução é uma forma de transmitir informação de uma língua para outra e, como tal, é uma clara exemplificação da tensão entre o global e o local” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 2), quão treinada eu deveria ser para parecer gentil, educada, calma, etc., como o “conhecidamente brando Pichai” (NIEVA E GUGLIELMO, 2016), e não dar uma desconfiada risada de sua afirmação? Portanto, concordo com Ido Ramati e Amit Pinchevski quando afirmam que “qualquer análise do Google Tradutor deve [...] engajar-se criticamente em como a função da tradução se encaixa dentro da ideologia do Google quanto ao fluxo de informações e à conectividade global” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 2). Uma vez que o GT “surge como uma verdadeira máquina de informação” (p. 9).

Neste capítulo, busquei apenas mostrar como as TA e as TAC não só começaram juntas, como continuam se retroalimentando, daí a minha opção em não seguir as divisões teóricas classificatórias e ahistóricas que as colocam em pontos distintos do contínuo dos processamentos automáticos das línguas naturais. Não quero, com isso, negligenciar a intenção de dissecar o objeto que muitas dessas divisões almejam, mas acredito ser importante destacar que, neste caso específico, na intersecção desses dois grupos de pesquisas, o efeito maléfico que alcançamos, separando-os, é o de escamotear aspectos essenciais a eles inerentes.

Para melhor entender essa busca pelo aprimoramento dessas tecnologias é preciso compreender como os usos feitos dessas ferramentas TA(C) pelo mercado de localização está

---

criminalmente por assédio sexual. Embora seja leviano afirmar imputabilidade de Singhal, ao menos, é possível desconfiar de tamanha ingenuidade. (<https://www.nytimes.com/2017/02/27/technology/uber-sexual-harassment-amit-singhal-resign.html>; <https://www.recode.net/2017/2/27/14745360/amit-singhal-google-uber>; <http://time.com/4206532/amit-singhal-google-future-of-search/> - Acessos em: 10 de jun. de 2017)

<sup>163</sup> <http://publications.europa.eu/webpub/com/factsheets/migration-crisis/en/>

<sup>164</sup> <https://www.google.com/about/our-story/> e <https://www.google.com/about/our-company/>

em consonância com a visão de tradução e, conseqüentemente, de língua e cultura do Google, e outras empresas como ele.

## Capítulo V

### “Me *localiza*: isso é traduzir?!”

Uma das maiores clientes e parceiras – altamente interessada na perpetuação – das TA(C) é a indústria de localização, que vem crescendo e tomando formas diferentes a partir de dois eventos: popularização dos microcomputadores e advento da Web 2.0<sup>165</sup>. Neste capítulo discutirei o desenvolvimento histórico que levou ao aparecimento dessa indústria, bem como o papel da tradução dentro de suas etapas, no intuito de que seja percebido o distanciamento que as TA(C) têm do que se deveria – continuar a – ser entendido por tradução. Para isso, ainda, discutirei alguns exemplos de traduções feitas sob os procedimentos que envolvem o processo de localização.

Segundo o Museu da Computação e Informática do Brasil<sup>166</sup>, os computadores chegaram ao cidadão comum só depois de quase quatro décadas após a sua criação. O advento do computador pessoal (PC) provocou alterações nas características físicas da própria máquina, como também em suas funcionalidades. Era preciso não só que as configurações de *softwares* fossem adaptadas às exigências dos usuários internacionais comuns, como também que as teclas correspondessem às necessidades desse novo público, como, por exemplo, apresentando acento gráfico de línguas diferentes do inglês, já que esse novo usuário não se encontrava somente nos EUA, mas por todo o mundo, e esperava que o computador cumprisse, também, as funções de uma máquina de escrever. Foi aí que se percebeu como os computadores estavam moldados para o público norte-americano e que, para ganhar outros mercados, seria necessário *localizar* os produtos (CHAN, 2017, p. 110).

#### 5.1 Dizendo a que veio

O termo localização tornou-se, então, onipresente nas reuniões e pautas de planejamentos de marketing, financeiro e executivo nas grandes empresas. Rapidamente, esses clientes começavam a pedir por serviços que, juntos, caracterizaram a localização. Dos profissionais envolvidos, os que mais tiveram que adaptar suas antigas práticas foram os das práticas mais antigas: os tradutores. Tanto na esfera profissional, quanto na acadêmica, a

---

<sup>165</sup> Web participativa e colaborativa, “conteúdo interativo gerado pelo usuário” (CRONIN, 2013, p. 99).

<sup>166</sup> <http://www.mci.org.br/micro/index.html> - acesso em 25 de março de 2016

localização tornou-se assunto recorrente para tradutores e teóricos dos Estudos de Tradução, sendo abordada a partir da definição estabelecida pela, então, Associação de Padrões da Indústria de Localização (LISA)<sup>167</sup>: “Localização se refere ao processo de fazer um produto linguística e culturalmente apropriado para a localidade de destino (país/região e língua), onde ele será usado e vendido” (LISA, *apud* ESSELINK, 2000, p. 3). As empresas que trabalham com as etapas de *localização* de um produto, com altíssima frequência, acrescentam a essa definição – como uma espécie de nota explicativa – a ideia de que “localização é mais do que tradução” (mesmo que nem sempre usem essa construção frasal). Assim, recorrentemente encontramos, junto a sua definição, colocações como a acima<sup>168</sup>, ou, por exemplo, “localização é um processo mais especializado [do que a tradução]”<sup>169</sup>; “Localização de conteúdo – mais do que tradução”<sup>170</sup>; “Por que localização não é só tradução?”<sup>171</sup>, etc. Essas construções, então, adicionadas à definição da LISA, construíram, à época, o novo empreendimento da localização que ganhou notoriedade também na teoria dos Estudos de Tradução (PYM e BIAU GIL, 2006; ESSELINK, 2000 e 2006; SCHÄLER, 2004; AUSTERMÜHL, 2006; DUNNE, 2006 e 2015). Talvez por isso, que sintomaticamente muitos autores que discutem localização o fazem de uma maneira imprecisa sendo possível, ao final, dizer, ao mesmo tempo, uma coisa e seu contrário (CANCIO E BELMONTE, 2010, p. 663), como veremos adiante

Bert Esselink, um dos nomes mais citados na área de localização, desde seu livro “*A practical guide to localization*” [Um guia prático à localização] (2000)<sup>172</sup>, em um tom de desmistificação do termo, declara: “de forma resumida, localização gira em torno da combinação de linguagem e tecnologia para fabricar um produto que possa atravessar barreiras culturais e linguísticas. Nem mais, nem menos” (ESSELINK, 2006, p. 21). A dose acentuada de calma e simplicidade dessa afirmação não consegue esconder as implicações

<sup>167</sup> Em 1989, na Suíça, a LISA foi fundada para desenvolver padrões que atendessem às necessidades da indústria, principalmente no que dizia respeito às etapas do processo de tornar um produto globalmente consumível e aos formatos para a realização de trocas de arquivo e afins (DECAMP E ZETZSCHE, 2015, p. 381). Em 2011 a associação foi declarada insolvente e após algumas disputas para ver quem ficaria responsável pelos seus portfólios de padronização, decidiu-se que o Instituto de Padronização de Telecomunicações (ETSI) seria seu sucessor, e que seus portfólios de padronização ficariam sob a licença da *Creative Commons Attribution*, na versão 3.0.

<https://www.gala-global.org/lisa-oscar-standards>; <https://www.gala-global.org/blog/etsi-and-lisa-standards-what-does-it-mean>; <https://www.gala-global.org/lisa-oscar-standards>

<sup>168</sup> <https://www.lynda.com/Developer-tutorials/Localization-more-than-translation/193806/372683-4.html>

<sup>169</sup> <http://content.lionbridge.com/the-difference-between-translation-and-localization-for-multilingual-website-projects-definitions/> - Acesso em: 20 de nov. de 2017

<sup>170</sup> <https://www.compart.com/en-US/content-localization-more-than-translation>

<sup>171</sup> <https://phraseapp.com/blog/posts/localization-isnt-just-about-translation/>

<sup>172</sup> Na realidade, este título trata-se de uma reedição, cuja primeira versão, publicada em 1998, levava o nome de “*A practical guide to software localization*”. Como explica o autor no prefácio mais atual, a palavra “*software*” foi omitida, uma vez que as reflexões do livro são referentes a *localização* em qualquer produto.

que o processo de localização traz para as práticas dos profissionais de tradução, ao mesmo tempo em que nos serve de alerta para que não tratemos de eventos sociopolíticos complexos sob formulações reducionistas arriscando, com isso, servir-lhes de ferramenta em um plano de retroalimentação.

Nessa direção, discutirei alguns pontos primordiais para este trabalho, a partir da conceituação proposta por Anthony Pym juntamente com José Ramón Biau Gil, que, de muitas maneiras, fazem coro com outros teóricos – Esselink (2000), King (2003), Singh e Pereira (2005), Dunne (2006), Folaron e Gambier (2007), Gondouin (2007), Schäler (2010), Pym (2011), Declercq (2011), Chan (2017) –, quando detalham que

*A palavra “localização” é associada à “localidade”, um termo que define um mercado específico. Localidades são geralmente menores que países ou línguas. Localizar um processador de texto desenvolvido nos Estados Unidos para que ele possa ser vendido no mercado espanhol envolve traduzir para o espanhol os menus, as caixas de diálogo e outras mensagens visíveis ao usuário, traduzir os arquivos de Ajuda, a publicidade, o material de referência impresso, e adaptar qualquer outra referência cultural que for encontrada pelo caminho. Mas também envolve implementar o processador de texto com correção ortográfica para a variedade de espanhol que se usa no local, adaptando a opção “inserir data” para que o texto inserido apareça na ordem Dia/Mês/Ano [...], incluindo configurações prévias de páginas que correspondam aos padrões espanhóis de papel e envelopes, [etc.]. Tudo isso pode ser chamado de “localização” e envolve mais do que tradução. (PYM E BIAU GIL, 2006, p. 13 – grifos meus)*

A tentativa dos autores em adotar um posicionamento mais reflexivo sobre o difundido conceito de localidade [*locale*] (“Localidades são geralmente menores que países ou línguas”), mas que, por fim, acabou, em sua exemplificação, ratificando o indissolúvel par “país/língua” (“um mercado espanhol”), explicita a dificuldade encontrada pelo campo dos Estudos de Tradução em tornar essa atividade, que é inerentemente comercial (QUIRION, 2006, p. 825), condizente com visões de cultura e língua que já vinham orientando as práticas e as teorias de tradução desde o século XX (PYM, 2014), mas que, com o advento das TA(C), estão confusas ou sendo esquecidas – talvez, até, porque, agora, essas passaram a ser referenciadas por profissionais e teóricos que sobre elas nunca parecem ter refletido – como vimos no capítulo anterior. A seriedade fica ainda maior quando tais autores também reverberam as colocações que inferiorizam o fazer tradutório frente às etapas do processo de localização. Para a discussão a que esta tese se propõe, problematizarei os empregos dessas duas expressões recorrentes às definições de localização, a saber, o conceito localidade (incluindo a discussão do porquê não continuar usando o termo anglófono “*locale*”) e a

locução “mais do que tradução”, uma vez que acredito estar neles o efeito umbrátil que essa definição vem ganhando.

A substituição do termo “*locale*” por *localidade* implica sua (re)definição, a partir das teorias que problematizam o paradigma do “nacionalismo ontológico” (CASSIN, 2016, p. 62), ou seja, aquela que liga território-comunidade-língua indissociavelmente, dentre outras coisas. Assim, nas próximas linhas, me aprofundarei nesse conceito, para, depois, poder discutir o que seria *isso* que coloca a tradução em uma escala secundária de prioridade<sup>173</sup>.

## 5.2 Locale

Na clássica definição da extinta LISA<sup>174</sup>, presente na citação de Bert Esselink (2000, p. 3 – no início do capítulo), localidade [*locale*] é especificada como: “país/região e língua”. As teorias de Estudos de Tradução vêm repercutindo esse uso do termo, e mesmo em publicações acadêmicas que não são anglófonas ele é mantido em inglês – o que serve de indício sobre o que se trata *locale*-izar um produto.

Essa ausência de tradução me remete às reflexões levantadas por Derrida, em uma mesa-redonda em que discorre a favor da traduzibilidade como fazer filosófico, dizendo que “em todos os lugares onde a tradução, nesse sentido, é ameaçada, é nada menos que a filosofia que se encontra ameaçada” (DERRIDA, 1982, p. 16). Ou seja, vejo que se mantendo intocável o termo *locale*, tal como veio de suas áreas originárias (*marketing* e engenharia de *software*), engole-se a conceituação formulada por diretrizes distantes das que temos nos Estudos da Linguagem, desta vez, ainda, aproveita-se de sua fácil assimilação por leitores de línguas românicas, diante do cognato que ele evoca (“local”, principalmente quando se tem acesso à pronúncia), de forma a fazer perdurar ainda mais os ecos daquelas áreas.

Nesta tese, entretanto, opto por traduzi-lo por “localidade”, para que encerremos essas mudas repetições e encetemos discussões à luz de teorias (sócio)linguísticas dentro dos Estudos de Tradução. Destaco, aqui, ainda, que não isento de redefinições e meditações as publicações anglófonas de Estudos de Tradução que também são tragadas por essas áreas não-sociais. Vejo, inclusive, um problema adicional, quando nessas publicações na língua inglesa

<sup>173</sup> Embora não ignore o uso de “mais do que” como um “aditivo”, sem atribuir julgamento de valores entre as duas atividades (*localização* e *tradução*), destaco seu uso depreciativo, já que, como veremos ao longo deste capítulo, é a maneira como essa expressão vem sendo empregada pela teoria.

<sup>174</sup> Embora a LISA tenha sido extinta, seus portfólios continuam sendo usados, embora possam ser modificados. A ETSI manteve várias de suas formulações, como pode ser consultado em: [http://www.etsi.org/deliver/etsi\\_sr/002500\\_002599/002564/02.00.00\\_60/sr\\_002564v020000p.pdf](http://www.etsi.org/deliver/etsi_sr/002500_002599/002564/02.00.00_60/sr_002564v020000p.pdf) Acesso em 18 de novembro de 2017.

usa-se a palavra “*locale*” muitas vezes de forma confusa, empregando-lhe seu significado denotativo<sup>175</sup> (“lugar onde alguma coisa acontece”). Quanto a isso, partamos a um exemplo. O livro *Business without borders: a strategic guide to global marketing* [Negócios sem fronteiras: um guia estratégico para o marketing global], de autoria do linguista computacional Donald DePalma (2002), fundador do *Common Sense Advisory*<sup>176</sup> (Conselho de Senso Comum). DePalma é uma grande referência nos estudos acadêmicos sobre localização, sendo amplamente citado (CANCIO E BELMONTE, 2010; O’HAHAN, 2013; GARCÍA, 2015a; CHAN, 2017; dentre outros). No livro em questão, o autor primeiro elucida que “*língua mais país faz um mercado*”. E se posiciona quanto ao termo: “aqui descrevo a noção mais avançada dos *pares língua-país*, também chamados de localidades” (DEPALMA, 2002, p. 78 – grifos do autor). Ok, localidade [*locale*] = língua + país. Poucas páginas depois, na mesma publicação, defendendo sua preferência pelo termo localização ao nacionalização, ele explica ser aquele melhor do que este por incorporar “localidade mais língua” (DEPALMA, 2002, p. 80). Alto lá! Língua já não estava contemplada em localidade [*locale*]? Ao longo do livro, percebo que esta não foi a única colocação em que o autor exclui língua de localidade (p. 137) e nem a anterior a única em que ele volta a incluí-la (p. 142). Assim, ainda que não consideremos a inconsistência de seu emprego, e a devida distinção que deveria se fazer entre o termo e a palavra do léxico anglófono, se queremos discutir um processo envolvido – para dizer o mínimo – em tradução, cujo objetivo é fazer que um produto supere “barreiras culturais e linguísticas” (ESSELINK, 2006, p. 21) ou que seja modificado a tal ponto que “ele tenha a aparência de uma mercadoria fabricada em *território nacional*” (LISA, 2003, p. 3 – grifos meus), como expôs, à época, o diretor geral da LISA, Michael Anobile, é preciso falar sobre Keeley (2007)<sup>177</sup> – ou, ao menos, tê-lo em mente. Em outras palavras, será preciso tratar das nocividades trazidas por deixarmos quietos e seguros termos vindos do mundo *business* ao mundo acadêmico. Como este trabalho pretende-se linguístico e, portanto, social, não há como deixar ileso e inquestionado um termo que nos pede que aceitemos, ainda mais após a discussão<sup>178</sup> sobre *nacionalismo ontológico*, o trio (disfarçado em dupla): “região/país” e “língua”, como o faz “localidade” [*locale*].

<sup>175</sup> <http://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/locale> ;  
<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/locale?q=locale> ;  
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/locale> - Acessos em: 30 de maio de 2017.

<sup>176</sup> <https://www.common senseadvisory.com/AboutUs.aspx>

<sup>177</sup> Cf. Capítulo 3

<sup>178</sup> Agradeço imensamente as contribuições da banca de qualificação pela sugestão de reorganização dos capítulos, de forma a, para mim, reiterar as prioridades acadêmicas a que esta tese se propõe.

Como ponto de partida, tomei a discussão amplamente difundida entre os teóricos franceses sobre o quão intercambiáveis os termos *localização* e *adaptação* são, de forma a questionar qual seria, dentro dos Estudos de Tradução, o nome que melhor serviria ao que em inglês chama-se “localização” [*localization*] (QUIRION, 2006; GOUADEC, 2007; CANCIO E BELMONTE, 2010). Os autores fazem um alerta ao fato de que “a chegada da localização [aos Estudos de Tradução] sugere a necessidade de um questionamento sobre os pressupostos terminológicos [vindos de outras áreas] e de uma acentuação das pesquisas sobre seus papéis culturais e sociais” (QUIRION, 2006, p. 835-836).

No intuito, então, de fazer coro com os teóricos que advogam por uma reflexão social e linguística sobre a localização dentro dos Estudos de Tradução, apresento a colocação sobre localidade, elaborada por Carmelo Cancio Pastor, juntamente com Nicolas Froeliger (este sob o pseudônimo de Sydney Belmonte<sup>179</sup>), a qual esclarece que esse termo engloba o conjunto de “parâmetros de lugar” [*paramètres de lieu*] que “para o desenvolvedor [do produto] funcionam como especificações a serem respeitadas, para que o usuário final possa usar o software adequadamente” (CANCIO E BELMONTE, 2010, p. 665). Os autores, nessa publicação, trazem exemplos similares aos apresentados na definição de Pym e Biau Gil (2006, p. 13 – citada acima), mas eliminam a restrição desses *parâmetros* a países, por destacarem, ao falar sobre a presença de língua no termo localidade, a existência de “variantes linguísticas” [*variantes linguistiques*] (p. 668-669) que deveriam ser realmente levadas em conta, se fosse cumprido o que é prometido nas definições de localização.

A essa colocação de Cancio e Belmonte, acrescento as reflexões retomadas por Pym, em uma segunda formulação, talvez mais madura ou calçada contra as bombas desse terreno minado pelas áreas de comércio e *marketing*, feita anos depois da mencionada anteriormente. O autor, então, fala que localidade é “um segmento de mercado definido por critérios que incluem língua, moeda, e talvez nível educacional ou faixa de renda, dependendo da natureza da comunicação” (PYM, 2011, p. 413) – variáveis bem parecidas com as também apontadas por Jean Quirion (QUIRION, 2006, p. 827). Pym retira “país” das variáveis que incidem sobre localidade, por defender maior grau de liberdade para o usuário, como o de poder criar laços com o espaço que desejar, sem sofrer imposições pela identificação da

---

<sup>179</sup> Nicolas Froeliger, para defender a publicação de Carmelo Cancio Pastor, que teve a primeira versão de seu artigo julgada pelo comitê da revista *META* como insuficientemente científica, adicionou a ela esse pseudônimo para, conforme pedido pela revista, atribuir-lhe aspectos “tradutológicos” [*traductologiques*] – na França há uma clara distinção em seus centros acadêmicos entre os termos *traduction*, cuja aplicação é mais genérica, dirigindo-se a questões mais práticas da área, e *traductologie*, que se restringe aos Estudos de Tradução. (Cf. FROELIGER, 2013a, p. 112-113).

<https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00971732/document>

localidade à qual sistema operacional<sup>180</sup>, ou IP<sup>181</sup>, ou cookies<sup>182</sup> estão vinculados (PYM, 2011, p. 416), ou seja, seu questionamento não é motivado inteiramente por posicionamentos contra a ideia de língua ligada a país<sup>183</sup>. No entanto, ainda assim, alegro-me em perceber preocupações em não se engolir em seco conceitos que em muito se distanciam da área social dos Estudos da Linguagem.

Agora, se *espaço* está completamente entranhado em nosso sistema de apreensão e representação do mundo, como nos chama a atenção Jean-René Ladmiral e Nicolas Froeliger (LADMIRAL E FROELIGER, 2010, p. 616), discutindo precisamente localização e deslocalização<sup>184</sup>, como definir as variáveis que tornam um produto comercial vendável em diferentes mercados locais sem incorrer na reiteração de seu uso dentro do paradigma do coquetel molotov herderiano, cujo objetivo é ser um explosivo contra exatamente o que não for oficializado na nação? Talvez o caminho não seja eliminar “espaços geopolíticos”, mas espaços geopolíticos uniformes encerrados em conceitos de *país* e *nação*, seguindo, assim, inclusive, uma pista dada pelo próprio Pym ao se queixar de um processo, ligado à localização, cuja nomeação faz referência à “nação” (a saber, internacionalização – termo que discutirei neste capítulo), dizendo: “este é um nome ruim, já que nações não têm nada a ver com isso (e é por isso, afinal, que usamos o termo ‘localidade’)” (PYM, 2014, p. 121). Isso porque mesmo que pensemos em uma relação dinâmica entre espaço e tempo, em que não se seja limitado a um território com características estáticas e homogêneas (APPADURAI, 1996; BLOMMAERT, 2010; PENNYCOOK, 2012; CANAGARAJAH, 2013), “isso não significa que as pessoas não desfrutem de identidades coletivas com base nas diversas considerações que as unem” CANAGARAJAH, 2013, p. 16) e nos lugares onde, para isso, se unem. Por isso, para a definição a que me proponho nesta tese, emprestarei a reflexão de Keiran Dunne, que define localidade “em termos de área geográfica, língua e cultura” (DUNNE, 2006, p. 4). Faço a ressalva, também, para a terceira variável por Dunne apresentada (cultura), de forma a recorrer, mais uma vez, a Pym, em uma de suas teorizações, esta proposta em 2014, em que o autor também emprega ao conceito a ideia de cultura, mas delimitando cuidadosamente seus contornos, dizendo que localidade

<sup>180</sup> Cf. <http://www.inf.ufsc.br/~j.barreto/cca/sisop/sisoperac.html>

<sup>181</sup> Cf. <http://meuip.eu/>

<sup>182</sup> Cf. <https://www.microsoft.com/pt-br/security/resources/cookie-what-is.aspx>

<sup>183</sup> Essa falta de preocupação do autor, aparece em outros momentos dessa mesma publicação. Enquanto Bommaert critica a ideia de se vender algo que tenha “sotaque norte-americano”, por discutir a existência de *uma* Norte-América concisa e homogeneamente atuante no mundo (BOMMAERT, 2010, p. 22), Pym revela como um traço positivo o fato do personagem infantil Bob, da série televisiva “Bob, o construtor”, ter seu sotaque variando de acordo com o país anglófono onde ele é transmitido (PYM, 2011, p. 415).

<sup>184</sup> Nesta tese não tratarei deste tema, para aprofundamento Cf. *Revue META*, n. 4, vol. 5, dezembro de 2010.

denota um conjunto de parâmetros linguísticos e culturais que definem o contexto do uso final. E é um termo curto e bom para substituir expressões manipuláveis como "língua e ou cultura-alvo". O termo também reconhece, implicitamente, que os tradutores raramente trabalham para línguas ou culturas inteiras; nosso público é geralmente mercados locais, localidades específicas, para as quais faltava um termo. (PYM, 2014, p. 119)

Uma definição que implique fortemente os conceitos de língua e cultura é certamente mais atrativa do que as demais, pelo menos por, potencialmente, constranger formulações que atribuam às línguas adjetivos como “pequenos” (PYM, 2011, p. 422 e 2014, p. 120), o que já não consegue fazer uma noção de localidade que se refira, ao mesmo tempo, tanto a “um segmento de mercado”, quanto a uma dada língua, como se fossem inseparáveis. Assim, em uma localização ideal – por mais paradoxal que seja –, dentro das ciências humanas, as alterações no produto deveriam tentar abranger noções de língua e cultura de uma certa região geopolítica específica. Ao olhar a evolução – ou involução – dessas publicações e preocupações, percebo que estávamos mais próximos disso quando tudo era mais incipiente, por isso, talvez, fôssemos capazes de elucubrações mais dentro desse ideal-sociolinguístico, e não nos resignávamos ao possível-linguístico-comercial. Assim, nos primórdios, Pym, por exemplo, propondo-se a discutir exatamente sobre como delimitar o termo, conclui que nem língua e nem comunidade oferecem critérios suficientes para delimitar os lugares geopolíticos onde uma localidade começa e outra termina, exatamente pela imprecisão – ou inexistência – de suas bordas, fluidas, mais ou menos resistentes ao recebimento de um produto com a cara de “outrem”, ou seja, “localidades não existem até que elas se mostrem, resistindo alguns processos de distribuição” (PYM, 2004<sup>185</sup>, p. 22).

Entretanto, ao longo desses quase quinze anos que se passaram, e cada vez mais, o que de fato acontece na localização de produtos, acontece por diretrizes vindas da área de *marketing* e de vendas, tranquilizando o conceito de *locale* por elas inventado. De modo que, em última instância, no cotidiano real do profissional de tradução, as adaptações e as alterações exercidas no processo de localização, para atender a uma determinada localidade, nada mais são do que a externalização daquilo que o gerente de projeto, juntamente com sua equipe (contratados) e cliente (contratante), acredita ser a parte da cultura/língua do mercado-alvo que não pode ser ignorada, quando se quer vender algo àqueles que dela compartilham. Por isso que, a teoria das escolas de comércio recomenda que desse processo façam parte, sempre que possível, parceiros locais (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 7) que possam continuar

---

<sup>185</sup> Anthony Pym escreveu este trabalho no início dos anos 2000, quando se falava em localização de programas de *softwares* e textos.

imersos na cultura-alvo, nem que, para isso, nunca venham a conhecer seus contratantes e tenham que trabalhar de casa, comunicando-se com esses somente por internet (KING, 2003, p. 87) – embora a maioria das empresas desse setor tenham eleito a Irlanda<sup>186</sup> como país-sede. As teorias dos Estudos de Tradução, em consonância, reforçam que, nesse processo comercial, o público-alvo exerce papel central e catalizador; há quem consiga dizer que a localização domestica o produto a ponto de deixar escondida a “alteridade” [*otherness*] de seu original (DECLERQ, 2011, p. 464) por meio de um conjunto de atividades que abrangem desde “gerenciamento de multilinguismo” [*management of multilingualism*] (SCHÄLER, 2010, p. 209) – dando a impressão de que não só a prática, mas a própria palavra “tradução” caiu em desuso – até engenharia e testes de aplicativos de *software*.

Para compreender esse conjunto do qual a localização faz parte – sendo usada, muitas vezes, como o nome centralizador do processo completo – conheçamos, então, as transformações e as implicações que essa prática tem sofrido desde seus primeiros anos de vida até o que hoje vem se entendendo como localização, o que nos ajudará a chegar ao objetivo de problematizar a colocação de “mais do que tradução”. Diante disso, é preciso situá-la histórica e politicamente, em conjunto com outros processos dos quais ela é apenas uma etapa.

### 5.3 Desdizendo de onde veio

A história das empresas de localização confunde-se com o início da comercialização dos computadores pessoais. No final dos anos 1980 e inícios dos 1990 (DUNNE, 2006), os PCs impulsionaram a indústria de *softwares* a recorrerem exaustivamente a serviços de traduções, almejando, então, que as tecnologias respondessem, também, às demandas por traduções volumosas e rápidas. Essa época de comercialização das tecnologias para o público em geral coincide com o momento em que empresas, como a XEROX e a Caterpillar, começavam a alimentar seus sistemas de TA com língua controlada (BOITET ET AL., 2010, p. 7 e HUTCHINS, 2006, p. 13 - Cf. Capítulo 4), tornando a tradução por máquinas mais lucrativa, por diminuir o volume do trabalho de pós-edição.

Logo em seguida, a comercialização da Internet nos anos 1990, favorecendo a implementação de sistemas em rede, viabilizou a entrada do setor financeiro (bancos, empresas de seguro e mercados de ações) na fila, encabeçada pelas empresas de *software*,

---

<sup>186</sup> Uma série de fatores – como incentivos fiscais do governo e formação da população economicamente ativa – explica esse fato. Cf. Bert Esselink (2006) e Chan Sin-wai (2013).

para adaptar seus produtos e gerenciar seus sistemas de conteúdo, a fim de ascender ao mercado global. Foi dessa maneira que, massiva e ativamente, “as atividades de tradução, por meio da localização, se envolveram nas novas desregulações da economia, nas políticas neoliberais e nas forças de mercado que levaram à globalização dominada pelo Ocidente” (FOLARON E GAMBIER, 2007, p. 39).

Assim, como as regras desse mercado global são colocadas – e tiradas – pelo “mais forte, o mais habilidoso, o mais veloz, o que tem maiores recursos e o mais inescrupuloso” (BAUMAN, 2005, p. 83), era a vez das empresas, chamadas de Provedores de Serviço Linguísticos (PSL – *LSP*), existentes desde final dos anos 1970 e início dos 1980, de investir em conhecimento tecnológico e reformulação de profissionais, para, assim, lucrar nesse novo mercado, e, obviamente, fazer com que esse novo mercado lucrasse com elas. A PSL europeia INK foi uma das primeiras a perceber a abertura mercadológica nessa direção, recrutando profissionais de editoração eletrônica e engenharia, para se juntarem aos seus tradutores (ESSELINK, 2006, p. 24). Rapidamente, um novo comportamento comercial nessas empresas foi instaurado. Os fornecedores de localização fundiam-se entre si, para ficarem mais fortes e mais competitivos, ou, simplesmente, eram comprados (QUIRION, 2006, p. 825) – principalmente pela, então, SDL Trados (CHAN, 2017, p. 110).

A união dessas empresas ampliou a gama de serviços a serem oferecidos, dentro do campo de localização (CHAN, 2013, p. 348). O tipo de trabalho que fazem, como descreve Reinhard Schäler, envolve a adaptação de serviços e produtos de naturezas diversas. Há aqueles que são relativamente estáticos e carentes de pouquíssimas alterações (por exemplo, teclados de computador; manuais de instrução; etc.), mas há também aplicativos e base de dados para empresas (como, multinacionais que têm filiais em todo o mundo, e devem obedecer a leis locais), até sites *on-line* modificados com rapidez e alta frequência (i.e. chats de serviço de apoio ao cliente de interação simultânea) (SCHÄLER, 2010, p. 210). O mais assustador, entretanto, é o volume das demandas que são feitas a essas empresas, de forma a levar a crer que, diante da pressa, seria impossível que tais trabalhos não fossem concluídos sem algoritmos projetados e treinados para esse fim.

Se pensarmos na Guerra Fria, por exemplo, como nos convidou a fazer Christian Boitet, os EUA não conseguiriam tradutores suficientes para ler toda a literatura soviética, por isso que, talvez, a União Europeia, entre 1978 e 2003, manteve o mesmo número de

tradutores oficiais<sup>187</sup>, embora o número de línguas das comunidades que aderiram ao seu bloco econômico tivesse aumentado (BOITET, 2003, p. 102). Hoje, esse número é ainda mais profuso, uma empresa de localização, do porte da Oracle<sup>188</sup>, por exemplo, pode envolver a tradução de quatro milhões de palavras, disponibilizadas em 13 mil arquivos para serem traduzidos, simultaneamente, em 30 línguas e em prazos, literalmente, desumanos (SCHÄLER, 2004, p. 3).

#### 5.4 A cadeia da localização: onde os presos são os próprios carcereiros

No início das atividades de localização, esses milhares de projetos, entretanto, eram feitos de forma separada do desenvolvimento do produto original. Se uma empresa precisasse localizar seu produto para o mercado estrangeiro, cada parte do processo era vista como independente, sem, assim, haver troca de informações ao longo de cada etapa. A respeito dessa incomunicabilidade, o responsável pela localização para o Japão do predecessor do Excel conta como foram feitas essas “transferências de bastão”: “nós terminávamos tudo, então, dos EUA, enviávamos o produto, e aí entregávamos a biblioteca de código de fonte à equipe do Japão, desejando-lhes sorte, e saíamos de férias” (ESSELINK, 2006, p. 22). Ao perceber, porém, quão absurdamente mais caro o produto final acabava ficando, muitas empresas começaram a fazer uma previsão de problemas para que as adaptações desses produtos fossem menores, bem como a se preocupar com elaborações de manuais de localização.

Tais manuais e previsões vieram com o objetivo de mudar a forma como os produtos, até então, vinham sendo idealizados. Os códigos-fonte e os formatos dos arquivos de mensagem dos *softwares* que melhor atendiam a um mercado específico (seja pela linguagem de computador usada, pela cor, formato do produto, etc.) foram deixados de lado, optando-se por aquilo que tornava o produto mais abrangente e compatível com o maior número de mercados simultaneamente, isto é, o que tornaria o produto menos *resistente* e menos custoso para sua *distribuição* às diferentes localidades (PYM, 2004).

---

<sup>187</sup> Hoje, entretanto, acredita-se que esse número não seja tão relevante para conclusões desse tipo, não somente porque é crescente a requisição por trabalhos freelances, mas porque há outras inúmeras fontes usadas para se obter “traduções” (Cf. GOUADEC, 2007; GARCÍA, 2015a e 2007; CHAN, 2015 e 2017, dentre outros.).

<sup>188</sup> A empresa *Oracle*, fundada em 1977 pelo novaiorquino Larry Ellison – eleito o quinto norte-americano mais rico e a sétimo maior fortuna “do planeta” em 2017 – quem é hoje presidente executivo da empresa, possui 430 mil clientes em 175 países.

(Acessos em: 29 de nov. de 2017: <https://www.oracle.com/corporate/index.html#info>; <https://www.forbes.com/profile/larry-ellison/>; <https://www.forbes.com/billionaires/#2eb495df251c> )

Nas “Diretrizes de Localização”<sup>189</sup> da Microsoft, por exemplo, encontramos palavras de ordem, como:

Adiar a localização para o final do ciclo pode atrasar a data de envio por causa de problemas de localização inesperados que requerem alterações de código. [...] O teste de localizabilidade deve começar uma vez que a funcionalidade do produto esteja estável. A localização para línguas-piloto ou pseudo-localização deve começar uma vez que a funcionalidade do software estiver estável [...], evitar mudanças estéticas no conteúdo que não agregam valor ao significado acelerará a localização.

Assim, de acordo com essas diretrizes, para melhor alcançar o mercado mundial, seria necessário seguir uma cadeia de atividades, mudando a forma que se atuava, passando, assim, a agir às avessas: antes de pensar em tradução, pensar-se, por exemplo, em pseudotradução<sup>190</sup>, ou antes de precisar modificar o *software*, na localização, modificar-se o código-fonte, em uma etapa anterior. Isso porque esse processo do qual a tradução passa a ser refém é guiado pela “regra dos 10” da IBM, a qual explica que se um problema, na fase do projeto, custar \$1 para ser resolvido, sua resolução custará 10 vezes mais, na fase de desenvolvimento, e outras 10 vezes na de lançamento (DRAY E SIEGEL, 2006, p. 286).

À nova fase que deveria ser feita antes da localização, atribuiu-se o nome de internacionalização. Segundo a definição da LISA, encontrada no guia de Bert Esselink, trata-se, aqui, do “processo de generalização de um produto para que ele possa funcionar em vários idiomas e convenções culturais sem a necessidade de reprojeta-lo” (ESSELINK, 2000, p. 25). Há quem diga, ainda, que “todo o processo de internacionalização praticamente localiza o produto antes mesmo dele ser concebido” (DECLERQ, 2011, p. 265). Na verdade, segundo Keiran Dunne (2006), isso deveria ser, de fato, o almejado pelas empresas que querem vender seu produto para o mercado mundial.

Essas formulações acabam por despertar suspeitas...

Se entendemos, até aqui que *localizar* um produto é *customizá-lo* – para usar um jargão da área – a tal ponto que ele pareça fabricado especialmente para a localidade de destino, como seria possível que a etapa cujo objetivo é generalizá-lo seria justamente a etapa em que ele ficaria praticamente finalizado?! Como pode ser que a etapa em que o objetivo é

---

<sup>189</sup> Diferentes empresas, como a SDL, disponibilizam, online, suas diretrizes de localização, a da Microsoft, está hospedada, curiosamente, somente em inglês, no endereço: <https://docs.microsoft.com/en-us/globalization/localization/establishing-localization-guidelines> - Acesso em: 08 de set. de 2017.

<sup>190</sup> Segundo Carol O’Sullivan (2011, p. 124), a *Pseudotradução* seria uma “simulação comum na localização que envolve a substituição de sequências dentro de conteúdos digitais com um conjunto de caracteres da linguagem alvo”, ou seja, simplesmente “substituir os conteúdos por textos aleatórios” (GONDOUIN, 2007, p. 184), só que usando caracteres das línguas para as quais se quer traduzir.

umentar a maleabilidade e a capacidade do produto de receber características personalizadas e pertinentes para torná-lo vendável na localidade-alvo seja a que dá ao produto aspecto de acabado, sendo que ainda nem terá sido customizado?

Jean Quirion, sobre os encargos das empresas de localização, explicita algumas incompatibilidades desses com a noção de que um produto bem internacionalizado está praticamente localizado. As empresas de localização têm como objetivo, por exemplo, “dar ao produto um verniz, falso ou autêntico, mas que o comprador possa reconhecer a si próprio, tendo, assim, um pretexto para o consumo” (QUIRION, 2006, p 825), e também “colorir localmente as mercadorias, dando o máximo possível a impressão ao consumidor de que ele foi projetado para ele, em casa, por compatriotas” (p. 834), certo? Agora, como é possível que um produto em que o consumidor se reconheça ou reconheça características de seus países nele seja um produto que esteja, ao mesmo tempo, generalizado? A não ser que essa generalização almeje homogeneização pelo *falso verniz*.

Dunne aponta que, no início, até por uma demanda cronológica – e instintiva – trabalhava-se com uma abordagem *descritiva* da localização, partindo-se da tradução. Havia, por exemplo, os programas de *softwares* norte-americanos, já projetados e prontos para o consumo em uma localidade X; surgindo a localidade Y como potencial consumidora dos mesmos programas, instintiva e cronologicamente, levava-se o produto de potencial sucesso a tradutores que, em meio às suas traduções, descobriam que o espaço da caixa de diálogo, por exemplo, era muito pequeno para comportar a tradução daquele texto, sendo, por exemplo, alemão. Depois de ciclos como esse se repetirem copiosamente, as relações de interdependência de cada etapa – da qual a tradução é apenas uma – foram ficando mais evidentes e os resultados econômicos foram aparecendo. Entendeu-se, assim, que a abordagem para que a localização fosse menos custosa deveria ser *prescritiva* (DUNNE, 2006, p. 5-6).

Sistematizar as etapas visando a uma antecipação de problemas, de forma a, por exemplo, reconfigurar códigos-fonte, implementar diferentes tipos de linguagem computacional que facilitem o processo de localização, etc. é compreensível e louvável, contudo as consequências advindas dessa *prescrição* não pararam por aí, como já era de se desconfiar. O problema se revela já a partir da fase da internacionalização, quando, em termos práticos, “nenhuma informação específica ou dependente da língua, como moedas, datas e horas, deve ser incluída nos códigos do programa, de modo a torná-lo neutro e funcional” (CHAN, 2013, p. 348), como elucidou Chan Sin-wai. Tal diretriz, seguindo uma outra prescrição, que a ela subjaz, a saber, a do lucro como impulsor em todos os níveis das

atividades que nos transpassam, converte-se em tantas e diversas consequências que corroboram, em última instância, o que Claude Hagège (2012) chamou de *pensamento único* (Cf. Capítulo 3), além de tornarem compreensíveis as preocupações trazidas pelo queniano Ngugi wa Thiong’o, no livro “Decolonising the Mind” [Descolonizando a mente] (RAJAGOPALAN, 2005, p. 140).

Para a visualização do perigo do que, em termos práticos, acontece durante a fase da internacionalização, recorrerei à explanação desenvolvida por Christophe Declerq, ao falar sobre o que seria um *software* “bem internacionalizado” [*well-internationalized*]. O autor diz que tal *software*, em sua concepção, ou seja, quando ainda em sua versão original, deve evitar referências culturais, vindas de seu idealizador/cliente/equipe, bem como evitar o que quer que possa ser considerado pela localidade de destino como estereótipo, ou como algo inaceitável, ou, ainda, incompreensível. Isso porque, ainda segundo o autor, essa atenção dedicada à “neutralidade cultural” [*cultural neutrality*], potencializa a diminuição de problemas, pois o produto original “permanece basicamente o mesmo” [*remains much the same*] em qualquer versão que assuma, não importando o mercado para o qual o produto foi modificado, o que, também, diminui os custos do processo inteiro (DECLERQ, 2011, p. 266).

Aqui, reforça-se a contradição que já anunciei acima. Se o objetivo da internacionalização é melhor preparar o produto para sua localização, como pode, então, uma versão dita “localizada” ser tão parecida com a sua contraparte originária, destinada a outra, completamente outra, localidade – a ponto de se ter decidido pelo custo-localização? É possível, então, que haja uma tentativa de se padronizar uma cultura, elegendo-a, primeiramente, como neutra, para, depois tê-la como única? Nessa direção, Anthony Pym chama a atenção ao perigo que pode levar essa dita *neutralidade*, alertando que

a remoção aparente de elementos específicos de cultura na versão internacionalizada tende a deixar tal site [ou qualquer outro produto] dentro de uma cultura técnica funcionalista, às vezes identificável com a cultura da empresa ou do cliente em questão. A ideologia da internacionalização, no entanto, cria a ilusão de um mundo técnico sem cultura. (PYM, 2011, p. 413)

O alerta é válido principalmente por estarmos falando de um mundo onde se cultiva um modo de pensar e agir, cada vez mais dominante – sem perspectivas de enfraquecimento –, em que produtos de toda sorte são oferecidos à venda e à alimentação do desejo. Ao mesmo tempo em que se nutre a mentalidade individualista, as vontades são massificadas. Assim, contraditoriamente, busca-se no consumo de massa a sensação de que se é especial ou, ao menos, de que se compartilha com parte da sociedade uma posição

privilegiada. Junto com os produtos vendidos, uma visão de mundo vai sendo propagada.

Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (BAUMAN, 1998, p. 55-56)

Diante disso, uma cultura desculturada e única entranhada em todas as transações econômicas que cruzam oceanos é tudo menos inócua, espalhando consequências, não menos nefastas, em todas as suas etapas. Cabe, agora, discutirmos, a última – ou, melhor, a primeira – etapa prevista pela LISA, sendo essa a que, de fato, determina a internacionalização, que por sua vez direciona a localização (e a, eventual, tradução), a saber: a Globalização<sup>191</sup>. Nesta fase, como o nome indica, abordam-se “as questões comerciais associadas a tornar um produto global. [...] Isso envolve integração de localização em toda a empresa, após internacionalização adequada e design de produtos, bem como marketing, vendas e suporte no mercado mundial” (LISA, *apud* ESSELINK, 2000, p. 4), de forma a englobar, também, os aspectos jurídicos que possibilitam a mobilidade do produto em mercados estrangeiros (FOLARON E GAMBIER, 2007, p. 41).

A Globalização é assim a etapa que norteia as demais, uma vez que todas as outras só são necessárias dentro de um limite, mínimo, que ela determina, por ser nela que se resume o propósito que se pretende alcançar ao final do processo: tornar o produto vendável no mercado mundial. Por isso o teórico Dunne, com seu tino comercial, adverte que a falta dessa perspectiva *prescritiva*, torna a localização muito mais difícil e custosa, acarretando em ações retroativas, para lidar com problemas que seriam mais facilmente resolvidos se pensados a partir da perspectiva do objetivo final (DUNNE, 2006, p. 6-7).

Vimos, então, que para atender aos requisitos impostos por um mercado regulado por um poder supranacional<sup>192</sup> é que se projetou esse conjunto de etapas, denominado GILT (DUNNE, 2006; FOLARON E GAMBIER, 2007; GONDOUIN, 2007; FOLARON, 2010a), em que as fases são representadas pelas letras iniciais de seus nomes, e dispostas na ordem em que deveriam ocorrer: Globalização (*G11n*), internacionalização (*I18n*), localização (*L10n*) e Tradução (*T9n*). Esses termos foram trazidos aos Estudos de Tradução pela área de

<sup>191</sup> Gostaria de destacar que, aqui, trata-se de um homônimo ao que foi discutido no Capítulo 3. Nesta tese, entretanto, para fins de distinção, Globalização como processo ligado à adaptação de um produto para comercialização no mercado internacional, será sempre grafado com “G” maiúsculo.

<sup>192</sup> Cf. HARDT E NEGRI, 2000.

*marketing*, portanto, em essência, têm *produtos* como objetos, e não *textos*; estão mais preocupados em *fazer* do que *dizer*, exibindo uma forma “aguda de performatividade” [*aiguë de la performativité*] (CANCIO E BELMONTE, 2010, p. 665) e um momento acutíssimo à tradução.

## 5.5 O elo perdido

Após esse panorama que partiu do termo localidade, passando pelas três primeiras letras do acrônimo GILT, gostaria de explorar a última delas, o T de *trick or treat*. Quer traduzir? Dê-me gostosuras, senão terás travessuras.

Primeiramente, o que nos chama a atenção é o fato de tradução existir como uma etapa separada da localização, ao mesmo tempo em que faz parte de sua definição – mesmo que sempre apontada como algo de menor valor. À primeira vista, poderia se pensar que a ela se tenha dado uma posição de prestígio e destaque: receber uma letra no acrônimo que regula elaboração de sites, produtos e suas documentações provenientes de empresas espalhadas pelo mundo inteiro! Uau!

Quando se observa mais de perto, entretanto, compreende-se que sendo a tradução uma etapa em si, separada das demais, e sendo, ainda, a última na cadeia de prioridades (organograma), sua eliminação no fluxograma e, assim, o seu corte do cronograma, torna-se mais possível. E por que eliminá-la? Se a todo tempo, e nas três etapas precedentes, discute-se o que se traduzir ou não, fala-se de programas que suportem caracteres da língua-alvo, por que a repetição do mote “mais do que mera tradução” [*more than mere translation*] (DUNNE, 2006, p. 5) nas definições da GILT? Mais do que um efeito explicado pela *espiral do silêncio*<sup>193</sup>, é preciso se perguntar o que assombra as empresas de localização, ou melhor, os clientes dessas empresas, ou, ainda, os governos e organizações não-governamentais que privilegiam e subsidiam esses clientes.

Não quero, com isso, dizer que todas as atividades da GILT deveriam ser consideradas do campo da tradução<sup>194</sup>. Muitas operações são estritamente ligadas às áreas de *marketing*, engenharia da computação, desenho industrial, planejamento jurídico, etc.; já

<sup>193</sup> Cf. NOELLE-NEUMANN, E. *The spiral of silence: public opinion, our social skin*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

<sup>194</sup> Embora veja que para compreendê-las é preciso traduzi-las, já que, com Marcos Siscar (2000), inspirado por Derrida, acredito que o conhecer se dá sempre pela tradução que a ele subjaz, ou seja, que “a tradução liga-se à gênese do conhecimento de maneira originária [e] constitui, por assim dizer, uma passagem ao discurso – que é o elemento onde nos encontramos” (SISCAR, 2000, p. 60), sendo, assim a tradução “a regra originária da articulação do saber” (p. 61).

outras são semelhantes às aplicadas em tradução de material impressos, podendo, até, serem classificadas como dentro de uma “abordagem altamente funcionalista” [*highly functionalist approach*] (PYM, 2011, p. 414). Não quero, tampouco, ignorar uma das características mais interessantes que esse processo tem e que se contrapõe ao que se entende, tradicionalmente, por tradução: a produção concomitante de versões multilíngues. Em situações de lançamento simultâneo (*simship*) no mercado mundial, por exemplo, como aponta o Chan Sin-Wai, não se pode esperar que haja uma produção subsequente a um “original” (CHAN, 2013, p. 347), e sim que ela lhe seja simultânea e – para aumentar o teor de peculiaridade –, muitas vezes, a versão “traduzida” modifica o que deveria ser seu texto de partida, numa produção dialógica. Na verdade, por enxergá-la como merecedora de especial atenção é que prolongo este capítulo.

## 5.6 Como se fez a corrente

Desde os anos 1980, as máquinas de escrever dos tradutores profissionais começaram a ser trocadas pelos microcomputadores e seus processadores de textos (GARCÍA, 2005, p. 22). O que por eles talvez não tenha sido previsto era que, condicionados e não determinados por essa tecnologia (Cf. Capítulo 3), muitos dos materiais que traduziriam se transfigurariam em textos embebidos em funcionalidades e interfaces digitais, impulsionando, assim, uma pré-análise para que deles fosse “extraído” um “conteúdo traduzível” [*translatable content*] (WRIGHT, 2006, p. 263), que seria, finalmente, o que, de fato, poderiam considerar como “a ser traduzido”.

Sempre se fez inquietação primordial ao tradutor a travessia, por saber que ela, forçosamente, impregnaria a passagem do texto originário à confecção de uma de suas possíveis traduções, no caso, aquela da qual ele, o tradutor inquieto, se ocuparia. Nessa travessia, certamente, o deparo com *intraduzíveis* (CASSIN, 2007, 2009, 2013, 2014, 2016 e 2017) não significava fato consumado. Significava luta, às vezes, até sentimento de impotência diante de tamanha corpulência – sem com isso atribuir superioridade ao material-fonte –, mas não resignação. Isso porque os *intraduzíveis*, como nos leva a refletir Barbara Cassin, são prenúncios, “sintomas da diferença das línguas, não aquilo que não se traduz, mas aquilo que não se cessa de (não) traduzir” (CASSIN, 2014, p. 12).

Assim, latente, no embate com *intraduzíveis*, na tradução essencialmente humana, há a ânsia por transmutação e reencarnação<sup>195</sup> contraditoriamente ao que se impõe à prática da

---

<sup>195</sup> Terei, aqui, que discordar de William Frawley, não pelo que ele discute sobre a existência de um significado que tomaria corpo miraculosamente (FRAWLEY, 2000, p. 261), mas pela repulsa do autor em utilizar o termo

tradução para localização. Nesta, o “conteúdo traduzível” é tudo – ou só – aquilo que for designado ao *desktop* do tradutor. Este, então, recebe não mais textos, tessituras entrelaçadas, mas “sequências de palavras” [*strings*] (BASS, 2006) – ou, até, palavras soltas que também são chamadas de “sequências”. Estas, não raramente, vêm embebidas em códigos que ora permitem que, após a tradução, sejam mantidas funcionalidades a elas ligadas (LYNCH, 2006, p. 38), ora impedem que o tradutor traduza aquela palavra por, na triagem, ela ter sido considerada “sem necessidade de tradução”. O tradutor, então, também por prenúncio, sabe que está diante de um *intraduzível*, mas, aqui, um intocável. Para defender essa prática, muitos teóricos de localização, iludidos ou cientes, fazem-nos acreditar que esses intocáveis são somente conteúdos “não-linguísticos” (como vídeo e imagem, por exemplo), ou seja, materiais cujas adaptações – se necessárias – estariam fora da alçada dos tradutores (DUNNE, 2006; DIETZ, 2006; FOLARON, 2006; LYNCH, 2006).

A pegadinha está no fato de que, muitas palavras ou sequências que são içadas ao posto de *intocáveis*, são, na verdade, palavras escritas na língua da fabricação do produto (geralmente o inglês). Curiosamente, ou talvez por não estarem acostumados a ignorar nada no texto, no início das atividades de localização, muitos tradutores acabavam danificando os ditos “conteúdos intraduzíveis”, por tentarem traduzi-los (LYNCH, 2006, p. 44). Assim, como solução para que os intocáveis (*sic*) pudessem permanecer como tais, os programadores desenvolveram sistemas de gerenciamentos de dados como os Sistemas de Globalização de Conteúdo (GMS) ou Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo (CMS), especificamente para evitar o lapso do tradutor, castrando quem fosse desatento. Tais tecnologias podem funcionar conjunta ou independentemente, por isso muitas empresas estão adotando sua forma híbrida GCMS (Sistema de Gerenciamento de Conteúdos Globais). O procedimento mais comum passa a ser a divisão das linguagens: língua natural para um lado e linguagem de computação para o outro (PYM, 2004, p. 186-187). Isso porque essas tecnologias trabalham com “etiquetagem de linguagem” [*language labels*], para automatizar e gerenciar as traduções, facilitando reutilização de conteúdo – texto, áudio, imagem, etc. – na hora de incluir, ou tirar, especificidades das diferentes localidades (LYNCH, 2006). Inicialmente, há um trabalho de quebra textual obedecendo a um sistema de categorização que segue a lógica estabelecida

---

“reencarnação”. Isso porque ele entende “reencarnar” a partir de um paradigma de que se sai de um corpo para outro, sem modificações. Entretanto, acredito que essa passagem implica, inexoravelmente, em transformação, já no simples fato do corpo ser diferente, o que ele ocupa já estará inerentemente modificado, não sendo, nunca, possível a ocupação uma contenção, um abraço envelopando tudo que antes estava, mas sem dúvida um acrescentar, tirar, torcer, esticar, que a nova forma impõe. Portanto, aqui, mesmo que não siga um rigor teórico de quem está delimitando o que deveria ou não ser considerado Teoria de Tradução – maiusculando-se os “T” e excluindo-se George Steiner, como fez Frawley (p. 251), recorro à reencarnação com as plenas propriedades que me permite a intuição.

pelo formato de banco de dados, a partir de um “código único” [*unicode*] fornecido pelo Repositório Comum de Dados das Regiões (RCDR – *CLDR*<sup>196</sup>) que, guiado pelo sistema *bitext*, facilita a segmentação do texto. Após essa primeira etapa, o texto pode, finalmente, ser convertido em uma *memória de tradução* tradicional (com quebras feitas a partir da pontuação final ou das marcas de mudança de parágrafo) (MELBY ET AL., 2015, p. 412) e assim o tradutor pode plenamente seguir as sinalizações das partes que serão traduzidas. Esse fluxo foi essencial não apenas para levar os profissionais de tradução, não familiarizados com linguagem computacional, a fazer a distinção entre o que se traduz e o que não se traduz, como, também, para otimizar a alimentação dos bancos de dados, facilitando, igualmente, a recuperação de termos e evitando retraduições de sequências inteiras – quando somente muda-se um detalhe, como datas, nome de país, etc.

A implementação desses programas trouxe inúmeras vantagens às PSL e, conseqüentemente, a seus clientes. Primeiramente, essa tecnologia “diminuiu o número de recursos humanos para gerenciar o processo, diminuiu a complexidade dos processos de tradução e revisão linguística, eliminou o risco de danos inadvertidos aos códigos das aplicações não-traduzíveis” (LYNCH, 2006, p. 44) e, por não ter que supervisionar e ajudar tanto os tradutores, conseqüentemente, permitiu a divisão de tarefas, e a desejada especialização dos tradutores que podem, mesmo entre si, seccionar ainda mais as atividades, focando em componentes específicos (KARSCH, 2006, p. 173). Um exemplo dessas ferramentas é o *TagEditor* que ao mesmo tempo em que trabalha com uma interface mais simples para o tradutor, ele esconde e protege os códigos dos programas que não podem ser alterados. “Em troca, os tradutores talvez não consigam ver o texto em contexto e, portanto, não podem verificar se o texto aparece em uma manchete, subtítulo, legenda, etc.”, mas, ao menos, o “*TagEditor* compensa essa falta de contexto, oferecendo uma função de pré-visualização” (BASS, 2006, p. 79).

Assim, como via de regra, desfia-se o texto para distribuí-lo à equipe que nele trabalhará. O tradutor, inevitavelmente, não tem acesso à unidade do texto-fonte e nem à do texto-alvo por ele produzido. Lembrando que essa falta de percepção não se restringe a saber “em qual segmento do texto ele está trabalhando”, como tem-se a impressão, a partir do que o tradutor e presidente da Morningside Translations, Scott Bass, expõe acima. Isso porque até as ferramentas que possibilitam processamento de extensões *.xliff* (*XML Localization*

---

<sup>196</sup> O CLDR fornece informações específicas já convencionadas sobre as *regiões* (caracteres do alfabeto, formato de número, data, códigos de telefone, etc.) (DECAMP E ZETZCHE, 2015, p. 382) que podem ser facilmente convertidas para os arquivos usados pelos sistemas de localização (MELBY ET AL., 2015, p. 420)

*Interchange File Format*), ou seja, que permitem edições diretamente no texto, mantendo o layout da manchete, da legenda, etc., são, intrinsecamente, segmentárias (CHAN, 2015). Além do fato de que o tradutor nunca está sozinho. Juntamente com ele, há colegas tradutores, que são responsáveis por partes do texto que ele nunca verá, além de colegas de outras áreas que tratam, também, de segmentos que nunca serão submetidos aos tradutores, como as funções das quais se ocupam os designers gráficos, engenheiros e juristas que seguem os padrões orientados pela indústria de localização. Na verdade, o processo de segmentação textual criou uma série de padrões para torná-lo possível, mas que não influencia apenas a fase de tradução e, sim, o processo inteiro. Da produção à entrega do material, há padrões concernentes à criação do conteúdo, à terminologia, a ontologias, etc. tomados por abreviações e acrônimos que, juntamente com as instituições que os estabelecem, formam uma verdadeira sopa de letrinhas (WRIGHT, 2006, p. 241). Nessa direção, não só o tradutor como o produtor de conteúdo são levados a trabalhar com fragmentos, possibilitando “uma espécie de admirável mundo novo controlado pelos critérios da eficiência” (PYM, 2004, p. 164).

O fluxo de trabalho da localização revela uma nova revolução industrial, em que cada um se ocupa de uma parte do processo de produção e martelada de prego, fazendo com que a equipe seja cada vez mais tecnicista, ignorando tudo o que significa trabalhar com línguas e cultura, indo, inclusive, em direção oposta à já conquistada por muitos pensadores dos Estudos de Tradução.

Precisamente quando alguns teóricos da tradução estão chegando ao ponto de afirmar que todas as relações interculturais são do campo da tradução, que tradutores deveriam ser especialistas em gerenciamento de diferenças e similaridades culturais, bem neste ponto de máxima expansão, a teoria de tradução está sendo posta de lado pelos discursos de localização, fazendo com que a própria tradução seja devolvida ao limitado exercício linguístico em que estava nos anos 1960. (PYM, 2004, p. 52)

É preciso, entretanto, encontrar aporte teórico para as práticas que abundante e diariamente ocupam as mesas dos tradutores independentes ou contratados pelas PSL, para que não repitamos que localização trata-se de “mais do que tradução”. Para tanto, recorrerei a uma terceira área, o *marketing*.

## 5.7 O cordão de três dobras

Nesta seção estabelecerei um intercâmbio ativo e vertiginoso entre as três áreas deste capítulo: Estudos de Tradução, localização e *marketing*. Certamente, teorias que

conseguiram albergue em outras áreas serão chamadas ao diálogo aqui também, mas, no intuito de fazer prevalecer a importância da etapa da tradução, apostarei nesse cordão de três dobras.

O professor de negócios internacionais Nitish Singh, juntamente com o professor de *marketing* Arun Pereira, decidiram fazer um estudo que mostrasse como o nível de localização de websites influencia nas vendas de seus produtos. Embora o livro faça referência a análises de sites, seus levantamentos vêm sendo usados para discussões quanto à localização, sem especificação sobre o tipo de produto.

Os autores explicitam que dentro da teoria de comércio há duas grandes abordagens em que se discutem as operações pelas quais os produtos (sites) passam, para sua adaptação ao mercado mundial. A primeira seria referente ao que eles chamam de “traseira” [*back-end*], uma espécie de bastidores dessas modificações, e a segunda, a “dianteira” [*front-end*], um mostruário dos produtos, em suas versões *prêt à porter*. Estas últimas, ocupando a posição de “objetos de análise” do estudo dessa dupla de pesquisadores, são classificadas por eles de acordo com características respectivas “à presença ou ausência de uma opção de mudança de língua, tradução do site feita por humanos *versus* por TA, ou apresentação da opção de mudança de país, na página inicial do site” (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 10); em outras palavras, estabelecem um critério de análise em que se mede a intensidade de localização de um site a partir de critérios inexoravelmente ligados a atividades de traduções.

Essa mensuração a partir da régua da etapa de tradução, por mais que devesse ser vista como elementar, para todos os “caros Watsons” envolvidos, posto tratar-se de uma avaliação de produtos pós-efeito-GILT, provoca extrema alegria e esperança, por sabermos, como apontado no início do presente capítulo, o quão negligenciada vem sendo essa última etapa. Por isso, talvez, os teóricos de tradução vêm adotando vastamente a classificação de Singh e Pereira (GASPARI, 2005; DUNNE, 2006; PYM, 2011; CHAN, 2013 e 2017), que se estende a cinco níveis, a saber: padronizados; semi-localizados; localizados, altamente localizados e culturalmente customizados.

O primeiro nível, os padronizados, como o nome preconiza, mesmo aspirando a mercados internacionais, não modificam, em nada, seus produtos, nem mesmo fazem “meras” traduções, isso porque “alguns gerentes acham que o poder de suas marcas globais é tal que elas transcendem diferenças entre consumidores espalhados pelo mundo” (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 25). Os autores apresentam alguns exemplos de empresas, mundialmente conhecidas, que à época – ou seja, há mais de uma década – não ofereciam nenhum tipo de mudança em seu site para ciceronear seus visitantes. Dentre os exemplos que eles apresentaram está a

gigantesca inglesa Marks and Spencer que já assustava por ter 541 lojas em 30 países diferentes e um site absolutamente anglófono, mesmo que por meio dele fosse possível obter endereço das suas filiais pelo mundo, como é possível verificar na Figura 6.

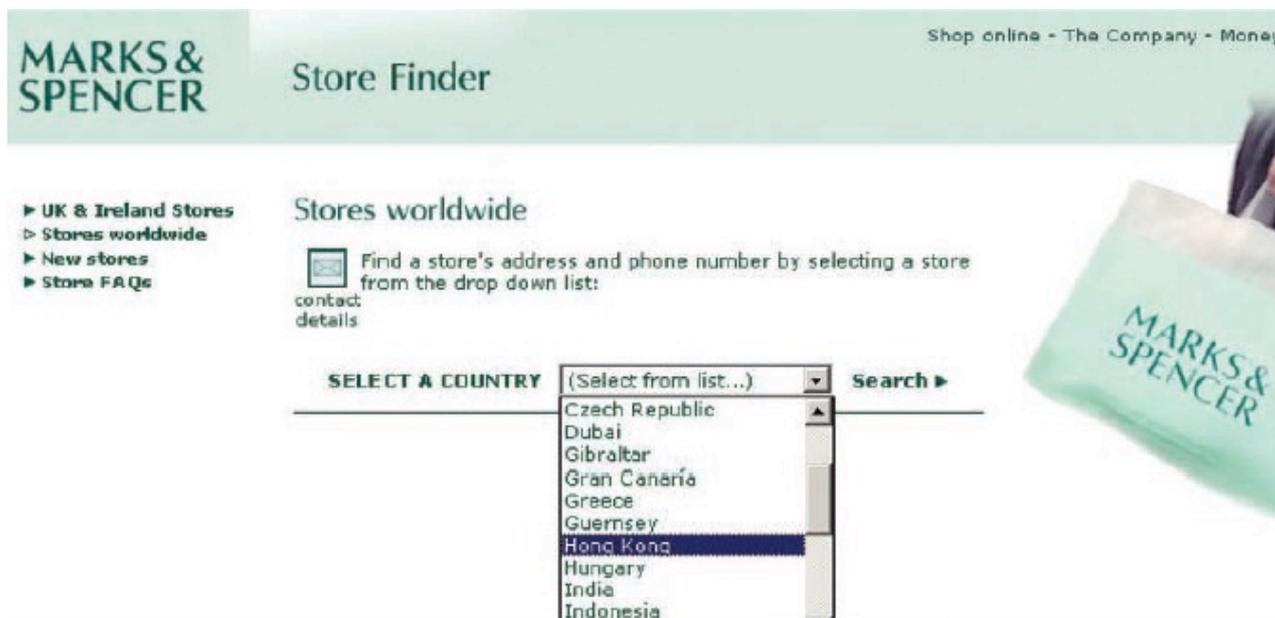


Fig. 6: Site *Marks and Spencer* 2005 (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 27)

Hoje, 13 anos após a pesquisa, a marca possui 979<sup>197</sup> lojas no Reino Unido e outras 454 espalhadas em 56 países. O site da marca passou por algumas mudanças, e agora oferece, em um menu na página inicial, a possibilidade do usuário navegar em plataformas destinadas a 18 países (Fig. 7). Embora a alteração de “país” seja possível, eles trabalham com apenas 4 línguas. Isso quer dizer que, por exemplo, direcionado para a Bélgica, o usuário não tem opção de mudança de língua, pois só lhe é oferecido o neerlandês. Já se o usuário alterar o país para a Suíça, para o Emirados Árabes Unidos, ou mesmo para o Canadá (Fig. 8), ele receberá o conteúdo em inglês, não importando que este último país tenha duas línguas oficiais e que os dois primeiros nem tenham o inglês como uma delas – fazendo-me ponderar sobre qual seria a definição de localidade com que trabalham. Já a versão do site do Reino Unido oferece muito mais opções de navegação, variedades de fotos, bem como links para notícias – inclusive, só a partir dele é que se pode alterar o país.

<sup>197</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/Marks\\_%26\\_Spencer](https://en.wikipedia.org/wiki/Marks_%26_Spencer) e <http://www.marksandspencer.com/>

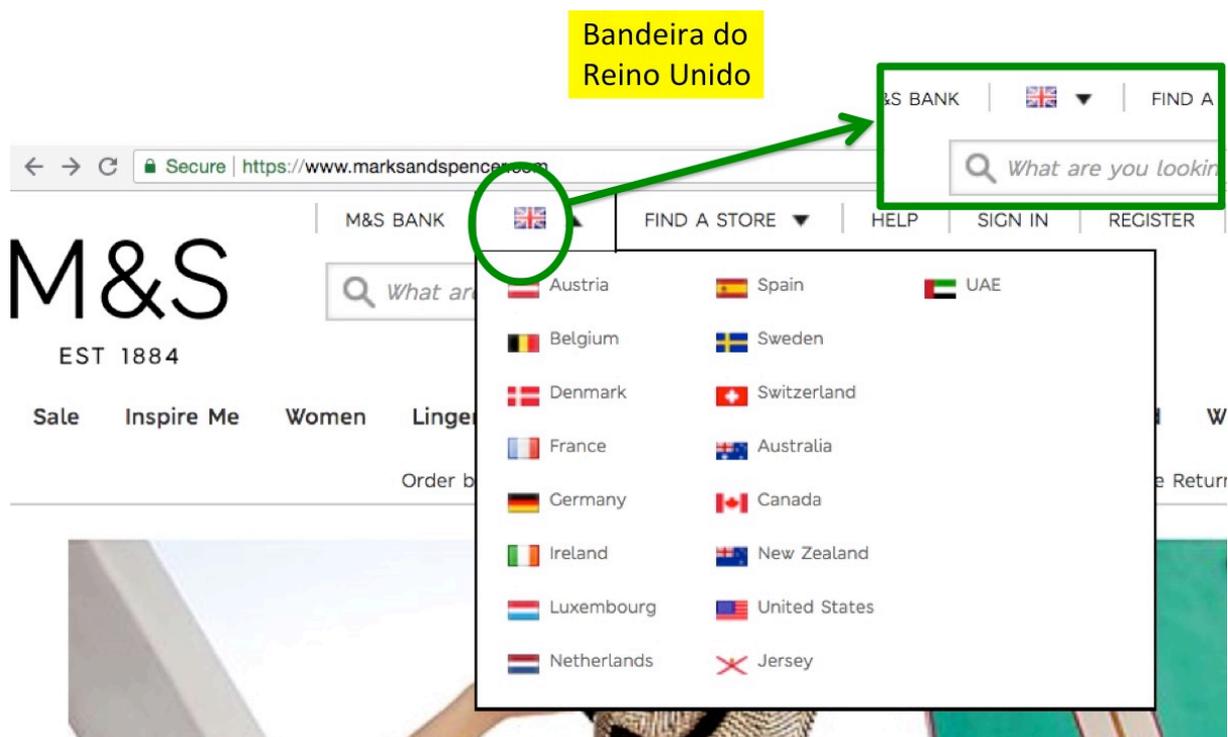


Fig. 7: Site *Marks and Spencer* 2018 – Reino Unido [www.marksandspencer.com](https://www.marksandspencer.com)

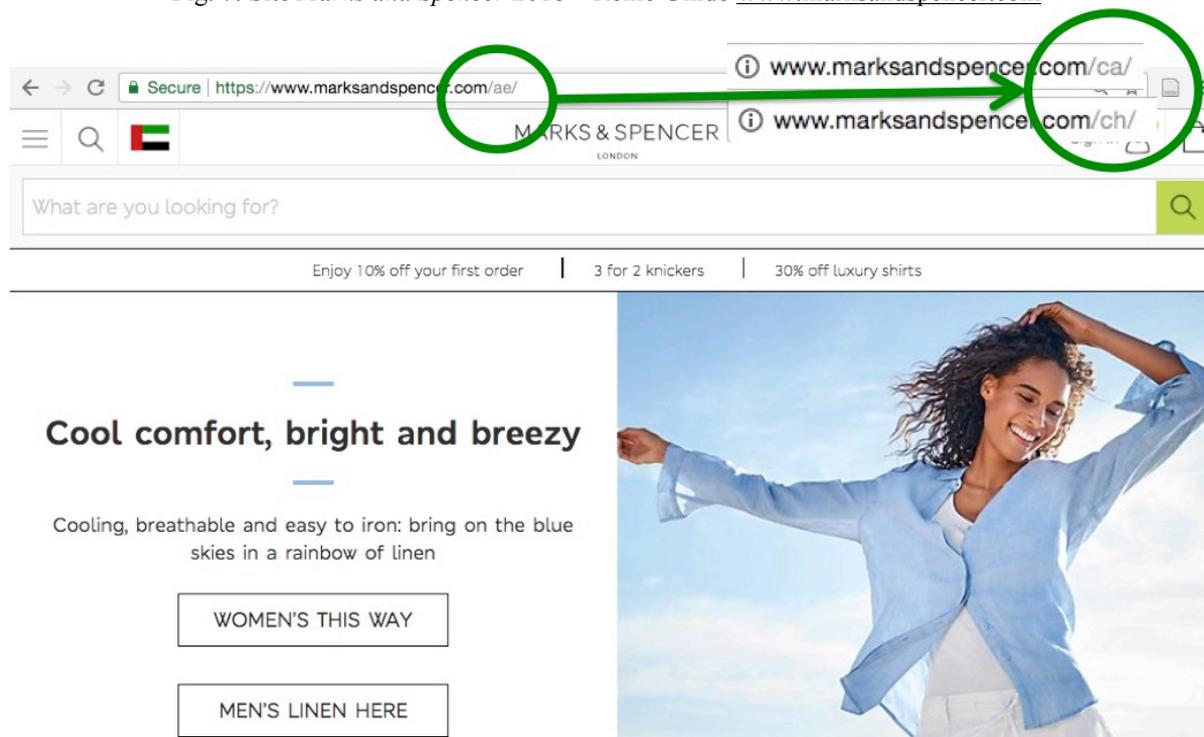


Fig. 8: Site *Marks and Spencer* Emirados Árabes Unidos, Suíça e Canadá

É interessante ainda notar uma variável que se impõe às opções oferecidas pelo site, quando mudo de navegador (Fig. 9). O meu navegador principal, Google Chrome, cuja página inicial é a do Google Brasil, está conectado à minha conta do provedor de *e-mail* do Google, o Gmail, cuja configuração linguística é o português. No entanto, ao acessar o site da

Marks and Spencer da Bélgica (e, na verdade, todos os outros que estão ligados a línguas que não sejam o “inglês”), surge um *pop-up*, avisando-me que a página está em neerlandês, perguntando-me se quero ou não trocar a língua utilizando o Google Tradutor (ícone da marca acompanha a pergunta). As minhas opções são, a princípio, confirmar se a página está em neerlandês ou não (já que o algoritmo do computador pode ter errado e estamos aqui para ajudá-lo a aprender o certo) e decidir se eu quero traduzir ou não. Se olharmos essas opções com atenção veremos que nem quando o Google toma de assalto a página alheia, ele perde o rebolado.

A empresa mantém a sua postura de *jovem descolado e cool!* Pois, em vez de colocar como opção aos usuários a palavra “não” [*no*], pura e simples, ela opta pelo simpático e adolescêntico “*nope*” que quase poderia ser traduzido pelo “só que não”. Ao passo que, na opção afirmativa, não oferece ao usuário a contrapartida “*yep*”, e, sim um imperativo “traduza” [*translate*]. Parece-me, então, que a empresa Google concorda com o sociólogo frankfurtiano Leo Lowental (1987) que propõe que, devido aos mecanismos de interdependência entre as pressões do trabalho e a quase obrigatória necessidade de liberdade de tensão intelectual, existe uma infantilização do homem enquanto consumidor de meios de comunicação de massa<sup>198</sup>, que o torna uma espécie de metade criança mutilada e metade adulto massificado.

Ainda referente à navegação interrompida pelo aviso do Google de que é ele quem está no comando, na lateral superior direita do *pop-up*, há um botão “opções” [*options*] que, ao contrário do que dizia meu instinto, oferece as mesmas opções que estavam explícitas no texto de entrada do *pop-up*, adicionando apenas outras duas: aplicar a minha escolha para todos os sites ou fazer do site, em questão, uma exceção a ela. Frustrantemente, assim, descubro que no botão “opções” não há um recurso que possibilite ao usuário a trocar a língua-alvo da tradução, que, no meu computador, mesmo com todas as pré-configurações que descrevi acima, aparece em inglês. Intrigada por essa insistência na língua inglesa, resolvi fazer o mesmo procedimento com outro computador. Acessei, então, o mesmo site, utilizando a mesma versão do navegador Google Chrome, conectado igualmente a minha conta, sob as mesmas condições de configuração, contudo, a partir de outro computador, de mesma marca, ano e versão, com o diferencial de que este fora comprado no Brasil. Qual não foi a minha

---

<sup>198</sup> Embora Löwenthal não estivesse falando de Internet, já que a comercialização e popularização dos meios digitais ocorreram muito após suas reflexões, defendo aqui, primeiro, um grau de similaridade entre os dois, permitindo-me fazer tal comparativo e, segundo, uma continuação a essa cultura massificada, moldada desde a época referente à análise do autor.

surpresa, quando as mensagens apareceram escritas em português, e a tradução, se eu aceitasse, ocorreria também, desta vez, para o português.

A peculiaridade desse fato permite-me catalogá-lo como uma das inexplicáveis trocas de informação entre *cookies*, memórias *caches*<sup>199</sup>, algoritmos do *software*, algoritmos do navegador, sistemas operacionais, etc., ou como disse Anthony Pym, como “algum segredo sombrio guardado em um banco de dados em algum lugar” (PYM, 2011, p. 416). Gostaria, ainda, de acrescentar um comparativo entre as versões do *pop-up* inglês – que me arriscaria a chamá-lo de “norte-americano” – e o do português – o qual também me sinto instigada a chamar de “brasileiro”. Isso porque o engenheiro Googler Melvin Johnson (2017) revela, em uma palestra na Universidade de Standford, que o Brasil é um dos principais usuários do aplicativo GT sendo cinco vezes um mercado mais importante para essa empresa do que Portugal e, por isso, “pt” (referente ao código de línguas), nesta empresa, será sempre “português do Brasil”. Johnson expõe, ainda, e agora em tom *blasé*, como se todos já soubessem, ou pelo menos deveriam saber, que 90% do uso de todos os demais produtos da marca Google acontece nos EUA – menos o GT, cujo percentual de 95% de seu uso é feito sob nuvens estrangeiras. Na versão de língua *brasileira*, curiosamente, o país do carnaval parece querer ser levado a sério, ganhando como tradução ao botão “nope” a seriedade do “não” e assumindo a forma infinitiva para o imperativo norte-americano, porque, afinal, a “contribuição brasileira para a civilização será [...] o homem cordial”<sup>200</sup>, já dizia Sérgio Buarque de Holanda (2004, p. 146). Talvez aí, tenhamos, finalmente, um processo de localização digno da teorização que dele é feita.

Para concluir esta rápida análise das variáveis que se impõe à apresentação e à interatividade do site das lojas Marks and Spencer, acrescento que os navegadores Firefox e Safari não apresentam nenhum aplicativo ou extensão de tradução já instalados “de fábrica”, como o Google o faz com o GT, de forma a não influenciar na navegabilidade do site. Essa possibilidade, no entanto, pode ser ativada caso o usuário queira adicionar extensões a esses navegadores<sup>201</sup>.

O Google, assim, exemplifica mais uma de suas ações de soberania, tanto sobre as opções do usuário, que continua achando que está no controle, sentindo-se somente agradecido pelos cuidados e serviços prestados, quanto sobre as empresas que, nessa relação, são, também, suas clientes e, apesar de terem desenvolvido seus algoritmos com um fim

<sup>199</sup> Cf. <https://www.techopedia.com/definition/6307/cache-memory>

<sup>200</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 19 reimp. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>201</sup> <https://addons.mozilla.org/en-US/firefox/extensions/language-support/> e <https://safari-extensions.apple.com/> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

específico, ficam refêns do autoritarismo dos motores de pesquisa. Vejo, assim, que a frase “mesmo que você *não* saiba exatamente o que está buscando, encontrar uma resposta na web é nosso problema, não seu” (link “Tudo sobre o Google” - grifo meu)<sup>202</sup>, deveria ter o primeiro “não” suprimido, para que corresponda à realidade do Googlish.

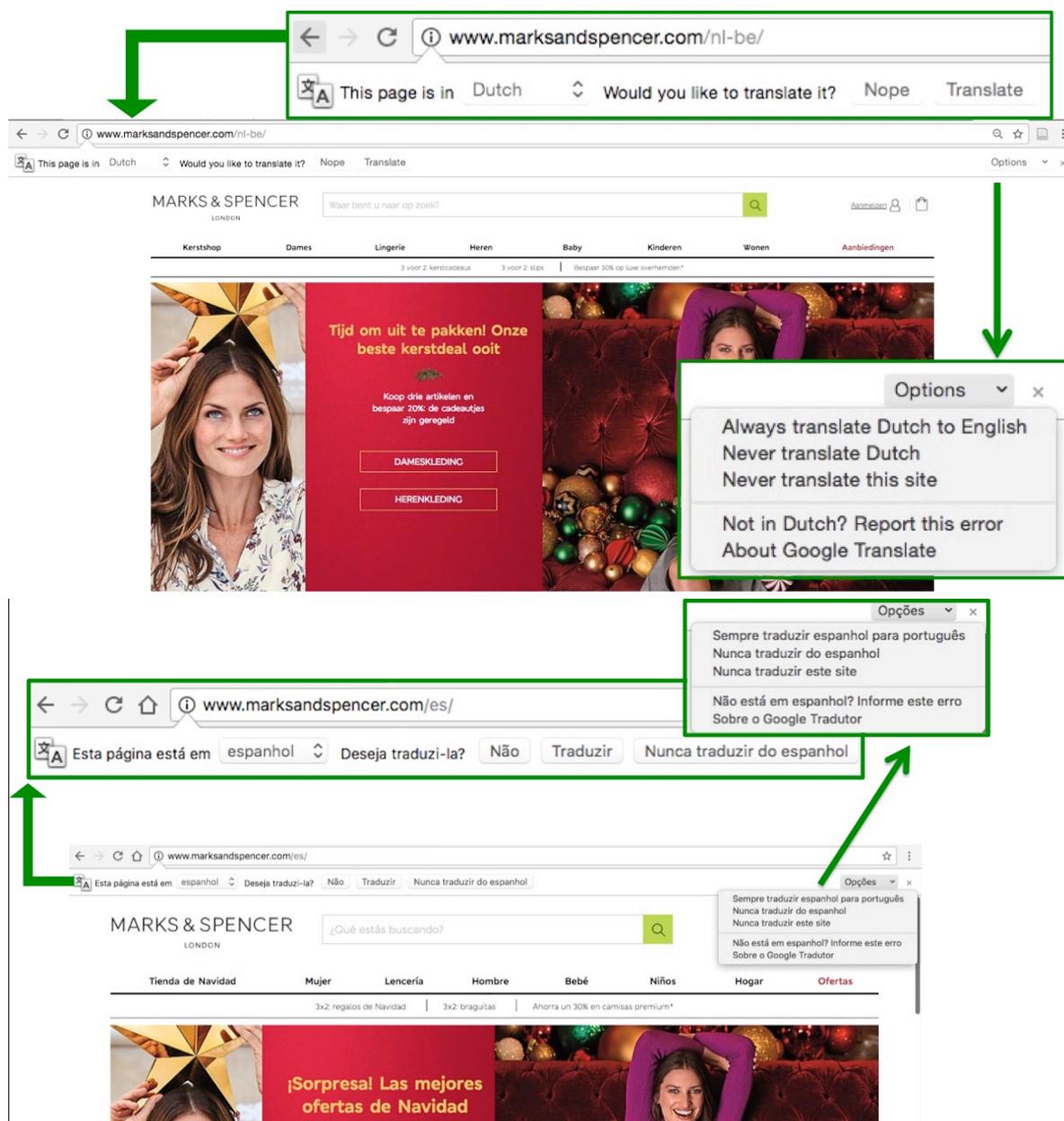


Fig. 9: Google Chrome computador N-Am, site belga e computador BR site espanhol

Observando os exemplos, apresentados por Singh e Pereira (2005), dos sites que fazem parte do primeiro nível de localização, percebe-se que a tendência de manter tudo em inglês ocorre, na maioria das vezes, quando esses são desenvolvidos *por* ou *para* falantes da língua inglesa (Gap Inc, Marks and Spencer, TYCO, etc.). Isso nos faz acreditar que exista, de fato, uma postura arrogante dos anglófonos, em especial os norte-americanos, em relação a

<sup>202</sup> <https://www.google.com/about/philosophy.html> - Acesso em: 09 de dez. 2017

políticas internacionais, como discute Kanavillil Rajagopalan (2005, p. 140). Até porque a própria teoria de localização não descarta que haja uma tendência na direção da supremacia do inglês, de forma a assumir – ou, por que não, alertar – que, muitas vezes, “os produtos técnicos e as aplicações feitas de empresa para empresa serão menos propensos a serem (totalmente) localizados. No entanto, seria um erro concluir automaticamente com isso que o inglês é suficientemente bom” (LISA, 2003, p. 13). Esse alerta, contudo, é que não parece ser suficientemente bom para se refletir em mudanças na atitude de algumas empresas norte-americanas quando distribuem seus produtos, como as de *softwares*, localizando-os em um nível mínimo, mesmo se dirigidos às línguas japonesa, alemã, francesa, e espanhola, como aponta a tradutora e consultora em terminologia Barbara Karsch (2006, p. 174). Esses sites/produtos, assim, ficam, também, na maioria das vezes, classificados dentro do primeiro nível que, segundo o desenvolvimento da teoria de Singh e Pereira (2005) é o que tem menos possibilidade de obter sucesso.

O segundo nível de localização é o dos semi-localizados. Os produtos que se encaixam neste nível também não trabalham com o último estágio da GILT, ou seja, não traduzem, em nenhum nível, seus conteúdos. A diferença, em comparação aos que ocupam o primeiro grupo, é que há, aqui, pequenas demonstrações de que o fabricante, em algum momento ou de alguma forma, chegou a lembrar que nem todos os mercados, para os quais ele quer vender seu produto, falam, necessariamente, a sua língua materna. Essas demonstrações, comumente, se restringem à inclusão, na opção de contato, do telefone das subsidiárias internacionais desse fabricante (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 12). Sublinho, todavia, que o acesso a essas funcionalidades ainda ocorre pela página principal na qual as instruções estão em um único idioma, novamente o inglês, exigindo do usuário um nível, pelo menos instrumental, dessa língua (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 153).

É somente nos que se classificaram como o terceiro nível de intensidade de localização que, finalmente, aparece, o que poderia ser chamado de padronizado ou, no máximo, semi-localizado, mas acabou recebendo o estranho nome de localizado – e ponto! Isso porque, se a teoria fosse levada a sério, mudar algumas palavras da língua do produto-fonte para as da língua da localidade-alvo não devia ser considerado localizado. Mas, aqui, Singh e Pereira acreditam que oferecer tradução em pontos que sejam considerados necessários é localizar um produto (2005, p. 13). Talvez eles estejam certos, pois, vêm do “mundo real” [*real world*], mesmo *background* de que se gabou Barbara Karsch, por ser “focada na prática” [*praxis-focused*], quando indagada sobre suas abordagens de ensino nas

universidades não serem ortodoxamente acadêmica<sup>203</sup>. Contudo, como já expus, oponho-me extremamente ao uso que os Estudos de Tradução vêm fazendo dessa nomenclatura que desconceitua – duplamente – o exercício da tradução. Ao reverberarem essas classificações, ratificam a ideia de que é possível haver localização sem tradução. Se entendermos que os dois primeiros níveis não recorrem a traduções e que este terceiro, ainda, ocorre de uma forma incipiente, deveríamos estar pleiteando pelo abandono dessas categorias, senão pelo agrupamento das três primeiras em um estágio que nomearíamos pré-localização.

A seriedade continua a ser reivindicada, quando, agora já no que é denominado quarto nível, os produtos são considerados altamente localizados, embora também adotem tradução somente “onde for relevante” [*wherever relevant*] (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 13). Percebe-se que os autores são cativados pela criação de URL (Localizador Padrão de Recursos) específico para cada localidade, no qual há a presença de especificidades ligadas ao *país* de destino (datas, composição dos números, etc.) do produto. Importante notar que os autores, explicitamente, não adotam o termo localidade (“*locale*”) presente nas definições da LISA. Eles, por outro lado, precisam tratar-se de uma escolha consciente para evitar reflexões que fugiriam do escopo do livro, a saber, servir de guia para a área dos profissionais envolvidos na localização, que, segundo eles, são desenvolvedores de sites, gerentes de empresas multinacionais, estudantes de *marketing* internacional, comércio eletrônico, etc. (SINGH E PEREIRA, 2005, p. xi-xii), recorrendo, assim, a uma mea-culpa no prefácio:

A nossa abordagem é baseada em país; como tal, assumimos que os países podem ser definidos pela sua cultura dominante. A principal razão para essa abordagem é relativa à prática: [...] as empresas globais continuam usando "países" como base para segmentar e atingir clientes globais [...]. No entanto, reconhecemos que a marcha contínua da globalização está mudando dramaticamente o mundo com migrações massivas de pessoas, e as fronteiras nacionais estão sendo redefinidas ou apagadas. Nesse contexto, [...] um país pode ter subculturas fortes estabelecidas por imigrantes [...]. No entanto, deve se notar que a situação resultante - embora mais complexa - ainda é estruturalmente a mesma [...]. Como tal, nossa abordagem de definição de países com base em sua(s) cultura(s) dominante(s) é prática e prontamente implementada por empresas que procuram sucesso no mercado global. (p. x)

Essa postura pode causar inquietação, e até indignação, uma vez que se espera que a criticidade abranja, também, as práticas profissionais. Entretanto (e infelizmente), essa não é uma resistência confinada à área de comércio ou de *marketing*. Recorrentemente, em congressos e encontros acadêmicos, deparamo-nos com *workshops* e “treinamentos”, cujos

<sup>203</sup> <http://termcoord.eu/2014/01/interview-barbara-inge-karsch/> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

objetivos são aumentar a proficiência dos tradutores no manuseio das ferramentas TAC de forma extremamente acrítica e tecnicista. Ou, ainda – e pior – essa mesma política é adotada em disciplinas de universidades que visam ao melhor preparo dos alunos ao mercado profissional, como ocorre, por exemplo, na Universidade de Grenoble Alpes, na França. Nessa universidade, a disciplina “Localização e TAC” [*Localisation et TAO*] é patrocinada pela empresa SDL, que fornece aos alunos inscritos, sem custo (financeiro), licenças para utilização de seus produtos, os quais, por sua vez, compõem a ementa da disciplina, de “ponta a ponta” [*end-to-end*] – termo copiosamente empregado pelos marqueteiros dessas ferramentas TAC, ao falar de suas utilidades no processo de tradução. Isso acontece porque, segundo o que expôs o professor responsável pela disciplina, em uma conversa informal que tivemos, os alunos não poderiam pagar a licença, e como os produtos são usados semanalmente, já que a disciplina é, especificamente, para familiarizá-los com todas as ferramentas do *software*, eles têm esse “privilégio”.

De qualquer maneira, mesmo delimitando suas reflexões a um escopo em que conceitos e forças que os estabilizam não sejam questionados, Singh e Pereira, ao longo do livro, acabam por concluir que a meta a atingir seria o quinto nível, um produto culturalmente customizado. Isso porque, segundo os autores, esses sites são os que promovem maior persuasão às compras, alcançando, assim, melhor Retorno de Investimento (ROI)<sup>204</sup>. A recomendação dos sites culturalmente customizados, para manutenção e aumento do consumo, baseia-se em teorias que defendem a necessidade dos consumidores se sentirem confortáveis quando fazem compras, buscando, sempre, circular em ambientes que sejam harmônicos com os que estão acostumados, diminuindo esforços cognitivos (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 25). Daí a (aparente) importância que os autores dão à tradução, como destaquei no início desta sessão, para indicar a intensidade de localização. Certamente, o fato de o produto a ser consumido oferecer informações acessíveis ao seu consumidor vai ao encontro de uma máxima de nossa *sociedade do consumo*: os clientes têm que – parecer – estar no comando. “Eles são os juízes, os críticos e os que escolhem. Eles podem, afinal, recusar fidelidade a qualquer das infinitas opções em exposição. Exceto a opção de escolher entre uma delas, isto é, essa opção que não parece ser uma opção” (BAUMAN, 1999, p. 92).

Essa percepção de Zygmunt Bauman talvez tenha instigado o ideal de localização declarado pela LISA (2003, p. 3), de que um produto bem localizado se traveste em um produto originário da localidade-alvo. A interpelação que nos cabe, então, é sobre o paradeiro

---

<sup>204</sup> Cf. DEPALMA, 2002 e 2006; LISA, 2003; KARSCH, 2006; LOMBARD, 2006; LYNCH, 2006; GOUADEC, 2007; MELBY E WRIGHT, 2015; DECAMP E ZETSCHKE, 2015.

do elo perdido entre localização e tradução. Principalmente após vermos os resultados das pesquisas que Nitish Singh e Arun Pereira apresentam. Os autores investigaram o site de 900 empresas que saíram no *ranking* da Forbes. Dessas, 66,5% (598 empresas) buscavam entrar ou permanecer no mercado internacional. Dessa fatia, 51,4% eram norte-americanas e 27,5% europeias. Um pouco mais de 36% das empresas dos EUA e 37% da Europa não trabalhavam com nenhum tipo de tradução em seus sites analisados, e de todas as 598 empresas, nenhuma tinha um site que podia ser classificado no nível *culturalmente customizado* (SINGH E PEREIRA, 2005, p. 17). Todas essas empresas, porém, estavam ranqueadas entre as mais bem-sucedidas financeiramente no mundo. Até que ponto, então, o sucesso dessas empresas está mesmo ligado ao nível de adaptações que elas fazem em seus produtos? Será que a massificação apontada por Löwenthal fez com que Narciso parasse de achar feio o que não é espelho?

Talvez essas inquirições sejam mais bem abordadas se pensarmos que o site (ou produto) será mais valorizado pela localidade-alvo, se mantiver a língua do país original – até um certo mínimo a ser analisado na fase da Globalização, para não incorrer em problemas jurídicos e não se tornar impeditivo à compra (se bem, que, pensando bem, enquanto existirem TA gratuitas e *on-line* problemas de assimilação instrumental serão cada vez menos recorrentes<sup>205</sup>). Essa valorização, longe de ser um genuíno enaltecimento do *outro*, é, na verdade, um autoelogio. Isso porque, “todo mundo pode *desejar* ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo *pode* ser um consumidor. [...] Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes” (BAUMAN, 1999, p. 94 – grifos do autor). Assim, comprar num site internacional ou, ainda, ter um produto que claramente explicita o poder de compra que *eu* tenho e, implicitamente, que *você* não tem, seja algo que as empresas já tenham percebido.

Gideon Toury teoriza exatamente ao redor dessa relação sociocultural que as línguas produzem entre si. Toury aponta que intervenções por meio da simples presença de regras, de vocábulos ou quaisquer resquícios linguísticos da língua-fonte, no texto-alvo, podem ser considerados como interferências e, como tais, inerentes à tradução, podendo ser positivas ou negativas. E esse julgamento de valores, diz o autor, não é automático nem

---

<sup>205</sup> Recentemente, precisando fazer ser entregue uma impressão de fotos em Hollandsche Rading, interior da Holanda, diante do frete altíssimo, caso eu usasse qualquer empresa que não fosse da região de Utrecht, decidi arriscar-me nos sites locais utilizando o tradutor *Bing*, da *Microsoft*, que fez com que eu conseguisse não gastar nem um centavo de euro em frete. Porém, nem poderei agradecê-lo pela ajuda, já que a cada página que ele fornece “tradução” automática, mostra-nos a mensagem “Microsoft® não se responsabiliza pelo conteúdo abaixo” [*Microsoft® is not responsible for the content below*], revelando, assim, o projeto tradutório que essa empresa, também, guarda em sua nebulosidade. Cf. <https://www.bing.com/Translator>

natural (TOURY, 1995, p. 276), ou seja, não é uma qualidade intrínseca às línguas, de forma que essa receptividade, ou repulsa, vai divergir a depender da(s) comunidade(s) envolvida(s), já que essa relação toma corpo nas línguas que estão em jogo (p. 277).

Toury descreve que em um fluxo de trabalho que envolva tradução, por exemplo, quem decide a intensidade de interferência, muitas vezes, não é nem o tradutor, sendo sempre um *outro* que aparece na etapa que ocorre em um *post factum* (p. 278) à tradução, em si. Aqui vemos semelhanças e discrepâncias com o processo de tradução encaixado nos moldes da localização. O autor-*localizador* também não decide o grau dessa interferência, entretanto, ele nem tem conhecimento do que ficou sob a etiquetagem “conteúdo-intraduzível-intocável-de-interferência” dentro do banco de dados, já que essa decisão é tomada *ante factum*. Como discutido anteriormente, o tradutor-*localizador*, muitas vezes, só tem acesso ao que traduzirá.

Com essa reflexão, Toury talvez tenha explicado o sucesso das empresas que continuam mantendo em inglês as interfaces das quais se servirão seus clientes internacionais. Isso porque por meio dela, o teórico chegou ao conceito de “prestígio relativo” [*relative prestige*] (p. 278), esclarecendo que

**A tolerância à interferência – e, portanto, a resistência às suas manifestações – tendem a aumentar quando a tradução é realizada a partir de uma língua/cultura “grande” ou de grande prestígio, especialmente se a língua/cultura alvo for “menor” ou “fraca” em qualquer outro sentido,**

A “maioria” e a “minoría”, a “força” e a “fraqueza” ao invés de serem fixas, e muito menos características inerentes de línguas e culturas. (TOURY, 1995, p. 278 – negritos do autor)

O que tentei mostrar nessa extensiva – ou, ao menos, mais longa do que se gostaria – explicação é como o “mundo dos negócios” realmente enxerga o processo de localização de um produto, e, com isso, revelar o porquê de encontrarmos localizações como as com que nos deparamos em nossa vida diária. Agora, e como o processo de localização, enxerga o “mundo dos negócios”? Para que possamos trilhar um caminho de reflexão que resulte em ação verdadeiramente transformadora da realidade – a *práxis* a que Paulo Freire (2005, p. 106) se refere –, é preciso, primeiramente, deixar os olhos desconfiados. Observemos, pois.

## 5.8 O mundo *deslocalizado* em que vivemos

Para proporcionar um debruçar sobre as teorias apresentadas de forma mais desperta e não embalados por sonhos conjecturais, antes de concluir este capítulo e darmos continuidade às reflexões finais desta tese, desenharei, por meio de exemplos, um cenário maior em que o Googlish e o Globish encontram terreno fértil para manutenção e perpetuação do *pensamento único*.

Essa opção vem guiada pela discussão apresentada por Douglas Kellner, quando ele retoma as denúncias de John Thompson de que conceitos atuais e até clássicos sobre ideologia estão, cada vez mais, sendo desvinculados de sua inerente ligação com dominação, de forma a tentar aniquilar reflexões de cunho crítico trazidas, às duras penas, por Marx e *neomarxistas* sobre o termo. Reitero, aqui, em consonância com Thompson e Kellner, a importância da retomada do vínculo entre ideologia-hegemonia-dominação, e, “portanto, de delimitar sua aplicação a ideias e pontos de vista que atendam a funções de legitimação, mistificação e dominação de classe [...], em vez de equiparar todas as ideias ou posições políticas à ideologia” (KELLNER, 2001, p. 77-78). Faz-se, pois, essencial, não só para os Estudos de Tradução, como para que, entendendo o processo como cidadãos e eventuais consumidores, consigamos desvelar o que Pym chamou de “ideologia da internacionalização” (PYM, 2011, p. 413), que a ausência de tradução – ou, ainda, sua desvalorização – seja questionada.

Para entendermos a padronização *de facto*, das empresas de localização, observemos a figura de uma caixa de xampu tonalizante, da marca *Wella* (Fig. 10).

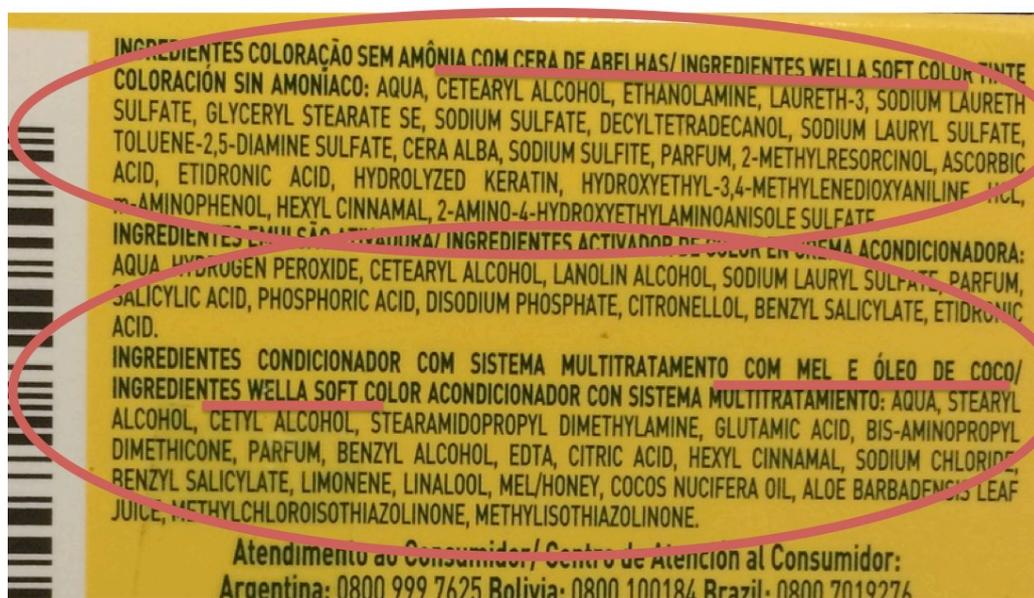


Fig. 10: Embalagem xampu tonalizante Wella

Qual a probabilidade de um tradutor profissional, sendo contratado para traduzir informações para empresas de tinturas capilares, receber o texto “ingredientes coloração sem amônia com cera de abelhas” e, traduzindo-o para o espanhol, chegar à versão “ingredientes wella soft color tinte coloración sin amoniaco” ou, partindo do espanhol “ingredientes wella soft color acondicionador con sistema multitratamiento”, decidir pela tradução em português “ingredientes condicionador com sistema multitratamento com mel e óleo de coco”? Se, ainda, compararmos essa probabilidade com a de essa mesma empresa de cosméticos possuir uma sequência escrita na linguagem XML (*eXtensible Markup Language*): “ <ingredients> cera de abelhas </ingredients> ”, de forma que, acessando a alimentação feita pelo alinhamento paralelo de texto, os dados fossem cruzados, fazendo com que o sistema GMS ativasse a pasta “pt/Br”, onde, juntamente a essa opção, existissem outras como “mel e óleo de coco”, “óleo de argan”, “babosa e rosas”, etc. mas, na pasta “es/Mx” – por já ter sido filtrada pelas etapas da Globalização e internacionalização – existisse somente a opção “wella soft color”, a partir do resultado que temos impresso na embalagem, qual desses dois fluxogramas seria o mais provável?

Quando prestamos atenção ao que temos ao nosso alcance, em casa, na universidade, no carro, nos supermercados, conseguimos identificar o que se chama de tradução automática – por falta de um melhor termo ou, ainda, para que, na repetição do mantra, torne-se tradução. Abaixo discutirei alguns exemplos dessas manifestações com que estamos, cada vez mais, acostumados.

### **Cafeteira elétrica e barbeador elétrico**

Mostro, a seguir, dois produtos de segmentos mercadológicos diferentes, embora ambos sejam de âmbito doméstico.

A empresa suíça Nestlé tem uma marca de café, Nescafé, que por sua vez possui um segmento de cafeteira elétrica alimentada por cápsulas, chamada Dolce Gusto. No Brasil sua distribuição é feita pela empresa brasileira Arno<sup>206</sup> e na França, pela empresa alemã Krups<sup>207</sup> (Fig. 11).

<sup>206</sup> <http://www.arno.com.br/> - Acesso em: 16 de set. de 2017

<sup>207</sup> <http://www.krups.fr/fr/> - Acesso em: 16 de set. de 2017



máquina francesa

máquina brasileira

Fig. 11: Cafeteira elétrica *Dolce Gusto* – França e Brasil

A empresa *Royal Philips*, conhecida como *Philips*, sediada na Holanda, produz barbeadores elétricos de diversos modelos. O mercado brasileiro trabalha com numerações diferentes das do mercado francês, mas os dois aparelhos apresentados a seguir possuem as mesmas funções (Fig. 12).



Fig. 12: Barbeadores Philips França e Brasil

Vemos que esses objetos, mesmo sendo de segmentos completamente diferentes, embora para uso doméstico, são consonantes em relação ao que é, ou não, traduzido, e ao tipo de recursos que eles usam para evitar a inclusão de palavras. Para alguns comandos, como o de “ligar e desligar”, por exemplo, elegem-se símbolos<sup>208</sup>, barateando o processo de

<sup>208</sup> É importante lembrar, entretanto, que esses símbolos não são imunes a jogos de poder. O próprio símbolo de “energia” [*power*], usado para “liga/desliga” foi inventado em 1973 pela IEC (Comissão Eletrotécnica Internacional) e designava “adormecido” [*stand-by*] ([https://webstore.iec.ch/preview/info\\_iec60417iso7000\\_DB.pdf](https://webstore.iec.ch/preview/info_iec60417iso7000_DB.pdf) Acesso em: 16 de set. de 2017).

localização; para outros comandos conta-se com a intuição para traduzir palavras que são deixadas em inglês (“charge”, no lugar de “recarregar”) ou com experiências anteriores (luz “verde” está “carregado” e “vermelha” seu oposto). Em ambos aparelhos, entretanto, não foram alterados os dizeres “close cut”.

### **Cápsulas para cafeteira elétrica**

Ainda no âmbito desses mesmos exemplos, podemos ver outra forma de localização que também visa à economia – em seu duplo sentido. Os mercados sul-americanos são geralmente tratados de forma genérica, como sendo todos falantes de espanhol, fato que não se restringe às empresas de localização. Recorramos, como exemplo, aos parques temáticos da Disney, cujos visitantes mais assíduos – suprimidos da lista os originários dos EUA e do Canadá – somos nós, os brasileiros<sup>209</sup>, mas, mesmo assim, se acessando o site<sup>210</sup> da empresa, os informativos são apresentados em seis localidades: Inglês – EUA; Espanhol – EUA; Inglês – Canadá; Francês – Canadá; Inglês – Austrália e Japonês – Japão. A legislação brasileira, entretanto, segundo o PROCON, apresenta, dentre suas exigências quanto à embalagem, que as informações estejam em língua portuguesa: “Todos os produtos, inclusive os importados, devem conter informações claras, legíveis e em língua portuguesa a respeito das suas características, qualidades, composição, preço, data de validade, garantia e origem”<sup>211</sup>. Podemos concordar que “características” e “qualidades” sejam substantivos de difícil precisão, já “composição” restringe um pouco mais a imaginação do fabricante.

Vejamos como se comporta a localização das embalagens das caixas das cápsulas para as máquinas das quais falei acima, no Brasil (Figura 13).

---

Em dezembro de 2004, o IEEE (Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos) publica as padronizações IEEE 1621 na qual apresenta a mudança, adotada até hoje, do símbolo que, então, passou a designar “liga/desliga” (<http://standards.globalspec.com/std/650323/ieee-1621>)

<sup>209</sup> Cf. [http://www.dailymail.co.uk/travel/travel\\_news/article-3569903/The-Might-Mickey-Orlando-US-destination.html](http://www.dailymail.co.uk/travel/travel_news/article-3569903/The-Might-Mickey-Orlando-US-destination.html) - Acesso em: 13 de maio de 2017.

<sup>210</sup> <https://disneyland.disney.go.com/> - Acesso em: 02 de out de 2017.

<sup>211</sup> [http://www.procon.sp.gov.br/dpe\\_respostas.asp?id=10&resposta=12](http://www.procon.sp.gov.br/dpe_respostas.asp?id=10&resposta=12)



Fig. 13: Caixa da cápsula *Caffè Buongiorno* – internacionalização; legislação argentina

Embora a língua espanhola seja amplamente aceita pelos brasileiros<sup>212</sup>, as embalagens, no entanto, oferecem as informações a todo tempo, nas duas línguas, restringindo-se às legislações de cada país. Interessante, até, a explicação dada pelo símbolo de “sin T.A.C.C”. Em vez de, simplesmente, escreverem “sem glúten” ao lado do símbolo, o fornecedor traz uma explicação, usando frases longas que, certamente, não foram retiradas de bancos de dados por GMS. Já na parte em que poderiam, peremptoriamente, avisar os brasileiros que tratava-se aqui de um produto “sem glúten”, como escreveram na versão espanhola, eles nada mencionaram em português, uma vez que, de acordo com a legislação brasileira<sup>213</sup>, deve-se incluir somente quando “contém glúten”, e não quando “não contém glúten”, e aqui, há, certamente, uma “acessadinha” ao GMS e arquivos com extensão *xliff*. Para concluir, o emprego do sinal “&”, o “e comercial”, é ainda bem proveitoso para que menos alterações sejam feitas, e, mesmo sendo uma anglicização, ele tem boa receptividade em português, para substituir a conjunção “e” e em espanhol, para substituir o “y”.

Outras reflexões que essas embalagens de Dolce Gusto suscitaram foram a respeito da localização que é feita não só para “informar”, mas para atrair o consumidor, abrangendo: nomes dos sabores, propagandas sobre outros produtos e canais de atendimento ao consumidor (Fig. 14).

<sup>212</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/28/opinion/1385640169\\_011264.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/28/opinion/1385640169_011264.html)

<sup>213</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/07/1788137-rotulos-de-alimentos-deverao-ter-alerta-para-alergicos-a-partir-de-hoje.shtml> - Acesso em: 02 de out. de 2017.



Fig. 14: Buongiorno – Matinal; lançamento do Ristretto Ardenza e SAC

Como vemos, os nomes-fantasia, muitas vezes, não têm uma boa receptividade em certos segmentos. Apesar de esse tipo de investimento, normalmente, passar por pesquisas de mercado, ainda assim, elas nem sempre apontam para a melhor solução, de forma que, às vezes, no meio do percurso, o produto acaba sofrendo alterações, como aconteceu com o “Caffè Buongiorno”. Em 2011<sup>214</sup> a bebida foi lançada, com grãos brasileiros, mas sem o nome que lhe fizesse jus. De forma que, em 2017, o sabor foi alterado para “Matinal”. Vemos aqui um bom exemplo para se lembrar da “regra dos 10” da IBM.

Em outra lateral da caixa, a marca faz a propaganda para um lançamento, o do café “Ristretto Ardenza”. Esse anúncio é feito por meio da palavra “TRY” (experimente), mantida em inglês. Sagazmente, a forma que essa palavra é apresentada foge da diagramação

<sup>214</sup> <https://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/NESCAF%C3%89DOLCEGUSTOLAN%C3%87ADUASNOVASBEBIDASSOBMEDIDAPARAOCAF%C3%89DAMANH%C3%83BRASILEIRO>

de texto informativo, assim, passa despercebida sob os olhos dos órgãos reguladores brasileiros, não precisando, portanto, ser traduzida.

Seria, então, os nomes dos cafés “conteúdos intraduzíveis”, já que, afinal, “Buongiorno” e os demais sabores nem são palavras da língua portuguesa, ou, ainda, a palavra “TRY” uma figura e, portanto, também, um intocável? Observando a Figura 15 abaixo, temos nossas respostas.



Fig. 15: LUNGO (Brasil); GRANDE (França); e BUONDI (França)

Quando percebemos que as localizações feitas para atender a diferentes consumidores englobam fotos e nomes-fantasia, ao mesmo tempo em que mantêm propagandas em inglês, entendemos que há uma escolha ativa e independente do que a teoria vem chamando de “conteúdo linguístico” e “conteúdo traduzível”, muito mais próxima do conceito de *prestígio relativo* de Toury (1995). Enquanto “Grande” é um nome atrativo para a França, por evocar a qualidade dos cafés italianos e, por que não, dos cafés brasileiros (feitos aqui para importação), no Brasil esse nome, por ser uma palavra da língua portuguesa, evoca “café nacional” que, por sua vez, é sinônimo de “café de má qualidade”. Tal reflexão, talvez, explique a demora (6 anos) em alterar o nome do “Buongiorno” – “tradicional cafezinho brasileiro” – para o simples “Matinal” que, além de ser mais compreensível do que as infinitas letras que compõem uma única palavra para se desejar “bom dia”, em italiano, também corresponde a uma palavra em espanhol... e quem sabe, assim, matem dois coelhos com uma cajadada só?! No Brasil, ainda, uma xícara de louça e branca é sinal de “café em casa”, sem sofisticação. Na França, entretanto, é café tradicional, de alta qualidade, como a marca, também da Nestlé de café em grãos selecionados, Boundi.

## Manual de barbeador elétrico e instrução para troca de lâmina

Já o barbeador elétrico não precisou se apoiar em outras línguas, servindo aos dois mercados internacionais, ao mesmo tempo. A Philips fornece aos dois mercados aqui, em questão, um mesmo manual (Figura 16), cujo desenvolvedor deveria ter sido premiado “funcionário do século”, caso a empresa seja adepta às recomendações de Dunne (2006), em que na internacionalização o produto se apresentaria como se já houvesse, inclusive, sido localizado.

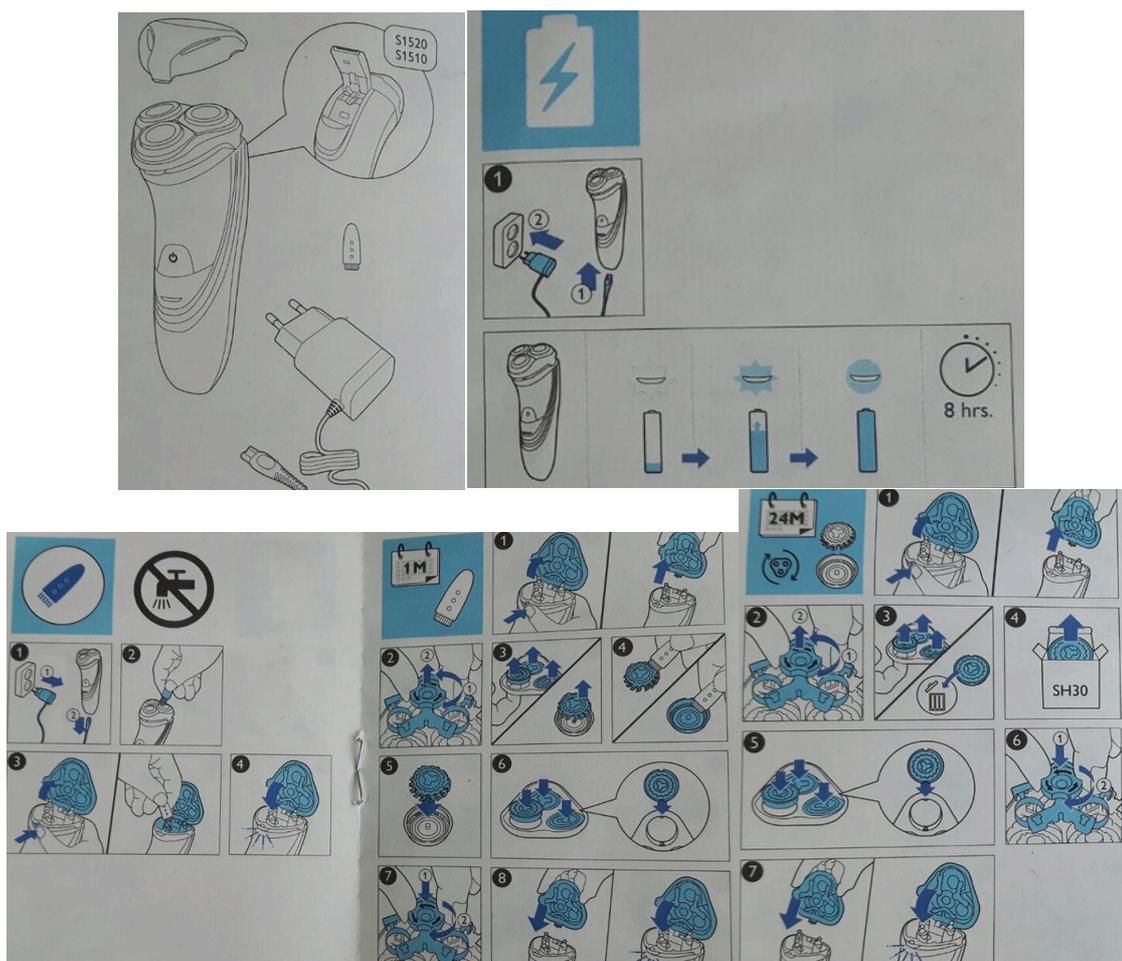


Figura 16: Manual barbeador Philips francês

Essa solução, arrisco a dizer, simultaneamente, internacionaliza localizando e agrada os usuários que preferem, à leitura, assistir a um vídeo de tutorial na internet, como discutido no Capítulo 4.

Ainda no mesmo aparelho de barbear, nota-se que muitas vezes o produto não mantém nem a língua do seu fabricante original, recorrendo à língua tida como franca, a saber, o inglês (Fig. 17).



Figura 17: Especificações do barbeador Philips francês

Curiosamente, há algumas especificações nas “costas” do barbeador francês que não há na do barbeador brasileiro, em verdade, não há nada escrito, nem desenhado, em nenhuma parte deste último barbeador que corresponda às informações extras daquele. Assim, descubro que se trata de uma exigência dos órgãos reguladores europeus, mas não brasileiros. Na União Europeia, há intensas discussões sobre o fabricante ser obrigado a indicar o país de origem do produto, em oposição ao esquivo “made in Europe”, indicando que aqueles que assim o fazem, estão sendo mais honestos<sup>215</sup>. Além do que, há a presença da “marca CE” [ *Conformité Européenne*], obrigatória desde 1993, indicando que o produto segue todas as exigências de saúde, segurança, etc. determinadas pelo bloco econômico europeu<sup>216</sup>. Paralelamente, nas regulamentações francesas, explicita-se que a ausência de tradução para as informações, no produto ou na embalagem, é possível desde que o produto possua “inscrições gravadas, moldadas ou tecidas em língua estrangeira”, como é o caso, além de ser também possível que isso aconteça se essas forem acompanhadas de “desenhos, símbolos ou pictogramas e as indicações forem equivalentes ou complementares, desde que não sejam susceptíveis de induzir o consumidor ao erro”<sup>217</sup>, como também acontece por meio do manual do usuário.

### Máquina de datilografia e manual de instrução

Vejam, agora, as soluções que foram dadas a alguns produtos cujos atalhos de atividades são mais complexos – ao menos em teoria – do que “liga/desliga” e exigiriam mais explicações (mesmo enquanto atalhos) para as ações. Para isso, mostrarei, primeiramente,

<sup>215</sup> [www.newslettereuropean.eu/what-is-at-stake-with-labelling-the-eu-goods/](http://www.newslettereuropean.eu/what-is-at-stake-with-labelling-the-eu-goods/)

<sup>216</sup> [www.ce-marking.org/what-is-ce-marking.html](http://www.ce-marking.org/what-is-ce-marking.html) - Acesso em: 30 abr. de 2018

<sup>217</sup> [www.economie.gouv.fr/dgccrf/Publications/Vie-pratique/Fiches-pratiques/emploi-langue-francaise](http://www.economie.gouv.fr/dgccrf/Publications/Vie-pratique/Fiches-pratiques/emploi-langue-francaise)

uma máquina de datilografia – para usar o termo mais antigo a que a minha memória pôde chegar. Tal modelo foi desenvolvido em 1914, em Nova Iorque<sup>218</sup>, ou seja, sofreu localização às antigas – escolho-o a título de comparação (Figura 18).



Figura 18: Máquina Royal: Brasil mercado-alvo, modelo 10, 1914, Nova Iorque

Todos os comandos estão traduzidos para a língua da localidade-alvo, de forma que as teclas que precisam abrigar tais comandos são, na maioria das vezes, maiores do que as das letras, exceto a da de “mola de detenção”. O que, por sua vez, não impediu o fabricante de optar por traduzir a palavra para o idioma da localidade-alvo para o qual o produto seria distribuído. De forma a, apenas, alterar a diagramação, a fim de possibilitar a inserção da expressão completa no espaço que lhe fora designado, como feito, igualmente, à tecla do comando “maiúscula” que, embora não tenha assumido o formato de meio círculo, teve o tamanho da fonte da impressão diminuído.

A insistência em traduzir *tudo* para a língua de destino, portanto, é muito mais uma resultante de decisões comerciais, legislativas, de *marketing*, etc. guiadas por impulsos sociopolíticos, que a tudo subjazem, do que de economia de gastos. Principalmente quando vemos o manual de instrução que acompanhava essas máquinas, representado abaixo.

<sup>218</sup> [www.typewritermuseum.org/collection/index.php3?machine=royal10&cat=kf](http://www.typewritermuseum.org/collection/index.php3?machine=royal10&cat=kf)

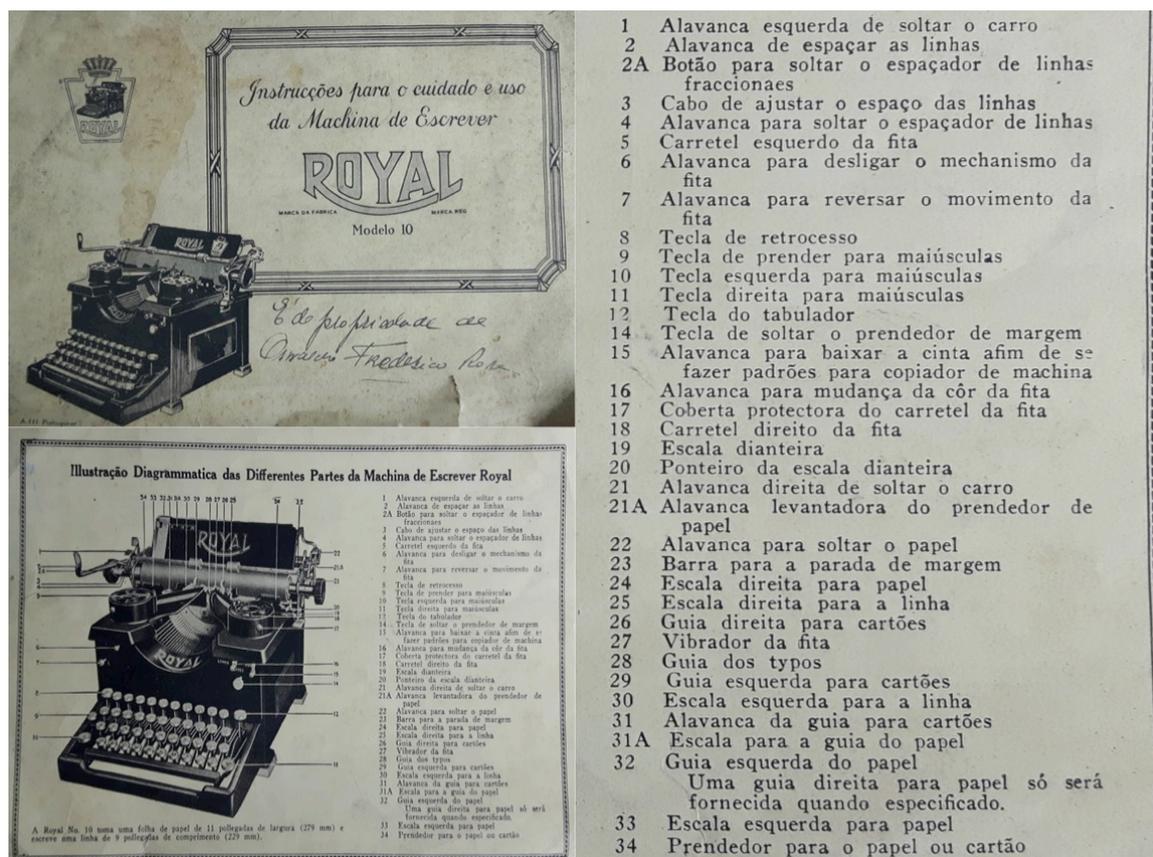


Figura 19: Manual de instrução – máquina de escrever Royal

As seis páginas deste manual, recheadas de informação em português, não deixam dúvida sobre a falsa argumentação de se ter que economizar com traduções. Em uma de suas páginas, por exemplo, encontramos impressos 37 recursos da máquina de datilografia, todos escritos em português, sem abreviações, gozando de plena liberdade, e, ainda por cima, no meio impresso. Isso porque o que uma empresa com pretensões mundiais gasta, efetivamente, com localização é muito pouco. Como revela Donald DePalma, os custos totais, possíveis de calcular, para tornar um produto/serviço vendável em abrangência mundial é irrisório perto dos lucros que sua internacionalização gera. E, curiosamente, esse custo consegue ser três vezes maior do que o que a empresa produtora gasta com as PSL para localizar seus produtos – imagine se chegássemos com essas progressões aos salários dos tradutores, sabendo, ainda, que dentro de localizar a tradução é apenas uma etapa. De forma que, se gasta mais “com paisagismo, do que com localização”, como disse um dos participantes da pesquisa de DePalma (2006, p. 20), a respeito dos gastos de sua empresa.

## Teclados

Apresento, agora, teclados (Figura 20 e 21), de marcas líder de mercado (*Dell*, *Apple* e *HP*) comprados em dois diferentes países: França e Brasil.

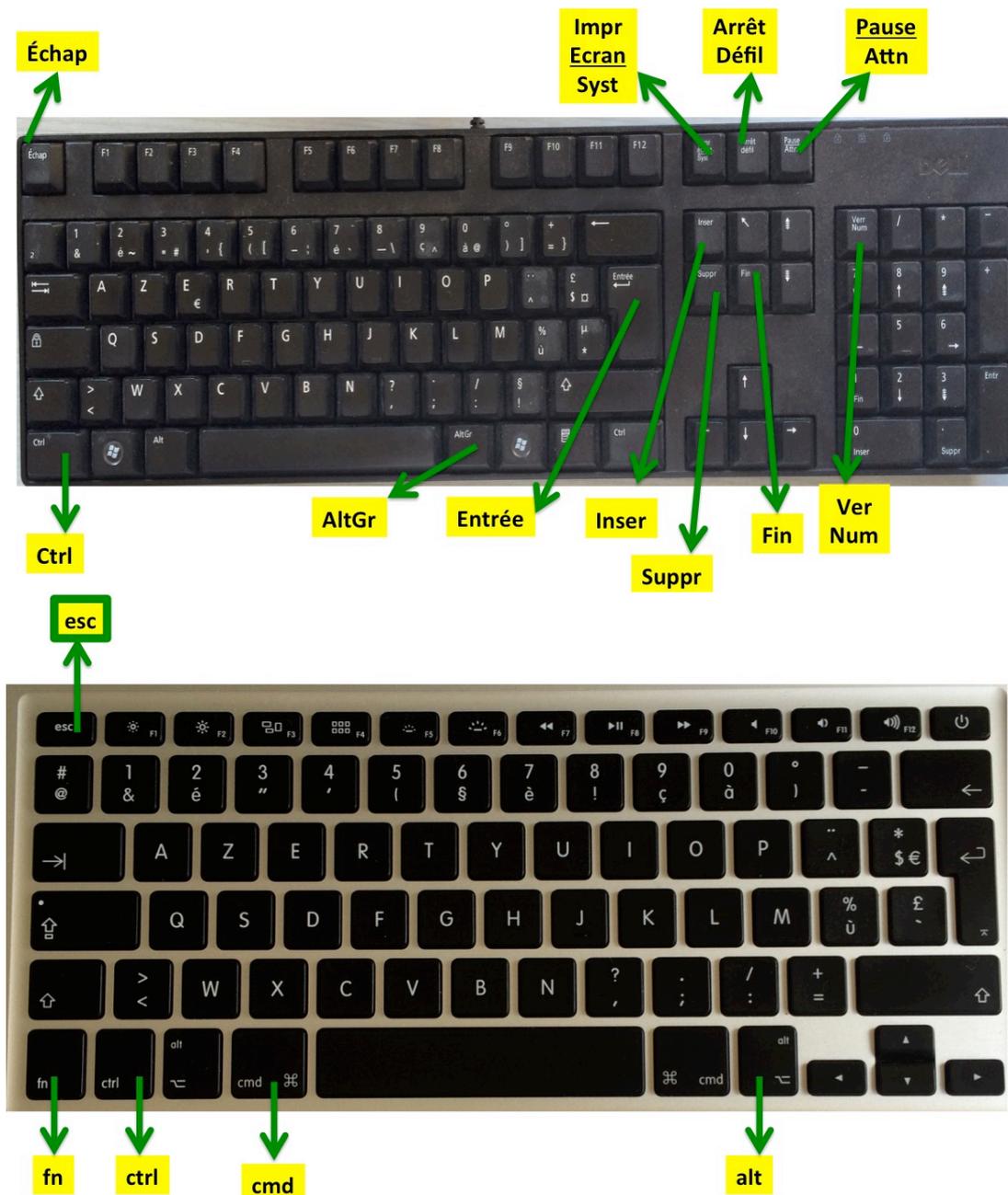


Fig. 20: Teclados franceses *DELL* (preto) e *APPLE* (prata)

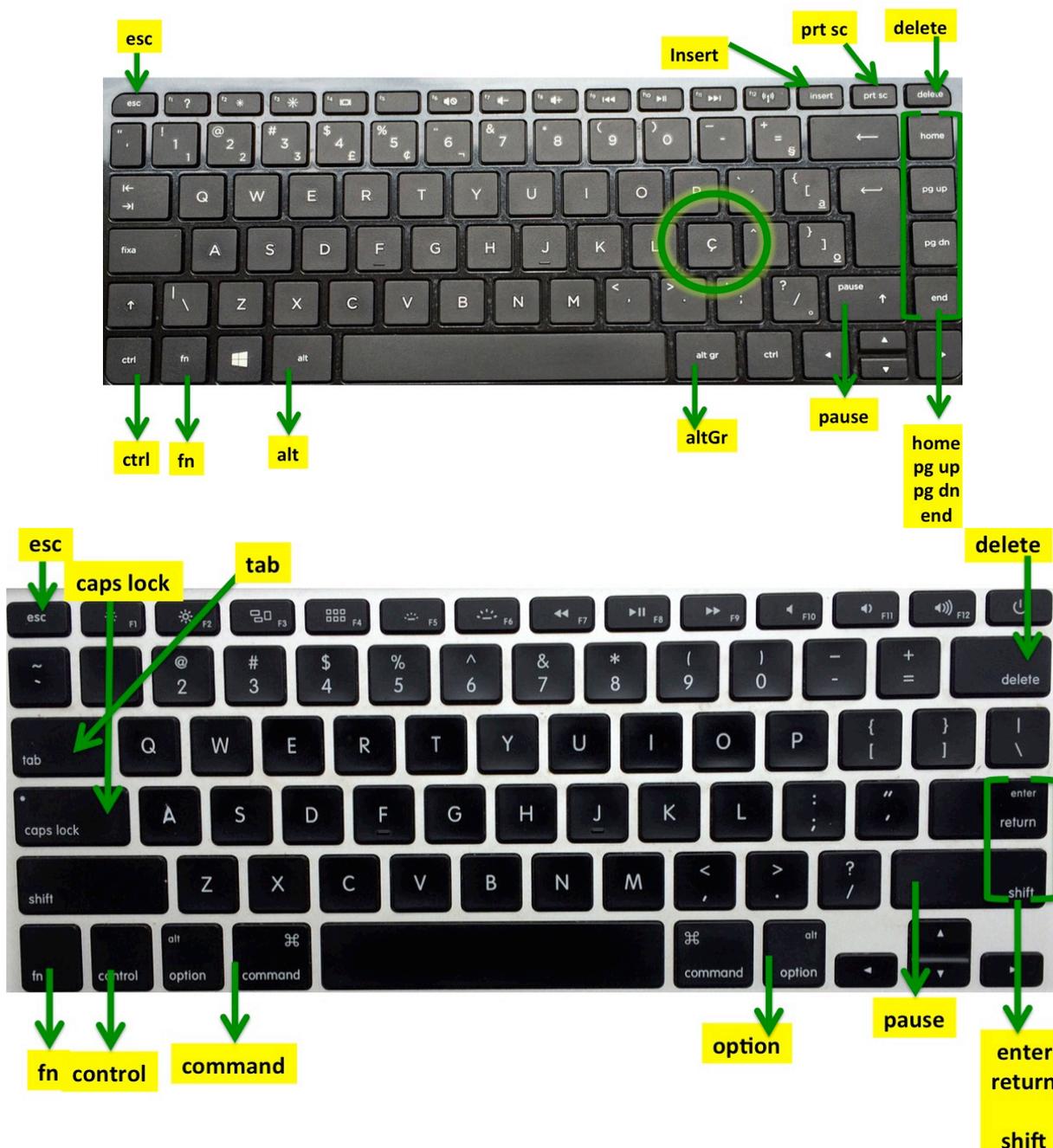


Fig. 21: Teclados brasileiros *HP* (preto) e *APPLE* (prata)

Percebemos que as adaptações, a “olho nu” (isto é, não falo aqui do que foi modificado nos programas e nos códigos-fonte, etc.), são bem sintomáticas. É preciso levar em consideração que os produtos são de um mesmo segmento de mercado, de um mesmo país exportador, diferenciando-se entre marcas produtoras e países receptores. De sorte a nos levar a refletir sobre a estratégia de *marketing* dessas empresas – bem como o público a que querem atingir – e a relevância, como cliente, que cada um desses países tem, para o mercado internacional.

De um lado temos a marca Apple, uma empresa que possui o que vem sendo

chamado de “três pontos filosóficos de marketing”: empatia, foco e atribuição<sup>219</sup>, investindo em autoimagem, a ponto de ser, para muitos, sinônimo de inovação, status, e ética<sup>220</sup>; do outro temos uma marca que para o mercado de leigos não possuem nenhuma personalidade especial, mesmo quando avaliada favoravelmente<sup>221</sup> ou, ainda, apresenta boas vendas<sup>222</sup>. A empresa Apple busca manter essa imagem que construiu, exportando seus produtos de modo a fazer o menor número de modificações possíveis, isto é, de acordo com a receptividade ou repulsa do mercado (Cf. TOURY, 1995, p. 276). No Brasil, a marca mantém o teclado “como de fábrica”, uma vez que, aqui, “aquilo que se exprime em inglês, idioma ‘vencedor’, soa mais sério, competitivo, atraente. [...] O abuso de estrangeirismos não ameaça o português, mas revela uma deficiência de autoestima” (RODRIGUES, 2017). Coisa que não acontece na França, onde, na verdade, o movimento é em direção oposta. A rejeição à língua inglesa se estende a vários setores do território francês, que é um dos países europeus cuja taxa de falantes do idioma inglês era, até 2015, “baixa”, sendo hoje, apenas, “moderada”<sup>223</sup> – não que o Brasil esteja em posição de ponta, ou nem mesmo, simplesmente, “bem colocado” no ranking dos países que falam e entendem bem a língua inglesa<sup>224</sup>. Na França, entretanto, a presença do inglês é vastamente discutida em emissões radiofônicas<sup>225</sup> e programas de televisão<sup>226</sup>, de maneira a levar a população francesa média a reflexões sobre o assunto, fato esse que mesmo após o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, em 1999<sup>227</sup>, não ocorreu no Brasil. Assim, a rejeição que a Apple teria naquele país, se mantivesse seu teclado “como de fábrica”, seria imensa. Porém... certamente seu departamento de *marketing* impediu, também, que eles deixassem que palavras em francês fossem escritas em um teclado Apple. De maneira que, espertamente, mantiveram apenas algumas consoantes das palavras em francês que possuem cognatos em inglês. Enquanto, por exemplo, no teclado norte-americano e brasileiro está escrito “command” e “control”, no francês está “cmd” e “ctrl”, já que seria “*commander*” e “*contrôler*” – será que duas letras, por palavra, mais um acento circunflexo na

<sup>219</sup> <https://www.forbes.com/sites/christinemoorman/2012/07/10/why-apple-is-a-great-marketer/#68d59dfd297d>

<sup>220</sup> Esta reportagem da revista Exame apresenta resultados de um estudo que revela que a Apple é a marca mais desejada dos jovens brasileiros – <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/jovens-consideram-apple-sinonimo-de-inovacao-status-e-etica/> - Acesso em: 15 de out. de 2017.

<sup>221</sup> <https://www.laptopmag.com/articles/apple-brand-rating> <https://www.laptopmag.com/articles/laptop-brand-ratings> - Acesso em: 15 de out. de 2017.

<sup>222</sup> <https://www.digitaltrends.com/computing/apple-2015-notebook-market-share/>

<sup>223</sup> <http://www.ef.fr/epi/> e <http://focuscampus.blog.lemonde.fr/2016/11/16/niveau-danglais-les-francais-en-tres-leger-progres/> - Acesso em: 20 de nov. de 2017.

<sup>224</sup> Cf. RODRIGUES, 2017.

<sup>225</sup> <https://www.franceculture.fr/emissions/france-etats-unis-un-commerce-equitable/les-californismes-du-franglais-au-globish> - Acesso em: 15 de jun. de 2017.

<sup>226</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=0d2My6qeboM&t=14s> - Acesso em: 15 de jun. de 2017

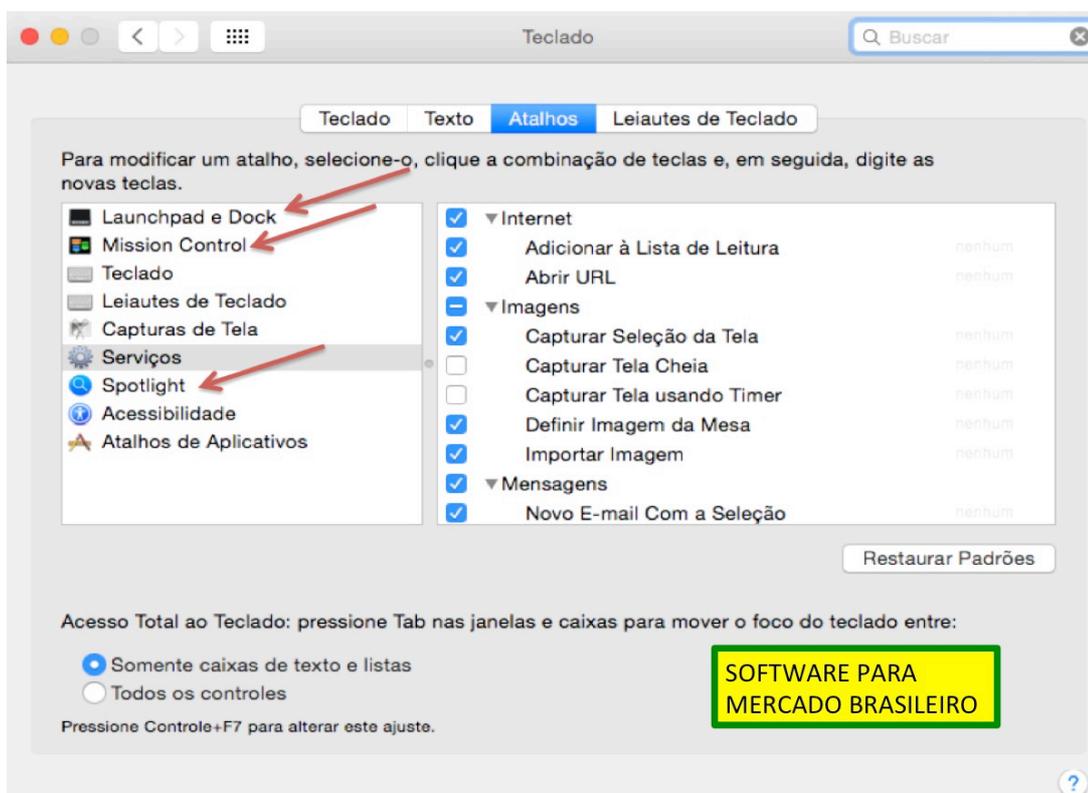
<sup>227</sup> Para esta discussão, Cf. RAJAGOPALAN, 2005 e 2004.

última palavra não puderam ser previstas na etapa de internacionalização? Quão mais caro, então, foi excluir as palavras “delete”, “enter”, “return”, “shift”, “caps lock”, “tab”? Será mesmo tudo uma questão de baixar os custos de produção?

Um olhar diligente, entretanto, encontra a “marca d’água” que a Apple, assim como o Google (Cf. Capítulo 4), deixa em seus produtos. A palavra “Échapper”, que seria o “nosso” *esc* (ou *escape*)<sup>228</sup> foi mantida tal qual está nos teclados Apple norte-americanos – os quais, aliás, são idênticos aos brasileiros, por isso não coloquei, aqui, a foto do “teclado-chefe”.

### Softwares

Ainda dentro do setor de informática, atentemo-nos aos *softwares* com que são equipados os computadores Apple acima, ou seja, produzidos nos EUA e vendidos no Brasil e na França. A essa dupla, acrescentarei, agora, o *software* do computador Apple comprado e produzido nos EUA.



<sup>228</sup> <http://www.clickkeyboards.com/model-m-buyers-guide/> - Acesso em: 05 de nov. de 2017.

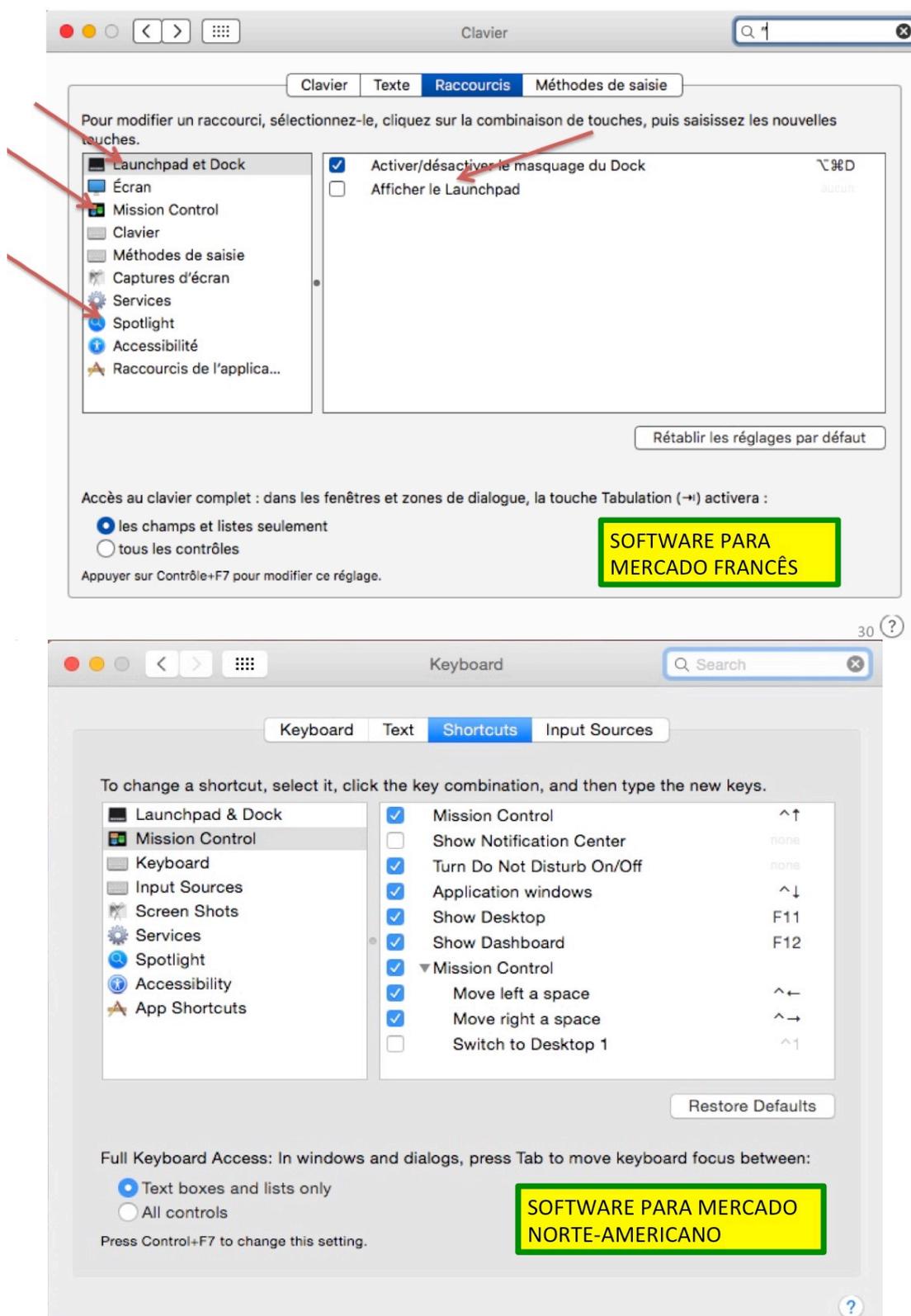


Fig. 22: Sistema Apple – Brasil<sup>229</sup>, França e EUA

<sup>229</sup> Nessa captura de tela, percebe-se que além das palavras apontadas, há uma outra que foi, já, incorporada à língua portuguesa, a saber, “leiaute”: “LEIAUTE lei-au-te (*Ing*) **Sm** esboço, projeto, planejamento ou esquema de uma obra [...] A forma inglesa **layout** é muito mais usada.” (BORBA, 2011, p. 833 – negritos do autor).

Mais uma vez, percebemos que a Apple não está muito preocupada em fazer adaptações, nem mesmo ao mercado francês, deixando os tais nomes-fantasia em inglês. E mais do que isso, na verdade, os consumidores parecem já estar aptos a receber esse conteúdo, não porque, agora, estão tão imersos na língua inglesa que tudo lhes é compreensível, mas por todos os outros fatores que levantei ao longo desta tese. Há ora um sentimento de resignação, de forma a deglutir essas manifestações como “conteúdo intraduzível”, ora pela falta de percepção.

Em maio de 2017, em um congresso intitulado “*Vers une anthropologie de la traduction: quelles identités pour les traducteurs?*” [Rumo a uma antropologia da tradução: que identidades para os tradutores?] em Avignon, apresentei uma comunicação, e, compartilhando alguns desses dados, e ainda outros, sobre as maneiras que nos era imposta a língua inglesa, os franceses presentes – tradutores profissionais e renomados teóricos da área – expressaram-se em tremenda indignação. Fui, então, interpelada pela presidenta da Société Française de Traducteurs quem quis saber como nós, acadêmicos e profissionais brasileiros, permitíamos que uma empresa como a Apple mantivesse seus teclados e *softwares* dessa maneira. Expliquei-lhe sobre as impressões que o consumidor brasileiro tinha em relação a essa empresa, e voltei, para universidade onde estava fazendo intercâmbio, ainda mais inquieta com a nossa postura no Brasil. Comecei, então, a investigar os materiais franceses e qual não foi a minha surpresa quando pude ver que há, ainda, e assustadoramente, muita coisa que encontramos escritas em inglês (sites e produtos de todos os tipos – Cf. Anexo III). Dois meses depois, em Paris, pude reencontrar a mesma senhora, que veio me cumprimentar. Conteí-lhe minhas descobertas, mostrando os dados que havia compilado. Estupefata, ela sentou-se e tivemos uma conversa muito proveitosa. Reporto essa passagem como um dado que vai ao encontro do que venho discutindo até agora. Há claramente uma necessidade gritante de se tomar as rédeas da teoria que fazemos referência ao explicar as tecnologias voltadas à tradução para desvelar e subverter a ordem que o Googlish e o Globish buscam estabelecer em um trabalho, como vimos, de formiga, em que as localizações são meras operárias e joguetes neste tabuleiro.

## 5.9 Assumindo a perda do elo

É nesse contexto de desvalorização do fazer tradutório humano – e talvez o único realmente possível – que as traduções automáticas e todas as consequências delas decorrentes encontraram espaço de crescimento. Seja, portanto, por meio das TA ou por ferramentas de

TAC, as ditas traduções automáticas seguem padrões que não parecem guiados pelas diferentes abordagens tecnológicas e sim, por uma lógica maior ainda que até mesmo a elas subjazem. Ao nos atentarmos, então, às operações GILT, à aplicabilidade que elas têm e ao que foi classificado como diferentes níveis de localização, percebemos que o investimento feito para tradução e adaptação às diversas línguas segue uma lógica que deve ser a mesma que compele as Nações Unidas a manter uma enxuta lista de seis línguas oficiais<sup>230</sup> (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol). Interessante notar que nem em quantidade de “falantes nativos”<sup>231</sup>, nem em quantidade total de falantes (ou seja, incluindo-se nascidos ou não nos países em que essas línguas são oficiais), o português ficaria atrás do francês<sup>232</sup> – isso para não mencionar o hindi que deveria, inclusive, vir à frente do português. É, portanto, só na lógica de prestígio e de PNB – ou mesmo de PIB – que essa classificação se dá como aceitável, como desabafa Reinhard Schäler:

não [...] é de se surpreender que a sua [dos editores digitais, como Microsoft e Oracle] decisão de localização nunca se baseie no número de falantes de uma língua específica, mas no Produto Nacional Bruto (PNB) do mercado a que se destinam. Enquanto os editores localizam seus conteúdos digitais em dinamarquês (5 mi de falantes aproximadamente), não o fazem para o amárico (17 mi de falante aproximadamente) e raramente, se é que alguma vez, fazem para bengalês<sup>233</sup> (100 mi falantes aproximadamente). (SCHÄLER, 2010, p. 209)

É seguindo, ainda, essa mesma lógica que se faz possível adjetivar e nomear acriticamente – senão, impunemente –, dentro dos Estudos de Tradução, países como sendo ou não “clientes-alvo *relevantes*” (SINGH e PEREIRA, 2005, p. 7 – grifo meu). Acredito ser preciso tratar de língua e país, mas também, de localidades a partir de posturas incomodadas. Embora eu compartilhe com Anthony Pym<sup>234</sup> a necessidade de levantarmos questionamentos ao posicionamento que utiliza opacamente a tríade povo-língua-nação – não só como fazem Singh e Pereira (2005), mas toda a “era da comunicação eletrônica” [*era of electronic communication*] (PYM, 2011, p. 416) –, não comungo com a direção para a qual ele encaminha essa discussão.

O autor, como apontado, expressa seu descontentamento com as marcas de perfil por direcionarem os sites para a língua referente à localidade do sistema operacional em que o

<sup>230</sup> <http://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/> - Acesso em: 13 de out. de 2017.

<sup>231</sup> <https://www.ethnologue.com/statistics/size> - Acesso em: 13 de out. de 2017.

<sup>232</sup> <http://www.foxnews.com/top-10-most-spoken-language-in-the-world-2017/>

<sup>233</sup> Classificado, pela Fox News, em 2017, como a sétima língua mais falada no mundo (Cf. Nota 233).

<sup>234</sup> Pym, neste assunto, faz coro com diversos outros autores, como Suresh Canaragajah (2013)

usuário está. Sua argumentação, entretanto, parte da premissa de que a maioria das pessoas que ajustam os menus de “idiomas” são – o que ele chama de – “políglotas” [*polyglot*], explicando, ainda, que “a criação de perfil tende a forçar a tradução em muitos que nem sempre precisam disso” (PYM, 2011, p. 416). Primeiramente, o autor, influenciado, talvez, por experiências pessoais, poderia até acreditar nesse “políglotismo” – embora alguns minutos de Google desfaria tal crença –, agora, diante das 7.099 línguas<sup>235</sup> que existem no mundo, contar que uma daquele mínimo de quatro ou três línguas que o usuário fale é justamente a língua da página de entrada do site, para que, desejando, ele possa fazer a troca, talvez seja muito otimismo. Se formos rápidos nos cálculos estatísticos, veremos que, mais do que otimismo, talvez o autor estivesse apoiando-se em probabilidade. Quando mais de 25% do conteúdo da internet (Cf. Anexo I) está em inglês, quando dos 195 países do mundo<sup>236</sup>, 83 têm o inglês como língua oficial<sup>237</sup> e 55 falam inglês como segunda língua<sup>238</sup>, percebe-se que as chances do nosso usuário nem precisar ser políglota para mudar as preferências de língua. Conseqüentemente, mesmo sabendo tratar-se de uma estratégia de *marketing*, acredito que o armazenamento de preferência de língua do usuário é uma das poucas vantagens dos arquivos com informações de navegações prévias (*cookies*) para o internauta, já que este, querendo, pode alterá-la, contudo, sem essa opção, poderia não ter acesso ao que buscava. Ainda assim, compartilho com Pym o sentimento de que “há algo de deliberadamente perverso em retirar ideias do reino das práticas comerciais, fazendo com que elas pareçam uma disciplina acadêmica” (PYM, 2001, p. 4).

Por isso que embora o discurso das GILT tente nos convencer de que cortejar o cliente com adaptações ditas culturais, aqui e acolá, é o caminho que a globalização e a unificação de mercados levam, vemos que todo o arsenal que está por trás das grandes corporações, as quotas de mercado e as vendas anuais das empresas mostram o contrário. De maneira a nos fazer temer a realidade de que “o universalismo é realmente possível dentro dos campos estreitos da experiência humana tocados pela localização, já que são os textos que formam ativamente tais campos de experiência” (p. 4). Isto é, o dissimulado desprezo pelo texto e a língua em que os produtos são veiculados podem ser a entrada, ou a saída, desse universalismo, desse multilinguismo uniformizado pelas TA(C) – ou melhor, por quem faz dela uma ferramenta bélica de dominação.

Concluo, assim, que a literatura do “como fazer” [*how to*] do “mundo *business*”,

<sup>235</sup> Cf. [www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com) - Acesso em: 1 de dez. de 2017.

<sup>236</sup> <http://www.worldometers.info/geography/how-many-countries-are-there-in-the-world/>

<sup>237</sup> <https://opinionfront.com/complete-list-of-english-speaking-countries>

<sup>238</sup> <https://www.movehub.com/blog/global-second-languages/>

em que tudo é reduzível e encaixável, na verdade, serve mais para que aquele que dita as regras permaneça imutável, do que para uma melhora daquilo que se descreve – ou prescreve. Certamente, a teoria sobre as etapas GILT ao desmerecer a tradução parece querer esconder o que, com a língua, ou com sua desvalorização, fica patente: no achatamento das culturas, não existe, de fato, neutralidade, e sim criação de um campo fértil para a imposição de uma única cultura. Por isso, no campo dos Estudos de Tradução, cabe-nos questionar a definição largamente difundida dentro das teorias que fornecem arcabouço teórico aos nossos estudos – produzidas ou não por nós –, as quais propagam que localização é “como tradução, mas mais que isso” [*like translation, but more than that*] (SCHÄLER, 2010, p. 210). Quando escutamos Keiran J. Dunne afirmar que “localização não tem tanto a ver com *tarefas* específicas, como tem com *processos* pelos quais os produtos são adaptados” (DUNNE, 2006, p. 4 – grifos do autor), devemos concordar, no entanto, parafraseando a LISA: Localização não tem tanto a ver com tornar um produto linguística e culturalmente apropriado para a localidade do destino (país / região e idioma) onde será usado e vendido, como tem com processos obscuros que transformam tal produto num troféu de uma competição desleal. Isso porque, ainda sob a regra do *marketing*, é mais importante que sejam feitos processos de achatamento cultural (internacionalização) em que “são removidos conteúdos específicos locais, e pontos que requerem tradução ou adaptação são de algum modo separados”, de forma a deixar evidente que “muito do trabalho árduo é dedicado à produção de um produto genérico, que pode, então, ser localizado em qualquer número de línguas e culturas” (PYM, 2001, p. 3). Localização é, então, um processo seletivo e não acidental. Preocupa-se, na maioria das vezes, em se localizar as partes que o fabricante acredita que servirão ao usuário comum ou que não seriam reconhecidas, se escritas em inglês, deixando as demais na língua de origem, ou seja, o inglês (p. 3).

Dessa maneira, uma das grandes verdades que nos salta aos olhos sobre as GILT é que a “localização de *software* [ou de outros produtos] é uma manifestação explícita do papel da tradução em uma economia global e informativa [...]” (CRONIN, 2010, p. 135). Para que, como profissionais e teóricos da área, possamos achar brechas que nos possibilitem entradas e, então, mudanças, fez-se necessário entender como a tradução da GILT é feita – quando feita – e como ela chega a nós.

Resta-nos não nos encurralarmos em vaticínios que nos classifiquem como utópicos por nos posicionarmos em busca de alternativas às soluções Googlish e Globish, as quais a indústria de localização ratifica. O filósofo e sociólogo esloveno Slavoj Žižek, em

discurso<sup>239</sup> proferido na manifestação do “Occupy Wall Street” de 2011, nos EUA, levantou dois pontos, sobre os quais discuti, também, em entrevista ao jornal The Guardian<sup>240</sup>, que me parecem pertinentes, para esta reflexão. O primeiro exatamente em relação ao discurso que nos forma e nos denuncia. A ponto de saber que é por ele que se faz possível a repulsa frente à *maneira* que as TA(C) se impõem e às *funções* que são a elas confiadas, e, porém, também, simultaneamente, é ele que é por elas usado, fazendo-nos reverberar em seu nome a palavra “tradução”. O segundo, intimamente ligado a esse primeiro, é o aborto do sonho, também pelo discurso de se ser ingênuo, utópico, sonhador. Esquecemo-nos que se não começarmos pelo pensamento, não será jamais possível terminar agindo.

Porque a história dominante ainda oprimiu nossa capacidade de sonhar. Olhe para os filmes que vemos o tempo todo. É fácil imaginar o fim do mundo – um asteroide destruindo toda a vida e assim por diante –, mas você não pode imaginar o fim do capitalismo.

Nós temos todas as liberdades que queremos - a única coisa que falta é a "tinta vermelha"<sup>241</sup>: nos sentimos livres porque falta a própria linguagem para articular nossa falta de liberdade. O que essa falta de tinta vermelha significa é que, hoje, todos os principais termos que usamos para designar o conflito atual – "guerra ao terror", "democracia e liberdade", "direitos humanos", etc. – são termos falsos, que mistificam nossa percepção da situação em vez de nos permitir pensar.

A tarefa hoje é dar aos manifestantes tinta vermelha.

Assumindo esse elo, revigorados pelas palavras de Zizek, sigamos às conclusões finais desta tese.

<sup>239</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=vdwF3j1F2pg> - Acesso em: 2 de dez. de 2017

<sup>240</sup> <https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2012/apr/24/occupy-wall-street-what-is-to-be-done-next> - Acesso em: 2 de dez. de 2017

<sup>241</sup> Zizek, em uma analogia, conta-nos uma história em que verdades só poderiam ser contadas quando escritas com caneta de tinta vermelha.

## Conclusão

### A batalha final

Caminhamos do Globish ao Googlish e percebemos que as relações de poder que em cada época estabelecem universais, ao mesmo tempo em que dirigem o que é tido como língua e, conseqüentemente, tradução, são exatamente por estas últimas desmascaradas. As empresas, os governos, as instituições e os indivíduos que estão em posição de controladores reiteram, por meio de dispositivos, o universal que estabelece vantagens de poucos sobre muitos. Quando um único setor da economia agrupa as empresas mais rentáveis do mundo e quando esse setor alcança tal posição em menos de uma década é preciso refletir sobre como complicar esse universal (CASSIN, 2016, p. 226).

As empresas Microsoft, Exxon Mobil, General Electric, Citigroup e a Shell foram substituídas, na última década, pela Apple, Alphabet (ou seja, o Google<sup>242</sup>), Amazon e Facebook (LÉVY, 2017, p. 1). O que está por trás do cartaz “sob nova direção”?

O poder dessas empresas de tecnologia em seus setores de atuação é medido pela sua participação no mercado. “O Google tem 88% de participação no mercado de anúncios de busca, o Facebook [...] possui 77% do tráfego social móvel e a Amazon tem 74% do mercado de livros eletrônicos. Em termos econômicos clássicos, todos os três são monopólios” (TAPLIN, 2017). O mais estranho, na verdade, não é nem eles poderem se manter impunes quanto a isso, mas terem suas atuações de mercado, na verdade, ligadas a uma atividade-fim (ou seja, garimpar dados) diferente do que provavelmente encontra-se em seus contratos sociais sem a menor regularização. O Google, por exemplo, “a partir de 2010, grava cerca de vinte petabites de dados por dia. Um petabaite é um milhão de gigabites; tudo o que já foi escrito em todas as línguas da história do mundo pesa cerca de cinquenta petabites” (PETERS, 2015, p. 325-326), faça as contas!

Esses dados são por nós gerados e, dentro da lógica capitalista, conforme prega a frase de Andrew Lewis, viralizada na internet, “se você não está pagando por algo, você não é o cliente – você é o produto”<sup>243</sup>. Mas, como não se sabe quem percebe isso (LÉVY, 2015, p. 61), ou, ainda, quem com isso se importa<sup>244</sup>, sob essa nova direção, tais empresas, alterando a lógica tradicional do capitalismo, colocam os consumidores como produtos e produtores em

<sup>242</sup> <https://googleblog.blogspot.com.br/2015/08/google-alphabet.html> - Acesso em: 03 de jan. 2018

A empresa Alphabet é a holding da Google.

<sup>243</sup> <https://www.cafepress.com/youretheproduct> - acesso em: 20 de jan. 2018

<sup>244</sup> <https://www.forbes.com/sites/marketshare/2012/03/05/if-youre-not-paying-for-it-you-become-the-product/#78b928d15d6e> - acesso em: 20 de jan. 2018

inúmeros setores. Um dos setores atingidos por essa mudança é a indústria de tradução (compreendendo desde a demanda por textos a serem traduzidos até a utilização que se faz desses produtos prontos), como sugere Michael Cronin, “o conteúdo interativo, gerado pelo usuário, que é uma característica central da Web 2.0, está agora informando a prática da tradução e, nesse contexto, os consumidores de tradução estão se tornando cada vez mais produtores de tradução” (CRONIN, 2013, p. 99).

Com o valor dessas empresas crescendo em proporção a suas capacidades de obter dados, tradução e outras atividades de processamento automático de língua (como reconhecimento de voz) passaram a ser a menina dos olhos das *Big Sisters*, sendo, então, “divulgadas” por todos os dispositivos que elas possuem. Muitos governos, inclusive, mudaram suas abordagens, adotando estratégias que cooperam com a facilitação de coleta de dados. A Organização de Defesa Australiana (ADO), por exemplo, nas palavras de Dominique Estival, mudou seu foco (p. 126). Antes preocupavam-se com a *defesa*, hoje, passam a mirar a *segurança* do território australiano, fazendo com que o país, assim, mude seu comportamento em relação aos que o rodeiam. No caso da Austrália, isso significa olhar para a Ásia com outros olhos. Dessa maneira, a partir do “11 de setembro” viu-se que “o universalismo padrão do inglês como língua franca global não funcionava mais. A tradução passou a ser tão inevitável quanto necessária” (p. 126). A *tradução*, entretanto, que almejam, é a desejada pelas empresas de dados, sob o argumento de eficácia e rapidez. Isso porque, como explica Estival, são necessários dois anos para que alguém “funcione” [*function*] em uma língua estrangeira e, depois, mais dois a três para se tornar um tradutor/intérprete “efetivo” [*effective*], agora, quando se é imprevisível pensar que país/língua será seu inimigo nos próximos quatro anos, a solução viável passa a ser TA (p. 127).

O inglês, com isso, não desapareceu, pelo contrário, se fortaleceu, abrigando-se nas lógicas dos algoritmos das TA. Não só como língua-referência e pivô das TA, mas como a língua em que esses sistemas estão mais bem treinados para coletar dados. Assim sendo, o melhor é que os dados sejam, na maior proporção<sup>245</sup> possível, produzidos a partir dela e, seguindo tal lógica, nada mais sensato do que ter fortalecido o seu status de língua franca. A própria pesquisadora Dominique Estival foi levada a escrever um livro (publicado em 2016 e intitulado “Inglês de aviação” [*English aviation*]) por se preocupar com “uma língua franca para pilotos e controladores de tráfego aéreo” – subtítulo do livro. A autora percebeu, em suas pesquisas, que pilotos australianos, por exemplo, usam expressões britânicas em suas

---

<sup>245</sup> Cf. Anexo I

comunicações, mas que isso é “potencialmente perigoso em uma situação em que eles estivessem se comunicando com um falante que não fosse inglês” (PATTY, 2016).

Assim, o fato da economia global ser uma economia baseada na informação, na comunicação e no conhecimento, “com produção e consumo passando por um processo de informatização [, a] genealogia midiática do Google Tradutor pode ser vista como uma metonímia da grande genealogia do Império” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 9). No intuito de apreender o itinerário desta tese, vejamos como o papel primordial do Google Tradutor nessa economia gerada por dados de civis está interligado ao inglês como língua franca.

### **Na cama com Globish e Googlish: Razões políticas ou técnicas**

Como visto no Capítulo 4, o Google recorreu durante anos à língua inglesa como língua-pivô. Desde seu início, 2006, até 2016, o algoritmo da gigante da tradução automática, utilizava o inglês como ponte entre os pares de línguas que “traduzia”, o que, ao final, provou ser uma maneira de perpetuar e fortalecer o domínio da língua inglesa (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 8). O posicionamento alcançado pelo inglês, na verdade, é uma consequência de estratégias cujos objetivos culminam na reiteração de um universal.

De modo que os dois túneis de fuga, o Globish e o Googlish, cavados pela inquietação babélica, na verdade, desembocam em um mesmo rio que se mostrou afluente de um único *universal*. Enquanto um parecia conduzir à saída para uma língua única universal, e o outro parecia seu oposto, já que valorizaria a multiplicidade das línguas, percebeu-se que este último, na verdade, trabalha com um modelo de tradução universal não-linguística, colocando em voga a antiga “tensão entre uniformidade e diferenças, entre entender o outro e dominar o outro” (p. 4).

Ao enxergar “frequências de letras, combinações de letras, intervalos entre letras e combinações de letras, padrões de letras, etc., [como], *até certo ponto, independentes da língua usada*” (WEAVER, 1949, p. 1 - grifos do autor), a TA passa “da palavra para o conceito e então descontextualiza absolutamente o conceito” (CASSIN, 2016, p. 133). Ou seja, a tradução automática visa a um universalismo técnico que depende de uma língua neutra (interlíngua); na falta dessa, recorre-se à neutralização de alguma língua, processo pelo qual o inglês passou a fim de servir de língua-pivô – como vimos no Capítulo 4. Com esse intuito, há dois procedimentos comuns que são recomendados para a obtenção de uma tradução feita automaticamente em um bom nível. O primeiro é a diminuição dos “conteúdos acidentais” [*accidental content*], ou seja, eliminar “as muitas maneiras diferentes em que a mesma coisa

pode ser dita e que gera novos conteúdos a serem traduzidos” (CRONIN, 2013, p. 119-120), de forma a ter-se o menor número de possibilidades diferentes de se dizer algo. O segundo, em decorrência do primeiro, almejando a precisão, é que o que for dito, seja dito de maneira direta, clara, desambiguizada, em uma “língua natural controlada” [*controlled natural language*] (CNL), desprovida de uma série de formas gramaticais e construções semânticas, para que melhor se encaixem às programações dos algoritmos (p. 37).

Esse é também o percurso traçado pelo Globish, que embora venha do inglês, e se manifeste como inglês, caminha para que seja dele desconectado, dele e de qualquer outra língua ou ideia de comunidade, para que pareça ser neutro o suficiente, e seja capaz de ser associado a qualquer povo e cultura. No Globish, expressões idiomáticas, certas formas gramaticais e nomes compostos são vistos como complicadores de compreensão múltipla, podendo gerar, de forma análoga, “conteúdos acidentais”, aumentando o repertório a ser exigido dos interlocutores, para que a comunicação ocorra. “Embora se possa supor que a complexidade particular ou ‘corpulência’ de uma língua constitua sua riqueza, e que a sensibilidade cultural na tradução envolva capturar e respeitar essa espessura, o paradigma do inglês global [...] é bem diferente” (CRONIN, 2013, p. 38). Tanto o dito “falante-nativo” como o “não-nativo” devem falar-traduzindo. O primeiro é responsável por enxergar as dificuldades de seus ouvintes, adaptando seu texto enquanto fala, em uma espécie de tradução simultânea de si mesmo. O segundo, na mesma direção, deve falar, tendo em mente, o princípio da CNL, afinal mesmo quando falando entre “não-nativos”, as construções emprestadas da língua-materna com a qual interagirá são inesperadas, de forma que é necessário pensar a partir de um mínimo denominador comum, que, pela impossível previsão, se resguarda em um Globish língua-franca – sua produção, entretanto, quase nunca significa frases mais enxutas, concisas, ou menos “corpulentas”. Concluindo-se que “quanto mais o inglês é destituído de sua diferença, mais ele é sensível às diferenças. [...] Remover, não preservar os ‘conteúdos acidentais’ é a única maneira de evitar os acidentes de incompreensão, reais ou imaginários” (p. 38). O imbricar do Globish e da TA se dá assim por meio dessa lógica de desambiguação para um universalismo que os subjaz.

O tido como propulsor das TA (Cf. Capítulo 4), Warren Weaver, apresenta uma analogia que revela como o projeto tradutório dos sistemas de TA encaixam-se ao que se espera da desambiguizada língua Globish, a saber:

Pense, por analogia, em indivíduos que vivem em uma série de altas torres fechadas, todas erguidas sobre uma base comum. Quando eles tentam se comunicar uns com os outros, eles gritam de um lado para o outro, cada um

de sua própria torre fechada. É difícil fazer com que o som penetre mesmo quando as torres estão bem próximas, a comunicação se dá, então, bem precariamente. Mas quando um indivíduo desce de sua torre, ele se encontra em um grande porão aberto, comum a todas as torres. Aqui, ele estabelece comunicação fácil e útil com as pessoas que também desceram de suas torres.

Assim, pode ser verdade que a maneira de traduzir do chinês para o árabe, ou do russo para o português, não seja tentar o caminho direto, gritando de torre para torre. Talvez o caminho seja descer, de cada língua, até a base comum da comunicação humana - a real, mas ainda não descoberta, língua universal. (WEAVER, 1949, p. 11)

No porão, essa língua corre solta, longe das amarras das vestimentas que lhe serviam mais do que tudo como camisa de força – isso seguindo teorizações que lamentam haver “um problema” com as línguas naturais, já que “são irregulares e não se prestam facilmente à compreensão da máquina ou à tradução automática” (LÉVY, 2017, p. 5). A língua do *bem-entendido*, do inequívoco da, quando muito, polissemia (ou seja, de uma homonímia bem catalogada e controlada – CASSIN, 2016, p. 95-96) é, assim, eleita tanto para ser o melhor tipo de alimentação dos sistemas de TA, quanto para se obter maior porcentagem de intercompreensão em uma comunicação oral síncrona.

Percebo que essa analogia ganha nova força nos dias de hoje. No momento histórico em que ela foi pensada, os habitantes das torres, com quem se queria falar – ou quem se queria ouvir –, eram inimigos. De forma que à época interessavam somente ideias gerais para assimilação e não disseminação (HUTCHINS, 1998a; HUTCHINS E GASPARI, 2007; GARCÍA, 2010), porque o intuito era dominar o *outro*. Assim, o que mudou, na verdade, foi a máscara do *nós*. Porque, agora, esse *nós* (ainda exclusivo) diz enxergar o *outro* como “um outro cosmopolita, um par generalizado e contingente, que pode ser um concorrente ou parceiro, dependendo das circunstâncias” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 7). O porão, que antes era cheio de aparelhos de tortura e sombrio, parece, hoje, mais um resort, um hotel cinco estrelas, ou um playground muito equipado – basta olhar os escritórios da Apple, do Google e da Amazon<sup>246</sup>.

Embora a “tradução automática não mais assuma hostilidade e controle, mas sim o instrumentalismo *ad hoc* – colaboração ou competição – como convém à lógica de um mercado global” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 7 – grifo meu), e nem os outros serviços oferecidos pelos gigantes tecnológicos sejam associados a dominação ou opressão, suas

<sup>246</sup> <http://www.scmp.com/tech/enterprises/article/2134804/look-inside-googles-new-campus-outside-silicon-valley>  
<https://www.theguardian.com/artanddesign/2017/jul/23/inside-billion-dollar-palaces-of-tech-giants-facebook-apple-google-london-california-wealth-power>

políticas de privacidade deixam claro qual é a palavra de ordem: “Não sabe brincar? Não desce pro play”! Choramingos não passarão. Quer usufruir dos serviços? Firme um contrato de doação sem reservas, uma espécie de comunhão universal de bens unilateral. *I do*, sem romantismo, que, por fim, se aproxima mais do antigo e sonoro “sim” dos programas televisivos de auditório, em que, de dentro de uma cabine à prova de som, era preciso emitir um “sim” ou um “não”, sem saber quais seriam os ganhos reais de se estar de acordo ou não.

## Dados

Essa coleção de dados irrestritos, proporcionada pelo neófito e inelutável sim, serve como uma espécie de manutenção do *statu quo*, mesmo que a tendência de utilização desses dados se reverta em construções de comportamentos desejáveis, por meio de previsões do futuro; tudo é feito para que cada um continue onde está.

A princípio, dados de civis – *very unimportant person* – eram descartados, pois, sob a lógica do *outro* ser apenas o inimigo bélico, o usuário regular do sistema de busca ainda era alguém a ser agradado, e satisfazer os que vinham em busca de respostas era o produto-fim dos motores de pesquisa (ZUBOFF, 2016, p. 4). Presos na lógica de que o serviço só viria a ser bem quisto pelos usuários se ele tivesse uma alta performance – ou seja, se ele desse respostas precisas às perguntas postas pelos usuários – e a alta performance só se concretizaria se mais e mais pessoas usassem o motor, cobrar por seu uso parecia ser a solução errada para com ele lucrar.

A reversão em ganhos comerciais a partir dos dados desse freguês – e o apagamento da máxima “o cliente tem sempre a razão” – aconteceu de forma acidental, por meio do programa de categorização e disposição das páginas do Google, o PageRank (CASSIN, 2007, p. 64-74) – embora o nome seja bem didático, trata-se de uma brincadeira com o sobrenome de um de seus inventores, Larry Page, também fundador da própria empresa Google (p. 14). Inspirado pelas antigas formas de propagandas, o algoritmo direciona o comportamento do consumidor, por meio das posições de relevância dos anunciantes – o que não causa muito desconforto, uma vez que o Google deixa explícito os resultados que correspondem, ou não, a propagandas pagas (CASSIN, 2007, p. 67) –, criando um “ativo de virada de jogo a custo zero” que Shoshana Zuboff chamou de “superávit comportamental” [*behavioral surplus*] (ZUBOFF, 2016, p. 5).

A ideia que o Google deseja passar é que, com o usuário, ele troca favores, fornece gratuitamente aquilo que se pede, e cobra somente das empresas que lucram com seu

motor de pesquisa. Quando, na verdade, os dados comportamentais, que a ele entregamos, são vendidos para muitas empresas, que, por meio deles, induzem-nos a comportamentos na “vida real”. As informações acumuladas não são mais só para “o envio de um catálogo de produtos por correio ou até mesmo a segmentação da publicidade on-line”, elas visam à venda de “acesso ao fluxo em tempo real de sua vida diária – sua realidade – para influenciar diretamente e modificar seu comportamento em busca de lucro” (ZUBOFF, 2016, p. 1). Zuboff, em pesquisas sobre os bastidores do acúmulo de dados, conclui haver uma nova forma de capitalismo atuante a qual a autora chama de Capitalismo de Vigilância, não sendo essa, entretanto, sua única modalidade de manifestação (p. 3).

A economia dos dados, legitimada por esse tipo de capitalismo, não só inspira estratégias para acúmulo de lucro que partem de alterações<sup>247</sup> em nosso *feed*<sup>248</sup> de redes sociais, conduzindo e induzindo até a conhecida “opinião pública” (LÉVY, 2017, p. 2), mas motiva indústrias e setores do comércio a usar a captação que fazem de nossos dados, para outros fins – ainda mais – lucrativos. Exemplos como o das empresas de seguro de automóvel, que passam a vender informações a respeito de sinistros, hábitos de condução, compra de veículo, etc. (ZUBOFF, 2016, p. 1) não param de aparecer<sup>249</sup>. Isso porque todos querem ser como o Google, ou seja, querem ser capazes de “mudar o comportamento real das pessoas em grande escala” (p. 2), por meio de captação e venda de dados.

Com o tempo, as próprias empresas captadoras de dados, tendo o Google como pioneira, percebem que

A Internet é o maior experimento envolvendo anarquia na história. Centenas de milhões de pessoas estão, a cada minuto, criando e consumindo uma quantia incalculável de conteúdo digital em um mundo online que não está realmente limitado pelas leis terrestres. (SCHMIDT E COHEN, 2014, p. 10)

Quando o anarquismo celebrado por Eric Schmidt e Jared Cohen não é certamente o mesmo que anunciava Pierre-Joseph Proudhon que visava à libertação de qualquer tipo de dominação e à igualdade entre os indivíduos por meio de ajuda mútua; e quando as leis terrestres a que os autores provavelmente se referem são aquelas que ligam vida a corpos e, portanto, conseguem ser burladas se “nossos direitos como seres humanos e indivíduos permanecem em grande parte ligados a carne e sangue, permitindo que corporações e

<sup>247</sup> <http://america.aljazeera.com/articles/2014/6/30/facebook-ethics-labratsemotionalcontagion.html>

<sup>248</sup> <https://www.tecmundo.com.br/rss/252-o-que-sao-feeds-.htm> -Acesso em: 15 de maio 2018.

<sup>249</sup> <https://www.cnbc.com/2018/03/20/artificial-intelligence-the-latest-competition-for-real-estate-agents.html> e <https://www.tnooz.com/article/big-data-riptide/> Acesso em: 04 de maio 2018.

governos colonizem nossa extensa humanidade digital” (KOPFSTEIN, 2016), a Internet torna-se uma verdadeira Serra Pelada. E, como uma boa corrida pelo ouro pede, os primeiros que lá chegam são os que mais lucram com as desregulações, isso porque, já dizia o falecido Lama tibetano Chagdud Tulku Rinpoche: “se alguém precisa de religião para ser bom, a pessoa não é boa, é um cão adestrado”. O famoso “não seja mau” do Google, deveria vir com as letrinhas miúdas sob a lupa do pragmatismo: “não seja mau, mas se alguém estiver te observando, seja um cão adestrado”.

Nessa lógica, contrariamente à esperta tirada de Andrew Lewis que expus acima em que somos vistos como produtos, tornamo-nos “um meio para lucrar em um novo tipo de mercado no qual os usuários não são compradores nem vendedores, nem produtos. Os usuários são a fonte de matéria-prima gratuita que alimenta um novo tipo de processo de produção” (ZUBOFF, 2016, p. 5). Segundo a autora, esses novos mercados trabalham com a seguinte equação de produção: os usuários são a matéria-prima, os algoritmos os meios de produção, o superávit comportamental é transformado em previsão de consumo, e, por fim, essas previsões são vendidas. Antigamente, as negociações ocorriam a partir do papel de “comprador” dos anunciantes, mas, agora, qualquer pessoa/empresa que queira monetizar informação probabilística participa das transações; concretizando a evolução do capitalismo. Isto é, “primeiro os lucros vinham de produtos e serviços, depois lucrava-se com a especulação e agora com a vigilância” (p. 5).

### **Algoritmos da colaboração**

No capitalismo de vigilância, tanto a cultura dos algoritmos quanto a cultura participativa têm papéis fundamentais e indissociáveis em sua manutenção. Isso porque “os algoritmos coletam e analisam informações sobre seus usuários [,] definem conjuntos de opções, a partir dos quais esses usuários selecionam suas ações e assim entram em conformidade com modelos e categorias predeterminadas” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 10). Tudo isso ocorre por meio da utilização de um programa (ou plataforma, ou aplicativo, etc.), ou seja, pela participação do usuário na alimentação dos dados, de acordo já pelo que ficou estabelecido na Web 2.0 e mais ainda, agora, na Web semântica (também conhecida por 3.0<sup>250</sup>), exercendo sua força de trabalho imaterial de um novo corpo biopolítico (HARDT E NEGRI, 2000), discutido no Capítulo 1.

---

<sup>250</sup> A Web 3.0 é comparada a um “sistema nervoso” que faz conexões por meio de ontologias, em que o computador tem a capacidade de selecionar e assessorar o desempenho humano (COLL E MONEREO, 2010, p. 38).

Ao mesmo tempo em que as participações humanas têm o potencial de trazer mais diversidade à rede (o ciberativismo<sup>251</sup> é um ótimo exemplo desse efeito), muitas vezes elas são apropriadas e transformadas pelos algoritmos para que conduzam nossos comportamentos por meio de triagem e pré-seleções. Isso significa que a participação ativa do usuário como matéria-prima tem potencialidade ainda maior para reiterar o *statu quo* por meio da repetição do mesmo ou ainda de mudanças que o fortaleçam, o que deu origem a uma máxima: “se entra lixo, sai lixo” [*garbage in, garbage out*], ou seja, se entra racismo, sai racismo, se entra sexismo, sai sexismo<sup>252</sup>... “Quando alimentamos máquinas com dados que refletem nossos preconceitos, elas os imitam” (BURANYI, 2017).

Diante do exposto, temo notar que nossa capacidade efetiva de mudar a Internet reduz-se ao trabalho gratuito que oferecemos a ela, alimentando-a com nossas traduções, nossos tutoriais, nossos guias turísticos, nossas dicas nutricionais, etc. Por isso, à afirmação de Ido Ramati e Amit Pinchevski de que “a economia da informação é construída sobre aqueles que dela participam de graça” é adicionado o seguinte prognóstico: “Não é inimaginável que os tradutores profissionais possam, um dia, descobrir que sua contribuição para os algoritmos de tradução baseados na Web os tenha deixado praticamente supérfluos” (RAMATI E PINCHEVSKI, 2017, p. 11), e, com eles, muitos outros profissionais. Tal situação nos leva à reflexão sobre qual é, de fato, a gratuidade dessa força de trabalho imaterial que oferecemos sem que enxerguemos o quanto pagamos.

## Custo

No capitalismo de vigilância, a alimentação de máquinas é a atividade primária para que a produção de bens vendáveis ocorra. Diante disso, então, é necessário fazer com que todos queiram – se esforçar para – falar a mesma língua e, quando isso não for possível, que haja como se entender – ou decodificar – o que todos falam, da forma mais síncrona possível, já que “quanto mais robustos nossos dados se tornam, mais efetivamente aqueles que os controlam podem nos entender e manipular” (KOPFSTEIN, 2016) – o que, ao que tudo indica, explica a incessante e meticulosa busca pela melhoria na qualidade do Google Tradutor, discutida no Capítulo 4. Ao longo desta tese, aponte que TA(C) e Globish são tidos como soluções economicamente vantajosas para a promoção de comunicação internacional ou

<sup>251</sup> Cf. MCCAUGHEY, M. E AYERS, M. D. *Cyberactivism: Online activism in theory and practice*. New York: Routledge, 2003.

<sup>252</sup> Cf. Anexo II e <https://qz.com/1141122/google-translates-gender-bias-pairs-he-with-hardworking-and-she-with-lazy-and-other-examples/>

transcultural. Entretanto, o conceito que se coloca como fato dado, a saber, a ideia de “custo”, é também submetido a discursos ideológicos que maquiam a realidade. Isso porque “custo é sempre um custo para alguém, e é este alguém que define o custo, mas, é claro, que o faz estritamente em seus termos” (CRONIN, 2013, p. 44) e quando democracia, mérito, sucesso, sexualidade, família, amor, etc. são definidos segundo os termos de *um* universal, certamente a ideia de “custo” também obedece a essa mesma ideologia dominante.

Execrar, sob o argumento de serem custosas, as traduções humanas, que se importam em “lidar com as diferenças”, em favor de uma dita tradução em que se igualam as línguas, ou, ainda, como contabilizou Van Parijs (2004), entender que seja mais barato se todos falassem inglês é não se perguntar quem está economizando.

É preciso comparar os gastos dos 600.000 estudantes que vão anualmente para os EUA, contra os 160.000 norte-americanos que de lá saem. Se, ainda, levarmos em consideração que a cada aluno que deixa o Reino Unido, para estudar, 10 outros nele entram, vindos da Europa continental (VAN PARIJS, 2004, p. 15), o cálculo dos custos fica ainda mais desequilibrado. Embora outros fatores, além da língua, estejam em jogo, é preciso refletir para quem há, de fato, uma economia considerável a partir da existência do inglês como língua franca. E quanto às TA, pensar em tradução que não achate as línguas é mostrar que custos não são evitáveis e, sim, transferíveis. “Se não houver necessidade de traduzir, é porque uma das partes já gastou tempo e/ou dinheiro consideráveis nessa necessidade” (CRONIN, 2013, p. 45), seja essa *parte* um indivíduo ou um país. Assim, enquanto repetirmos o mote “*time is money*”, buscaremos aprender inglês em um mês e traduzir em um clique, caminhando em consonância com uma cultura em que a “entrega instantânea” [*instant delivery*] é um objetivo a ser alcançado e de baixo – ou nenhum – custo (p. 73).

Agora, quando nos arriscamos a ser iconoclastas, e não nos esquecemos de que *dinheiro* é apenas uma representação do tempo/esforço gasto para obtê-lo, ou seja, de vida desembolsada, conseguimos enxergar que, na verdade, a moeda de troca é a própria vida que se despende para aprender uma língua por forças mercadológicas, e não por interesse pessoal em busca de troca social, ou de crescimento intelectual, por exemplo. Nesse mesmo impulso, conseguimos compreender, também, a grandeza da colocação feita por Antônio Cândido rememorada por Maria Rita Kehl<sup>253</sup>, quando a psicanalista em uma palestra discute o tema “aceleração e depressão”, dizendo: “o capitalismo é o senhor do tempo, mas tempo não é dinheiro. Isso é uma brutalidade! O tempo é o tecido das nossas vidas”. Infelizmente,

<sup>253</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=gGjPmVTIiCk> Acesso em: 20 de jun. 2018.

entretanto, esse não vem sendo o caminho pavimentado pela tradução automática, que por “economizar tempo”, acalma e tranquiliza o universal, fazendo com que povos gastem suas vidas dedicando-se a sua adoração.

James Grant, antigo diretor da UNICEF declarou que 80% das pessoas que morrem anualmente por falta de assistência à saúde não têm acesso à informação<sup>254</sup> em suas línguas, por ser esse tipo de tradução não rentável às empresas de tradução ou de localização (CRONIN, 2013, p. 96), conforme discutido no Capítulo 5. Dimitra Anastasiou e Reinhard Schãler, da Rosetta Foundation<sup>255</sup>, nessa mesma direção, lamentam o desinteresse dessas empresas, reiterando que “o acesso à informação pode salvar vidas, preservar a liberdade e apoiar a educação e bem-estar financeiro das pessoas. Localização (ou a falta dela) pode fazer a diferença entre prosperidade e pobreza, liberdade e cativo e, ainda, vida e morte” (ANASTASIOU E SCHÄLER, 2010, p. 22). Mesmo assim, porém, os autores não chegam a questionar o que é entendido por “rentável”, e exaltam, ao longo desse artigo, o trabalho de organizações “sem fins lucrativos” (p. 19-20), sem ressalvas. Ao fim dessa publicação, eles lastimam, em resignação, o fato de ser difícil, demorado e não rentável o combate à pobreza (p. 24).

Se “custo” é sempre para alguém, “rentabilidade” também é medida pelos termos de quem a alcança. Ou seja,

superconcentrações espetaculares de riqueza, marcadas desigualdades estruturais em todo o mundo, o poder excessivo e a influência de corporações farmacêuticas transnacionais, para dar apenas um exemplo [...], sugerem que [...] desigualdades fatais no acesso aos serviços de saúde não são infelizes acidentes devido à omissão administrativa ou incompetência financeira, mas os resultados inevitáveis de relações de poder assimétricas entre o mundo rico e o pobre. (CRONIN, 2013, p. 97)

Sendo aquele o que não vê como rentável, quando este logra sucesso.

Para que consigamos complicar o universal, é preciso que comecemos a questionar os ditos universais de que poucos se servem, embora sejam muitos os que o reverberam.

---

<sup>254</sup> <https://www.daytranslations.com/blog/2015/10/misdiagnoses-and-deaths-why-medical-translations-must-be-done-by-professionals-6861/>

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2150609/>

<sup>255</sup> <https://www.therosettafoundation.org/>

## A conveniência da ferramenta

Defende-se a transferência de custo, muitas vezes, em nome de uma conveniência teoricamente massiva. É muito conveniente existir o pressuposto de uma língua franca/internacional. Chegar ao aeroporto de Chiang Mai, no norte da Tailândia, e poder dizer em tom de indagação ao guichê sinalizado com a palavra “táxi” (mesmo que sem acento): “How much taxi city?” ou, com acesso ao *wifi* do aeroporto, escrever “quanto custa um táxi para o centro da cidade?”, apertar um botão, mostrar a frase: เท่าไรรถแท็กซี่ไปยังใจกลางเมือง?, e ganhar um papel com números que represente o valor da viagem. Não parece, entretanto, muito conveniente, enquanto cidadão tailandês, ter que entender aquela pergunta para conseguir um emprego em qualquer setor do aeroporto de Chiang Mai, ou não ter obrigatoriamente a bula de um remédio, vendido nessa mesma cidade, escrita em tailandês, por ser facultativo desde que haja uma versão/desde que ela esteja em inglês<sup>256</sup>.

A inconveniência fica ainda mais evidente quando torna-se legítima, além de corriqueira, a seguinte frase: “sem inglês, você nem na corrida está” (GRADDOL, 2006, p. 122), permitindo que corporações tomem atitudes como a da japonesa Honda, que decidiu mudar a língua oficial da empresa para inglês até 2020, em todos os países onde há uma de suas filiais, sob a justificativa de que: “a nova política do inglês é mais do que apenas uma medida prática; ela é uma resposta sensata às realidades do negócio”<sup>257</sup>. A inconveniência, entretanto, não se restringe às corporações privadas. A universidade pública mais antiga da Tailândia, por exemplo, em seu “manual do aluno” escrito por seu reitor, Phra Brahmapundit (2015), declara que a falta de proficiência em inglês do povo tailandês é uma das principais causas da crise econômica no país (p. 5). A isso o manual ainda acrescenta que

A capacidade de usar o inglês do povo tailandês é muito importante para [...] resolução de problemas da sociedade e da cultura da globalização, já que é necessária para as comunicações com estrangeiros que têm política, economia e sociedade diferentes. No caso de pessoas tailandesas que possam usar a língua inglesa eficientemente, será possível desenvolver e melhorar a sociedade e a cultura da Tailândia, tornando-a habitável e pacífica, sendo ela um país membro do mundo. (BRAHMAPUNDIT, 2015, p. 6)

Percebe-se, assim, que as justificativas de conveniência acabam girando em torno da ideia de língua ser uma ferramenta tanto quanto é o Google Tradutor ou uma broca. Essa visão, todavia, estabelece consequências humanitárias drásticas, como no caso mencionado pelos pesquisadores da Rosetta Foundation, acima.

<sup>256</sup> [https://clinregs.niaid.nih.gov/country/brazil/thailand#submission\\_process](https://clinregs.niaid.nih.gov/country/brazil/thailand#submission_process)

<sup>257</sup> <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/07/18/editorials/honda-makes-english-official/#.Wxr1K1MvxE4>

A ilusão do custo zero torna-se ainda mais possível quando às línguas empregamos valores instrumentais. Ninguém computa no valor de um carro o quanto se investiu para se aprender a dirigir ou para se ter uma licença de condutor, nem, muito menos, quando essa habilidade é necessária para trabalhar como motorista para uma empresa. Dirigir torna-se uma ferramenta custo-zero. Ou, quando muito, um investimento! “Não é o objeto em si, portanto, ou seus atributos intrínsecos que o definem como ferramenta. Quando uma coisa se torna uma ferramenta, é porque ela foi colocada em relação a outras coisas em um campo de atividade em que ela tem um efeito particular” (CRONIN, 2013, p. 115). Entender língua como ferramenta é atribuir-lhe esse efeito de servir a um fim específico, de se acreditar na possibilidade de existência de “língua de serviço” – ou ainda de uma “língua veicular” [*langue véhiculaire*] (HAGÈGE, 2012, p. 39) – separada de “língua de cultura”, de forma a se ignorar que todo tipo de produção linguística carrega consigo a opacidade provocadora de entendimentos e identificações não-imediatos, nem únicos. Daí, por exemplo, ser impossível produzir ciência fora de cultura (CRONIN, 2013, p. 47-49), já que pesquisa científica envolve “atributos de nossa capacidade de funcionar efetivamente na riqueza simbólica e profundidade histórica de uma língua em particular” (p. 48) – tais como curiosidade, criatividade, medo, disciplina, etc.

Juntamente à falácia de que exista língua sem cultura, quando se percebe língua como ferramenta, abre-se a possibilidade de, sobre línguas, afirmar que “se trata primordialmente de como levar informações do ponto A ao ponto B” (p. 135), ou seja, de acreditar que há algo de essencial em um discurso que, captado, pode ser transportado para outras línguas e, pior, em tempo quase síncrono.

Daí a instrumentalização da língua ser essencial para que se sustente a possibilidade de tradução automaticamente realizada, porque ambas caminham em direção diametralmente oposta à essência constitutiva e não redutível das línguas: os equívocos e as homônimas (CASSIN, 2016, p. 118). Essência essa aniquilada tanto quando se entende que há “o” texto para se traduzir, como quando se pensa que há “a” tradução desse texto. Os equívocos e as homônimas, em força oposta, atestam que

nós nunca possuímos nada além de *um* texto, um resultado, suscetível de ser questionado, pois ele é fornecido não apenas pelas chances e escolhas da transmissão, como pelas descobertas da arqueologia, da papirologia, da codicologia, sendo, entretanto, produzido por leituras, entendimentos e mal entendidos de filólogos prontos para adaptar o texto que editam ao significado que eles preveem. (CASSIN, 2016, p. 118 – grifo da autora)

Quando temos em mãos, no ar, na tela, etc. um texto, temos uma *possibilidade* daquele texto que é peneirada por uma série de processos, que, por sua vez, já passaram por outras peneiras. As vontades e restrições de quem fala já estão pré-selecionadas (HUMBOLDT, 2006, p. 5), em última instância, pelas gerações passadas que compilaram, por exemplo, dicionários, mas que até mesmo essas gerações estavam sob peneiras de suas próprias vontades e restrições. “O ser humano somente é ser humano por meio da linguagem. Mas para inventar a linguagem ele já teria que ser humano” (p. 51). Portanto, o que temos não pode ser *o* texto, mas *um* texto.

Diante disso, pensar que a língua está lá na gaveta dos utensílios pronta para ser acessada conforme cada necessidade, ou, ainda, que a tradução não envolve escolhas e decisões, não só é enxergá-las como aquém do que realmente são, mas, principalmente, obstruir o fluxo de criação e criatividade humanas. Embora essas idiosincrasias da língua coloquem-se em movimento em qualquer produção linguística – daí a importância de não se ser obrigado a adotar uma língua franca quando se quer adentrar o mais inescrutável dos pensamentos ou dos sentimentos –, elas assumem caráter didático e ilustrativo quando colocadas em jogo pela tradução. Como explica Barbara Cassin, “o tradutor interpreta, ele opera uma escolha. O retradutor deixa evidente a escolha de quem o precede como *uma* escolha. Os tradutores são co-produtores de significados [...], precisamente, eles ‘aumentam’ o significado ao ilustrar a língua” (CASSIN, 2016, p. 119). Reitero, aqui, minha crítica, exposta no Capítulo 5, aos professores de cursos e disciplinas de formação de tradutores que, esquecendo-se dessa  *tarefa* constitutiva do exercício tradutório, restringem-se a exaltar as funcionalidades das TAC.

Quando língua não envolve mais possibilidade criativa e plena de expressão, quando tradução não envolve mais riscos e resoluções, não se está falando nem de língua e nem de tradução. Daí a reflexão levantada por Michael Cronin, sobre o papel central da tradução nas diferentes formas de organização humana<sup>258</sup>. O autor destaca que, sim, usamos a mesma palavra, *tradução*, na organização digital, porém, pergunta-se: “em nossa cultura híbrida contemporânea, estamos falando sobre a mesma coisa? Não estamos presos inevitavelmente entre a formação cultural da tradução em uma forma de civilização e as formas emergentes de tradução em outra?” (CRONIN, 2013, p. 130). Sendo as diferenças entre

---

<sup>258</sup> Essas organizações foram separadas em três grandes partições pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, segundo os desenvolvimentos políticos: humanismo aristocrata, burguês e democrático, as quais incluiu-se uma quarta que seria o humanismo digital, segundo Milad Doueïhi. <https://www.revistaplaneta.com.br/humanismo-digital/>

os princípios que as movem tão abissais deveríamos, então, continuar chamando Globish de língua e TA de tradução?

Os esforços para que esses dois fenômenos sejam incluídos nas categorias a que dizem corresponder – língua e tradução – são tão grandes quanto suspeitos. Isso porque as forças que ditam os universais querem *não* lidar com as diferenças, apagando-as.

### **Super Gooblish contra o baixio linguístico: óbice à navegação do universal**

O Googlish e o Globish estão, assim, mais próximos do que nunca por partirem de um mesmo desejo: a possibilidade de um Espírito do Povo moldado e restrito por uma língua instrumental em que o princípio que possibilita a existência de homonímias seja inibido. Essa sonhada língua, por sua vez, não se restringiria à linguagem digital, ou “dos computadores”, pelo contrário, ela extrapolaria as membranas dos códigos-fonte dos programas, no intuito de construir mentes com univocidade semântica e sintática, a fim de tornar o mundo uma *Web realmente* semântica. Por mais que isso pareça um roteiro da série televisa britânica *Black Mirror*<sup>259</sup>, em que os computadores são altamente performáticos e capazes de “ler” a mente humana, e decodificar o que nem sabemos que queremos, essa simbiose entre as línguas Googlish e Globish é o que vivemos hoje. Ambas parecem aderir ao mesmo “manual de redação”, cujos preceitos foram desenvolvidos pelos idealizadores do sistema Wordnet<sup>260</sup>, da Universidade de Princeton. A saber,

*a) reduzir tudo a um denominador comum que funciona ao mesmo tempo que uma metalíngua, a saber, o inglês; b) desambiguar o inglês, mudando seu status de língua natural para o de língua-pivô conceitual (passando da palavra para o termo, depois do termo para o conceito, por operações sucessivas de nominalização, lematização, descontextualização, constituição em tipo ...). (CASSIN, 2016, p. 129 – grifos da autora)*

Assim, eleita a língua que serve de metalíngua, o próximo passo foi arrancar-lhe as homonímias, fazendo com que *essa* língua funcione como recurso comunicacional globalizado, ou seja, primeiro “como *globish*, língua genérica, depois como *tecnítica* [*technish*], um artefato de transição” (CASSIN, 2007, p. 238 – grifos da autora), ou, ainda, “um artefato empírico de sub-característica universal” (CASSIN, 2016, p. 130); em outras palavras, “apenas um meio de comunicação [,] uma língua de serviço e não uma língua de cultura” (CASSIN, 2012, p. 52), que sirva de dispositivo para manutenção do universal.

<sup>259</sup> <https://www.imdb.com/title/tt2085059/>

<sup>260</sup> <https://wordnet.princeton.edu/> - Acesso em: 10 de fev. 2018

Esse universal, portanto, parte do pressuposto de que línguas se diferenciam entre si por um belo acaso, sendo apenas diferentes modos de se falar a mesma coisa, podendo ser reduzíveis aos conceitos que a elas recorrem como à indumentária. Origina-se, assim, a falácia de que há “apenas um conceito: uma forma única ou 'ideia', que serve para pensar-e-dizer corretamente o que é. Em TAC, o mundo das ideias tem como avatar a unidade de uma língua-pivô”, que, por sua vez “constitui uma matriz de equivalências que 'sinonimiza' as línguas naturais” (CASSIN, 2016, p. 131) – ainda que muitos, como Pierre Lévy, lamentem que “o que está bloqueando o desenvolvimento do meio algorítmico, e, com ele, o advento de uma nova civilização, é precisamente a ausência de um sistema universal e calculável de metadados semânticos” (LÉVY, 2015, p. 64).

Nessa espécie de retorno ao universal grego, esquece-se de que a relação entre as homônímias não é casual, mas, sim, causal, já que as nuvens terminológicas mostram que as homônímias não são acidentais, evoluem diacronicamente, além de serem mais bem percebidas quando se está fora do círculo da língua em que ela faz presente (CASSIN, 2016, p. 141), como visto no Capítulo 1.

Se o tratamento automático que é dado às línguas fosse compreendido como um exercício de levantamento do “censo dos equívocos”, inclusive, se seu nome evocasse essa atividade, não estaria gastando tantas páginas nesta reflexão. Aliás, juntamente com Barbara Cassin, acredito que o recenseamento é “um ponto de passagem obrigatória” (p. 141), de forma que dicionários, ontologias (“significado” e “categorias” – p. 128), etc. são bem-vindos. É preciso, no entanto, ter sobre esse inventário uma atitude que vai além do que as TA(C) estão fazendo com o tratamento quantitativo de palavras “em contexto” – e até de palavras “em nuvens” (JOHNSON, 2016). O procedimento de cura – ou de curadoria – conta com uma enorme quantidade de contextos para que haja qualidade no algoritmo que organizará – ou aprenderá, no caso do sistema neural – e agrupará as categorias e os sentidos (p. 143). Ou seja, a profusão de soluções tratadas de forma genérica, e não com a cautela do “aqui agora” do tradutor humano, é o que garante o diagnóstico.

Coloco-me, entretanto, em dissonância com autores que enxergam que a abordagem estatística seja, apenas, uma das barreiras aos avanços tecnológicos e sociais que as TIC poderiam ter em nossos dias, igualando-a a problemas como letramento digital e como o que se chama de “interoperabilidade<sup>261</sup> semântica” [*semantic interoperability*] (LÉVY, 2015,

---

<sup>261</sup> O termo interoperabilidade se refere à “capacidade de trocar dados entre diversos sistemas [...], geralmente graças à conformidade com formatos e regras de comunicação (‘protocolos’) comuns, de modo que cada um dos sistemas envolvidos não precise conhecer as particularidades dos outros” (ADELL ET AL., 2010, p. 266).

p. 62). Sugerindo, ainda, que esta última alcançaria uma possível solução por meio de “uma codificação de significado linguístico que a tornaria verdadeiramente calculável em toda a sua complexidade” (p. 63), já que atribuem a falta desse recurso uma justificativa das traduções automáticas não serem tão boas (p. 61). A essas barreiras, finalmente, acrescenta-se o tradicional positivismo estatístico. Esse, segundo Pierre Lévy, é o que, de fato, impediria, em última instância, a criação (ou a simples adoção, uma vez acreditarem que exista já programas<sup>262</sup> que suplantariam esses dois últimos obstáculos) de “um sistema universal e calculável de metadados semânticos [...] concebido desde o início para otimizar a capacidade de calcular o significado, multiplicando sua diferenciação infinitamente” (p. 64).

Ao me opor a tratamentos estatísticos e automáticos de língua, reclamo, na verdade, atenção aos sintomas das homonímias, os intraduzíveis (CASSIN, 2017, p. 213). Isso porque “tratar o caso no caso a caso é ‘dequantificar’ o caso, ou ‘requalificá-lo’, dentro de uma análise do sintoma: uma ‘análise’, realmente uma análise, temporalizada, que se afasta da prática [...] das TAC [...]” (CASSIN, 2016, p. 144). Percebo, nessa direção, que os sintomas são ignorados não só por serem vistos como intratáveis, ou incuravelmente não passíveis à tradução, mas por serem invisíveis a esses tipos de tratamento, que tudo traduz instantaneamente. Tratamento esse em que não há espaço para não se cessar de (não) traduzir, como visto no Capítulo 5, já que, nele, tradução não é vista como *uma* escolha, entre outras. Por isso, nos neurônios do Google<sup>263</sup>, “saudade” é “*envie*”, em francês, e “*missing*”, em inglês; “*envie*”, do francês, é “*inveja*”, em português, e “*desire*” no inglês; por fim, “*missing*” é “ausência de” em português, mas, em francês, “*disparu*”, que, em português, é “desaparecido” e “*faded away*” em inglês...

Nesse jogo de ida e vinda é que percebemos que o inglês não é o vilão e, sim, mais uma vítima. A nocividade está na univocidade, que com o universal mantém íntima ligação, a qual embasa o que as pessoas enxergam como verdades atemporais, não localizadas e, portanto, ahistóricas.

<sup>262</sup> Pierre Lévy, por exemplo, desenvolveu o IEML (Information Economy MetaLanguage), que promete avanços em relação aos pontos acima mencionados – Cf. LÉVY, 2016.

<sup>263</sup> <https://translate.google.com.br/?um=1&ie=UTF-8&hl=pt&client=tw-ob#fr/en/envie>  
<https://translate.google.com.br/?um=1&ie=UTF-8&hl=pt&client=tw-ob#fr/pt/envie>  
<https://translate.google.com.br/?um=1&ie=UTF-8&hl=pt&client=tw-ob#pt/fr/saudade>  
<https://translate.google.com.br/?um=1&ie=UTF-8&hl=pt&client=tw-ob#pt/en/saudade>

## Por uma desestabilização fecunda

Se for para que tenhamos universais, o “bom universal” (CASSIN, 2016, p. 150) é certamente aquele que serve a algum propósito (p. 153) dentro do “aqui e agora”, dedicando-se a alguma situação específica e especificada. De forma que seja possível relativizar o universal, colocando a verdade dentro de um espectro que revele ser ela composta de matizes (p. 150), já que por mais razoável que pareça *nossa* verdade, ela só o será quando dedicada a algo específico. Daí a proposição “a razão é um universal construído” ajudar-nos a enxergar que “sempre se pode tentar construí-la de outra forma, em outras bases” (p. 160-161), para outros fins. O “bom universal” sabe que ele não só não é único, mas que é *bom* para certo fim, favorecendo certas situações – já dizia Margaret Atwood pela boca dos atores da série *Handmaid’s Tale* “melhor nunca significa melhor para todos” [*better never means better for everyone*].

O ato a que se opõem o Globish e o Googlish é o de analisar o sintoma, requantificando-o, desabafando-o, colocando-o para respirar e, quiçá, para se multiplicar. O bom tradutor humano e o falante de uma língua enxergam as relações que se estabelecem nas redes terminológicas evocadas no relativismo temporalizado e localizado do texto, como visto no Capítulo 1. O relativismo é a forma de se desconfiar do universal, por meio da razão, da contestação, da política e da tradução. Isso porque “as traduções, assim como as línguas, são *energeiai* e não *erga*, ou seja, algo relativo ao resultado, mas pragmaticamente absoluto” (CASSIN, 2106, p. 179 – grifos da autora). Ao retomar os conceitos de Humboldt de *Ergon* e *Energeia* – produto e atividade, respectivamente –, Cassin está insistindo na ideia de que embora a tradução se dê como resultado, afinal, tem-se um novo texto pronto, em mãos, legível, acessível, o resultado não é estático, mexe-se com a prática de uma ação colocada em um tempo e em um espaço.

Cassin apresenta a *Energeia* de Humboldt como a austiniana “performance da linguagem” [*performance langagière*], ou seja, ela “permite ao filósofo linguista antropólogo livrar-se da preocupação do pensador e preferir à autenticidade e ao desvelamento da *alêtheia* o ‘equivoco vacilante do mundo’<sup>264</sup>” (p. 202 – grifo da autora). Um mundo instável e relativo não era o almejado pelo pensador da Grécia antiga, que certamente se reviraria na cova ao ver que a integral de equívocos de muitas línguas libertou a noção de verdade “de seu contexto poético, religioso e jurídico inicial, constituindo-a, em seguida, como um conceito de filosofia

---

<sup>264</sup> Cassin, novamente faz referência ao *Journal de pensée* de Arendt, publicado em 1950 .

e, posteriormente, levando-a ao campo da ciência” (CASSIN et al., 2014, p. 1159), deixando coexistir uma verdade perto de justiça, *pravda*, e, também, de *alêtheia* e de *istina* (CASSIN, 2007a, p. 199; CASSIN, 2017, p. 213; CASSIN et al., 2014, p. 1159). Ao mesmo tempo, esse mundo vacilante não é o desejado pelo neoliberalismo, seja em forma de globalização ou na forma de um bilinguismo travestido de multilinguismo, como visto no Capítulo 3. Porque nele o respeito às diferenças é, em *verdade*, o que deixa subsistir o relativismo anti-universal, já que nem mesmo esse mundo é apreensível em unicidade, mas é apenas um “princípio regulador” que toma corpo em performance, em *happening*, ainda que sob algumas convenções (VERAS, 2016, p. 662).

A falácia do mundo ser um objeto nominável por outro universal “a razão/língua” é desfeita por Humboldt e Cassin, quando os autores, respectivamente, dizem que “o ato de pensar não depende apenas da linguagem em geral, mas também, até um certo grau, de cada língua particular determinada” (HUMBOLDT, 2006, p. 67) e que “o pensamento e o mundo em si não dependem apenas da linguagem em geral, mas dependem, até certo ponto (qual?), de cada língua singular” (CASSIN, 2016, p. 203). Por essa razão me coloquei, em nota, contrária a posicionamentos que pedem prudência em prol de interesses dentro de diferentes prazos (Capítulo 3) e ratifiquei posicionamentos que nos impelem a sonhar e verbalizar um fim possível para o capitalismo (Capítulo 5). Enquanto não for falado, pensado, trazido por *uma* língua, não será possível espalhar-se por outras. Para isso, é preciso uma reflexão profundamente inventiva e cortês, já que “não se faz um seja-lá-o-que-for com a língua; ela nos preexiste, nos sobrevive. Se afetamos a língua com alguma coisa, deve-se fazer de maneira refinada, respeitando, ao mesmo tempo em que desrespeitando sua lei secreta. Isso é fidelidade infiel” (DERRIDA, 2004, p. vii). Processo esse já abortado na gestação do Gooblish.

Até que ponto, Cassin? Eu diria que dependem da língua até o ponto em que se é possível cruzá-las – tanto na forma estéril quanto na reprodutora – traduzindo. A tradução torna possível uma passagem *entre* as línguas, que escancara e estabelece o relativismo e o diferente. De forma que, em vez de evidenciar um ponto de apoio, um ponto zero referencial ou conceitual, a tradução mostra a “pulsão filológica em ação e, se acredito nos meus olhos, [ela mostra] uma maneira de olhar e entender de forma admirativa e pagã” (p. 222). Ou seja, ao traduzir é revelada a existência de algo em mim, “para além” de mim, e em você, que só pode ser percebido quando se penetra as línguas, sem crer em línguas de prestígio, boas para isso ou para aquilo. O “entre” convida a penetrar e a estacionar, constituindo-se em adição, “uma área complexa onde só pode haver interação e interferência” (p. 229).

Entender assim a tradução é, antes de tudo, perceber que o cruzar – mesmo o estéril – só é possível por línguas fecundas, não castradas que geram um “contra-imaginário que permite articular diferentemente o interior e o exterior, a unidade e a diversidade” (p. 232), e criar relativismos. A partir desses relativismos é que se faz possível desenssencializar as línguas em *Energeia* ativa e traduzir o que um texto faz e não o que ele diz: ato de fala, de língua e de tradução (Capítulo 1).

Esta tese, portanto, é uma manifestação pagã sobre o domínio da língua inglesa que se espalha em forma de língua castrada para servir à instauração eficaz de diferentes formas de capitalismo, como o de vigilância. Shoshana Zuboff conta que as tentativas de desenvolver uma vacina eficaz para o vírus HIV foram frustradas por se estar pensando a partir da lógica antiga de como as vacinas deveriam ser desenvolvidas (ZUBOFF, 2016, p. 3), conclamando-nos a pensar em maneiras criativas de lutarmos contra o universalismo do Gooblish.

“É claro que um espírito combativo não é garantia de sucesso, mas é necessário. Como diz o provérbio chinês, as únicas batalhas que com certeza perderemos são aquelas que não conseguimos travar” (LAFFORGUE, 2005, p. 8). Assim, esta tese junta-se a trabalhos como os do matemático Laurent Lafforgue (2005) e de Barbara Cassin (2014) que acreditam que a liberdade do influxo de pensamento se dá em sua totalidade quando em conjunto com a força inventiva que se tem ao se produzir em plenas capacidades linguísticas. “Depois de Babel, com satisfação” [*Après Babel, avec bonheur*] (CASSIN, 2014, p. 10)! Que não restrinjamos nossa atuação sobre o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ADELL, Jordi; BELLVER, Antoni.; BELLVER, Carles. Ambientes virtuais de aprendizagem e padrões de *e-learning*. In: COLL, César.; MONEREO, Carles. (Orgs.) **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Trad. Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 245-267.
- ADORNO, Theodor. Scientific experiences of a European scholar in America. In: Donald Fleming e Bernard Bailyn (Eds.) **Intellectual migration: Europe and America, 1930-1960**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1969. p. 338-370.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AGHA, Asif. **Language and Social Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ALPAC (Automatic Language Processing Advisory Committee). **Languages and Machines: Computers in Translation and Linguistics, A Report by the Automatic Language Processing Advisory Committee, Division of Behavioral Sciences**. National Academy of Sciences, National Research Council, Washington, DC: National Academy of Sciences, National Research Council, 1966. <<http://www.mt-archive.info/ALPAC-1966.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- AMARAL, Roberto. O socialismo real substituído pelo capitalismo selvagem. **Carta Capital**, Nov. 09, 2017. <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-socialismo-real-substituido-pelo-capitalismo-selvagem> Acesso em 12/02/2018
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. Rev. ed. London ; New York: Verso, 2006.
- ANASTASIOU, Dimitra; SCHÄLER, Reinhard. Translating Vital Information: Localisation, Internationalisation and Globalisation, **Syn-Thèses**, 3, 11–25, 2010.
- ANSARI, E.; et al. Using English as Pivot to Extract Persian-Italian Parallel Sentences from Non-Parallel Corpora. **Applications of Comparable Corpora**, Berlin: Language Science Press, jan, 2017. < <https://arxiv.org/abs/1701.08339v1> >. Acesso em: 15 out. 2017.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1996.
- AUSTERMÜHL, Frank. Training translators to localize. In: PYM, Anthony et al. (Eds) **Translation technology and its teaching: with much mention of localization**. Tarragona: Servei de Publicacions, 2006, p. 69-82.
- AUSTIN, John. **How to do things with words**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1976 [1962]
- BAKER, Mona. Norms. In: BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. (Eds.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2nd ed ed. London ; New York: Routledge, 2009, p.189-193.

BAKER, Mona. Resisting state terror: theorizing communities of activist translators and interpreters. In: BIELSA, Esperanza; HUGHES, Christopher. (Eds). **Globalisation, Political Violence and Translation**. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan; 2009. p. 222-242.

BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. (Eds.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2nd ed ed. London ; New York: Routledge, 2009.

BAR-HILLEL, Yehoshua. The present state of research on mechanical translation. **American Documentation** 2 (4), 1951, p.229-237.

BAR-HILLEL, Yehoshua. The present status of automatic translation of languages. **Advances in Computers** 1, 1960, p.91-163. <<http://www.mt-archive.info/Bar-Hillel-1960.pdf>> Acesso em: 20 out. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós- Modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. Davos e a globalização. **Carta Capital**, Fev. 08, 2018. <https://www.cartacapital.com.br/revista/989/davos-e-a-globalizacao> - Acesso em 16/02/2018).

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: BENJAMIN, W. et al. **Escritos sobre mito e linguagem: (1915-1921)**. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo; São Paulo: Livraria Duas Cidades ; Ed. 34, 2013, p.101-119.

BIAU GIL, José Ramón; PYM, Anthony. Technology and translation (a pedagogical overview) In: PYM, Anthony et al. (Eds) **Translation technology and its teaching: with much mention of localization**. Tarragona: Servei de Publicacions, 2006, p. 5-20.

BLOCK, David. What on earth is ‘language commodification’?. In: S. Breidbach, L. Küster & B. Schmenk (Eds) **Slogans in Language Education Discourse**. Bristol: Multilingual Matters, 2017.

<[https://www.academia.edu/20115967/What\\_is\\_language\\_commodification\\_2017](https://www.academia.edu/20115967/What_is_language_commodification_2017)> Acesso em 9 de janeiro de 2018.

BLOMMAERT, Jan. Language Ideology. In: BROWN, Keith. (Ed.) **Encyclopedia of Language & Linguistics**, vol. 6, Oxford: Elsevier, 2006, p. 510-522.

BLOMMAERT, Jan. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, Jan. “Book review: Asif Agha, Language and Social Relations”. **Discourse and Society**, 21(5), set. 2010, p. 611-613

<[https://www.researchgate.net/publication/254085652\\_Book\\_review\\_Asif\\_Agha\\_Language](https://www.researchgate.net/publication/254085652_Book_review_Asif_Agha_Language)>

and\_Social\_Relations> Acesso em: 10 de jan. de 2017

BLOMMAERT, Jan. **Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes: chronicles of complexity**. Bristol ; Buffalo: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, Jan. “Commentary: Superdiversity old and new”, **Language & Communication**, 2015.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.langcom.2015.01.003>> Acesso em 10 de dez. 2017.

BLOMMAERT, Jan. **Superdiversity and the neoliberal conspiracy**. Unpublished manuscript, mar. 2016.

Disponível em : <<https://alternative-democracy-research.org/2016/03/03/superdiversity-and-the-neoliberal-conspiracy/>> Acesso em: 10 de jan. de 2017

BLOMMAERT, Jan. e DE FINA, Anna. Chronotopic identities: on the timespace organization of who we are. **Tilburg Papers in Culture Studies**, n.153, dec., p.1-28, 2015

BLOMMAERT, Jan. e RAMPTON, Ben. “Language and superdiversity”. **Diversities**, vol. 13, n. 2, 2011, p.1-22.

BOITET, Christian. Bernard Vauquois’ contribution to the theory and practice of building MT systems: a historical perspective. In: HUTCHINS, W.J. (ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 332-348.

BOITET, Christian. Automated Translation. **Revue française de linguistique appliquée**. V. 8, p. 99-121, 2003.

BOITET, C.; BLANCHON, H., SELIGMAN, M., e BELLYNCK, V. MT on and for the Web. **Proceedings of IEEE NLP-KE ’10**, 21–23 August 2010, Beijing, China, p.2–12, 2010.

BOLTON, Kingsley. World Englishes. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. (Eds.). **The handbook of applied linguistics**. Malden, MA: Blackwell Pub, 2004, p. 367-396.

BORBA, Francisco da Silva. (Org.) **Dicionário UNESP do portages contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BOWKER, L. Computer-aided translation: Translator training In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.) **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 88-104.

BOWKER, Lynne.; FISHER, D. Computer-aided translation. In: In GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Vol. 1 Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010, p. 60-65.

BRACE, C. Bonjour, EuroLang Optimizer. **Language Industry Monitor**. Issue Mar–Apr, 1994. < <http://www.mt-archive.info/LIM-1994-20-1.pdf> >. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRAGA, Denise. Social interpretations and the uses of technology: a Gramscian explanation of the ideological differences that inform programmers positions. In: MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario (Ed.) **Critical literacy: theories and practices**. vol. e:1, jul., 2007, p. 80-89.

BRAHMAPUNDIT. **PhD Buddhist Studies Manual**. Bangkok: Mahachulalongkornrajavidyalaya University, 2015. Disponível em: <http://www.mcu.ac.th/site/curi/06phd/09PhDBuddhistStudiesfinalInter/PhDBuddhistStudiesfinalInter.pdf> Acesso em: 17 jan. 2018

BUDACH, Gabriele. e SAINT-GEORGES, Ingrid. Superdiversity and language. In: CANAGARAJAH, Suresh. (Ed.). **The Routledge handbook of migration and language**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017, p. 63-78. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315754512.ch3> Acesso em: 05 jun. 2018.

BURANYI, Stephen. Rise of the racist robots – how AI is learning all our worst impulses. **The Guardian**. 8 aug. 2017. <https://www.theguardian.com/inequality/2017/aug/08/rise-of-the-racist-robots-how-ai-is-learning-all-our-worst-impulses> Acesso em: 15 de jan. 2018

CALHOUN, Craig. Is it time to postnational? In: MAY, S.; MODOOD, T.; SQUIRES, J. **Ethnicity, Nationalism, and Minority Rights**. Leiden: Cambridge University Press, 2004, p. 231-256.

CALISHAIN, Tara; DORNFEST, Rael. **Google hacks: 100 industrial-strength tips & tools**. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2003.

CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999.

CALVET, Louis-Jean. **Essais de linguistique: la langue est-elle une invention des linguistes?** Paris: Plon, 2004.

CALVET, Louis-Jean. La mondialisation au filtre des traductions, **HERMÈS, La Revue**, n.49, 2007, p. 45-57.

CANAGARAJAH, Suresh. The ecology of global English. **International Multilingual Research Journal**, 1(2), 89–100, 2007.

CANAGARAJAH, Suresh. Identidades subversivas, zonas pedagógicas de segurança e aprendizagem crítica. Tradução: Beatriz Fontana; revisão da tradução: Lucia Rottava. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 81, p. 113-134, ago. 2009.

CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual Practice: Global Englishes and Cosmopolitan Relations**. London: Routledge, 2013.

CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual practices and neoliberal policies: Attitudes and Strategies of African Skilled Migrants in Anglophone Workplaces**. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2017.

CANAGARAJAH, Suresh. Translingual Practice as Spatial Repertoires: Expanding the Paradigm beyond Structuralist Orientations. **Applied Linguistics**, v.39, p.31–54, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/applin/amx041>, acesso em 27 de fev. de 2018.

CANCIO, Carmelo; BELMONTE, Sydney. De la localisation à la délocalisation : enjeux professionnels. **Meta: Journal des traducteurs**, v. 55, n. 4, p. 661-673, 2010.

CASSIN, Barbara. **Ensaïos sofisticos**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Siciliano, 1990.

CASSIN, Barbara. (ED.). **Vocabulaire européen des philosophies: dictionnaire des intraduisibles**. Paris: Le Robert : Seuil, 2004.

CASSIN, Barbara. **Google-moi**: La deuxième mission de l’Amérique. Paris: Éditions Albin Michel, 2007.

CASSIN, Barbara. Intraduisible et Mondialisation. Entretien réalisé par Michaël Oustinoff. **HERMÈS, La Revue**, n.49, 2007a, p. 197-204.

CASSIN, Barbara. Les intraduisibles et leurs traductions. **Transeuropéennes: Revue internationale de pensée critique**, 14, set. , 2009.  
<[http://www.transeuropeennes.eu/fr/articles/voir\\_pdf/83](http://www.transeuropeennes.eu/fr/articles/voir_pdf/83)> Acessom em: 10 de janeiro de 2017.

CASSIN, Barbara. **Plus d’une langue**. Montrouge: Bayard, 2012.

CASSIN, Barbara. Penser en langues. **Trivium Revue franco-allemande de sciences humaines et Sociales**, n.15, p.1-9, 2013. Disponível em: < <http://trivium.revues.org/4768> > Acesso em 05 de out. 2016.

CASSIN, Barbara. L’énergie des intraduisibles: la traduction comme paradigme pour des sciences humaines. In : CASSIN, Barbara. (Ed.). **Philosopher en langues: les intraduisibles en traduction**. Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2014, p. 9-20.

CASSIN, Barbara. **Sophistical practice: toward a consistent relativism**. First edition ed. New York: Fordham University Press, 2014a.

CASSIN, Barbara. **Éloge de la traduction: compliquer l’universel**. Paris: Fayard, 2016.

CASSIN, Barbara. Logos/barbare. In: CASSIN, B. (Org.). **Après Babel, traduire**. Arles; Marseille: Actes Sud; Mucem, 2016a, p.45-50

CASSIN, Barbara. Lamelles de Pyrgi et pierre de Rosette. In: CASSIN, B. (Org.). **Après Babel, traduire**. Arles; Marseille: Actes Sud; Mucem, 2016b, p.51-52.

CASSIN, Barbara. Acidente / Acidente de trânsito: de Aristóteles à TAC. **Revista Letras**. Trad. Viviane Veras, n. 95, p. 203-216, Curitiba-Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2017.

CASSIN, Barbara. et al. Truth. In: CASSIN, Barbara (Ed.) **Dictionary of untranslatables: a philosophical lexicon**. Tradução Steven Rendall, Christian Hubert, Jeffrey Mehlman, Nathanael Stein, e Michael Syrotinski. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 1159-1179.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A ilusão do outro**: Economia, Sociedade e Cultura, vol.I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **The Internet galaxy**: reflections on the Internet, business, and society. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2: O poder da identidade**. 3. ed Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005, p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. **O fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CENOZ, J; GORTER, D. e MAY, Stephen. (Eds.) **Language awareness and multilingualism**. 3rd edition ed. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2017.

CHAN, Sin-wai. Approaching localization. In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Eds.). **The Routledge handbook of translation studies**. Milton Park, Abingdon ; NY: Routledge, 2013, p. 347-362.

CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

CHAN, Sin-wai. The development of translation technology: 1967–2013. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015a, p.3-31

CHAN, Sin-wai. Computer-aided translation: major concepts. CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015b, p. 32-67

CHAN, Sin-wai. **The future of translation technology**: towards a world without Babel. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2017.

CHARTIER, Roger; MORAES, R. C. C. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP : Imprensa Oficial, 1999.

COLL, César; MONEREO, Carles. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades In Psicologia da educação virtual In: COLL, César; MONEREO, Carles. (Orgs.) **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Trad. Naila Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15-46.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. Changing the role of schools. In: COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. (Eds.) **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. New York: Cambridge, 2000, p. 121-148.

CREESE, A. e BLACKLEDGE, A. "Towards a sociolinguistics of superdiversity". Edição especial **Zeitschrift für Erziehungswissenschaft**, 13, p. 549-572, 2010.

CRONIN, Michael. Glozalization and translation. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010, p.134-140.

CRONIN, Michael. **Translation in the digital age**. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2013.

CRONIN, Michael. Translation and globalization. In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Eds.). **The Routledge handbook of translation studies**. Milton Park, Abingdon; NY: Routledge, 2013a, p. 491-502.

CUNHA, A.; Assistentes MELLO SOBRINHO, C et al. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lexikon, 2007.

DARVIN, R. e NORTON, B. Identity, language learning, and critical pedagogy in digital times. In: CENOZ, J; GORTER, D. e MAY, S. (Eds.) **Language awareness and multilingualism**. 3rd edition ed. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2017, p.43-54.

DECAMP, Jennifer; ZETZSCHE, Jost. History of translation technology in the USA. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 375-392.

DECLERCQ, Christophe. Advertising and Localization. In: MALMKJÆR, K.; WINDLE, K. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011, p.262-274.

DEPALMA, Donald. **Business without borders: a strategic guide to global marketing**. New York: Wiley, 2002.

DEPALMA, Donald. Let the Machine Translation benchmarks begin!. **Common Sense Advisory**. ago. 22, 2005.

<http://www.commonsenseadvisory.com/Default.aspx?Contenttype=ArticleDetAD&tabID=63&Aid=1241&moduleId=390>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

DEPALMA, Donald. Quantifying the return on localization investment. In: DUNNE, Keiran (Dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p.15-36.

DERRIDA, Jacques. Sobre Tradução. Trad. Olívia Niemeyer e Paulo Ottoni. In: DERRIDA, J. **L'oreille de l'autre. Otobiographies, transfers, traductions**. Textes et débats avec Jaquec Derrida. Montreal: VLB, 1982, p. 1-36

DERRIDA, Jacques. **Le monolinguisme de l'autre: ou la prothèse d'origine**. Paris: Éditions

Galilée, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Marges de la philosophie**. Paris: Ed. de Minuit, 2006.

DERRIDA, Jacques. **Le Monde**, Paris, n.18572, 12 out. 2004, p.i-x. Disponível em : [http://medias.lemonde.fr/medias/pdf\\_obj/sup\\_pdf\\_derrida\\_111004.pdf](http://medias.lemonde.fr/medias/pdf_obj/sup_pdf_derrida_111004.pdf) Acesso em 10 de jan. 2017

DERRIDA, Jacques. **Learning to live finally: the last interview** Trad. Pascale-Anne Brault e Michael Naas. Hampshire, Palgrave MacMillan, 2007.

DIETZ, F. Issues in localizing computer games. In: DUNNE, K. (dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p.121-134.

DILLINGER, M.; GERBER, L. Success with machine translation. Automating knowledge-base translation. **ClientSide News**, jan. 2009, p. 10-11  
<[http://www.translationoptimization.com/papers/DillingerGerber2009a\\_ClientSideNews.pdf](http://www.translationoptimization.com/papers/DillingerGerber2009a_ClientSideNews.pdf). Acesso em: 14 out. 2017.

DONG, D.; WU, H.; HE, W.; YU, D.; WANG, H. Multi-Task Learning for Multiple Language Translation. **Proceedings of the 53rd Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics and the 7th International Joint Conference on Natural Language Processing**, Beijing, China, July 26-31, p. 1723–1732, 2015. Disponível em: <https://www.aclweb.org/anthology/P/P15/P15-1166.pdf> Acesso em: 20 de maio 2018.

DOVCHIN, Sender, SULTANA, Shaila; PENNYCOOK, Alastair. **Popular culture, voice and linguistic diversity: young adults on- and offline**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2018.

DRAY, Susan; SIEGEL, David. Melding paradigms: meeting the needs of international customers through localization and user-centered design. In: DUNNE, Keiran (dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 281-308.

DUNNE, Keiran. A Copernican revolution: focusing on the big picture of localization. In: DUNNE, K. (dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 1-14.

DUNNE, Keiran. Localization. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 550-562.

EBERLE, K. Semantic issues in machine translation. In: MAIENBORN, C.; HEUSINGER, K. VON; PORTNER, P. (Eds.). **Semantics: an international handbook of natural language meaning**. Berlin ; New York: De Gruyter Mouton, 2012, p.2931-2960.

EDWARDS, Jim. Google employees confess all the things they hated most about working at Google. **Business Insider** dec. 12, 2016.  
<<http://www.businessinsider.com/google-employees-worst-things-about-working-at-google-2016-12/#google-staff-are-so-outstanding-that-theres-an-internal-joke-about-it-8>>. Acesso em: 11 out. 2017.

EGGERT, Nalina. Where speaking several languages is a given. **BBC online**, 5 aug., 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-40824597> Acesso em: 25 de mar. de 2018.

ESSELINK, Bert. **A practical guide to localization**. New and totally rev. ed. ed. Amsterdam: Benjamins, 2000.

ESSELINK, Bert. The Evolution of localization IN: PYM, A. et al. (Eds.) In: **Translation technology and its teaching**: with much mention of localization. Tarragona: Servei de Publicacions, p. 21-30, 2006.

ESTEVEES, Lenita. Tradução & direitos autorais. In: AMORIM, Lauro, RODRIGUES, Cristina; STUPIELLO, Érica. (Orgs). **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 45-69. <<http://books.scielo.org>>\_Acesso em: 15 out. 2017.

FAIST, Thomas. Diversity unpacked: from heterogeneities to inequalities. In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 265-273.

FLORES, Nelson. The unexamined relationship between neoliberalism and plurilingualism: A cautionary tale. **TESOL Quarterly**, v. 47, p.500–20, 2013.

FLORES, Nelson; LEWIS, Mark. From truncated to sociopolitical emergence: a critique of super-diversity in sociolinguistics. **International Journal of the Sociology of Language**. 241, 2016, p. 97–124

FOLARON, Debbie. **Perspectives on Localisation**. In: DUNNE, K. (Dir.). Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 195-222.

FOLARON, Debbie. Translation tools. In GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010. v. 1, p. 429-436.

FOLARON, Debbie. Web and translation. In GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010a. v. 1, p. 446-450.

FOLARON, Debbie; GAMBIER, Yves. La localisation: un enjeu de la mondialisation. **Hermès, La Revue**, 3 (n° 49), p. 37-43, 2007

FONER, Nancy. Assimilation, diversity, and change In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 347-354.

FORCADA, Mikel. Machine Translation Today. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. v. 1, Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010. p. 215-223.

FORCADA, Mikel. Open-source MT technology. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 152-166.

FRAWLEY, William. Prolegomenon to a theory of translation. In: VENUTI, Laurence. (Ed.). **The Translation studies reader**. London ; New York: Routledge, 2004, p.250-265.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. “A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas”. 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Poço de Caldas, 2003. Disponível em <[www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semariateresaassuncao Freitas.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semariateresaassuncao Freitas.rtf)> Acessado em: 06 de jan. 2018.

FROELIGER, Nicolas. **Les noces de l’analogique et du numérique: de la traduction pragmatique**. Paris: Belles lettres Éd, 2013.

FROELIGER, Nicolas. **En plein milieu des confins: éléments pour la construction d'une réflexion en traduction pragmatique**. Linguistique. Université Stendhal - Grenoble III, 2013a.

GARCÍA, Ignacio. Long term memories: Trados and TM turn 20. **The Journal of Specialised Translation**, Issue 4 – July, 2005.

GARCÍA, Ignacio. Translators on translation memories: a blessing or a curse?. In: PYM, A. et al. (Eds) **Translation technology and its teaching: with much mention of localization**. Tarragona: Servei de Publicacions, p.97-106, 2006.

GARCÍA, Ignacio. Power shifts in web-based translation memory. **Machine Translation**, vol. 21, n. 1, mar, p. 55-68, 2007. <[http://www.jstor.org/stable/30219110?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/30219110?seq=1#page_scan_tab_contents)> Acesso em: 5 out. 2016

GARCÍA, Ignacio. The proper place of professionals (non-professionals and Machines) in web Translation. **Revista Tradumática: Traducció I Technologies de la Informació I la Comunicació** 8. 2010. <<http://www.fti.uab.es/tradumatica/revista/num8/articles/02/02art.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

GARCÍA, Ignacio. Computer-aided translation: systems. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.) **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 68-87

GARCÍA, Ignacio. Cloud marketplaces: Procurement of translators in the age of social media **The Journal of Specialised Translation**. Issue 23 – January, 2015a.

GARCÍA, Ignacio; STEVENSON, Vivian. TranslatorsTraining.com. **Multilingual**. N. 95 vol. 19 abril/maio, 2008, p.20-22. <<http://dig.multilingual.com/2008-04-05/offline/download.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

GARCÍA, Ofelia. Critical multilingual language awareness and teacher education. In: CENOZ, Janose, GORTER, Durk e MAY, Stephen. (Eds.) **Language awareness and multilingualism**. 3rd edition ed. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2017, p.263-280.

GASPARI, Federico. Embedding free online machine translation into monolingual websites for multilingual dissemination: A case study of implementation. In: **Proceedings of Translating and the Computer 27**, London, England: 2005 [pages not numbered]. <<http://www.mt-archive.info/Aslib-2005-Gaspari.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOOGLE. Using large-scale brain simulations for machine learning and A.I. **Google Official Blog**, jun. 26, 2012. <<https://googleblog.blogspot.com.br/2012/06/using-large-scale-brain-simulations-for.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

GONDOUIN, Daniel. Localisation de sites web: contraintes et enjeux. In: LAVAULT, E.; UNIVERSITÉ STENDHAL-GRENOBLE 3 (Eds.) **Traduction spécialisée: pratiques, théories, formations**. Bern ; New York: P. Lang, 2007, p. 179-188.

GOUADEC, Daniel. **Translation as a profession**. Amsterdam ; Philadelphia: J. Benjamins Pub. Co, 2007.

GRADDOL, David. **English Next**. Plymouth: British Council. 2006.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **The inclusion of the other: studies in political theory**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999.

HAGÈGE, Claude. **Contre la pensée unique**. Paris: Jacob, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

HELLER, Monica; PUJOLAR, Joan; DUCHÊNE, Alexandre. Linguistic commodification in tourism. **Journal of Sociolinguistics**, 18 , p. 539–566, 2014.

HERMANS, Theo. **Translation in Systems: Descriptive and System-Oriented Approaches Explained**. Manchester: St Jerome, 1999.

HESS, David. **Localist Movements in a Global Economy: Sustainability, Justice, and Urban development in the United States**. The Mit Press: Cambridge, 2009.

HEYMAN, Stephen. Google Books: a complex and controversial experiment. **The New York Times**, oct. 28, 2015. <<https://www.nytimes.com/2015/10/29/arts/international/google-books-a-complex-and-controversial-experiment.html>>. Acesso em: 11 out. 2017.

HOBBSAWM, Eric. J. **On empire: America, war, and global supremacy**. New York: New Press, 2009.

HOUSE, Juliane. English as a lingua franca and translation. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (EDS.). **Handbook of translation studies. Vol. 4: ...** Amsterdam: Benjamins, 2013, p. 59-62.

HOWSON, Paul. **The English effect**. Plymouth: British Council, 2013.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **On language: the diversity of human language-structure and its influence on the mental development of mankind**. Trad. Peter Heath. New York: Cambridge University Press, 1988.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a natureza da língua em geral. In: Heidermann, Werner e Weininger, Markus J. (Orgs.), Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung. Edição bilíngue alemão-português. Trad. Paulo Oliveira. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 2-19.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre o estudo comparado das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas. In: Heidermann, Werner e Weininger, Markus J. (Orgs.), Wilhelm von Humboldt: Linguagem, Literatura, Bildung. Edição bilíngue alemão-português. Trad. Luiz Montez. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006a. p. 20-93.

HUTCHINS, John. **Machine translation: past, present, future**. Chichester [West Sussex]: New York: Ellis Horwood; Halsted Press, 1986. <<http://www.hutchinsweb.me.uk/PPF-TOC.htm>>. Acesso em: 15 out. 2017.

HUTCHINS, John. Latest developments in machine translation technology: beginning a new era in MT research. **MT Summit**, p. 11-34, 1993. <<https://pdfs.semanticscholar.org/ce0f/9f39fa43e229e8b29f489d71325d84e92828.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

HUTCHINS, John. A new era in machine translation research. **Aslib Proceedings**, 47 (10), Oct., 1995, p. 211-219. <<http://www.mt-archive.info/Aslib-1994-Hutchins.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

HUTCHINS, John. The origins of the translator's workstation. In: **Machine Translation**, vol. 13, n. 4, p. 287-307, 1998. <<https://www.jstor.org/stable/pdf/40007072.pdf>> – acesso em: 22 out. 2017.

HUTCHINS, John. Twenty years of Translating and the Computer. **Translating and the Computer 20**. London: The Association for Information Management. 1998a <<http://www.hutchinsweb.me.uk/Aslib-1998.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000.

HUTCHINS, John. The first decades of machine translation: overview, chronology, sources. In: HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000a, p.1-16.

HUTCHINS, John. Warren Weaver and the launching of MT: brief biographical note. In: HUTCHINS, W.J. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000b, p. 17–20.

HUTCHINS, John. **Machine translation: a concise history**, 2007 <<http://www.hutchinsweb.me.uk/CUHK-2006.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

HUTCHINS, John. Recent Applications of Machine Translation. In: MALMKJÆR, K.; WINDLE, K. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011, p. 441-454.

HUTCHINS, John. Machine translation: history of research and applications. In: CHAN, Sin-Wai (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 120-136.

HUTCHINS, John; GASPARI, Federico. **Online and free! Ten years of online machine translation: origins, developments, current use and future prospects**. *MT Summit XI*, Copenhagen, Denmark, 10-14 September 2007, Proceedings; p. 199-206. <<http://www.hutchinsweb.me.uk/MTS-2007.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

HUTCHINS, John; SOMERS, Harold. **An introduction to machine translation**. 2. printing ed. London: Academic Press, 1992.< <http://www.hutchinsweb.me.uk/IntroMT-TOC.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

HUTTON, Christopher. **Linguistics and the Third Reich: mother-tongue fascism, race, and the science of language**. London ; New York: Routledge, 1999.

ISAHARA, Hitoshi. Translation technology in Japan. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 315-326.

JACQUEMET, Marco. Transidiomatic practices, language and power in the age of globalization. **Language and Communication** 25, p. 257-277, 2005.

JACQUEMET, Marco. Language in the Age of Globalization. In: BONVILLAIN, Nancy. (Ed.) **The Routledge Handbook of Linguistic Anthropology**. London: Routledge, 2015, p. 329-347.

JAIN, Anil. **“The 5 Vs of Big Data” IBM Watson Health Perspectives**. sept. 17, 2017 <<https://www.ibm.com/blogs/watson-health/the-5-vs-of-big-data/>> Acesso em: 20 de março de 2018.

JOHNSON, Melvin. Standford Seminar: Google’s Multilingual Neural Machine Translation System. **EE380: Computer System Colloquium Seminar**, mar. 8, 2017. <<https://www.youtube.com/watch?v=nR74IBO5M3s>> Acesso em: 20 jun. 2017

JOHNSON, M; SCHUSTER, M; LE QV, et al. **Google's multilingual neural machine translation system: enabling zero-shot translation.** 2016. *Arxiv.org*. Available at: <https://arxiv.org/abs/1611.04558>

JOSCELYNE, Andrew; SAMIOTOU, Anna. **Taus translation data landscape report.** dec. 2015, De Rip: TAUS BV, 2016. Disponível em: <https://www.taus.net/think-tank/reports/translate-reports/taus-translation-data-landscape-report> Acesso em: 18 jan. 2018

JURAFSKY, Daniel; MARTIN, James. N-Gram. In: Daniel Jurafsky; James H. Martin (Org) **Speech and Language Processing: an introduction to speech recognition, computational linguistics and natural language processing.** 2006.

KACHRU, Braj; KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil. Introduction: The World of World Englishes. In: KACHRU, Braj; KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil (Eds.) **The handbook of world Englishes.** Malden, MA ; Oxford: Blackwell Pub, 2006, p. 1-16.

KACHRU, Braj. World Englishes and culture wars. In: KACHRU, Braj; KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil (Eds.) **The handbook of world Englishes.** Malden, MA ; Oxford: Blackwell Pub, 2006, p. 446-471.

KACHRU, Braj. **Asian Englishes: beyond the canon.** Hong Kong: Hong Kong Univ. Press, 2005.

KACHRU, Braj. Terminology workflow in the localization process. In: DUNNE, K. (Dir.), **Perspectives on Localisation.** Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p.173-191.

KAY, Martin. David G. Hays. In: HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers.** Amsterdam: Benjamins, 2000, p.165-170.

KAY, Martin. **The proper place of men and machines in language translation .** Research report CSL-80-11, Xerox Palo Alto Research Center, Palo Alto, CA. Repr. in *Machine Translation* 12 (1/2), 1980, p. 3-23. <[www.mt-archive.info/Kay-1980.pdf](http://www.mt-archive.info/Kay-1980.pdf). >. Acesso em: 17 out. 2017.

KEELEY, Brian. **Human capital: How what you know shapes your life.** Paris, France: Organization for Economic Co-operation and Development, 2007.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia.** Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

KING, Margaret. Traduction et technologie: état de la question. **Revue française de linguistique appliquée**, n. 2 (Vol. VIII), p. 75-89, 2003.

KIT, Chunyu; WONG, Billy Tak-ming. Evaluation in Machine Translation and Computer-Aided Translation. In: CHAN, Sin-Wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology.** London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p.213-236.

KOEHN, Philipp. **Statistical machine translation**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.

KOPFSTEIN, Janus. Digital rights are human rights. **Alkazeera America**. Feb. 3, 2016. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/opinions/2016/2/digital-rights-are-human-rights.html> - Acesso em: 04 maio 2018.

KRESS, Gunther. *Literacy in the new media age*. Londres: Routledge, 2003.

KRESS, Gunther. Gains and losses: new forms of texts, knowledge, and learning. **Computers and Composition** 22, p. 5-22, 2005.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **Liberte-se do passado**. Trad. Hugo Veloso. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

KUBOTA, Ryuko. Inequalities of Englishes, English Speakers, and Languages: A Critical Perspective on Pluralist Approaches to English. In: TUPAS, Ruanni. (Ed.) **Unequal Englishes: the Politics of Englishes Today**. London: Palgrave Macmillan UK : Imprint : Palgrave Macmillan, 2015, p. 21-41.

KUBOTA, Ryuko. The multi/plural turn, postcolonial theory, and neoliberal multiculturalism. **Applied Linguistics** 33, p. 1–22, aug., 2014.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (Org). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 129-148.

KUMARAVADIVELU, B. The Decolonial Option in English Teaching: Can the Subaltern Act? **TESOL Quarterly**, v. 50, No. 1, March, p. 66-85, 2016.

KWONG, Olivia. Natural language processing. In: CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 563-577.

LADMIRAL, Jean-René; FROELIGER, Nicolas. De la localisation à la délocalisation – le facteur local en traduction. **Meta: Journal des traducteurs**, v. 55, n. 4, p. 615-625, 2010.

LAFFORGUE, L. Le français, au service des sciences. **Pour la Science**. Point de vue, mars, p. 8, 2005. Disponível em : <https://www.laurentlafforgue.org/textes/pourlascience.pdf> Acesso em: 15 de fev. 2018

LATOUR, Bruno. Networks, societies, spheres: reflections of an actor-network theorist. **International Journal of Communication**, 5, p. 796–810, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro (RJ): Editora 34, 2013.

LEHMANN, Winfred. My early years in machine translation. In: HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 147-164.

LEMBERSKY, G; ORDAN, N; WINTNER, S. Language models for Machine Translation: original vs translated texts. **Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing**. Edinburgh, Scotland, UK, July 27–31, 2011, p. 363–374.

LEMKE, Jay. Travels in hypermodality. **Visual Communication**, v.1, n.3, p. 299-325, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo (SP): Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. A metalanguage for computer augmented collective intelligence In: TOVEY, Mark (Ed.) **Collective intelligence: creating a prosperous world at peace**. Oakton, Virg.: Earth Intelligence Network, 2008, p. 15-22.

LÉVY, Pierre. Innovation in coding. **Spanda Journal**, special issue “*Creativity & Collective Enlightenment*”, VI, 2, Dec. 2015, p. 59-66

LÉVY, Pierre. IEML in plain english. **Pierre Levy’s Blog**. 13 jun, 2016.

LÉVY, Pierre. The next platform. **Pierre Levy’s Blog**. 6 oct, 2017.

LEWIS-KRAUS, Gideon. Is translation an art or a Math problem? **The New York Times Magazine**, jun. 4, 2015.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/06/07/magazine/is-translation-an-art-or-a-math-problem.html>> Acesso em: 20 maio 2018.

LEWIS-KRAUS, Gideon. The great A.I. awakening. **The New York Times Magazine** dec. 14, 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/12/14/magazine/the-great-ai-awakening.html> - Acesso em: 04 jan. 2017

LISA. **The Localization Industry Primer**, 2a ed, 2003 <<https://www.immagic.com/eLibrary/ARCHIVES/GENERAL/LISA/L030625P.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LIU, Qun; ZHANG, Xiaojun. Machine Translation: general. CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 105-119.

LOMBARD, Robin. A practical case for managing source-language terminology. In: DUNNE, K. (Dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 155-171.

LOMMEL, Arle. Is neural MT really as good as human translation?. **Common Sense Advisory**. jan., 17, 2017. <<http://www.commonsenseadvisory.com/default.aspx?Contenttype=ArticleDetAD&tabID=63&Aid=37896&moduleId=390>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LOMMEL, Arle. MT is changing the Industry, just not in the way mainstream media thinks it will. **Common Sense Advisory**. jun., 22, 2016. <<http://www.commonsenseadvisory.com/Default.aspx?Contenttype=ArticleDetAD&tabID=63&Aid=36534&moduleId=390>>. Acesso em: 21 out. 2017.

LÖWENTHAL, Leo. Perspectivas históricas da cultura popular. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

LYNCH, Clove. GMS technology making the localization business case. In: DUNNE, K. (Dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p. 37-46.

SILVA, Juremir Machado da. Pierre Lévy: a revolução digital só está no começo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 abr. 2015. Caderno de Sábado. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2015/04/7087/pierre-levy-a-revolucao-digital-so-esta-no-comeco/>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MÃE, Valter Hugo. **O filho de mil homens**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

MAKONI, Sinfree. “A critique of language, languaging and supervernacular”. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.1, n.2, p. 189-199, 2012.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and Reconstituting Languages In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. (EdS.). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon, [England]: Buffalo ; Multilingual Matters, 2007, p. 1-41.

MALMKJÆR, Kirsten; WINDLE, Kevin. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011.

MARCUSE, Hebert. Todo poder aos estudantes. IN: SOARES, Jorge Coelho (Org) **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.143-162.

MAY, Stephen. **Language and minority rights: ethnicity, nationalism and the politics of language**. 2nd ed New York: Routledge, 2012.

MAY, Stephen (Ed.) **The multilingual turn: Implications for SLA, TESOL, and bilingual education**. New York: Routledge, 2014.

MELBY, Alan. Some Notes on The Proper Place of Men and Machines in Language Translation, **Machine Translation**, n. 12, 29–34, 1997.

MELBY, Alan; LOMMEL, Arle; VÁZQUEZ, Lucía Morado. Bitext. In: CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 409-424.

MELBY, Alan; WRIGHT, Sue Ellen. Translation Memory. In: CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 662-677.

MEYLAERTS, Reine. Multilingualism and translation. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (EDS.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010. v. 1, p. 227-230.

MEYLAERTS, Reine. Multilingualism as a challenge for translation studies. In: MILLÁN,

C.; BARTRINA, F. (EDS.). **The Routledge handbook of translation studies**. Milton Park, Abingdon ; NY: Routledge, 2013, p. 518-533.

MEISSNER, Fran; VERTOVEC, Steven. “Comparing super-diversity”. **Ethnic and Racial Studies**, 38, 4, p. 541-555, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. Princeton, N.J. ; Woodstock: Princeton University Press, 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A.**, Vol. 10, No. 2, p. 329-338, 1994

MORRIS, Lydia. Analysing status diversity: immigrantion, sylum, and stratified rights. In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 67-74.

NAGAO, Makao. A framework of a mechanical translation between Japanese and English by analogy principle. In: ELITHORN, Alick e BANERJI, Ranan (Eds.). **Artificial and human intelligence**. Amsterdam: North Holland, 173-180, 1984.

<<http://www.mt-archive.info/Nagao-1984.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

NEW LONDON GROUP. “A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures.” In: COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. New York: Cambridge, p. 9-37, 2000.

NIELSEN, Jakob. **How little do users read?**. Nielsen Norman Group, may, 6, 2008

<<https://www.nngroup.com/articles/how-little-do-users-read/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

NIEVA, Richard; GUGLIELMO, Connie. Google’s CEO sums up his AI vision: “Hi. How can I help you?”. **CNET special reports** may.18, 2016

<<https://www.cnet.com/special-reports/googles-ceo-sums-up-his-ai-vision/>> . Acesso em: 15 out. 2017.

NIRENBURG, Sergei. Knowledge-based machine translation. In: **Machine Translation**, Vol. 4, No. 1, Knowledge-Based Machine Translation I (Mar.,1989), pp. 5-24 URL:

<<http://www.jstor.org/stable/40008396>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

NIRENBURG, Sergei. **Multilingual semantic web**. <<http://ceur-ws.org/Vol-936/paper7.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

NIRENBURG, Sergei; SOMERS, Harold; WILKS, Yorick. (Eds.). **Readings in machine translation**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2003.

NIXON, Rob. The great acceleration and the great divergence: Vulnerability in the anthropocene. **Presidential forum**, Profession, 19 March, 2014. Disponível em:

<<https://profession.mla.hcommons.org/2014/03/19/the-great-acceleration-and-the-great-divergence-vulnerability-in-the-anthropocene/>> Acesso em: 10 de jan. 2018.

NORTH, Xavier. Politique de la langue: points chauds. In: CASSIN, B. (Org.). **Après Babel, traduire**. Arles; Marseille: Actes Sud; Mucem, 2016, p. 65-75.

NORVIG, Peter. Making a difference. **Google Research Blog**, 17, fev. , 2006 . Disponível em: <<https://research.googleblog.com/2006/02/making-difference.html> >. Acesso em: 15 out. 2017.

NYBERG, E.; MITAMURA, T.; CARBONELL, J. The KANT Machine Translation System: from R&D to initial deployment. **LISA Workshop on Integrating Advanced Translation Technology**, Hyatt Regency Crystal City, Washington D.C., June 3-4, 1997, p.1-8. Acesso em 03 de novembro de 2017 <<http://repository.cmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1454&context=isr> >. Acesso em: 3 nov. 2017.

OCH, Franz. Statistical machine translation live. **Google Research Blog**, 28 abr. 2006. Acesso em 11 de novembro de 2017 <<https://research.googleblog.com/2006/04/statistical-machine-translation-live.html>>

O'HAGAN, Minako. The impact of new technologies on translation studies: a technological turn? In: MILLÁN, C.; BARTRINA, F. (Eds.). **The Routledge handbook of translation studies**. Milton Park, Abingdon ; NY: Routledge, 2013, p. 503-518

O'LEARY, Brendan. "Governing diversity" In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 203-215.

O'SULLIVAN, Carol. Pseudotranslation. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Vol. 2. Amsterdam: Benjamins, 2011, p. 123-125.

OTTONI, Paulo. A tradução da *différance*: dupla tradução e o *double* bind. **Alfa**, São Paulo, 44 (n.esp.): 45-58, 2000.

PAPINENI, K; ROUKOS, S.; WARD, T; WEI-JING, Z. BLEU: A Method for Automatic Evaluation of Machine Translation. In: **Proceedings of the 40th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics**, ACL-2002, 7-12 July 2002, University of Pennsylvania, Philadelphia, PA, p. 311-318. <<http://www.aclweb.org/anthology/P02-1040.pdf> >. Acesso em: 22 nov. 2017.

PATTY, Anna. Fatal consequences of miscommunication between pilots and air traffic controllers. **The Sydney Morning Herald**, 2 oct., 2016. Disponível em: <https://www.smh.com.au/business/workplace/the-fatal-consequences-of-miscommunication-between-pilots-and-air-traffic-controllers-20160928-grq1d9.html> Acesso em: 20 jan. 2018.

PAVLENKO, Aneta. **The bilingual mind: and what it tells us about language and thought**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2014.

PAVLENKO, Aneta. Superdiversity and why it isn't: Reflections on terminological innovation and academic branding. In: **Slogozations in language education discourse**. Bristol: Multilingual Matters, 2017.

PENNYCOOK, Alastair. **The cultural politics of English as an international language**. London ; New York: Longman, 1994.

PENNYCOOK, Alastair. **English and the discourses of colonialism**. London ; New York: Routledge, 1998.

PENNYCOOK, Alastair. **A critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2001.

PENNYCOOK, Alastair. **Global Englishes and Transcultural Flows**. New York: Routledge, 2007.

PENNYCOOK, Alastair. **Language as a local practice**. New York: Routledge, 2010.

PENNYCOOK, Alastair. **Unexpected places: language and mobility**. Bristol; Buffalo: Multilingual Matters, 2012.

PENNYCOOK, Alastair. Posthumanist Applied Linguistics. *Applied Linguistics*, amw016, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/applin/amw016>, acesso em 01 de março de 2018.

PENNYCOOK, Alastair; OTSUJI, Emi. **Metrolingualism: language in the city**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

PENNYCOOK, Alastair; OTSUJI, Emi. Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux, **International Journal of Multilingualism**, n. 7, p. 240–254, 2010.

PEREGRINE, Anthony. Do Britons really need to bother with foreign languages? **Telegraph**, 28 oct, 2015. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/travel/news/Do-Britons-really-need-to-bother-with-foreign-languages/> Acesso em: 20 de fev. de 2018.

PETERS, John Durham. **The marvelous clouds: toward a philosophy of elemental media**. Chicago ; London: the University of Chicago Press, 2015.

PING, Ke. Machine Translation. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Eds.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2nd ed London ; New York: Routledge, 2009, p. 162-169.

PYM, Anthony. **Localization and Linguistics**. Paper presented to the SLE Conference, August 2001, <<http://www.tinet.org/~apym/online/loclinguistics.pdf>>, 14pp, 321kb, Acesso em: 22 out. 2017.

PYM, Anthony. **The moving text: localization, translation, and distribution**. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2004.

PYM, Anthony. Website Localization. In: MALMKJÆR, K.; WINDLE, K. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011, p.410-226.

PYM, Anthony. **Exploring translation theories**. Second Edition ed. London ; New York: Routledge, 2014.

QUIRION, Jean. La localisation, palimpseste de l'aménagement terminologique ? Stratégies d'implantation terminologique et marketing. **Meta: Journal des traducteurs**, v. 51, n. 4, p. 824, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou**. Cad.Est.Ling., Campinas, (30):105-115, Jan./Jun. 1996

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8637045/4767> >. Acesso em: 19 nov. 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over "new/non-native" Englishes. **Journal of Pragmatics**, 27, p. 225-231, 1997.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Of EFL teachers, conscience, and cowardice. **ELT Journal** 53/3. p. 200-206, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. On Searle [on Austin] on language. **Language & Communication**. 20:347-391, 2000.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Línguas Nacionais como Bandeiras Patrióticas, ou a Lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil. In: SILVA, Fábio Lopes e RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.) **A Lingüística que nos faz Falhar**: investigação crítica. São Paulo, SP: Parábola Editorial. 2004, p. 11-38.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The Concept of „World English“ and its Implication for ELT. In: **ELT Journal**. v. 58, n. 2, pp. 111-117. Oxford, UK: Oxford University Press, 2004a.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Emotional and language politics: the Brazilian case. **Journal of Multilingual and Multicultural Development** Vol. 25, N. 2 e 3., 2004b.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial. 2005, p. 135-157.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Revisiting the Nativity Scene: Review of The Native Speaker: Myth and Reality by Alan Davies. **Studies in Language**, 31, 2007, p. 193-205.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Argumentação e discurso científico numa perspectiva pragmática. **Estudos lingüísticos**, São Paulo, 37 (1), jan.-abr., p. 113-119, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The Identity of 'World English'. In: Gonçalves; Gláucia Renata; Almeida, Sandra Regina Goulart; Oliveira e Paiva, Vera Lúcia Menezes de; Rodrigues-Júnior, Adail Sebastial. (Org.). **New Challenges in Language and Literature**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. p. 97-107, 2009a.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Exposing young children to English as a foreign language: the

emerging role of world English. **Trabalhos em Linguística Aplicada** (UNICAMP), v. 48, p. 185-196, 2009b

RAJAGOPALAN, Kanavillil. “World English” and the Latin analogy: where we get it wrong. **English Today** , (25) 2, p. 49-54, 2009c.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The soft ideological underbelly of the notion of intelligibility in discussions about “World Englishes”. **Applied Linguistics** , 31, p. 465-470, 2010a

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The English language, globalization and Latin America: Possible lessons from the ‘Outer Circle’. IN: SAXENA, M. & OMONIYI, T. **Contending with globalization in world Englishes**. Bristol: Multilingual Matters, p.175-195, 2010b.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The rigmarole of intelligibility in world English(es) – or, on making sense of it all or, if you like, making the very idea of intelligibility intelligible. **R. Let. & Let.** Uberlândia-MG v.26 n.2 p.477-492, jul./dez. 2010c.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Prospects for language studies in our era of globalization. In: Kitis, Eliza et. al. (Orgs.). **Selected Papers - ISTAL 19**. Thessaloniki, Greece: Monochroma Publishing. 43-49, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Performativity and the claims of scientificity of modern linguistics. **D.E.L.T.A.**, 28:1, p.85-103, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. ‘World English’ or ‘World Englishes’? Does it make any difference? *International Journal of Applied Linguistics*, v. 22, p. 374-391, 2012a.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A ‘dadidade’ dos ditos dados na/da pragmática. In: Gonçalves, A. V.; Góis, M. L. de S. (Orgs.). **Ciências da linguagem. O fazer científico?** Vol. 2. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014, p. 67 – 103.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Speech acts and speech events in African languages. **WORDS**. Vol. 61, n.3, p. 285-288, 2015.

RAMATI, Ido; PINCHEVSKI, Amit. Uniform multilingualism: a genealogy of Google Translate. *Sabe journals*, ago., 22, 2017.

<<https://doi.org/10.1177/1461444817726951>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RAMIREZ, F.O., MEYER, J.W., LERCH, J. World Society and the Globalization of Educational Policy. In: K. Mundy, A. Green, R. Lingard, A. Verger (Eds.). **Handbook on Global Policy and policy Making in Education**. Chapter 2. Wiley Blackwell, 2016.

RAMPELL, Catherine. Cracking the apple trap. **New York Times**. Oct. 29, 2013 <<http://www.nytimes.com/2013/11/03/magazine/why-apple-wants-to-bust-your-iphone.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

REVANURU, K; TURLAPATY, K.; RAO, S. Neural Machine Translation of Indian Languages. **Compute**, November 16–18, 2017, Bhopal, India, 2017, p. 1-10.

RODRIGUES, Anna Carolina. Por que ainda não somos fluentes em inglês? **Você S/A**, 2016.

<<https://exame.abril.com.br/carreira/por-que-ainda-nao-somos-fluentes-em-ingles/>> Acesso em: 5 dez. 2017.

RODRIGUES, Sérgio. ‘Ser brasileiro é sobre imitar o inglês’: modismo expõe autoestima frágil. **Folha de S. Paulo**, 15 de out. , 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2017/02/1855100-ser-brasileiro-e-sobre-imitar-o-ingles-modismo-expoe-autoestima-fragil.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RYDGEN, Jens. Xenophobia: role of political articulation In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 310-316.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A ilusória Desglobalização. **Outras palavras: comunicação compartilhada e pós-capitalismo**, Out. 14, 2017. <https://outraspalavras.net/posts/boaventura-a-ilusoria-desglobalizacao/>. Acesso em 20/02/2018

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHÄLER, Reinhard. Language Resources and Localisation. In: **Proceedings of the II International Workshop on Language Resources for Translation Work, Research and Training**. A satellite event of COLING, Aug. 28, 2004. <<http://www.mt-archive.info/Coling-2004-Schaler.pdf>> - acesso em: 20 de ago. 2017.

SCHÄLER, Reinhard. Localization and translation. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. VAN (Eds.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam ; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2010, p. 209-214.

SAERS, Markus. **Translation as linear transduction**: models and algorithms for efficient learning in statistical machine translation. Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, 2011.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. Sobre os diferentes métodos de traduzir. Trad. Celso Braida. **Princípios Natal**, v.14, n.21, jan/jun., p. 233-265, 2007.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **The new digital age: transforming nations, businesses, and our lives**. First Vintage Books Edition ed. New York: Vintage Books, A Division of Random House LLC, 2014.

SCHUSTER, M.; JOHNSON, M; THORAT, N. Zero-Shot Translation with Google’s Multilingual Neural Machine Translation System. **Google Research Blog**. 22, nov. 2016 <<https://research.googleblog.com/2016/11/zero-shot-translation-with-googles.html>> Acesso em: 20 de mar. 2018

SDL. **The dawn of a new horizon AdaptiveMT**. 2017 <<http://www.sdl.com/download/adaptivemt-white-paper/119598/thankyou>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SEIDLHOFER, BARBARA. English as a lingua franca. **ELT Journal** Vol. 59/4, Oct., p. 339-341, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Filosofia da tradução – tradução de filosofia: o princípio da intraduzibilidade. **Cadernos de Tradução**, Volume 1, Number 3, 1998, pp. 11-47(37)

SHOHAMY, Elana. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London ; New York: Routledge, 2006.

SINGH, Nitish; PEREIRA, Arun. **The Culturally Customized Web Site: Customizing Web Sites for the Global Market**. Oxford: Elsevier Butterworth, 2005.

SISCAR, Marcos. **Jacques Derrida, o intraduzível**. Alfa, 44 (n.esp), 2000. p. 59-69.

SOMERS, Harold. Machine Translation: History, Development, and Limitations. In: Kirsten Malmkjaer; Kevin Windle (Eds). **The Oxford handbook of translation studies**. New York: Oxford University Press, p.427-440, 2011.

SOMERS, James. Torching the modern-day library of Alexandria. **The Atlantic** apr. 20, 2017 <<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/04/the-tragedy-of-google-books/523320/>>. Acesso em: 20 jul 2017

SOYSAL, Yasemin Nuhoglu. **Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe**. Chicago: University of Chicago, 1994.

SOYSAL, Yasemin Nuhoglu. “Unpacking cosmopolitanism: an insider-outsider’s reading” **The British Journal of Sociology**, v.61, 2010, p.405-411, doi:10.1111/j.1468-4446.2009.01296.x

SPOTTI, Massimiliano. “Ideologies of success for superdiverse citizens: the dutch testing regime for integration and the onlie private sector” **Diversities** vol. 13, n. 2, 2011, p.39-52.

STUPIELLO, Érika. A tradução pelo prisma da localização na economia informal. **TradTerm**, n.15, 2009, p. 101-112.

STUPIELLO, Érika. **Traduzir na contemporaneidade: efeitos da adoção de sistemas de memórias sobre a concepção ética da prática tradutória**. 2010. 210 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

TAPLIN, Jonathan. Is it time to break up Google? **The New York Times**, apr. 22, 2017. <https://www.nytimes.com/2017/04/22/opinion/sunday/is-it-time-to-break-up-google.html> Acesso em: 20 de jan. 2018.

TOMA, Peter. From Serna to Systran. In: HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 135-146.

TOSIC, Jelena. Re-imagining Balkan diversity beyond and ‘straight through’ the ethno-national In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 151-158.

TOURY, Gideon. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam: Benjamins, 1995.

TKACZ, Nathaniel. From open source to open government: A critique of open politics. **Ephemera; Leicester** Vol. 12, Iss. 4, (Nov 2012): 386-405.

URCIUOLI, Bonnie. Skills and selves in the new workplace. **American Ethnologist**, 35, p. 211–228, 2008.

URCIUOLI, Bonnie; LADOUSA, Chaise. Language Management/Labor, **Annual Review of Anthropology**, 42, p. 175-190, 2013.

VAN DER BEEK, Leonoor; VAN DEN BOSCH, Antal. Translation Technology in the Netherlands and Belgium. In: CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 352-363.

VAN PARIJS, Philippe. L'anglais lingua franca de l'Union européenne : impératif de solidarité, source d'injustice, facteur de déclin ?, **Économie publique/Public economics**, n. 15, 2, p. 3-22, 2004. Disponível: <http://economiepublique.revues.org/1670> Acesso em: 15 de jul. 2018.

VASCONCELLOS, Muriel. The Georgetown Project and Leon Dostert. In: HUTCHINS, John (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 87-96.

VELASCO, Patricia; GARCÍA, Ofelia. Translanguaging and the Writing of Bilingual Learners, **Bilingual Research Journal: The Journal of the National Association for Bilingual Education**, 37:1, p. 6-23, 2014. DOI: 10.1080/15235882.2014.893270

VERAS, Viviane. A Tradução e sua relação com o inconsciente: transmitir a psicanálise. **Tradução em Revista**, 7, 2009. p. 01-12.

VERAS, Viviane. Um elogio da tradução. In: ESTEVES, Lenita; VERAS, Viviane (Orgs.) **Voices da tradução, éticas do traduzir**. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 21-38.

VERAS, Viviane. A performance austiniana, atos de fala evanescentes e filósofos que riem **D.E.L.T.A.**, 32.3, 2016, p. 659-672.

VERTOVEC, Steven. “Super-diversity and its implications”. **Ethnic and Racial Studies**, 30, 6, p. 1024-1054, 2007.

WARIKOO, Natasha. Diversity in the United States and British higher education. In: VERTOVEC, Steven. (Ed.). **Routledge international handbook of diversity studies**. New York: Routledge, 2015, p. 302-309.

WEAVER, Warren. **Weaver and Norbert Wiener correspondence**. Rockefeller foundation archives, p. 1-3, 1947. Disponível em: <http://www.mt-archive.info/Weaver-1947-original.pdf> Acesso em: 21 jun. 2018

WEAVER, Warren. **Translation**. Rockefeller foundation archives, p. 1-13, 1949. Disponível

em: <http://www.mt-archive.info/Weaver-1949.pdf> Acesso em: 21 out. 2017

WEBSTER, Melissa. Big Data, Bad Data, Good Data: the link between information governance and big data outcomes. **IBM offering information white paper** jan., 2015  
<<https://www-01.ibm.com/common/ssi/cgi-bin/ssialias?htmlfid=WVL12376USEN>> Acesso em: 11 nov. 2017

WEINREICH, H; OBENDORF, H; HERDER, E; MAYER, M. Not quite the average: an empirical study of web use. **ACM Transactions on the Web**, v. 2, n. 1, p. 1–31, 1 fev. 2008.

WINDLE, Kevin; PYM, Anthony. European thinking on secular translation. In: MALMKJÆR, K.; WINDLE, K. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011, p. 7-22.

WONG, Cecilia Shuk. The teaching of machine translation: the Chinese University of Hong Kong as a case study. In: CHAN, Sin-wai. (Ed.). **Routledge encyclopedia of translation technology**. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015, p. 237-251.

WOOLARD, Kathryn. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B. B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (Eds.). **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998, p. 3-47.

WRIGHT, Sue Ellen. Scientific, Technical, and Medical Translation. In: MALMKJÆR, K.; WINDLE, K. (Eds.). **The Oxford handbook of translation studies**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2011, p. 243-261.

WRIGHT, Sue Ellen. The creation and application os language industry standards. In: DUNNE, K. (Dir.), **Perspectives on Localisation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006, p.241-278.

WU, Y.; SCHUSTER, M.; CHEN, Z.; et al. **Google's Neural Machine Translation System: Bridging the Gap between Human and Machine Translation**, Oct., 2016.  
<<https://arxiv.org/pdf/1609.08144.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017

XIONG, Deyi; ZHANG, Min. **Linguistically motivated statistical machine translation: models and algorithms**. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg, 2015.

ZARECHNAK, Michael. The early days of GAT-SLC. In: HUTCHINS, John. (Ed.) **Early Years in Machine Translation: memories and biographies of pioneers**. Amsterdam: Benjamins, 2000, p. 111-128.

ZETZSCHE, Jost. A Translator's Tool Box for the 21st Century. **A Computer Primer for Translators: International Writers' Group**, 2003.  
<<http://www.internationalwriters.com/toolbox/>> Acesso em: 11 nov. 2017

ZHOU, J.; CAO, Y.; WANG, X.; LI, P.; XU, W. **Deep Recurrent Models with Fast-Forward Connections for Neural Machine Translation**, 2016. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1606.04199.pdf> Acesso em: 20 maio 2018.

ZUBOFF, Shoshana. Google as a fortune teller: the secrets of surveillance capitalism.

**Frankfurter Allgemeine**, 03 de mar., 2016 Disponível em: <https://publicpurpose.com.au/wp-content/uploads/2016/04/Surveillance-capitalism-Shuboff-March-2016.pdf> Acesso em: 22 de jun. 2018.

## Anexo I – Internet pelo mundo

### INTERNET USAGE STATISTICS The Internet Big Picture World Internet Users and 2018 Population Stats

WORLD INTERNET USAGE AND POPULATION STATISTICS DEC 31, 2017 - Update						
World Regions	Population (2018 Est.)	Population % of World	Internet Users 31 Dec 2017	Penetration Rate (% Pop.)	Growth 2000-2018	Internet Users %
<a href="#">Africa</a>	1,287,914,329	16.9 %	453,329,534	35.2 %	9,941 %	10.9 %
<a href="#">Asia</a>	4,207,588,157	55.1 %	2,023,630,194	48.1 %	1,670 %	48.7 %
<a href="#">Europe</a>	827,650,849	10.8 %	704,833,752	85.2 %	570 %	17.0 %
<a href="#">Latin America / Caribbean</a>	652,047,996	8.5 %	437,001,277	67.0 %	2,318 %	10.5 %
<a href="#">Middle East</a>	254,438,981	3.3 %	164,037,259	64.5 %	4,893 %	3.9 %
<a href="#">North America</a>	363,844,662	4.8 %	345,660,847	95.0 %	219 %	8.3 %
<a href="#">Oceania / Australia</a>	41,273,454	0.6 %	28,439,277	68.9 %	273 %	0.7 %
<b>WORLD TOTAL</b>	<b>7,634,758,428</b>	<b>100.0 %</b>	<b>4,156,932,140</b>	<b>54.4 %</b>	<b>1,052 %</b>	<b>100.0 %</b>

NOTES: (1) Internet Usage and World Population Statistics estimates in Dec 31, 2017. (2) CLICK on each world region name for detailed regional usage information. (3) Demographic (Population) numbers are based on data from the [United Nations Population Division](#). (4) Internet usage information comes from data published by [Nielsen Online](#), by the [International Telecommunications Union](#), by [GfK](#), by local ICT Regulators and other reliable sources. (5) For definitions, navigation help and disclaimers, please refer to the [Website Surfing Guide](#). (6) The information from this website may be cited, giving the due credit and placing a link back to [www.internetworldstats.com](#). Copyright © 2018, Miniwatts Marketing Group. All rights reserved worldwide.

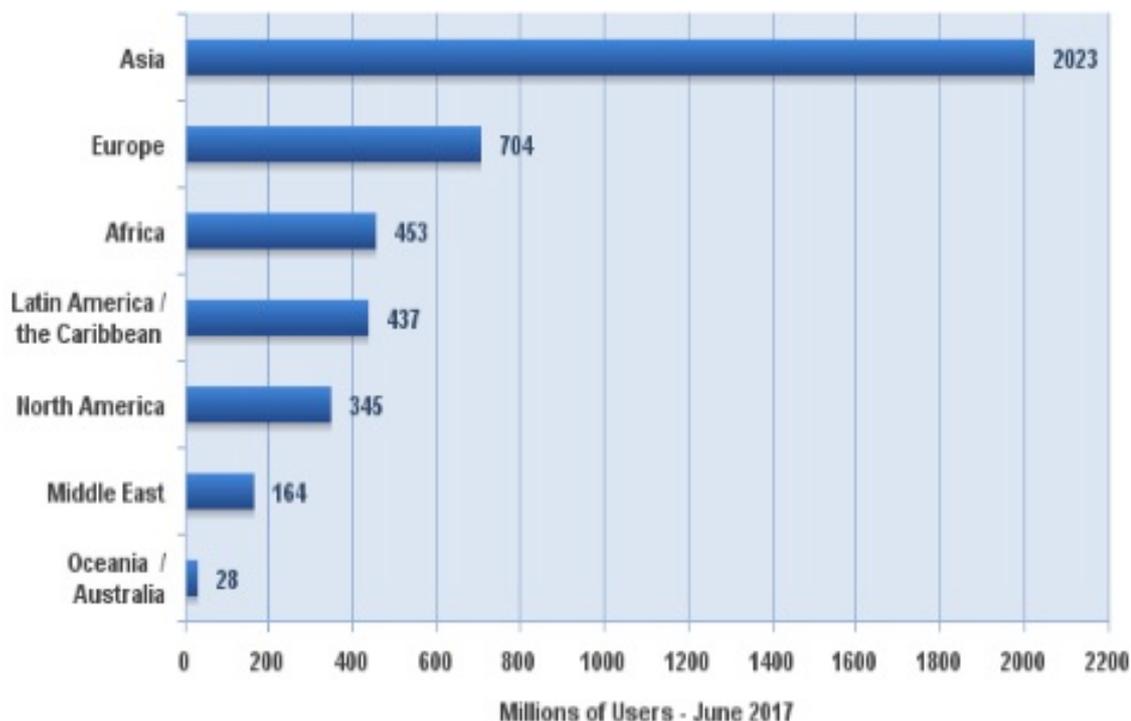
### INTERNET WORLD USERS BY LANGUAGE Top 10 Languages

Internet World Stats presents its latest estimates for Internet Users by Language. Because of the importance of this research, and due to the lack of other sources, Internet World Stats publishes several tables and charts featuring analysis and details here below for the **top ten languages** and also for the **detailed world languages** in use by country.

Top Ten Languages Used in the Web - December 31, 2017 ( Number of Internet Users by Language )					
TOP TEN LANGUAGES IN THE INTERNET	World Population for this Language (2018 Estimate)	Internet Users by Language	Internet Penetration (% Population)	Internet Users Growth (2000 - 2018)	Internet Users % of World (Participation)
<a href="#">English</a>	1,462,008,909	1,052,764,386	72.0 %	647.9 %	25.3 %
<a href="#">Chinese</a>	1,452,593,223	804,634,814	55.4 %	2,390.9 %	19.4 %
<a href="#">Spanish</a>	515,759,912	337,892,295	65.5 %	1,758.5 %	8.1 %
<a href="#">Arabic</a>	435,636,462	219,041,264	50.3 %	8,616.0 %	5.3 %
<a href="#">Portuguese</a>	286,455,543	169,157,589	59.1 %	2,132.8 %	4.1 %
<a href="#">Indonesian / Malaysian</a>	299,271,514	168,755,091	56.4 %	2,845.1 %	4.1 %
<a href="#">French</a>	127,185,332	118,626,672	93.3 %	152.0 %	2.9 %
<a href="#">Japanese</a>	143,964,709	109,552,842	76.1 %	3,434.0 %	2.7 %
<a href="#">Russian</a>	405,644,599	108,014,564	26.6 %	800.2 %	2.8 %
<a href="#">German</a>	94,943,848	84,700,419	89.2 %	207.8 %	2.2 %
<b>TOP 10 LANGUAGES</b>	<b>5,135,270,101</b>	<b>3,206,613,856</b>	<b>62.4 %</b>	<b>1,091 %</b>	<b>77.1 %</b>
Rest of the Languages	2,499,488,327	950,318,284	38.0 %	935 %	22.9 %
<b>WORLD TOTAL</b>	<b>7,634,758,428</b>	<b>4,156,932,140</b>	<b>54.4 %</b>	<b>1,051 %</b>	<b>100.0 %</b>

NOTES: (1) Top Ten Languages Internet Stats were updated in December 31, 2017. (2) Internet Penetration is the ratio between the sum of Internet users speaking a language and the total population estimate that speaks that specific language. (3) The most recent Internet usage information comes from data published by [Nielsen Online](#), [International Telecommunications Union](#), [GfK](#), and other reliable sources. (4) Population estimates are based mainly on figures from the [United Nations Population Division](#) and local official sources. (5) For definitions, methodology and navigation help, please see the [Site Surfing Guide](#). (6) These statistics may be cited, stating the source and establishing an active link back to [Internet World Stats](#). Copyright © 2018, Miniwatts Marketing Group. All rights reserved worldwide.

## Internet Users in the World by Geographic Regions - December 31, 2017

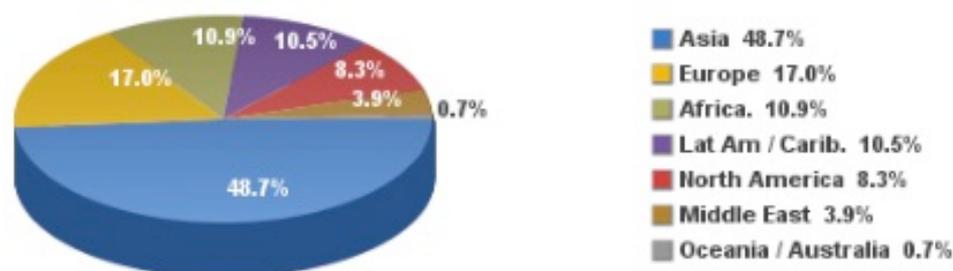


Source: Internet World Stats - [www.internetworldstats.com/stats.htm](http://www.internetworldstats.com/stats.htm)

Basis: 4,156,932,140 Internet users estimated in December 31, 2017

Copyright © 2018, Miniwatts Marketing Group

## Internet Users in the World by Regions - December 31, 2017



Source: Internet World Stats - [www.internetworldstats.com/stats.htm](http://www.internetworldstats.com/stats.htm)

Basis: 4,156,932,140 Internet users in December 31, 2017

Copyright © 2018, Miniwatts Marketing Group

Fonte: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm> e <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

## Anexo II – Google Tradutor exemplos

Reproduzi os mesmos exemplos vertendo do turco ao português, o que trouxe a mim resultados idênticos aos do inglês. Isso, entretanto, não quer dizer muita coisa a respeito do Brasil – embora confirme nossa misoginia patológica – mas, na verdade, tal conversão só confirma a tabela do Google Tradutor que diz que o turco não é uma língua que tenha sido alterada para o algoritmo neural, ou seja, ainda passa pelo inglês.

**Alex Shams** @seyyedreza

Turkish is a gender neutral language. There is no "he" or "she" - everything is just "o". But look what happens when Google translates to English. Thread:

o bir aşçı	she is a cook
o bir mühendis	he is an engineer
o bir doktor	he is a doctor
o bir hemşire	she is a nurse
o bir temizlikçi	he is a cleaner
o bir polis	He-she is a police
o bir asker	he is a soldier
o bir öğretmen	She's a teacher
o bir sekreter	he is a secretary
o bir arkadaş	he is a friend
o bir sevgili	she is a lover
onu sevmiyor	she does not like her
onu seviyor	she loves him
onu görüyor	she sees it
onu göremiyor	he can not see him
o onu kucaklıyor	she is embracing her
o onu kucaklamıyor	he does not embrace it
o evli	she is married
o bekar	he is single
o mutlu	he's happy

3:36 PM - 27 Nov 2017

142 7.4K 13K

**Emre Şarbak** 29 de novembro de 2017 próximo a St. Louis, Estados Unidos da América

I had no idea until Basar notified me. Apparently, someone else posted my Google Translate analysis and went viral on Twitter. 13K likes, 7.4K retweets in one day. Social media is funny.

2 compartilhamentos 12 comentários

Ver mais 6 comentários

**Brendan Lind** Your original post said, "We will likely let machine learning algorithms decide...whose voice deserves to be amplified." Algorithms or not, the content was the same, but Sham's voice was amplified.

**Yonca Kumsar** I saw couple of friends sharing Alex Sham's post on my homepage

**David Fruchter** You're the Turkish Neil Degrasse Tyson

**Brendan Lind** <https://qz.com/.../google-translates-gender-bias-pairs.../>

QZ.COM  
A gender-biased poem about "lazy"...

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10154873507541949&set=a.10150241543551949.318652.661666948&type=3&theater>

Google +Tamara

**Tradutor**

português | inglês | francês | Detectar idioma

↔ inglês | português | francês Traduzir

cedo meu lugar depois que almoço × soon my place after lunch

---

**Tradutor**

português | inglês | francês | Detectar idioma

↔ inglês | português | francês Traduzir

Eu almoço e cedo meu lugar × I place my lunch and early

---

**Tradutor**

português | inglês | francês | Detectar idioma

↔ inglês | português | francês Traduzir

cedo meu lugar, sou educado × soon my place, I am educated

Fonte: Google Tradutor – jan. 2015

Google T

**Tradutor** Desativar tradução instantânea

Português | Francês | Inglês | Detectar idioma

↔ Inglês | Português | Francês Traduzir

cedo meu lugar depois que almoço × early my place after lunch

---

**Tradutor** Desativar tradução instantânea

Português | Francês | Inglês | Detectar idioma

↔ Inglês | Português | Francês Traduzir

Eu almoço e cedo meu lugar × I had lunch and early my place.

---

**Tradutor** Desativar tradução instantânea

Português | Francês | Inglês | Detectar idioma

↔ Inglês | Português | Francês Traduzir

cedo meu lugar, sou educado × early my place, I'm educated

Fonte: Google Tradutor – jun. 2018

Google Tradutor

português inglês alemão Detectar idioma

inglês português francês Traduzir

Eu tenho um pai e um irmão

Je dois un père et un frère

Mostrando tradução para *i have*  
Em vez disso, traduzir *i ahve*

Fonte: Google Tradutor – jan. 2015

Google Tradutor

Português Francês Inglês Detectar idioma

inglês português francês Traduzir

Eu tenho um pai e um irmão

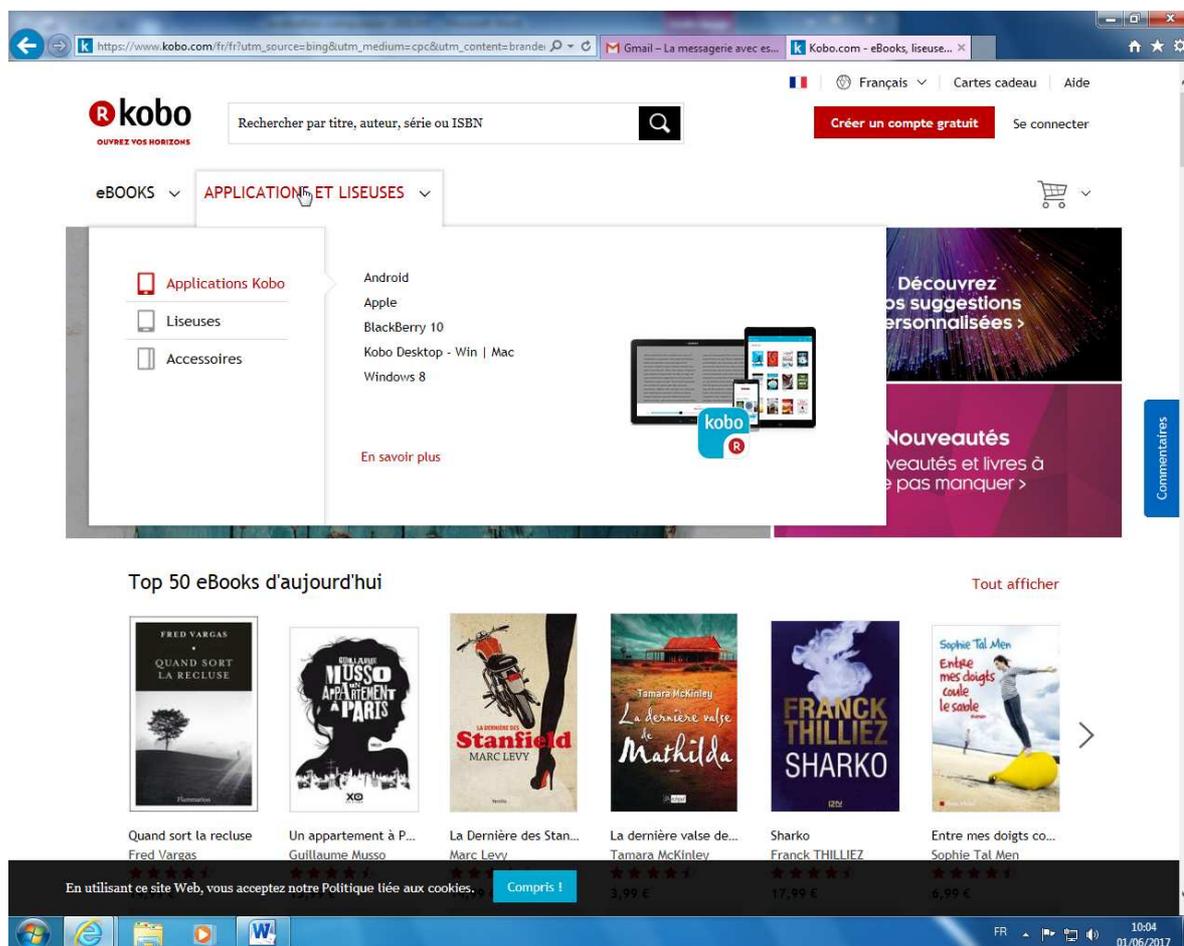
J'ai un père et un frère.

Mostrando tradução para *i have*  
Em vez disso, traduzir *i ahve*

Fonte: Google Tradutor – jun. 2018

## Anexo III – Localização

1. Quando acessamos o endereço “kobo.com/fr” feito em um computador de sistema operacional, IP, e *hardware* franceses, e clicamos em “*Applications Kobo*”, somos redirecionados a uma página totalmente em inglês.



The screenshot shows the iTunes Preview page for the Kobo Reading App. At the top, there's a navigation bar with the Apple logo and links for Mac, iPad, iPhone, Watch, TV, Music, Support, and a search icon. Below this is the 'iTunes Preview' section with tabs for Overview, Music, Video, and Charts. The main content area features a promotional banner for iTunes 11, stating it's the easiest way to organize digital media. Below this, the app's title 'Kobo Reading App – Read Books' is displayed, along with the developer 'Kobo Inc.' and a 'View More by This Developer' link. The app is described as being available for iPhone, iPad, and iPod Touch. A 'View in iTunes' button is present. The 'Description' section mentions that millions of readers love Kobo and that the app offers over 5 million titles. A 'What's New in Version 8.3.5' section lists two updates: resolving a Google sign-in issue and a library sync issue. The 'Screenshots' section shows two mobile device screens: one displaying the 'Home' screen with a 'Recently Opened' section, and another displaying the 'Books' screen with a search bar and a 'Sort by: Recent Activity' option. The app is listed as 'Free' and provides details like 'Category: Books', 'Updated: May 18, 2017', 'Version: 8.3.5', 'Size: 143 MB', and supported languages: English, Dutch, French, German, Italian.

2. Da mesma maneira, quando acessamos (a) <https://www.kobo.com/br/pt>, e escolhemos o aplicativo (b) somos direcionados à página, (c) <https://itunes.apple.com/app/kobo-books/id301259483?mt=8>, em que as informações estão, também, em inglês.

(a)

(b)

(c)

This app is only available on the App Store for iOS devices.

**Kobo Books** 12+  
eBooks & Audiobooks  
Kobo Inc.  
#47 in Books  
★★★★★ 4.5, 2.1K Ratings  
Free

**Screenshots** [iPhone](#) [iPad](#)

- Find all your Kobo eBooks and audiobooks in just one app.
- With one tap, toggle between your eBooks and your audiobooks.
- Easily sort and filter your books by author or series.
- Make notes, highlights, or look up words in your books.

3. Quando acessamos o endereço “zotero.org/support/fr/installation” feito em um computador de sistema operacional, IP, somos redirecionados a uma página que nos oferece a possibilidade de baixar o aplicativo, mas só em inglês. E o termo de compromisso não há em português, nem em francês.

The screenshot shows a Bing search results page for the query "zotero français". The search bar at the top contains "zotero français" and the search button. Below the search bar, there are tabs for "Web", "Images", "Vidéos", "Cartes", and "Actualités". The search results are displayed in a list format, with the top result being "fr:installation [Zotero Documentation]" from "https://www.zotero.org/support/fr/installation". This result includes a brief description of Zotero and links to "Fr:locate" and "Fr:quick Start Guide". Other results include "Créer des bibliographies", "Documentation en français", "Télécharger Zotero (gratuit) - Communauté informatique", "Le blog Zotero francophone", "Télécharger Zotero - 01net.com - Telecharger.com", "Zotero - Télécharger", and "zotero : Petit Guide D'installation Et D'utilisation". A sidebar on the right titled "Zotero" provides a summary of the software, stating it is a free, open-source reference management tool, and includes links to Wikipedia and the official website.

## Installation

### Où télécharger Zotero ?

Vous pouvez télécharger Zotero depuis [la page de téléchargement](#) (en anglais). Assurez-vous d'installer aussi un Connecteur Zotero (Zotero Connector) adapté à votre navigateur.

https://www.zotero.org/support/terms/terms\_of\_service

Welcome, [tamaraccarneiro](#) · [Settings](#) · [Inbox](#) · [Download](#) · [Log Out](#)

**zotero**

Home My Library Groups People **Documentation** Forums Get Involved

start > [terms](#) > [terms\\_of\\_service](#)

Translations of this page: [en](#) ar cs da de es fa fr hbs hu id it ja ko nl pl pt ru sl sv tr zh

[fr:terms/terms\\_of\\_service](#)

## ZOTERO TERMS OF SERVICE

Welcome to zotero.org (the "Site"). Zotero is a collection of services, including storage subscription services (the "Services"), integrated with the Zotero desktop software and the Site, operated by the Corporation for Digital Scholarship ("CDS") from its offices within the United States on a not-for-profit basis. Your access to and use of the Services and the Site are subject to these Terms of Service ("Terms of Service") and all applicable laws. CDS makes no representation that the Services made available on or accessed through the Site are appropriate or available for use in other locations, and access to them from territories where such access is illegal is prohibited. CDS may change or modify these Terms of Service, in whole or in part, at any time by updating this posting, without prior notice or liability to users. By accessing and/or using the Services - whether you are a "visitor" (which means that you simply browse the Site) or a "Registered User" (which means that you have registered as a Zotero user with CDS) - you acknowledge that you have read, understood and agree to be bound by these Terms of Service and to comply with all applicable laws. The terms "you", "your" or "user", as used in these Terms of Service, refer to a Visitor or a Registered User.

### 1. Your Account/Registration

Registration is required to subscribe to the Services. You must be 13 years or older to subscribe to the Services. If you are between age 13 and 18, you confirm that you have your parent's or legal guardian's consent to use the Services, that both you and they have read and agreed to these Terms of Service, and they have agreed to be considered a Registered User for purposes of the account. By registering, you represent and warrant to CDS that: (a) you are 18 years of age or older and the age of majority in your state of residence as of the time you register as a Registered User; (b) all information provided by you to CDS during the registration process is truthful, accurate and complete; (c) you will comply with all terms and conditions of these Terms of Service; and (d) you will not use the Services for any purpose that is unlawful or prohibited by these Terms of Services.

As a Registered User, you agree to maintain and promptly update your registration data as necessary to keep it accurate, current and complete. CDS may terminate your access to the Services, without prior notice or liability to you, if any of the information provided is found to be inaccurate, false, out of date or incomplete, or for violating these Terms of Service and/or the law.

As a Registered User, you acknowledge that you are solely responsible for all activities that occur under your account while using the Services. You agree to abide by all applicable laws in connection with your use of the Services, including those related to intellectual property rights, data privacy, international communications and the transmission of technical or personal data.

**Table of Contents**

- [ZOTERO TERMS OF SERVICE](#)
- [1. Your Account/Registration](#)
- [2. Your Submissions and Other Data](#)
- [3. Fees and Payment](#)
- [4. Renewals](#)
- [5. Paid Subscription Termination](#)
- [6. Acceptable Use and Conduct/User Restrictions](#)
- [7. Changes to and Termination of the Services](#)
- [8. Privacy](#)
- [9. Copyright](#)
- [10. Limitation of Liability](#)
- [11. Disclaimer of Warranties](#)
- [12. Indemnity](#)
- [13. Links](#)
- [14. Local Laws and Export Control](#)
- [15. Controlling Law and Jurisdiction](#)
- [16. General](#)

terms/terms\_of\_service.txt · Last modified: 2014/10/06 16:55 by sean

[Show pagesource](#)

[Edit this page](#)

[Old revisions](#)

Welcome, [tamaraccarneiro](#)

**zotero**

Home My Library Groups People **Documentation** Forums Get Involved

start > [fr](#) > [terms](#) > [terms\\_of\\_service](#)

Translations of this page: [en](#) ar cs da de es fa [fr](#) hbs hu id it ja ko nl pl pt ru sl sv tr zh

[fr:terms/terms\\_of\\_service](#)

## This topic does not exist yet

You've followed a link to a topic that doesn't exist yet. If permissions allow, you may create it by clicking on "Create this page".

Home My Library Groups People **Documentation** Forums Get Involved

tart > [pt](#) > [terms](#) > [terms\\_of\\_service](#)

Translations of this page: [en](#) ar cs da de es fa fr hbs hu id it ja ko nl pl [pt](#) ru sl sv tr zh

[pt:terms/terms\\_of\\_service](#)

## This topic does not exist yet

You've followed a link to a topic that doesn't exist yet. If permissions allow, you may create it by clicking on "Create this page".